PETER L. EISENBERG

MODERNIZAÇÃO SEM MUDANÇA

A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA EM PERNAMBUCO 1840-1910

Coleção: ESTUDOS BRASILEIROS
vol. 15

Direção de: Aspásia Alcântara de Camargo
Luciano Martins
Juarez Brandão Lopes

Ficha catalográfica

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ)

E37m

Eisenberg, Peter L.
Modernização sem mudança: a indústria açúcareira em Pernambuco, 1840-1910; tradução de João Maia | apresentação de Manuel Correia de Andrade | Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.
294 p. ilust. (Estudos brasileiros, v. 15)

Do original em inglês: The sugar industry in Pernambuco: 1840/1910, modernization without change
Apêndices
Bibliografia

1. Cana-de-açúcar – Cultura – Brasil – Aspectos econômicos 2. Cana-de-açúcar – Cultura – Brasil – Aspectos socias 3. Engenhos – Brasil – 1840-1910 I. Título II. Título: A Indústria açúcareira em Pernambuco, 1840-1910 III. Série

CDD – 301.444309813
633.6109813
CDU – 631.14:633.61(813.4) "1840-1910"
331.83:631.14:633.61(813.4) "1840-1910"

77-0282

EDITORA PAZ E TERRA

PETER L. EISENBERG

MODERNIZAÇÃO SEM MUDANÇA

A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA EM PERNAMBUCO: 1840/1910

Tradução de João Maia

Paz e Terra

Sumário

Ilustrações

Quadros Estatísticos

Nota para a edição brasileira

Com a publicação desta tradução cumpro uma promessa feita a mim mesmo, ao iniciar meus estudos sobre a história do Brasil, qual seja, a de tornar mais acessível ao público brasileiro os seus resultados. A presente edição procura realizar este propósito de várias maneiras. Primeiro, ela pretende atingir o leitor que não domina o inglês. Segundo ela é editada numa tiragem maior que a original. Terceiro, para facilitar a consulta às fontes, sempre cito nas notas a versão em português, quando existente, de livros originalmente publicados em outros idiomas.

O espírito crítico não permite que o autor fique satisfeito com um livro escrito anos atrás. Como fruto das conversas estimulantes com colegas e estudantes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, com outros estudiosos em São Paulo e Rio de Janeiro, e após a leitura de resenhas, cheguei a perceber que vários dos problemas aqui tratados mereciam um estudo muito mais amplo e profundo. Tentei eliminar certos erros de detalhe que ficaram na edição em inglês, e esclarecer certos pontos que confundiam alguns leitores. Mas infelizmente outras prioridades já se haviam imposto, de modo que não me foi possível fazer uma revisão completa. Pelo mesmo motivo não pude incorporar os resultados pertinentes das valiosas pesquisas de J. Bonifácio X. Andrade, David Denslow, Bainbridge Cowell, Rui Granziera, Marc Hoffnagel, Robert Levine, Izabel Marson, Linda Moody, Jaime Reis, Stuart Schwartz e Jonas Soares de Souza, os quais, entre outros, têm pesquisado, do ponto de vista histórico e econômico, a época, a área, ou a problemática deste livro.

Pela colaboração na realização desta edição agradeço a Juárez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Manuel Tosta Berlinck, e ao Professor Dr. Zeferino Vaz, Reitor da Universidade Estadual de Campinas.

Peter L. Eisenberg

Apresentação

Manuel Correia de Andrade

Vem se intensificando, nos últimos anos, o interesse pelos estudos ligados à problemática brasileira, nos vários setores do conhecimento das ciências humanas; na História, Geografia, Antropologia, Sociologia, Política e Economia. Este processo está levando os pesquisadores a não se limitarem a uma compilação de livros anteriores, mas a intensificar as pesquisas nas fontes, fazendo descobertas notáveis; tem levado também jovens estudiosos a refletirem sobre o passado e o futuro do país, em função dos mais variados princípios filosóficos e de metodologias as mais diversas.

Esta preocupação pelo conhecimento do nosso país vem sendo desenvolvida sobretudo por estudiosos que preparam teses de Livre Docência e de Doutorado, ou dissertações de Mestrado, tanto no Brasil como no estrangeiro. Muitos deles são norte-americanos, franceses, ingleses, alemães, etc. que realizam trabalhos de pesquisa, alguns de grande valor, embora nem sempre cheguem à publicação, permanecendo inéditos, ou publicados apenas no exterior, tornando-se de difícil acesso ao público brasileiro. Considero por isto meritória a atitude de editoras como a Paz e Terra e de universidades como a estadual de Campinas (UNICAMP), que unem os seus esforços para a publicação de teses como a agora publicada em português e já anteriormente em inglês, pela University of California Press, de Peter L. Eisenberg, sobre a indústria açucareira em Pernambuco no período 1840 a 1910.

O tema açúcar tem alimentado uma literatura muito grande, nos vários setores de conhecimento científico e literário, desde o período Colonial, com obras como a de Antonil e, no Imperial, com estudos como o do engenheiro francês Henrique Augusto Millet: "O Quebra Quilos e a Crise da Lavoura". Modernamente, numerosos escritores têm produzido livros e artigos sobre o problema açucareiro sem, contudo, terem esgotado o assunto. Daí a oportunidade da publicação deste novo livro.

O estudo de Peter L. Eisenberg, na verdade, é o resultado de um longo período de pesquisas de campo, visitas a arquivos e bibliotecas à cata de velhas publicações e de documentação primária, e de muitos anos de estudos dessas fontes, de entrevistas e de meditações. Vivendo em Pernambuco, ou melhor em Olinda, – cidade-berço da agro-indústria açucareira nordestina – o autor conseguiu abrasileirar-se e sentir de perto o problema dessa civilização. Daí passou à leitura de uma riquíssima bibliografia onde procurou se aperceber dos vários setores e dos problemas que atingiram a indústria açucareira sobretudo no período compreendido entre as seis últimas décadas do século XIX e a primeira do XX, estudando em profundidade o problema da modernização industrial e das transformações no sistema de relações de trabalho. Nesse período o processo de industrialização do açúcar acelerou-se, passando a haver uma preocupação maior com a melhoria das técnicas de produção, a fim de que o nosso açúcar alcançasse condições de competir, inicialmente com a dos outros países produtores no mercado europeu e, depois, no mercado norte-americano.

Daí a passagem do banguê para a usina, sob controle da iniciativa privada nacional, com capitais e administração brasileiras e a coexistência, com a tentativa de capitais estrangeiros, de controlar a produção açucareira através dos famosos "engenhos centrais".

Muito importante também é a análise do processo de substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre, que já se vinha processando desde o início do século XIX, e que, na década 1871-80, estava já bastante adiantado. Tanto assim que Millet, – em livro que pede uma reedição – demonstra como a mão-de-obra livre era largamente utilizada em Pernambuco. Eisenberg, mergulhando na documentação dos arquivos, analisa o processo gradual da libertação dos escravos e o impacto da abolição sobre a economia açucareira. Nos dias que correm, há uma grande preocupação com os estudos referentes ao problema da escravidão, sendo o trabalho que prefaciamos um dos mais documentados sobre a permanência do sistema para os últimos cinqüenta anos de cativeiro.

Acreditamos, por essas razões, que o livro de Peter L. Eisenberg, escrito com cuidado e determinação, bem documentado e rico de informações, constituir-se-á, ao ser publicado em português, numa excelente contribuição para os jovens universitários e para todos aqueles que estão preocupados com a compreensão dos grandes problemas do Brasil.

Prefácio à edição norte-americana

Neste livro dedico-me em primeiro lugar à modernização e mudança econômicas. Este fenômeno é comumente definido como "o desenvolvimento de sistemas industriais baseados em alto nível de tecnologia; pela crescente especialização dos papéis econômicos e das unidades de atividade econômica – produção, consumo e comercialização – e pela ampliação do escopo e complexidade dos principais mercados – o de trabalho, o de dinheiro e o de bens".[1]

Sustento que a modernização – no sentido de progresso e de reorganização da produção – e a conversão do trabalho escravo para o trabalho livre não restabeleceram a higidez da indústria do açúcar de Pernambuco. Além disto os agentes da modernização, os plantadores amparados pelos governos, aproveitaram o processo para consolidar a própria posição na economia e na sociedade local. Portanto não houve mudança, no sentido de uma nova distribuição de poder e de renda.

A princípio concebi este trabalho como uma biografia de um engenho único, em sua trajetória de engenho tradicional para usina moderna. A falta de dados derrotou este projeto. Tentei, então, partir para uma réplica do impressionante trabalho de Stanley Stein sobre o município cafeeiro de Vassouras, realizando um estudo sobre um município açucareiro de Pernambuco, Escada. Ainda uma vez, a escassez de documentos frustrou minha intenção. Por último resolvi focalizar a indústria açucareira como um todo, no seio da unidade política de Pernambuco.

Comecei o trabalho pela década de 1840. Foi neste momento que os ingleses abrandaram suas restrições tarifárias e começaram a importar açúcar brasileiro bruto* em quantidades significativas. Este

1. S. N. Eisenstadt. *Modernização: Protesto e Mudança. Modernização de Sociedades Tradicionais*. Trad. José Gurjão Neto (Rio de Janeiro, 1966), p. 14.

* N. do T.: *crude sugar*, açúcar não refinado, mascavado.

mercado britânico estimulou a produção brasileira durante décadas, até que a chegada do açúcar de beterraba da Europa, no mercado internacional, deu início à prolongada crise de que a indústria jamais se recobrou. Foi nesta década, também, que se verificaram as últimas importações de vulto de escravos africanos para trabalhar nas plantações. Após 1850 o comércio internacional de escravos extinguiu-se bruscamente, fato que teve importantes reflexos no mercado interno de trabalho.

Conduzo meu estudo até a primeira década do século XX, quando os principais efeitos da crise da exportação foram sentidos e os proprietários de engenhos empenharam seus esforços mais ambiciosos no sentido da modernização tecnológica. Mais ainda, a escravidão fora abolida há vinte anos, estando já claramente estabelecidas as práticas do emprego do trabalho livre.

A primeira parte deste livro passa em revista a crise econômica do fim do século XIX e as reações dos plantadores. Analisa o comércio de exportação, a incapacidade de Pernambuco para preservar os principais mercados estrangeiros, o fracasso das tentativas de desenvolver o mercado brasileiro. E passa a descrever o fabrico tradicional do açúcar e o ritmo da mudança tecnológica. Encerram a primeira parte dois capítulos que descrevem como alguns plantadores, amparados por subsídios oficiais, conseguiram transformar seus engenhos antiquados em usinas modernas.

A segunda parte estuda a crise social e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Avalia o controle das terras pelos fazendeiros e suas conseqüências políticas. Daí parte para a descrição de como este poder os capacitou não só a suportar o processo gradual da abolição como a se beneficiar com ele, e como puderam passar ao regime de trabalho livre sem pagar salários mais elevados nem subsidiar a imigração de europeus. Assim, os plantadores compensaram-se, em grande parte, por suas dificuldades no mercado, dividindo parte substancial do custo da estagnação com os trabalhadores. Ao concluir, reformulo os pontos básicos da análise, tratando de situar Pernambuco na perspectiva de outras economias baseadas na cana-de-açúcar e na escravidão, e na perspectiva do restante do Brasil, examinando quais as possibilidades que poderiam ter sido abertas para a emergência de padrões históricos alternativos.

A maioria das obras de história seguem uma progressão cronológica, começando pelos acontecimentos mais remotos e culminando nos períodos mais recentes. Os capítulos deste livro percorrem uma trajetória semelhante, de meados do século XIX ao início do século XX. Entretanto, à medida que redigia cada capítulo, recomeçava na

segunda metade do século XIX, de modo que em cada um deles se examina um aspecto diverso da economia açucareira, no curso de um mesmo período. Deliberadamente, esforcei-me por evitar uma abordagem estritamente cronológica porque a estabilidade que prevaleceu no período examinado teria sobrecarregado esta disposição com repetições constantes.

Este livro levará contribuições a vários ramos da história do Brasil. A história brasileira do açúcar, especialmente a das principais regiões produtoras, foi estudada por Miguel Costa Filho, Gileno Dé Carli, Manuel Diégues Júnior, J. H. Galloway, Moacyr Medeiros de Sant'Ana, Alberto Ribeiro Lamego, Maria Teresa Schorer Petrone e José Araújo de Wanderley Pinho. Meu trabalho esclarece a natureza das transições do fim do século XIX em Pernambuco. A história dos escravos na indústria açucareira e a da abolição do regime servil brasileiro tem atraído numerosos eruditos nacionais e estrangeiros, entre eles Fernando de Azevedo, Leslie Bethell, Robert Conrad, Gilberto Freyre, Maurício Goulart, Evaristo de Moraes, Roberto Simonsen, Robert Brent Toplin e Emília Viotti da Costa.[2] Mais do que a maioria deles, o presente trabalho destaca as vantagens conseguidas pelos fazendeiros e os custos assumidos pelos ex-escravos e demais trabalhadores livres em função da abolição.

Considerado numa perspectiva ampla, este trabalho insere-se na literatura sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento das sociedades tropicais de plantação do hemisfério ocidental. Embora não haja muitas comparações explícitas, existe paralelos óbvios entre a economia e a sociedade canavieira do Brasil e, por exemplo, a de Cuba, Louisiana, Porto Rico e Jamaica. Os fatores condicionantes dos ciclos exportadores e os impactos das mudanças tecnológicas e sociais eram muitas vezes semelhantes, e as conclusões sobre Pernambuco são, indiscutivelmente, relevantes.

Este trabalho tem sua própria história e sua realização é devida à ajuda de muitas pessoas. Meu interesse pelo açúcar e Pernambuco foi despertado pela leitura de *Casa Grande e Senzala,* de Gilberto Freyre. Em 1965 Charles Wagley sugeriu-me a transição do engenho à usina como tema de tese de doutorado. Lewis Hanke acompanhou a evolução da tese em suas primeiras etapas e E. Bradford Burns orientou sua elaboração e defesa em 1969. Sou grato a ambos. Quando da defesa, Stuart Bruchey, Nathaniel Leff, Dwight Miner e Ronald Schneider contribuiram com valiosas críticas. E se o presente livro difere da tese,

2. Para as obras pertinentes dos referidos autores, consulte a bibliografia citada.

a maior parte das alterações, para melhor, devem ser atribuídas a David Denslow, Albert Fishlow, Herbert Klein, Stuart Schwartz, Thomaz Skidmore e Stanley Stein. Meus colegas de Rutgers, especialmente Michael Adas, Samuel Baily, Tilden Edelstein, Karl Hardach e David Ringrose concorreram com valiosos comentários a alguns capítulos.

Como outros pesquisadores norte-americanos, beneficiei-me da desinteressada boa vontade dos arquivistas e bibliotecários brasileiros. Tenho de manifestar gratidão especial às seguintes pessoas: Maria Walda de Aragão Araújo e Pedro Moniz de Aragão do Arquivo Nacional; José Bezerra da Assembléia Legislativa de Pernambuco; Olímpio Costa Júnior da Biblioteca Pública de Pernambuco; Maria da Cruz do Instituto do Açúcar e do Álcool no Rio de Janeiro; Jordão Emerenciano e Lúcia Nery da Fonseca do Arquivo Público Estadual de Pernambuco; Walfrido César Freire da Rede Ferroviária do Nordeste; Antônio Galvão da Associação Comercial de Pernambuco; José Hipólito de Monteiro do Cartório Público de Ipojuca; Luis Oiticica do Museu do Açúcar; Xavier Placer do Ministério da Agricultura e Nair Rodrigues do Departamento de Obras Públicas de Pernambuco. Devo também agradecer a Manuel Cardozo da Biblioteca Oliveira Lima de Washington, D.C., e a Samuel Schoenfeld da Lamborn & Company, Inc., de Nova York, que muito facilitaram meu trabalho em suas respectivas instituições.

Em Recife contei com a cooperação de Ayrton e Rui Cardoso, Antiógenes Chaves, Luís Dias Lins, Ilvo Meirelles, Ricardo Pessoa de Queiroz e Cid Sampaio, todos usineiros com senso histórico, bem como de Samuel da Silva Costa e Fernando Perez Garcia, de Mendes Lima & Cia. Estou ainda em débito intelectual e de outras naturezas com Antônio Falcão de Albuquerque Maranhão, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, Amaro Cavalcanti, Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Paulo Cavalcanti, Robert Conrad, Manuel Correia de Andrade, Miguel Costa Filho, Roger Cunniff, Gileno Dé Carlí, Manuel Diégues Júnior, John Dumoulin, Ludlow Flower, Gilberto Freyre, José Antonio Gonsalves de Mello Neto, Richard Graham, Louisa Schell Hoeberman, Robert Kestell, John Knodel, Betsy Kuznesof, Nício de Lima Barbosa e Claribalte Passos de *Brasil Açucareiro,* Gil Maranhão, Maria Laura Menezes, Mirocem Navarro, Amaro Quintas, Jaime Reis, Paul Silberstein, Ênio Silveira, Robert Slenes, Pelópidas Soares, Nélson Werneck Sodré e Yvete Sultanum. Flávio Guerra, Luís de Nascimento, Maria Teresa Schorer Petrone e Paul Singer que tiveram a gentileza de permitir-me a leitura dos seus manuscritos, antes mesmo de publicados.

Este livro implica o retorno de um investimento de muitos milhares de dólares. Grande parte deste investimento foi assegurada pelo Office of Education, U.S. Department of Health, Education, and Welfare; Resources for the Future, Inc., e o Conselho de Pesquisas da Universidade Rutgers. Agradeço a confiança destas instituições, naturalmente, elas não são responsáveis por minhas afirmações, opiniões e conclusões.

Cumpre-me agradecer ainda a meus pais, Monroe e Winona Eisenberg, cujo apoio e estímulo foram inapreciáveis durante os anos aparentemente infindáveis de estudos superiores. Em Olinda e Niterói desfrutei a generosa hospitalidade da família de minha esposa; Luís e Nicette Almeida, Ywalter e Zélia Gusmão, Hortêncio e Maria do Socorro Navarro de Mesquita e Geraldo e Marta Reis.

Dedico este livro a minha esposa, Maria do Rosário Navarro de Oliveira Eisenberg, a quem encontrei no decorrer desta pesquisa e sem a qual, talvez, ele não teria sido escrito ou publicado.

Se um estudo como este é um trabalho de amor, poder-se-ia esperar que uma esposa se mostrasse ciumenta. Mas Rosa trabalhou alegremente comigo durante anos, apesar dos sacrifícios. Sua colaboração tem sido fundamental.

Abreviaturas

AP	Accounts and Papers
APE	Arquivo Público Estadual
ACA	Associação Commercial Agrícola
ACBP	Associação Commercial Beneficente de Pernambuco
CSFB	Central Sugar Factories of Brazil, Limited
HCC	House of Commons by Command
IIPA	Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura
IAA	Instituto do Açúcar e do Álcool
NBSF	North Brazilian Sugar Factories, Limited
SAAP	Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco
SNA	Sociedade Nacional da Agricultura
USAP	União dos Syndicatos Agrícolas de Pernambuco

BRAZIL
1911
ESCALA
0 100 200 300 400 500
km
AMAZONAS
PARÁ
ACRE
Rio Branco
Pôrto Velho
RONDÔNIA
MATO GROSSO
CUIABÁ
AMAPÁ
Macapá
ILHA DE MARAJÓ
BELÉM
S. LUIZ
MARANHÃO
TERESINA
PIAUÍ
CEARÁ
FORTALEZA
RIO GDE. DO NORTE
NATAL
PARAÍBA
PARAÍBA
PERNAMBUCO
RECIFE
ALAGOAS
MACEIÓ
SERGIPE
ARACAJU
BAHIA
SALVADOR
GOIÁS
GOIÁS
MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE
ESPÍRITO SANTO
VITÓRIA
RIO DE JANEIRO
CAMPOS
NITEROI
Distrito Federal - RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO
SÃO PAULO
PARANÁ
CURITIBA
SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS
RIO GRANDE DO SUL
PÔRTO ALEGRE
Rio Amazonas
(Solimões)
MANÁUS
Rio São Francisco
Tropic of Capricorn
OCEANO ATLÂNTICO
Fonte: I.B.G. - L. G. OLIVEIRA Cartógrafo

PARTE I

A CRISE ECONÔMICA

Antes foram engenhos,
poucos agora são usinas.
Antes foram engenhos,
agora são imensos partidos.
Antes foram engenhos
com suas caldeiras vivas;
agora são informes
corpos que nada identifica.

"O Rio", João Cabral de Melo Neto, in *Morte e Vida Severina e Outros Poemas em Voz Alta* (Rio de Janeiro, 1966), p. 135.

1

INTRODUÇÃO
A HERANÇA COLONIAL DO BRASIL DO SÉCULO XIX

Embora o Brasil tenha se tornado independente de Portugal em 1822, a experiência econômica desta maior nação latino-americana era, no século XIX, em muitos aspectos, uma extensão de seu passado colonial. Até as rupturas mais radicais dos padrões centenários, como a abertura dos portos ao comércio com todas as nações e a abolição da escravatura não alteraram logo a natureza das relações básicas do Brasil com os países do hemisfério norte ou entre os proprietários dos meios de produção e a força de trabalho.[1]

A Herança Colonial

Desde a época de sua descoberta, em 1500, quando os portugueses deram início à implantação de postos de comércio de pau-brasil nas imensas praias que vão do atual Estado do Rio de Janeiro até o estado do Rio Grande do Norte, o Brasil tem exportado matérias-primas para os mercados europeus. A sucessão de ciclos exportadores brasileiros tem sido descrita para os leitores de língua inglesa com tal freqüência nos últimos anos, que é dispensável sua repetição e os estudantes brasileiros a conhece desde o ginásio.[2] Apenas deveremos observar que o ciclo do açúcar do qual uma etapa posterior é o objeto deste livro, começou logo antes de 1550 e terminou, segundo a maioria dos historiadores econômicos, em meados do século XVII, quando as colônias antilhanas da Holanda, Inglaterra e França, em função de sua proximidade da Europa, de preferências coloniais e de vantagens naturais, expulsaram o açúcar brasileiro dos mercados tradicionais.

É preciso não esquecer dois aspectos deste ciclo, que também foram comuns à maioria dos demais. Em primeiro lugar, o ciclo do açúcar não terminou subitamente em 1650. Embora as exportações declinassem nos 150 anos que se seguiram, no início do século XIX as exportações de açúcar cresceram novamente e continuaram em ascensão até ter início o século XX. Em segundo lugar, o ciclo exportador brasileiro pode ser definido como um período em que um determinado pro-

duto dominou tanto a lista de exportações do país quanto o mercado mundial da referida mercadoria atraindo, em resultado os fatores móveis de produção – capital e trabalho – e causando uma nova distribuição de rendas verticalmente, entre classes, e horizontalmente, pelas regiões geográficas.[3] Porém, com grande freqüência a atividade exportadora chegou a nível muito mais elevado – tanto em termos de quantidade e valor do produto quanto em termos do montante de capital e trabalho empregados – em data bem posterior. Assim, a despeito da queda do volume de exportação de açúcar durante o século XVIII, o valor ganho nesta atividade quase que ininterrupta superou o valor produzido pela extração do ouro e diamantes no ciclo da mineração, 1700-1760.[4] De maneira semelhante durante o século XIX, embora o café superasse o açúcar após 1830, o volume absoluto das exportações deste último chegou a um nível 500% acima do apogeu do ciclo do açúcar colonial. (Quadro I)[5]

Três outros aspectos da herança colonial merecem ser mencionados, dada sua persistente importância após a independência: monopsônio*/monopólio, latifúndio e escravidão. Durante a maior parte do período colonial os exportadores eram obrigados a vender nos mercados portugueses. As autoridades metropolitanas impuseram tal obrigação para assegurar a cobrança de tributos sobre os produtos coloniais e para favorecer os comerciantes nacionais que revendiam os produtos brasileiros nos mercados da Europa Ocidental.[6] A mesma política mercantilista obrigara o Brasil a adquirir em Portugal todas as suas importações, atuando a metrópole como um entreposto dos industriais norte-europeus, durante a maior parte do período colonial – especialmente um entreposto inglês pois o Tratado de Methuen (1703) assegurava reduções tarifárias para o vinho português em troca de favores semelhantes para os têxteis ingleses.[7] Para o Brasil tal política implicava evidentes desvantagens: os exportadores não conseguiam os mais elevados preços pagos nos mercados consumidores, os importadores tinham de arcar com os custos da intermediação portuguesa e os empresários não podiam implantar indústrias locais devido aos interesses comerciais metropolitanos.

Muitas mercadorias agrícolas de exportação eram produzidas de forma mais lucrativa em grandes plantações. Algodão, café e, especialmente, açúcar exigiam unidades de produção em grande escala: a pequena gleba trabalhada pela família não conseguia manter seus custos abaixo dos preços do mercado mundial. Além disto, tradicionalmente,

* N. do T.: Monopsônio: conceito que indica a presença de um só comprador, ainda não teve tradução consagrada em nossos mais modernos dicionários.

QUADRO I

VALOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS BRASILEIROS DE EXPORTAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS EXPORTAÇÕES TOTAIS (PERCENTAGEM)

Anos	Açúcar	Ouro e Diamantes	Algodão	Café	Couros	Fumo	Cacau	Borracha natural	Mate
1500-1822	56,0	31,7	2,2	0,7	2,8	2,2	0,7		
1821-30	30,1		20,6	18,4	13,6	2,5	0,5	0,1	
1831-40	24,0		10,8	43,8	7,9	1,9	0,6	0,3	0,5
1841-50	26,7		7,5	41,4	8,5	1,8	1,0	0,4	0,9
1851-60	21,2		7,5	48,8	7,2	2,6	1,0	2,3	1,6
1861-70	12,3		18,3	45,4	6,0	3,0	0,9	3,1	1,2
1871-80	11,8		9,5	56,6	5,6	3,4	1,2	5,5	1,5
1881-90	9,9		4,2	61,5	3,2			8,0	
1891-1900	6,0		2,4	64,5			1,5	15,8	
1901-1910	1,2		2,1	51,3			2,8	27,9	

FONTES: Simonsen, *História Econômica do Brasil*, p. 381; Nélson Werneck Sodré, *História da Burguesia Brasileira*, 2ª edição (Rio de Janeiro, 1967), p. 62-104; Buescu e Tapajós, *História do Desenvolvimento Econômico do Brasil*, p. 28; Virgílio Noya Pinto, "Balanço das Transformações Econômicas do Século XIX", in Carlos Guilherme Mota (ed.), *Brasil em Perspectiva* (São Paulo, 1968), p. 139.

a distribuição de terras na colônia dependera de doações reais de grandes áreas de uma légua quadrada ou mais. Os monarcas portugueses tinham distribuído tais sesmarias preferencialmente a colonizadores que ocupassem suas terras e as defendessem contra intrusos estrangeiros, e as transformassem em uma fonte de exportações tributáveis. Estas grandes doações, ampliadas por outras concessões, heranças e aquisições, dominaram as principais zonas de agricultura de exportação; somente prevaleceram as pequenas propriedades em regiões periféricas de pecuária e agricultura de subsistência e onde havia determinadas mercadorias exportáveis, como o fumo.[8] Este sistema de posse da terra impediu o desenvolvimento do fluxo da produção de gêneros de subsistência, concentrou a renda colonial num pequeno grupo de grandes proprietários e na comunidade comercial, subjugando a população rural à hegemonia de uma elite latifundiária.

A dependência do trabalho escravo, predominantemente recrutado na África, sobreveio devido à ausência, no Brasil, de grandes populações ameríndias dedicadas à agricultura sedentária, e devido à incapacidade dos imigrantes europeus – seja por temperamento, seja por opção – em satisfazer a demanda de trabalhadores agrícolas. A importação de milhões de africanos, na condição de escravos, satisfez tal demanda, porém trouxe duas graves desvantagens para os brasileiros livres.[9] Os escravos não eram consumidores ativos, com o que o mercado interno permanecia bem pequeno; a presença dos escravos depreciava os salários e prejudicava o desenvolvimento de um proletariado rural livre na maior parte do país.

O Brasil do Século XIX

Nos primeiros anos de independência, a maioria dos produtos dos ciclos exportadores ainda dominava o comércio exterior da nova nação. O açúcar, produzido nas províncias nordestinas, especialmente em Pernambuco e na Bahia, liderou a lista após a revolução de independência do Haiti (1801-05) e o bloqueio continental de Napoleão (1805-14) terem privado os consumidores europeus em grande parte, do açúcar antilhano, aumentando assim os preços do açúcar. O algodão, estimulado no final do século XVIII, pela companhia monopolista do Marquês de Pombal, nas províncias nortistas do Pará e do Maranhão, beneficiou-se com a guerra da independência dos Estados Unidos (1775-83), com as leis de embargo e de proibição de intercâmbio (Embargo and Non-Intercourse Acts), de 1807-1810, e com a guerra de 1812-15, que privaram as indústrias têxteis inglesas do algodão norte-americano e deram oportunidade ao algodão do Brasil para alcançar a segunda posição na lista de exportações. O terceiro produto

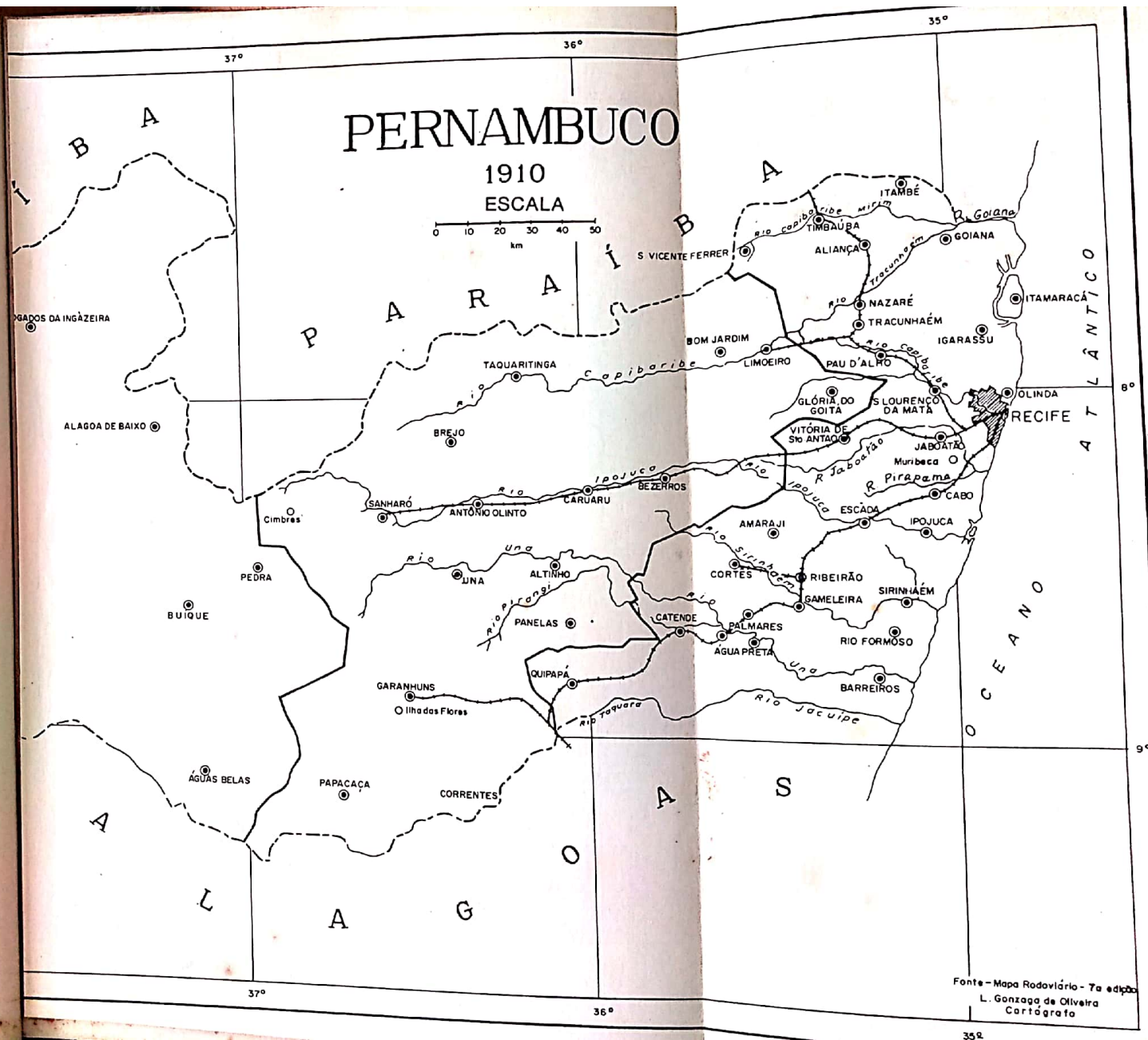
pela ordem, o café, era o único recém-chegado da lista. Como o açúcar, o café se beneficiara com a retirada da oferta haitiana dos mercados mundiais; as principais plantações de café de exportação situavam-se na província do Rio de Janeiro.

Foi o surto cafeeiro que determinou as principais transformações econômicas do Brasil do século XIX. Após 1830 o café produziu mais moeda estrangeira do que qualquer outro produto exportável, e sua liderança acentuou-se constantemente de lá pra cá. (Quadro 2) Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, as principais províncias produtoras de café, drenaram os escravos nordestinos, após 1850, quando chegou ao fim o tráfico internacional, e atraíram imigrantes e capitais da Europa, depois de 1880. Isto contribuiu para a maior concentração de rendas e de população no Centro-Sul (relativamente ao Nordeste), criando um mercado de massa e possibilitando o início do processo de industrialização.[10]

A independência política do Brasil não provocara a rápida diversificação dos mercados estrangeiros. Quando a corte portuguesa fugira dos exércitos de Napoleão para o Brasil, o rei D. João VI, ao chegar na colônia, apressara-se em abrir os portos ao comércio com todas as nações. Porém, antes de ser um repúdio à política mercantilista colonial, seu ato representara apenas a admissão de que a colônia não poderia comerciar com Portugal enquanto este fosse ocupado por uma força hostil. Em 1810, em retribuição à proteção que os ingleses lhe haviam proporcionado contra Napoleão, D. João VI firmou um tratado de comércio que concedia à Inglaterra tarifas preferenciais e direitos de extraterritorialidade no Brasil. Assim, por motivos estratégicos, Portugal preservou a dependência brasileira de um único mercado europeu, o mesmo mercado que vinha abastecendo a colônia através de intermediários portugueses, desde 1703.

D. Pedro I, o filho de D. João VI, respeitou este tratado após ter proclamado a independência brasileira, em 1822. Quando o tratado expirou, em 1825, Pedro I teve de assinar um acordo semelhante para conseguir o reconhecimento diplomático indispensável para o crédito e o intercâmbio. Os dois tratados amarravam o comércio brasileiro à Inglaterra. Quando preferências tarifárias semelhantes foram concedidas a outros países europeus, pelo fim do decênio de 1820, foram mitigados os perigos do monopsônio/monopólio, mas a facilidade para importar, virtualmente, todos os produtos manufaturados prejudicou as primeiras tentativas de industrialização do Brasil.[11] Somente quando o segundo tratado chegou a seu termo, nos anos 1840, o Brasil libertou-se de tais obrigações com a Inglaterra, encontrou novos parceiros comerciais e estabeleceu a primeira barreira tarifária protetora.

QUADRO 2
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ E AÇÚCAR
(1821-1910)

	Açúcar			Café		
Anos	Toneladas anuais	Valor médio em libras [a]	Percentagem do valor total da Exportação	Toneladas anuais	Valor médio em libras [a]	Percentagem do valor total da Exportação
1821-25	41.174	983.600	23,2	12.480	739.600	17,6
1826-30	54.796	1.369.600	37,8	25.680	698.200	19,7
1831-35	66.716	1.091.500	23,5	46.980	2.001.500	40,7
1836-40	79.010	1.320.800	24,3	69.900	2.428.000	46,0
1841-45	87.979	1.264.600	21,6	85.320	2.058.200	42,0
1846-50	112.830	1.650.600	27,5	120.120	2.472.800	40,9
1851-55	127.874	1.882.200	21,5	150.840	4.113.000	48,6

1856-60	98.864	2.445.400	21,2	164.160	5.635.000	48,7
1861-65	113.551	1.943.600	14,0	153.300	6.863.400	49,3
1866-70	109.001	1.717.800	10,7	192.840	6.737.400	42,5
1871-75	169.337	2.353.400	11,8	216.120	10.487.800	52,0
1876-80	167.761	2.354.600	11,8	219.900	12.103.000	60,7
1881-85	238.074	2.646.000	13,7	311.760	11.359.000	58,8
1886-90	147.274	1.537.200	7,0	307.800	14.380.800	64,5
1891-95	153.333	2.182.800	7,2	361.092	20.914.000	69,2
1896-1900	113.908	1.288.800	4,7	532.800	16.669.400	60,4
1901-05	78.284	637.000	1,6	740.280	20.952.200	53,0
1906-10	51.338	479.600	0,8	826.908	27.877.000	50,5

a. Valor nominal não ajustado pela inflação.

FONTES: "O Açúcar na vida econômica do Brasil", pp. 233-236. Affonso de Taunay, *Pequena História do Café no Brasil (1727-1937)* (Rio de Janeiro, 1945), pp. 547-549.

Em conjunção com o auge cafeeiro, esta nova independência comercial deu margem ao primeiro período prolongado de balança comercial favorável e a iniciativas bem sucedidas de industrialização.[12]

A estrutura de propriedade da terra não sofreu mudança maior durante o século XIX. Embora o sistema de sesmarias fosse abolido com a independência, a pretexto de impedir que o imperador concedesse terras públicas em troca de apoio político, a verdade é que sesmarias ilegais foram concedidas ao final do decênio de 1820 e a invasão de terras continuou a ser praticada na medida em que a influência política e a força das armas a permitia. A mais importante legislação sobre a terra deste período, Lei 601 de 1850, tratou de promover a imigração estrangeira através da regularização da propriedade pelo levantamento das terras e estabelecendo procedimentos para legitimar a posse, tais como requerer que o governo vendesse, em lugar de doar, terras públicas. Mas os levantamentos não foram realizados e os invasores ilegais defenderam-se com a força, mais do que perante os tribunais, daí resultando que os mais poderosos proprietários ampliaram seus domínios à custa dos fracos.[13]

De todas as instituições coloniais, indubitavelmente, a escravidão foi a mais afetada pela evolução do século XIX. Nos primeiros anos da independência, a força escrava de trabalho concentrava-se nas regiões exportadoras mais ativas – o Nordeste e o Centro-Sul. Em algumas províncias, como Maranhão, Espírito Santo e Rio de Janeiro, os escravos, na realidade, sobrepujavam a população livre, e na Corte, Alagoas, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, a população escrava era proporcionalmente mais densa do que a livre. Aproximadamente, de cada dez pessoas que viviam no Brasil à época da Independência, quatro eram escravas.[14]

Em 1888, entretanto, o governo imperial aboliu a escravidão em um *coup de grâce*, culminando o processo de efetiva abolição gradual iniciado em 1850. No curso do processo a maioria dos senhores de escravos do Nordeste tinha podido adotar o trabalho livre, e poucas províncias, como Ceará e Amazonas, anteciparam-se a 1888, libertando seus escravos. Os mais ardorosos defensores da escravidão eram os cafeicultores do Centro-Sul, mas até este grupo, na sua maior parte, começou a ajustar-se antecipadamente à abolição, subsidiando a imigração de europeus.

Entretanto a abolição trouxe vantagens ambíguas para os escravos. Embora sua condição formal, legal, tivesse mudado irrevogavelmente, os ex-escravos continuaram a desempenhar os mesmos velhos papéis econômicos e sociais na base da sociedade brasileira. A liberdade os expôs a todas as contingências dos mercados competitivos de

trabalho, abundantemente supridos, sem facilitar – como compensação pelos anos de trabalho servil – seu ingresso em tal mercado. No Centro-Sul, onde os ex-escravos poderiam ter aspirado participar da prosperidade cafeeira, a chegada de milhares de imigrantes europeus frustrou tais esperanças.

Este resumo melancólico das continuidades remanescentes entre o Brasil colonial e o Brasil independente não deve dar a impressão de uma história totalmente estática. Especialmente durante o Segundo Império (1840-89) o crescimento de grandes áreas urbanas como Rio de Janeiro e São Paulo, a adoção de inovações tecnológicas como a máquina a vapor e a ferrovia, o advento de indústrias de bens de consumo e, mesmo, a emergência de certa mentalidade empresarial marcaram o início de uma nova era industrial.[15] As zonas de açúcar do Nordeste tiveram êxito, com a ajuda governamental, na implantação de tecnologia modernizadora nos engenhos e na ampliação da escala de produção, até este ponto, pelo menos, acompanhando o progresso verificado no Centro-Sul. Porém, o desenvolvimento do Nordeste perdeu seu significado quando comparado ao das regiões produtoras de café – as regiões açucareiras estagnaram-se.

Notas

1. Stanley J. Stein e Barbara H. Stein, *A Herança Colonial da América Latina. Ensaios de Dependência Econômica*, trad. José Fernandes Dias (Rio de Janeiro, 1976), pp. 114-116. Apresentam uma formulação recente desta tese.

2. Celso Furtado, *The Economic Growth of Brazil, A Survey from Colonial to Modern Times*, trad. Ricardo W. de Aguiar e Eric Charles Drysdale (Berkeley e Los Angeles, 1965). Rollie Poppino, *Brazil, The Land and the People* (Nova York, 1968); E. Bradford Burns, *A History of Brazil* (Nova York, 1971).

3. Mircea Buescu e Vicente Tapajós, *História do Desenvolvimento Econômico do Brasil* (Rio de Janeiro, s. d.), pp. 24-25, contém alguns elementos desta definição.

4. C. R. Boxer, *A Idade de Ouro do Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)*, trad. de Nair de Lacerda, 2ª edição (revista) (São Paulo, 1969). Os historiadores econômicos brasileiros têm destacado que o ciclo da mineração só atingiu seu auge ao redor de 1760, ao contrário da impressão gerada por Boxer. Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, 13ª edição (São Paulo, 1975), p. 78. Buescu e Tapajós, *História*, p. 42.

5. Roberto C. Simonsen, *História Econômica do Brasil, 1500-1820*, 4ª edição (São Paulo, 1962), Quadro diante da p. 382. "O Açúcar na vida econômica do Brasil", *Anuário Açucareiro para 1938* (Rio de Janeiro), p. 235.

6. Hélio Jaguaribe, *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político. Uma Abordagem Técnica e um Estudo de Caso Brasileiro*, 2ª edição (Rio de Janeiro, 1969), pp. 133-139.

7. Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, pp. 79-80. Ver Fernando A. Novais, "O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial", in Carlos Guilherme Mota, *Brasil em Perspectiva* (São Paulo, 1968), p. 51 seg., uma síntese do mercantilismo português, com a respectiva bibliografia.

8. Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, 5ª edição (São Paulo, 1957), pp. 147-149.

9. O número de africanos importados é muito controvertido. Simonsen estimou-os em 3,5 milhões, uma cifra aceita por muitos outros estudiosos. Mircea Buescu, *História Econômica do Brasil, Pesquisas e Análises* (Rio de Janeiro, 1970), pp. 201-218 contesta tal estimativa e propõe seu próprio cálculo: de 5 a 5,5 milhões.

10. Warren Dean, *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*, trad. Octávio
Mendes Cajado (São Paulo, 1971), p. 91 e Nathaniel H. Leff, "Desenvolvimento Eco-
nômico e desigualdade regional: Origens do caso brasileiro", *Revista brasileira de econo-*
mia (Rio de Janeiro), ano 26, nº 1 (janeiro de 1972), pp. 3-21. Esta alteração demográfica
e de renda em prejuízo do Nordeste já começara durante o surto mineiro do século
XVII, que atraíra capitais e escravos do Nordeste para Minas Gerais, determinando a
transferência da capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro.

11. Nélson Werneck Sodré, *As Razões da Independência*, 2ª edição (Rio de Janeiro,
1969), pp. 150-164. Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, 11ª edição (São
Paulo, 1969), pp. 130-138.

12. C. H. Haring atribuiu a balança comercial favorável apenas à prosperidade cafeeira de após 1850, apesar do café já liderar a lista de exportações brasileiras há vinte anos. *Empire in Brazil. A New World Experiment with Monarchy* (Cambridge, Mass., 1958), pp. 68-69. Quanto à balança comercial, consultar Nélson Werneck Sodré, *História da Burguesia Brasileira*, 2ª edição (Rio de Janeiro, 1967), p. 102. Quanto às leis tarifárias iniciais ver Heitor Ferreira Lima, *História Político-Econômica e Industrial do Brasil* (São Paulo, 1970), pp. 261-267.

13. Costa Pôrto, *Estudo sobre o Sistema Sesmarial* (Recife, 1965), pp. 173-187. Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro* (Porto Alegre, 1958), pp. 206-210. Warren Dean, "Latifundia and Land Policy in Nineteenth Century Brazil", *Hispanic American Historical Review*, v. 51, nº 4 (novembro de 1971), pp. 606-625.

14. Os melhores resumos disponíveis dos censos do século XIX são: Joaquim Norberto de Souza e Silva, "Investigações sôbre os Recenseamentos da População Geral do Império e de Cada Província de per si tentados desde os Tempos Coloniais até hoje", in *Relatório apresentado à Assembléa Geral na segunda sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Paulino José Soares de Souza* (Rio de Janeiro, 1870), Appendix D., reimpresso pelo Serviço Nacional de Recenseamento, *Documentos Censitários*, Série B, nº 1 (Rio de Janeiro, 1951). F. J. Oliveira Vianna, "Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil", Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brasil Realizado em 1º de setembro de 1920*, 5 vols. (Rio de Janeiro, 1922-30), v. 1, pp. 404-483. Ciro T. de Padua, "Um Capítulo da História do Brasil", *Revista do Arquivo Municipal* (São Paulo), Ano XI, v. C (janeiro-fevereiro de 1945), pp. 135-190.

15. Dean, *Industrialização de São Paulo*, capítulo 1. Richard Graham, *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil, 1850-1914*, trad. Roberto Machado de Almeida (São Paulo, 1973), pp. 18-30.

2

CRISE ECONÔMICA: O DECLÍNIO DAS EXPORTAÇÕES

No século XIX a indústria açucareira de Pernambuco liderou as exportações brasileiras e exemplificou bem os problemas da indústria nacional. Assim, como a maioria dos demais produtores mundiais de cana-de-açúcar, Pernambuco enfretou dois tipos de dificuldades: a queda de preços e a dura concorrência. Os brasileiros não conseguiram superar tais dificuldades e sua indústria estagnou. A redução das receitas de exportação foi o primeiro indício dos apuros da indústria. A queda dos preços do açúcar, especialmente depois de 1860, reduziu os rendimentos do início da década de 1870 ao nível verificado no decênio de 1850. (Quadros 3 e 4) O volume total da produção aumentou regularmente no curso do século, em função do crescimento populacional da Europa, da América do Norte e da elasticidade – preço da demanda – isto é, os produtores não podiam elevar os preços contendo a oferta. Sendo assim produziam tanto açúcar quanto fosse possível a dado preço, para atrair novos mercados e assegurar os lucros do açúcar pernambucano que eram superiores aos obtidos por qualquer outro uso da terra na província.[1] Na década de 1880 o acesso ao mercado dos Estados Unidos estimulou o crescimento da exportação; porém, na de 1890 já ressurgiam outra vez sérias dificuldades (Quadro 5).

Exportações

Tendências negativas do comércio de exportação atingiam a indústria porque os mercados estrangeiros absorviam mais de três quartas partes do açúcar pernambucano (Quadro 6). Além disto, as conseqüências de tais momentos adversos eram agravadas devido à alta dependência do Brasil a mercadorias importadas, que exigiam as divisas conseguidas pelo comércio exterior. A queda da taxa cambial após 1851 apenas tornou mais complexo o problema. O valor nominal da moeda (par) fora estabelecido a 27 penies (d) por 1$000 em 1846, mas a taxa do mercado livre raramente chegava a tal nível. Sua queda, na segunda metade do século, viu-se acelerada com a política monetária

QUADRO 3
EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR DE PERNAMBUCO

Anos [a]	Quantidade média anual (toneladas)	Valor médio anual (£ 1880) [b]
1836-40	27.844	306.881
1841-45	31.926	409.708
1846-50	47.932	634.628
1851-55	56.981	949.453
1856-60	48.523	1.007.331
1861-65	46.741	698.008
1866-70	63.229	748.455
1871-75	78.699	930.345
1876-80	91.882	1.280.670
1881-85	103.889	1.188.376
1886-90	119.227	1.590.118
1891-95	s/dados	s/dados
1896-1900	40.840	284.079
1901-05	11.701	141.299
1906-10	32.993	361.517

a. A menos que seja expressamente indicado o contrário, os anos de safra serão presumidamente os primeiros citados, por exemplo, 1836-37 foi calculado como sendo o de 1836.
b. O valor real foi conseguido convertendo-se o mil-réis em libras nominais, à taxa cambial dada por Ónody, e depois dividindo-se as libras nominais por um índice britânico de preço de exportação, em termos dos preços dados por Imlah para o ano de 1880.

FONTES: George Eduardo Fairbanks, *Observações sôbre o Commércio de Assucar, e o Estado presente desta Indústria* (Bahia, 1847), p. 149. Sebastião Ferreira Soares, *Notas Estatísticas sôbre a Produção Agrícola e a Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil* (Rio de Janeiro, 1860), pp. 255-256. *Informações sôbre o Estado de Lavoura* (Rio de Janeiro, 1874), p. 162. *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da Mesma em 25 de agôsto de 1862*, "tabela". *Falla com que o Exmo. Sr. Doutor Manoel Clementino Carneiro da Cunha abrio a sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em 2 de março de 1877*, "Registro da Alfandega." *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 8 de agôsto de 1884*, "tabela." *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 9 de agôsto de 1889*, "tabela". João Severiano da Fonseca Hermes Júnior, *O Assucar como factor importante da riqueza pública no Brasil* (Rio de Janeiro, 1922), pp. 49-50, 71-72. *Economia e Agricultura*, ano 1, nº 5 (15 de fevereiro de 1933), p. 38. Albert H. Imlah, *Economic Elements in the Pax Britannica, Studies in British Foreign Trade in the Nineteenth Century* (Cambridge, Mass., 1958), Quadro 8. Oliver Ónody, *A Inflação Brasileira (1820-1958)* (Rio de Janeiro, 1960), pp. 22-23.

QUADRO 4
VALORES DO AÇÚCAR E TAXAS CAMBIAIS

Anos	Preço do açúcar mascavado (xelins /cwt.* c.i.f Londres)	Exportação (£/tonelada brasileira)	Taxa de câmbio (d/1$000, Rio de Janeiro)
1836-40	40/5	15,7	31,7
1841-45	36/0	14,5	26,7
1846-50	26/2	14,3	26,9
1851-55	21/10	15,9	28,1
1856-60	26/7	20,9	26,1
1861-65	22/2	17,1	26,2
1866-70	22/5	15,4	20,9
1871-75	23/0	13,7	25,6
1876-80	21/1	14,4	23,3
1881-85	17/5	10,5	20,8
1886-90	13/1	11,3	23,1
1891-95	12/6	14,5	11,7
1896-1900	10/4	11,8	8,3
1901-05	9/4	9,4	12,7
1906-10	9/10	9,7	15,6

NOTA: A queda do preço do mascavado é mais violenta do que a do preço do valor médio por tonelada exportada porque o último inclui outras qualidades de açúcar de maior preço.

FONTES: Noel Deerr, *The History of Sugar*, 2 vols. (Londres, 1949-50), v. II, p. 531. "O Açúcar na vida econômica do Brasil", pp. 233-235. Ónody, *A Inflação Brasileira*, pp. 22-23.

* N. do T.: *cwt* é a abreviatura de *hundredweight*, medida de peso *avoirdupois* equivalente nos Estados Unidos a 100 libras (45,26 kg) e na Inglaterra a 120 libras (50,8 kg).

QUADRO 5
PRODUÇÃO TOTAL DE AÇÚCAR EM PERNAMBUCO

Anos	Quantidade média anual (toneladas)	Anos	Quantidade média anual (toneladas)
1801-05	8.362	1856-60	67.339
1806-10	7.866	1861-65	57.357

(continua)

Anos	Quantidade média anual (toneladas)	Anos	Quantidade média anual (toneladas)
1811-15	5.742	1866-70	54.372
1816-20	9.198	1871-75	98.231
1821-25	12.212	1876-80	116.379
1826-30	18.234	1881-85	133.847
1831-35	13.690	1886-90	156.321
1836-40	26.743	1891-95	173.442
1841-45	32.357	1896-1900	134.326
1846-50	49.925	1901-05	142.015
1851-55	63.312	1906-10	141.624

NOTA: Devido às discrepâncias entre este quadro e o Quadro 3 (por exemplo, as exportações do período de 1836-40 e o de 1866-70 superaram as entradas de açúcar em Recife) este quadro serve apenas para sugerir as mudanças relativas de produção.

FONTES: Gaspar Peres e Apollonio Peres, *A Indústria Assucareira em Pernambuco* (Recife, 1915), pp. 27-29, 31, 109-110, 114. Os autores usaram os registros de entrada de açúcar em Recife da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco. Tais cifras não correspondem, necessariamente, à produção real, pois omitem o açúcar produzido nos engenhos pernambucanos próximos das fronteiras do norte e do sul e comercializados através de João Pessoa e Maceió, respectivamente, e incluem açúcar produzido em outras regiões.

QUADRO 6

MÉDIA ANUAL DA EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR DE PERNAMBUCO EM RELAÇÃO PERCENTUAL COM A PRODUÇÃO ANUAL MÉDIA DA MESMA PROVÍNCIA

Anos	Quantidade exportada/ Quantidade total (percentagem)	Valor Exportado/ Valor total (percentagem)
1856-60	79,9	76,2
1861-65	81,5	77,5
1866-70	85,8	81,8
1871-75	85,5	82,5
1876-80	84,2	79,8
1881-85	82,8	78,0
1886-90	81,4	77,5
1897-1901	45,9	
1903-05	9,1	8,9
1906-10	24,8	15,2

FONTES: Quadros 3,5 e 9.

da Primeira República e alcançou o extremo, sem precedentes, de 7,4 penies (d) nos últimos anos da década de 1890. (Quadro 4)

Este declínio da taxa de câmbio tinha dois efeitos contraditórios. Por um lado beneficiava os produtores de açúcar porque permitia-lhes venderem a moeda estrangeira produzida pelas exportações por um montante crescente de mil-réis. Assim, as quedas da taxa cambial funcionavam como compensação das quedas dos preços do açúcar. Porta-vozes dos interesses açucareiros pernambucanos criticavam a política imperial que estabelecia alta paridade monetária alegando que "equivale a uma sentença de morte para a lavoura da cana e indústria açucareira da Província", e exigiam do governo que evitasse os empréstimos externos que elevassem a taxa cambial.[2]

Porém, se uma taxa cambial em queda ajudava os exportadores, lesava os importadores, para os quais as moedas estrangeiras ficavam mais caras. Os produtores de açúcar eram tanto exportadores quanto importadores, pois quase todo seu equipamento principal e muitas das mercadorias de consumo que usavam vinham do estrangeiro. Assim, o efeito líquido de uma taxa cambial em queda dependia, em grande parte, da proporção das importações e exportações de um plantador e do grau em que os produtos domésticos refletiam os aumentos dos preços das importações. Desgraçadamente, para os plantadores, a modernização da tecnologia do açúcar, no século XIX, exigia grandes investimentos em maquinaria importada a fim de aumentar a escala de produção e sua eficiência. Para os plantadores que tentavam manter-se competitivos mediante a modernização, a taxa declinante de câmbio, era, portanto, um obstáculo. Durante o decênio de 1880, o período em que as taxas cambiais caíram mais velozmente, o governo teve de subsidiar a modernização que os interessados, privadamente, relutavam em empreender. Mesmo os plantadores que não se modernizaram sofreram com as oscilações cambiais, pois enquanto caíam os preços do açúcar para menos de um quarto a taxa cambial baixava somente a metade. Assim, a taxa cambial em queda não compensava as perdas do preço declinante do açúcar.

A crescente indústria européia de açúcar de beterraba causou muitos dos problemas de Pernambuco. Esta indústria, nascida no início do século XIX, para compensar a ausência do açúcar de cana colonial, determinada pelo bloqueio continental de Napoleão, conquistou a proteção governamental contra o açúcar de cana quando terminou o bloqueio e desenvolveu-se para satifazer as necessidades domésticas. Os produtores de açúcar de beterraba logo procuraram mercados estrangeiros e os preços mundiais entraram em rápida queda.[3] Em 1900 os produtores de açúcar mascavo estavam ganhando menos da quarta

parte do preço obtido há 60 anos. Os produtores de açúcar de beterraba invadiram e conquistaram o mercado mundial; os produtores de açúcar de cana, que antes tinham mais de 90% do mercado mundial (ao redor de 1840) ficaram reduzidos a menos de 50% da demanda universal, pelo início do século XX. (Quadro 7 e Apêndice I)

Os interesses açucareiros deram-se conta da ameaça da concorrência européia, mas estavam relativamente sem condições para enfrentá-la. Em 1862, a associação pernambucana de comerciantes – Associação Commercial Beneficente de Pernambuco (ACBP) – advertia que "segundo a baixa de açúcar nos principais mercados da Europa, e concorrências dos açúcares de outras procedências, que para ali vão mais bem aperfeiçoados, e comparativamente, mais baratos, sem dúvida pelos serviços de máquinas e instrumentos que em outros países se empregam para a cultura e manipulação deste gênero, antevemos a queda deste importantíssimo ramo da agricultura, e da renda da Província".[4] Os agricultores da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (SAAP) se recusaram a participar da Exposição Sul-Americana de Berlim, em 1886, porque os interesses germânicos do açúcar de beterraba tinham deslocado o açúcar brasileiro dos mercados do Rio da Prata.[5]

Porém, as mais sérias tentativas de amenizar a concorrência do açúcar de beterraba não partiram das iniciativas brasileiras, mas de tentativas internacionais de eliminar a concorrência "desleal" de produtores subsidiados pelos governos, na forma de reduções tributárias, também denominadas *drawbacks* ou *bounties* (subvenções). Os maiores produtores da Europa Ocidental reuniram-se em conferências em 1864, 1868, 1869, 1872, 1873, 1875, 1876, 1887 e 1898, não passando de acordos de menor significado sobre os métodos de classificação das variedades de açúcar. Por último, na Conferência de Bruxelas, de 1901, as nações européias concordaram em eliminar as subvenções, limitar as tarifas protecionistas e a preferência pelos produtores coloniais, decidindo-se, também a aplicar restrições contra o açúcar que continuasse a ser subvencionado.[6]

Os brasileiros reagiram cautelosamente à Convenção de Bruxelas de 1901. Um ano antes da conferência, o I Congresso Nacional de Agricultura, reunido no Rio de Janeiro, havia recomendado que fossem acompanhados os passos das nações produtoras de açúcar de beterraba, devolvendo-se aos exportadores um subsídio recolhido das indústrias.[7]

Depois da Conferência de Bruxelas, a qual o Brasil não compareceu, a questão da adesão dividiu os interesses açucareiros. A maioria dos porta-vozes, na Conferência do Açúcar da Bahia, em 1902, mani-

QUADRO 7
O BRASIL NO MERCADO MUNDIAL DE AÇÚCAR

Anos	Produção mundial, cana e beterraba (toneladas métricas)	Açúcar de beterraba/ Produção Mundial (percentagem)	Brasil/ Mundo (percentagem)	Pernambuco/ Mundo (percentagem)
1841-45	959.078	5,1	9,3	3,3
1846-50	1.146.281	9.3	10,3	4,2
1851-55	1.433.105	13,7	8,6	4,0
1856-60	1.676.492	21,3	6,3	2,9
1861-65	1.912.388	25,9	6,6	2,4
1866-70	2.414.270	32,0	4,4	2,6
1871-75	3.003.043	40,0	5,7	2,6
1876-80	3.320.512	44,2	5,3	2,8
1881-85	4.333.972	51,2	5,3	2,4
1886-90	5.572.260	56,5	2,8	2,1
1891-95	7.243.020	52,0	2,1	s/dados
1896-1900	8.174.820	61,0	1,4	0,5
1901-05	10.414.020	50,0	0,8	0,1
1906-10	12.831.200	49,3	0,4	0,3

NOTA: a produção *mundial* absoluta é desconhecida. As cifras referem-se àquele açúcar, na maior parte exportado, de que se tem registros estatísticos.

FONTES: Deerr, *The History of Sugar*, v. II, pp. 490-491. "O Açúcar na vida econômica do Brasil", pp. 233-235. Quadro 3 do presente livro.

festou-se contrária às subvenções. Os favoráveis à adesão aos acordos de Bruxelas, inclusive a SAAP, pensavam que este passo seria o único meio de salvaguardar o acesso do Brasil aos consumidores da Europa, cujos governos aprovassem o acordo. Eles também insistiam em que reduzir as tarifas protecionistas seria forçar a indústria açucareira a racionalizar-se e a melhorar sua eficiência. Os oponentes temiam, principalmente, que se o Brasil reduzisse as barreiras protecionistas os mercados domésticos poderiam ser invadidos pelo açúcar de beterraba europeu, mais barato.[8]

A Conferência do Açúcar de Recife, de 1905, continuou discutindo a questão da adesão e concluiu recomendando que, primeiramente, o governo brasileiro determinasse se o Brasil concederia subvenção direta ou indireta, alterando as tarifas então de modo a assegurar o aces-

so aos mercados inglês e de outras nações da Europa e estabelecendo acordos comerciais com outros países.[9] Embora o Brasil aderisse, por pouco tempo, ao acordo de Bruxelas, as cifras da exportação do período 1906-10 não revelam qualquer vantagem significativa.

O açúcar de beterraba excluiu o Brasil dos mercados da Europa. Desde a década de 1840 o Brasil tinha vendido a maior parte do seu açúcar à Inglaterra; o término do tratado comercial Brasil-Inglaterra, de 1827, tinha dado margem a que o Brasil encaminhasse para a Inglaterra sua produção açucareira que concorria com a das Índias Ocidentais Britânicas, e a aprovação da Lei do Açúcar de 1846 (Sugar Act) tinha reduzido as tarifas do açúcar bruto para favorecer as indústrias e os consumidores ingleses.[10] Mas quando o açúcar de beterraba chegou à Inglaterra, no decênio de 1870, o Brasil perdeu terreno rapidamente. (Quadro 8)

Para substituir o mercado inglês os brasileiros passaram a exportar para a única área ainda não dominada pelo açúcar de beterraba, os Estados Unidos – mas, mesmo aí, a posição brasileira era frágil. As vendas para os Estados Unidos subiram rapidamente nos anos 70 e no fim do Império os Estados Unidos haviam substituído a Grã-Bretanha como principal mercado externo brasileiro. (Quadro 8)

O novo governo republicano do Brasil firmou um tratado comercial de reciprocidade com os Estados Unidos em 1891, num esforço para melhorar o acesso ao mercado da América do Norte. Mas os pernambucanos não viram maiores vantagens no tratado. O secretário da SAAP observou que o açúcar mascavado brasileiro já entrava nos Estados Unidos, livre de direitos, nos termos da Tarifa McKinley de 1890, enquanto a ACBP, pessimista, previu que logo o açúcar de beterraba substituiria o produto brasileiro e que os Estados Unidos firmariam idênticos tratados comerciais de reciprocidade com outros produtores de açúcar de cana, o que poria fim à vantagem brasileira.[11]

Os acontecimentos vieram confirmar tais temores. Meses após terem assinado o tratado com o Brasil, os Estados Unidos firmavam documentos iguais com a Espanha, permitindo o livre ingresso dos açúcares brutos de Cuba e Porto Rico. Embora mais tarde o Brasil denunciasse o tratado de 1891, o açúcar permaneceu na lista de entrada livre da Tarifa McKinley e da Tarifa Dingley (1897).[12] Em conseqüência de sua intervenção na guerra de independência de Cuba, os Estados Unidos anexaram Porto Rico e Havaí e assinaram um tratado de reciprocidade com Cuba em 1903. Estas anexações deram origem a colônias açucareiras bem próximas dos Estados Unidos, que não eram signatárias do acordo de Bruxelas, situação semelhante a das Índias Ocidentais, que antes supriam a Inglaterra. De acordo com disposições com-

QUADRO 8

PRINCIPAIS COMPRADORES ESTRANGEIROS DO AÇÚCAR BRASILEIRO

Anos [a]	Grã-Bretanha		Estados Unidos	
	Libras nominais (£)	Percentagem do total das exportações de açúcar do Brasil	Toneladas métricas	Percentagem do total das exportações de açúcar do Brasil
1850-54			6.808	5,3
1855-59	988.712	40,4	8.365	8,3
1860-64	1.032.270	53,1	5.871	5,2
1865-69	1.253.286	73,0	7.049 [b]	6,5
1870-74	1.795.723	76,3	22.461 [b]	3,3
1875-79	1.830.574	77,8	33.691	20,1
1880-84	1.679.361	63,5	108,282	45,5
1885-89	721.928	47,7	94,977	63,1
1890-94	269.625	12,6	75.162	51,0
1895-99	178.929	13,1	62.859	49,0
1900-04	93.153	11,1		
1905-09	216.023	50,6		

a. Nessa tabela foram adotados períodos levemente diferentes de cinco anos para ajustá-los aos dados disponíveis.
b. Média para somente três anos.

FONTES: "O Açúcar na vida econômica do Brasil", pp. 234-235. Graham, *Grã-Bretanha e o Início da Modernização*, p. 81. U.S. Congress, House of Representatives, *Executive Documents*, "Commerce and Navigation of the United States for the Fiscal Year ended June, 30, 1850" até ... June 30, 1889" (diversos títulos). "The World's Sugar Production and Consumption", pp. 1.384-385.

paráveis às "preferências coloniais", o mercado metropolitano foi assegurado e os produtores estrangeiros independentes, como os brasileiros, foram discriminados.

Com os maiores países da Europa, a Inglaterra e os Estados Unidos, ou auto-suficientes ou importando de colônias, o Brasil poderia ter salvo os mercados importadores da América Latina, caso o custo dos transportes fosse favorável. Mas as nações mais populosas, Méxi-

co e Argentina, assim como o Peru, já tinham desenvolvido suas próprias indústrias açucareiras, no começo do século XX (ver Apêndice 2). Assim o Brasil não conseguiu encontrar mercados que substituíssem a Inglaterra e os Estados Unidos.

A dependência de poucos mercados de exportação, fossem na Inglaterra ou nos Estados Unidos, implicava outros riscos além da exclusão. As nações relativamente industrializadas preferiam importar matéria-prima ou seja o açúcar bruto, que suas indústrias processavam para os consumidores. Como resultado disto, a maioria esmagadora do açúcar pernambucano exportado era constituída pela variedade do açúcar mascavado bruto. Exportar apenas mascavado significava conseguir um preço 25 a 33% abaixo do que era pago pelo açúcar refinado branco, bem como pagar frete para transportar impurezas sem valor algum, que aumentavam o volume e o peso da carga. Porém, se quisessem exportar, os produtores não tinham opção quanto à qualidade: entre 1854 e 1874, a Inglaterra impôs tarifas à importação de açúcar refinado para proteger os refinadores nacionais. Como observou um historiador britânico do açúcar: "Durante três séculos de indústria britânica de açúcar houve conflito de interesses entre o produtor e o refinador, e não é exagero dizer-se que houve uma tendência a reduzir o primeiro à posição de servo do segundo".[13] Os Estados Unidos também favoreciam suas refinarias domésticas impondo direitos sobre o açúcar refinado, segundo as tarifas de 1890 e o tratado comercial com o Brasil de 1891.[14]

Vendas internas

O mercado interno brasileiro oferecia a única saída para os produtores, incapazes de enfrentar a concorrência estrangeira. No Segundo Império os pernambucanos venderam de 15 a 20% de seu açúcar aos consumidores domésticos. (Quadro 9) A grande maioria deste açúcar era uma variedade do branco refinado, por três razões: primeiro, o consumidor brasileiro, como o europeu, exigia açúcar branco em sua mesa; segundo, como o Brasil Imperial não tinha grandes refinarias, os próprios plantadores, ou os pequenos refinadores de Recife, tinham de transformar o açúcar mascavado em branco. Por último, o governo imperial impôs taxas de importação sobre o açúcar estrangeiro refinado e cristalizado. Embora fossem usualmente planejadas, por motivos fiscais, visando o aumento das receitas do Tesouro, tinham seguidamente efeitos protecionistas. Assim, no período 1844-57, os açúcares refinados de importação pagavam 60% *ad valorem*; de 1874 a 1881 tais açúcares pagavam entre 30 e 50 por cento. Estes impostos encorajaram

QUADRO 9
VENDAS DE AÇÚCAR PERNAMBUCANO
AO MERCADO INTERNO

Anos	Quantidade média anual (toneladas)	Valor médio anual (£1880)
1856-60	12.177	310.623
1861-65	10.628	199.813
1866-70	10.484	170.755
1871-75	13.392	198.173
1876-80	17.241	284.226
1881-85	21.581	355.114
1886-89	24.767	497.680
1897-1901	78.016	

FONTES: – *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 25 de agôsto de 1862. Informações sobre o Estado da Lavoura* (Rio de Janeiro, 1874), p. 162. *Relatório...ACBP...8 de agôsto de 1884. Ibid.. 9 de agôsto de 1889. Peres e Peres, A Indústria Assucareira em Pernambuco,* pp. 109-110. José Maria Carneiro da Cunha, "O Assucar", *Diário de Pernambuco*, 15 de janeiro de 1903. Ónody, *A Inflação Brasileira*, pp. 22-23. Imlah, *Economic Elements in the Pax Britannica*, Quadro 8.

os agricultores a comercializar seu açúcar branco, sofrivelmente refinado, no mercado interno.[15]

Na República, por sua vez, os produtores pernambucanos caíram, aparentemente, sob o controle das grandes refinarias do Centro-Sul, para onde mais de 50% de sua produção era remetida, de tal modo que, por volta de 1910, eles estavam vendendo quase exclusivamente açúcar mascavado.

O mercado interno brasileiro de açúcar difere do mercado internacional correspondente em um importante aspecto: dada a proteção contra a concorrência estrangeira os produtores podiam manter os preços altos, restringindo a oferta de seu produto; isto é, a demanda era relativamente inelástica. Em Pernambuco esta idéia foi inicialmente burilada para safra de 1895-96, quando a ACBP e outros propuseram que os engenhos produzissem maior quantidade de açúcar bruto, de preço mais baixo, para exportação, reduzindo assim os embarques de açúcar branco para o mercado interno. Argumentavam que os engenhos, produzindo somente açúcar bruto de exportação, até outubro de cada ano, ficariam livres da competição, tanto do açúcar europeu

de beterraba quanto do açúcar cubano de cana, que chegavam aos mercados internacionais no fim de outubro e em dezembro, respectivamente. O esquema de 1895-96 fracassou, entretanto, assim como uma tentativa semelhante em 1901, porque enquanto Pernambuco remetia açúcar para os mercados estrangeiros, visando restringir a oferta interna e elevar os preços domésticos, os produtores do Centro-Sul vendiam no mercado nacional e tiravam vantagens do "sacrifício" nordestino.[16]

A adesão do Brasil ao acordo de Bruxelas, de 1902, suscitou o espectro, para o consumidor nacional, de que se os produtores elevassem demasiadamente o preço, os açúcares estrangeiros poderiam invadir o mercado interno e dominá-lo. Conseqüentemente, tornou-se indispensável uma íntima coordenação. A Conferência do Açúcar de Recife, de 1905, ouviu uma monografia que analisava os cartéis e vários escritores publicaram propostas de associações de produtores.[17] Estimulados pelo agente comercial Mendes Lima & Cia, que financiou muitas de suas safras, os usineiros concordaram em, para a safra 1906-07, manufaturar certa percentagem de açúcar bruto demerara para exportar, e alguns armazenadores e agentes comerciais comprometeram-se a não vender para o mercado nacional antes de novembro. Este cartel, desfrutando o apoio da SAAP e da União dos Syndicatos Agricolas de Pernambuco (USAP) ficou sendo conhecido como Colligação. Foi auxiliado, ainda, pela Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), que emitia boletins estatísticos bissemanais com os dados do consumo e da produção regional e distribuía quotas de exportação aos vários estados produtores de açúcar, num esforço para coordenar seus cartéis.[18]

A Colligação funcionou durante as safras 1906-07 e 1907-08. Enquanto os atacadistas do Sul boicotavam o açúcar de Pernambuco por quatro meses, para forçar a baixa dos preços, os pernambucanos conquistaram a cooperação dos produtores de Alagoas e da Bahia, e até convenceram os produtores campistas – Estado do Rio de Janeiro – a colaborar com eles. Seu êxito conduziu-os a planejar um cartel nacional.[19]

Mas os cartéis, dependendo da cooperação voluntária de produtores, agentes comerciais e armazenadores, todos com interesses conflitantes e de diferentes estados, estavam sob constante ameaça de desintegração. Na safra 1908-09, as refinarias do Rio de Janeiro, em nome da proteção dos consumidores, resistiram aos preços mais elevados e fizeram compras diretas nos engenhos de Campos e da Bahia. Os armazenadores de Recife logo saíram das fileiras e venderam a preços inferiores aos esperados pela Colligação. Em inútil tentativa, José Ru-

fino Bezerra Cavalcante, um deputado federal e corretor de açúcar, persuadiu o governador de Pernambuco a reduzir as taxas de exportação do açúcar para os produtores, e a aumentar os tributos do produto enviado para o mercado interno. Porém, a rebaixa tributária não foi suficiente para permitir que os produtores dominassem os armazenadores, que se recusaram a exportar.[20]

A Colligação de Pernambuco, reorganizada em março de 1909, visava a comprá de açúcar suficiente para manter os preços acima de um nível mínimo. Assim, deveria atuar não meramente como uma entidade conselheira, mas como um comerciante ativo. Mas os novos diretores não conseguiram levantar o capital necessário para o início das operações e os agricultores perderam o interesse. O fracasso da Colligação e a distância de Pernambuco dos principais mercados consumidores do Centro-Sul impediram que os agricultores recuperassem no mercado interno o que tinham perdido no externo. Nos anos 1900-05, somente 23% do açúcar recebido no Rio de Janeiro procedia de Pernambuco. Os Estados do Rio de Janeiro e Sergipe remeteram, cada um, 30% do açúcar consumido na capital.[21]

As vendas somadas dos demais produtos da cana, como o rum, melaço e o álcool, raramente correspondiam a mais de um quinto do valor das exportações do açúcar, ao tempo do Império. Tais produtos não tinham demanda internacional porque os principais clientes de Pernambuco, a Inglaterra e os Estados Unidos, satisfaziam suas necessidades com o rum e o melaço produzidos nos Estados Unidos, nas Índias Ocidentais Britânicas, em Cuba e em Porto Rico.[22]

Alguns observadores tinham esperança de que a demanda interna de rum e de álcool, em expansão, pudesse ajudar a compensar a debilidade do mercado açucareiro. No decênio 1890 a demanda interna do rum pernambucano avolumou-se muito devido à abolição da escravatura, ao começo da imigração maciça de europeus para o Brasil e as enormes safras cafeeiras do Centro-Sul. Nos primeiros anos do século XX os brasileiros experimentaram os usos possíveis do álcool de açúcar. Várias cidades do interior de Pernambuco instalaram iluminação a álcool; a SNA patrocinou uma exposição e conferência do álcool, no Rio de Janeiro; os editores de jornais de Recife estimularam o emprego do álcool, como substituto da gasolina, nos motores de combustão interna; e um orador insistiu no uso do álcool para o fabrico de vinhos de frutas, durante a Conferência do Açúcar de Recife, de 1905.[23] Como resultado de tais iniciativas, em determinados momentos, as vendas de álcool quase igualaram ao valor das exportações de açúcar.

O açúcar continuou sendo a principal exportação de Pernambuco, mas a contribuição do mesmo à economia local declinou muito. As receitas anuais da alfândega, um bom indicador da atividade comercial em região exportadora de produtos primários e importadora de produtos elaborados, cresceu o sêxtuplo entre o decênio 1840 e o fim do Segundo Império. As receitas da exportação de açúcar, porém, apenas triplicaram. (Quadro 10) A média anual da receita do açúcar *per capita* na agricultura e na criação caiu de 4,3 libras em 1872 para 1,4 em 1900.[24]

Esta mudança ocorreu a despeito da emigração de cerca de 10 mil escravos, a maioria deles saídos dos engenhos, entre 1872 e 1881, e a despeito dos grandes investimentos no açúcar, do decênio 1880, dois acontecimentos que deveriam ter elevado as rendas *per capita,* no setor.

Devido à crise de exportação, os pernambucanos só puderam conseguir escassa satisfação pelo fato de terem melhorado sua posição de líderes da exportação açucareira do Brasil. A província teve sua participação na média das exportações de açúcar do Império aumentada de 45%, no início do decênio de 1850, para 53%, no final da década de 1880. Esta última participação era o dobro da correspondente ao concorrente mais próximo, a Bahia, e quase o sêxtuplo da atribuível ao Rio de Janeiro e a São Paulo. Além disto, durante os anos 1903-10, Pernambuco contribuiu com a média de 60% do total das exportações brasileiras de açúcar, sendo que o competidor mais próximo, Alagoas, concorreu com 27 por cento.[25]

Porém, no amplo contexto da produção mundial do açúcar, os exportadores de Pernambuco sofreram com a evolução do final do século XIX. Em 1850 o Brasil era o terceiro maior produtor de açúcar de cana, atrás de Cuba e dos Estados Unidos. No fim do Império, Java e as Filipinas colocavam-se à frente do Brasil; na transição para o século XX, as Ilhas Maurício* e o Havaí também se adiantavam; por volta de 1910, Porto Rico tinha suplantado as melhores safras brasileiras, e Queensland** se aproximava rapidamente. (Apêndice 2) Esta queda na lista dos produtores não foi compensada pelo aumento no consumo mundial, pois a nova demanda não favorecia o açúcar brasileiro. No decênio 1840 o Brasil suprira mais de 9% do mercado mundial, cabendo a Pernambuco um terço desta participação. Na passagem do século, a parcela brasileira caíra para menos de 2% e a de Pernambuco para um quarto desta percentagem. (Quadro 7)

*N. do T.: Ilhas Maurício, antiga colônia britânica, independente desde 1968.
** N. do T.: Queensland, estado da Austrália.

QUADRO 10
O AÇÚCAR PERNAMBUCANO
E O PRODUTO PROVINCIAL BRUTO
(em contos)

Anos	Média anual da receita alfandegária	Média anual da receita de exportação de açúcar
1836-40		3.347.706
1841-45	1.792.000	4.345.937
1846-50	2.555.648	6.342.517
1851-55	3.807.938	9.322.333
1856-60	5.407.872	10.143.446
1861-65	6.481.012	8.111.525
1866-70	9.591.988	11.108.847
1871-75	10.962.439	11.118.027
1876-80	9.322.528	13.815.198
1881-85	10.519.292	12.617.276
1886-88	10.853.911	14.353.043
1889-93	12.856.981	
1897-98	17.999.644	

FONTES: *Relatório da Dirècção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 8 de agôsto de 1878. Ibid., 8 de agôsto de 1884. Ibid., 8 de agôsto de 1889.* "Retrospecto Commercial de 1894," *Diário de Pernambuco,* 15 de janeiro de 1885. Quadro 3 do presente livro.

Os agricultores brasileiros, especialmente os de Pernambuco, podiam atribuir suas dificuldades relativamente a poucas causas. A crise da exportação era um evidente produto do auge da produção de açúcar de beterraba, que rebaixou os preços e tomou conta dos mercados tradicionais. O Brasil não conseguiu substituir seus antigos mercados europeus por escoadouros do hemisfério ocidental, porque os consumidores preferiram ofertas alternativas, de colônias ou de seus próprios territórios nacionais. Restou apenas o recurso de proteger o mercado interno, e neste caso, devido à distância em que fica Pernambuco dos principais centros populacionais, os produtores nordestinos não puderam manter a predominância que tinham desfrutado nos mercados estrangeiros. Sem mercado, a indústria estagnou.

Notas

1. Raramente os preços do açúcar caíam tanto que os plantadores preferissem abandonar ou queimar sua cana para não enfrentar os custos de industrializá-la. Relatório de Hughes, a 30 de abril de 1885 (Pernambuco) na Grã-Bretanha, Parlamento, *Parliamentary Papers* (House of Commons by Command), 1884-85, v. LXXIX, *Accounts and Papers*, v. XVIII, p. 1.323. Posteriores referências a estes documentos serão abreviadas (HCC, número do volume; *AP*, número do volume).

2. Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, Livro de Atas nº 2, Conselho Administrativo, 27 de outubro de 1886. *Idem*., "Relatório da Sessão de 28 de setembro", *Diário de Pernambuco* (Recife) 1º outubro de 1886. "Crise do Assucar", *ibid*., 19 de agosto de 1887. Henrique Augusto Milet, *Auxílio à Lavoura e Crédito Real* (Recife, 1876), pp. 73-74. O governo imperial estabeleceu uma alta taxa de paridade cambial e contraiu empréstimos estrangeiros para adquirir ouro mais barato para resgatar seus compromissos.

3. "The World's Sugar Production and Consumption", in Unidet States Treasury Department, Bureau of Statistics, *Summary of Commerce and Finance of November 1902*, pp. 1.267-269.

4. *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 25 de agosto de 1862*, p. 5.

5. Sociedade Auxiliadora da Agricultura, "Exposição Sul-Americana de Berlim", *Diário de Pernambuco*, 12 de agosto de 1886. A ACBP e a Associação Commercial Agrícola (ACA) participaram. Alguns Agricultores, "A exposição de Berlim", *ibid.*, 13 de agosto de 1886. "Província de Pernambuco, Exposição Sul-Americana em Berlim", *ibid.*, 19 de agosto de 1886.

6. Resumos dessas conferências do açúcar podem ser encontrados em "The World's Sugar Production and Consumption", pp. 1.273-275., e em Noel Deerr, *The History of Sugar*, 2 vols. (Londres, 1949-50), v. II, pp. 505-507. O acordo de Bruxelas está publicado no primeiro às pp. 1.361-362.

7. "Congresso de Agricultura – Redação final das conclusões Votadas. Lavoura e Commércio do Assucar e de seus produtos", *Diário de Pernambuco*, 20 de outubro de 1901. Em Recife pelo menos um proprietário de engenho opôs objeções, temeroso de que os outros países viessem a impor taxas idênticas. "Sociedade Auxiliadora da Agricultura", *ibid.*, 10 de dezembro de 1901.

8. Instituto do Açúcar e do Álcool, *Congressos Açucareiros no Brasil* (Rio de Janeiro, 1949), p. 114. "Auxiliadora da Agricultura", *Diário de Pernambuco*, 5 de abril de 1902. "Conferência Assucareira. Estudo da Questão dos Prêmios", *ibid.*, 25 de julho de 1902. Luiz Correa de Brito, "Secção Agrícola. O Brasil e a Conferência de Bruxellas, I-II", *ibid.*, 4-5 de fevereiro de 1903. Ignacio de Barros Barreto, "A convenção de Bruxellas e o assucar brasileiro", *O Agricultor Pratico* (Recife), 15 de junho de 1903, p. 10. Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, "Secção Agrícola", *Diário de Pernambuco*, 6 de maio e 8 de julho de 1903. Allan Patterson, "Publicações a Pedido. O Assucar", *ibid.*, 28 de novembro de 1904. Serzedelo Corrêa, "A Questão dos Assucares", *ibid.*, 20 de dezembro de 1904.

9. *Trabalhos da Conferência Assucareira do Recife (2º do Brasil)* (Recife, 1905). Parte 1, pp. 100-119, 127, 133; Parte 2, pp. 3, 25-34, 58-68, 126-128, 152.

10. Alan K. Manchester, *Preeminência Inglesa no Brasil*, trad. Jamaina Amado, (São Paulo, 1973), pp. 88, 183, 184, 268. Leslie Bethell, *A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil. A Grã-Bretanha, o Brasil, e a Questão do Tráfico de Escravos, 1807-1869*, trad. Vera Neves Pedroso (Rio de Janeiro, 1976), pp. 216-220, 260-271. Durante o qüinqüênio 1841-45, a Inglaterra importou a média anual de 863 quilogramas de açúcar brasileiro não refinado; somente em 1846 tal importação alcançou 4.972 toneladas. *Parliamentary Papers*, 1852-53, HCC, v. XCIX, *AP* v. XLIII , p. 592-593.

11. Henrique Augusto Milet à Associação Commercial Beneficente de Pernambuco, 20 de março de 1891; e "O Assucar e seus Derivados", ambos no *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 22 de agosto de 1891*, pp. 79, 20-25.

12. E. Bradford Burns, *The Unwritten Alliance. Rio Branco and Brazilian-American Relations* (Nova York e Londres, 1966), pp. 60-64. Eduardo Prado, *A Illusão Americana*, 3ª edição (São Paulo, 1961), pp. 149-151.

13. Deerr, *The History of Sugar*, v. II, pp. 441-442, 467-468. Compare as séries de tarifas apresentadas por Deer com as de Geoffrey Fairrie, *Sugar* (Liverpool, 1925), pp. 223-224. O poder da indústria de refinação de açúcar da Inglaterra não se vinculou à debilidade dos exportadores da maquinaria manufatureira do açúcar. Embora os últimos não exportassem a maquinaria refinadora mais avançada para o Brasil, faziam, entretanto grandes negócios equipando os engenhos. Graham, *Grã-Bretanha e o Início da Modernização*, pp. 92-93.

14. Tais refinarias inicialmente gozavam de proteção tarifária para que as novas indústrias sobrevivessem. Posteriormente, após a formação do *trust* do açúcar, a tarifa foi usada para proteger o oligopólio da competição estrangeira. Alfred S. Eichner, *The Emergence of Oligopoly, Sugar Refining as a Case Study* (Baltimore e Londres, 1969), pp. 95-97.

15. Nícia Vilela Luz, *A Luta pela Industrialização do Brasil (1808 à 1930)* (São Paulo, 1961), pp. 22, 36. Pelos tratados comerciais com a Inglaterra (1810, 1827) o Brasil fora autorizado a proteger seus produtores de açúcar, impondo direitos aos açúcares importados das Índias Ocidentais Britânicas. Assim, em compensação parcial pela exclusão do açúcar refinado brasileiro pelos ingleses, os produtores do Brasil protegiam seu próprio mercado interno. Manchester, *Preeminência Inglesa*, pp. 88, 183, 184.

16. *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 9 de dezembro de 1896*, pp. 16-17. *Ibid., 9 de agosto de 1897*, pp. 34-38. *Ibid., 13 de agosto de 1901*, p. 11. *Ibid., 12 de agosto de 1902*, pp. 130-143. "Associação Commercial Agrícola", *Diário de Pernambuco*, 8 de julho de 1902. Davino Pontual, "Organização agrícola e industrial do assucar em Pernambuco", *Boletim da União dos Syndicatos Agricolas de Pernambuco* (Recife), v. I, nº 3 (março de 1907), p. 124. Esta publicação será, doravante, abreviada *Boletim USAP*.

17. J. G. Pereira Lima, "Os cartéis", *Trabalhos da Conferência Assucareira*, Parte 2, pp. 132-146. Luiz Correia Britto, "Commercio de Assucar", *Diário de Pernambuco*, 16 de agosto de 1905. *Idem*, "Organização Commercial dos Agricultores", *O Agricultor Prático*, "Auxiliadora da Agricultura", *Diário de Pernambuco*, 15 de agosto e 3 de dezembro de 1905. "O commercio do assucar", *ibid.*, 20 de janeiro de 1906. J. G. Pereira Lima, "Valorização do Assucar, Memoria apresentada ao Exm. Sr. Dr. Affonso Augusto Moreira Penna", *ibid.*, 9 de junho de 1906.

18. "Valorização do Assucar. A Sociedade Auxiliadora", *Ibid.*, 25 de agosto de 1906. "Reunião Agrícola", *A Província*, 5 de outubro de 1906. "Observações", *Boletim*

USAP, v. I, nº 7 (julho de 1907), p. 551. "Vida Commercial", *Diário de Pernambuco*, 20 de agosto e 29 de outubro de 1907. "A Colligação e o Decreto do Governador do Estado", *Pernambuco* (Recife), 1º de março de 1909. "Organização commercial da industria assucareira", *Boletim USAP*, v. I., nº 4 (abril de 1907), pp. 184-185.

19. Quanto aos estatutos da Colligação, consultar "Os estatutos da Colligação. O Furo do Diário", *Diário de Pernambuco*, 28 de janeiro de 1908. Luíz Correia de Britto, "Palestra", *Boletim USAP*, v. II, nº 10 (outubro de 1908), p. 596.

20. "Colligação Assucareira", *Diário de Pernambuco*, 20 e 25 de fevereiro de 1909. Luíz Correia de Brito, "Colligação Assucareira", *Boletim USAP*, v. III, nº 3 (março de 1909), pp. 175-201. Este último artigo, do primeiro presidente da Coligação, apresenta um bom resumo da história do cartel. "A Colligação...", *Pernambuco*, 1º de março de 1909.

21. "Publicações a Pedido. Colligação Assucareira de Pernambuco", *Diário de Pernambuco*, 10 de março de 1909. "Vida Commercial", *ibid.*, 12 de setembro de 1909. "Pela Lavoura. A reunião de hontem", *ibid.*, 19 de outubro de 1909. "Pela Lavoura. Colligação assucareira", *ibid.*, 30 de outubro de 1909. "A valorização do assucar na Conferência de Campos", *Boletim USAP*, v. V, nº 7 (julho de 1912), pp. 485-486. "Valorização do assucar", *Diário de Pernambuco*, 9 de junho de 1906.

22. *Parliamentary Papers*, 1860-1896, *passim*. U. S. Congress, House of Representatives, *Executive Documents*, *passim*.

23. Arthur L. G. Williams, "Report for the Year 1894 on Trade of the Consular Districts of Pernambuco", *Parliamentary Papers*, 1895, HCC, v. XCVI, *AP*. v. 36, pp. 4-5, 23. "Illuminação a Alcool", *Diário de Pernambuco*, 10 de setembro de 1903. "Exposição e Congresso do Álcool", 20 de outubro de 1903. "Secção Agrícola, Cia de Luz e Força Motriz pelo Alcool", *ibid.*, 22 de outubro de 1903. "Secção Agrícola, Congresso das Applicações industriaes do alcool", *ibid.*, 20 de novembro de 1903. José Rufino Bezerra Cavalcante, "Secção Agrícola, Crise Agrícola, Illuminação a Álcool", *ibid.*, 5 de dezembro de 1903. "Ainda o Álcool", *ibid.*, 13 de dezembro de 1903. J. G. Pereira Lima *et al.*, "O álcool e as bebidas artificiaes", *Trabalhos da Conferência Assucareira*, Parte 2, pp. 77-79.

24. Infelizmente o censo pernambucano de 1890 não identifica as ocupações, o que teria permitido avaliar o bem-estar anterior ao período de grandes investimentos de capital no açúcar. A partilha *per capita* da renda do açúcar na província subiu, globalmente, de 1,34 libras, em 1872, para 2,03, em 1890, indicando um progresso caso a proporção da população empregada na produção de açúcar permanecesse constante. Mas, por volta de 1900 este índice tinha caído para 0,45 libras. Ver no Quadro 3 do presente livro e os censos brasileiros de 1872, 1890 e 1900.

25. Júlio Brandão Sobrinho, *A Lavoura da Canna e a Indústria Assucareira dos Estados Paulista e Fluminense. Campos e Macahé em confronto com S. Paulo. Relatório apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Antônio de Pádua Salles* (São Paulo, 1912), p. 100. Gileno Dé Carli, "Alagôas, Sinópse Histórica do Açúcar". *Annuário Açucareiro para 1935*, p. 38. Diógenes Caldas, "Parahiba, Sinópse Histórica do Açúcar", *Annuário Açucareiro para 1935*, p. 108; Eudes de Souza Leão Pinto, *Cana-de-açúcar* (Rio de Janeiro, 1965), p. 77. *Economia e Agricultura*, ano I, nº 5 (15 de fevereiro de 1933), p. 37.

3
O PROGRESSO TÉCNICO

A tecnologia, tanto na fase agrícola quanto na industrial da economia do açúcar de Pernambuco do século XIX, não compreendia os métodos mais modernos. Há quem ponha neste atraso a culpa pela estagnação da indústria açucareira.[1] Porém, uma minoria de agricultores adotou tecnologia mais moderna depois de 1870. Se a indústria, globalmente, não fez novos investimentos em tecnologia mais produtiva, vários fatores – inclusive a própria estagnação da indústria – podem ser responsabilizados. Uma repassada na agricultura da cana, na industrialização do açúcar e no seu transporte evidencia certas áreas de atraso; revela, também, inovações sucessivas feitas por um próspero setor da indústria, assim contestando a acusação de obsolescência completa.

Operações Agrícolas

A agricultura da cana-de-açúcar refletiu com a maior clareza o atraso de Pernambuco. A chamada cana Crioula, introduzida em Pernambuco no século XVI, predominou durante quase 250 anos, até o início do século XIX, quando o rei D. João VI, de Portugal, ocupou a Guiana Francesa, em 1808. Dois anos após, o governador português da colônia conquistada enviou amostras da cana Otaiti ou Bourbon, nativa do Taiti e cultivada na Guiana Francesa, para o Jardim Botânico de Olinda, em Pernambuco, onde foram reproduzidas e distribuídas aos senhores de engenho. Esta nova variedade passou a ser conhecida por cana Caiana (de Caiena, nome da capital da Guiana Francesa). Devido a seu tamanho maior, mais abundante ramificação, mais conteúdo de açúcar e resistência à estiagem, a nova cana logo substituiu a cana Crioula e continuou a ser a variedade predominante, ao lado de uma espécie aparentada à cana Imperial, pela maior parte do século XIX. Outras espécies da Caiana, da Java e das Maurício foram introduzidas após 1854.[2]

A principal inovação em espécies de cana ocorreu após 1879. Neste ano uma enfermidade da cana, chamada "moléstia" ou podridão da cana, atacou a cana Caiana, anteriormente sadia. Para combater a "moléstia", que deixava mucilagem amarela solúvel nos caldeirões de açúcar – cuja remoção interrompia o processo de fabricação – foram introduzidas novas espécies vindas de Java e das Maurício.[3] Em 1892, Manuel Cavalcante de Albuquerque, proprietário do Engenho Cachoeirinha, de Escada, teve êxito na reprodução sexual de cana, eliminando assim a dependência de pedaços de cana importados e tornando possível a hibridização seletiva. O próprio Cavalcante de Albuquerque criou a variedade Manteiga.[4]

A lavoura de cana era altamente trabalho-intensiva.[5] Os agricultores mandavam grupos de escravos, com enxadas – em julho, agosto e início de setembro para as terras montanhosas e entre setembro e novembro às ricas várzeas, ou terras ribeirinhas, para que plantassem curtos pedaços de cana em sulcos. Em duas semanas os nós da cana deitavam raízes, folhas e outros rebentos que por sua vez também lançavam raízes e germinavam. Os escravos, com suas enxadas e foices afofavam o solo após cinco semanas, erradicando o inço e as folhas baixas das hastes da cana, umas duas ou três vezes. O arado, a capinadeira e a grade não eram usados, de um modo geral, embora os plantadores de cana da Louisiana e de Cuba já os empregassem na década de 1840. Em Pernambuco, os agricultores utilizavam nas várzeas toscos arados puxados por bois; pelo fim do decênio 1880 começaram a importar arados franceses, alemães e norte-americanos, mas ainda confiavam nas enxadas para cavar os sulcos nas encostas das colinas – alegavam que troncos de árvores e raízes impediam o emprego do arado. As recomendações, ao tempo da moléstia, para arar mais fundo, de modo a dar mais resistência aos solos, não foram atendidas.[6]

A cana maturava em doze a quinze meses. A colheita começava no final da estação chuvosa, normalmente entre fim de agosto e outubro. Os escravos, com foices e machetes, cortavam a cana e, em feixes de seis a doze, acomodavam-na em cavalos, mulas e carros de bois para transportá-la ao engenho.[7] A mais significativa mecanização da fase agrícola da produção de açúcar ocorreu no transporte da cana. A década de 1870 viu as primeiras ferrovias privadas, instaladas entre canaviais e engenhos, para transportar mais rapidamente quantidades maiores de cana. Embora estas primeiras ferrovias fossem de tração animal e trilhos portáteis, mais tarde as instalações tornaram-se permanentes. Quase todas as usinas montaram pequenas ferrovias a vapor, de até 30 quilômetros e bitolas entre 0,60 e 1,0 metro. Algumas destas linhas férreas foram construídas graças a subsídios do governo,

como as das Usinas Cachoeira Lisa e Bom Fim, não só trafegando entre os canaviais e os engenhos como estabelecendo conexões com a ferrovia Recife ao rio São Francisco, obrigando-se também a transportar cargas públicas e passageiros.[8]

O insignificante custo das terras e florestas levou os agricultores a abusarem da madeira e dos recursos do solo. Originalmente plantaram cana nos solos ricos de massapê das várzeas, famosos por sua fertilidade, facilidade para o cultivo e boa retenção de água. Pelo século XIX, entretanto, tais várzeas estavam ocupadas em sua maioria e os agricultores já estavam desmatando as encostas colinosas. Os solos colinosos, não tão fofos e porosos, eram difíceis de ser trabalhados e seguidamente os escravos tinham de deixar três tocos no chão. Sem terraceamento, sulcos de contorno ou reflorestamento, este desmatamento apressou a destruição do solo e alterou a irrigação natural. A modernização da indústria do açúcar apenas complicou o problema, porque as grandes usinas exigiam áreas ainda maiores para a cana e muito mais lenha para as caldeiras.[9]

As várzeas férteis permitiam que a cana renascesse de socas no segundo, terceiro e até no quarto ano após a plantação, embora a qualidade do açúcar decaísse proporcionalmente. Depois do quarto ano, a prática mais comum era deixar a terra ficar em alqueive, em lugar de fazer plantação com culturas alternativas. Embora deixassem as folhas de cana e a erva daninha secas sobre o solo, os agricultores normalmente não usavam fertilizantes. Mesmo a adubação com esterco de animais postos a pastar não era praticada. Apenas durante a "moléstia" a SAAP importou guano, nitrato de sódio e superfosfato para fortalecer os solos pobres, acusados de causar a enfermidade. Mas logo que o perigo passou esta prática foi esquecida.[10]

Operações Industriais

A fabricação de açúcar, uma operação mais capital-intensiva começava, tradicionalmente, quando grandes rolos de madeira de lei, cobertos por arcos ou placas de ferro, esmagavam a cana para extrair seu suco, que constitui 90% do peso da mesma. Por meados do século XIX os fabricantes pernambucanos tinham, de um modo geral, passado do rolo vertical para os rolos horizontais que proporcionavam maior pressão, moagem mais veloz e melhor distribuição da cana pela superfície dos rolos. Pelo fim do século rolos de ferro já haviam substituído os de madeira.

Os pernambucanos não adotavam a difusão, o principal método alternativo para extrair caldo de cana. Inventado pelos fabricantes de

açúcar de beterraba, a difusão eliminava os moinhos de rolo e os substituía por lâminas que cortavam as canas longitudinalmente. A cana cortada era repetidamente mergulhada em água que lavava o xarope. Afirmava-se que a difusão extraía uma maior percentagem do mais puro xarope da cana, mas exigia maior quantidade de combustível para evaporar a água e requeria seguidamente que fossem afiadas as lâminas. Em Pernambuco somente dois engenhos, as Usinas de Ipojuca e Cucaú, instalaram maquinaria de difusão. A experiência do primeiro foi insatisfatória e logo o proprietário retornou para os engenhos de moagem. O segundo, usou com êxito a difusão solucionando, em parte, o problema do combustível – instalando uma fornalha especial que secava o bagaço a ser queimado e fazendo experiências com petróleo. Quando os proprietários ampliaram a capacidade produtora, entretanto, adquiriram uma moenda tradicional para trabalhar paralelamente ao aparelho de difusão.[11]

As fontes de energia nos engenhos passaram por muitas alterações no século XIX. Nos primeiros anos juntas de cavalos, bois ou mulas eram jungidas a longas alavancas ligadas ao eixo da moenda vertical, estilo que pouco mudara desde o século XVI. Lá pelo ano 1854, um inquérito feito em Pernambuco revelou que 426 em 532 engenhos, ou seja 80% dos engenhos ainda dependiam de tração animal; em 1857 a estatística revelava que 66% dos 1.106 engenhos usavam energia animal. Os engenhos próximos dos rios empregavam moinhos de água para movimentar suas moendas: nos inquéritos de 1854 a 1857 a energia hidráulica movia 19 e 31% dos engenhos contados. Máquinas a vapor, por sua vez, funcionavam somente em 1 e 2% dos engenhos, respectivamente, embora em Louisiana os engenhos a vapor superassem em número os de energia animal, já em 1840 e em Cuba 70% dos 1.358 engenhos contados em 1860 usassem vapor.[12]

Após 1870 os donos de engenhos introduziram mais rapidamente as moendas a vapor. Por volta de 1871, 6% dos 440 engenhos que transportavam açúcar através da Recife and San Francisco Raiway empregavam energia a vapor; por 1881 a cifra comparável era de 21,5% dos 609 engenhos e por 1914 dos 2.288 engenhos do estado 34% usavam vapor, assim como todas as 62 usinas modernas.[13]

Após a extração, o suco era fervido para que a água, que constituía 70 a 80% do mesmo, evaporasse; esta fervura era feita em uma ou duas séries de quatro a sete caldeiras, cada uma com sua própria fornalha. As caldeiras de cobre, mais leves e melhores condutoras de calor,eram preferidas em relação às de ferro mais baratas mas propensas à ferrugem; e durante o século XIX uma fornalha central, mais econômica, foi colocada por baixo das primeiras caldeiras com canos que

conduziam o calor às demais. O sistema era denominado trem da Jamaica. A lenha era o combustível que as aquecia. Os proprietários de engenho, geralmente, não queimavam o bagaço, embora esta prática fosse conhecida desde 1812. Houve uma autoridade que, expressamente, advertiu que "queimar o bagaço é roubar-se a si próprio, porquanto, se esse bagaço fosse enterrado nos canaviais, ele os fertilizaria".[14]

Os mestres de açúcar colocavam cinzas nos caldeirões ferventes para remover as impurezas solúveis e clarear o açúcar. Outros agentes clarificadores eram ossos queimados e sangue de animais, cal e ácido sulfúrico. As impurezas solúveis flutuavam na massa fervente como espuma, que era retirada e empregada para fazer rum, para alimentar o gado, devolvida às caldeiras iniciais da série para reprocessamento, ou jogada fora. Impurezas insolúveis do caldo de cana eram retiradas passando-o através de filtros de linho ou de lã e de coadores metálicos, quando ele era levado de uma caldeira para outra.

Pelo fim do Império uns poucos proprietários de engenhos implantaram a caldeira a vácuo, inventada em 1813, para a evaporação. Esta vasilha fechada reduzia a temperatura da fervura e, assim, economizava combustível e reduzia o perigo de "caramelização". O múltiplo – ou tríplice – efeito da caldeira a vácuo era ainda mais econômico ao serem ligadas as caldeiras de modo que o vapor de uma aquecesse a segunda, cujo vapor por sua vez, seria condensado para produzir novo vapor. As caldeiras a vácuo surgiram em Cuba, Peru, México e Louisiana, na década de 1840, sendo bem comuns em Cuba pelos anos 1860, mas os pernambucanos não começaram a instalá-las até o decênio 1870.[15] O vapor aquecido representou outro avanço na etapa da fervura. Em lugar de uma chama direta na caldeira, canos com vapor aquecido, esferas ou serpentinas mergulhadas no suco, ou uma caldeira de fundo duplo, aqueciam e evaporavam mais eficientemente.

Quando o suco de cana alcançava uma consistência de xarope era colocado em vasilhas onde esfriava e cristalizava. Durante 24 horas muitos cristais de açúcar subiam à superfície do xarope em resfriamento e podiam ser retirados. O resto do xarope era colocado em formas cônicas de madeira ou de barro para resfriar por mais quatro ou cinco dias. Então dava-se o processo da purga: água e barro eram borrifados em cima do pão de açúcar, e quando estas matérias lixiavam em seis a oito dias, era extraída a água que ficava entre os cristais de açúcar.

Os pães purgados secavam ao sol por 18 a 22 dias, ou emprateleirados em grandes celeiros aquecidos, até que nenhum melaço escorresse de um orifício na base da forma. O pão seco continha açúcar branco em cima, açúcar amarelo no meio e açúcar pardo na base. Cristaliza-

dores de centrifugação, inventados em 1837 aceleravam grandemente este processo moroso. O xarope resfriado era colocado em volantes munidos de coadores na beirada. Uma rotação rápida forçava o melaço a passar pelos furos e deixava o cristal de açúcar na superfície interna do coador, de onde era lavado com água e vapor para clarear o açúcar. Este processo, excluída a secagem, podia produzir 60 quilos de açúcar a cada vinte minutos. Uma centrifugadora de madeira fabricada localmente foi mencionada em Pernambuco, nos primeiros anos do decênio de 1850, e a primeira centrifugadora importada foi instalada em 1872.[16]

O processo manufatureiro rústico de início do século XIX possibilitava ao engenho médio a produção, no máximo, de uma a uma e meia toneladas diárias de açúcar predominantemente mascavado. Isto é, entre 15 e 20 pães de 60 a 70 quilogramas cada um, ou cerca de 150 toneladas por safra. Em contraposição, as usinas plenamente equipadas do início do século XX produziam acima de 10 toneladas diárias, ou quase mil toneladas por safra – inclusive era o açúcar branco que predominava.[17]

Além de fazer açúcar bruto o proprietário de engenho também produzia um rum de baixa qualidade, da espuma retirada dos caldeirões e das últimas parcelas de xarope. Deixava a mistura envelhecer um pouco em vasilhas de barro, tendo as sobras do caldeirão como agente fermentador, e depois destilava. As pipas e barris de rum que chegavam a Recife no início do século XIX continham 80% de água. Engenhos especializados em rum usavam alambiques de melhor qualidade e destilavam várias vezes; pelo fim do século algumas usinas empregavam suas destilarias só para fabricar álcool.[18]

Em Recife um pequeno número de refinarias derretiam o açúcar bruto e o clarificavam de novo. Os refinadores prensavam o mascavado em sacos durante cinco ou seis horas, rolavam o extrato e voltavam a prensar por tempo dobrado. Por estes processos químico-físicos transformavam o açúcar mascavado em açúcar branco, que era colocado no mercado interno a preço mais elevado. Mesmo quando a indústria se dedicou ao mercado doméstico, por meados do decênio 1890, as refinarias locais continuaram pequenas, pois os usineiros tratavam de produzir um açúcar branco aceitável pelos consumidores ou vendiam seu produto às grandes refinarias próximas dos mercados principais.[19]

O Ritmo do Progresso

A adoção relativamente morosa das inovações tecnológicas pela indústria de açúcar do Brasil foi explicada de várias maneiras. Alguns

escritores apontaram, acertadamente, a abundância de terras virgens a estimular a tecnologia agrícola terra-extensiva e a conspirar contra a conservação do solo e o progresso.[20] Os mesmos historiadores atribuíram, ainda, o atraso tecnológico à instituição da escravidão, por variadas razões. Primeira, a escravidão proporcionava oferta de trabalho relativamente abundante e barato, assim estimulando a tecnologia trabalho-intensiva, tanto no campo quanto nos engenhos. Segunda, os senhores de engenho relutavam em ensinar ao escravo tecnologias mais adiantadas, em parte porque eles próprios eram ignorantes e em parte porque temiam colocar em mãos indiferentes, ou hostis, maquinaria valiosa. O trabalhador livre, por sua vez, dadas as limitadas oportunidades educacionais ou a falta delas, era um pouco mais apto a operar e a manter maquinaria moderna.[21]

A combinação de terra barata com trabalho barato e não educado produziu uma atitude conservadora, rotineira em relação à inovação tecnológica. O agricultor e viajante inglês Henry Koster observou que os plantadores trabalhavam "ano após ano sem qualquer desejo de progredir e sem, na verdade, saber que qualquer progresso era possível". O comerciante e viajante francês L. F. Tollenare ouviu "sarcasmos" sobre agricultores "que se ocupavam da parte teórica da agricultura e de alguns ensaios de melhoramentos nos processos da cultura e da fabricação". Nos anos 1860 um deputado provincial lamentou "esta aversão dos nossos agricultores contra as inovações, esse seu aferro às práticas antigas, essa rotina inveterada" e um refugiado norte-americano da Guerra Civil, agricultor de Louisiana, descreveu a indústria açucareira de Pernambuco como "bárbara". Um visitante francês relatou, lá por 1912, que "é com muita dificuldade e lentidão que as inovações são praticadas". Às vezes, além disto, representantes industriais inescrupulosos ou incompetentes e maquinária defeituosa desestimulava os indivíduos realmente interessados na modernização, assim mantendo os demais em seu apego à rotina.[22]

Terra barata, trabalho barato e rotina somam-se para explicar o atraso tecnológico. O custo era, ainda, uma preocupação básica, em se tratando de adotar tecnologia moderna: a maior parte dos donos de engenhos não tinham como adquirir o equipamento. A era da modernização dos engenhos começou no início do decênio de 1870, quando máquinas a vapor, caldeiras a vácuo e as centrífugas foram introduzidas. Pouco antes os custos dos escravos e dos trabalhadores livres tinham alcançado seu mais alto nível do século e, indiscutivelmente, deve-se atribuir a cronologia da modernização a tais custos elevados (ver Capítulos 7 e 8). Porém, só o custo da mão-de-obra não causou a modernização, pois os maiores investimentos de capital ocorreram nos

decênios de 1880 e 1890 quando os custos do trabalho estavam em queda.

Os custos do capital e a instabilidade do mercado também afetaram o ritmo de inovação. A lenta acumulação de ganhos do engenho tradicional, em comparação com o custo da aquisição de maquinaria moderna, impedia o senhor de engenho médio de adotar tecnologia inovadora. Os dados do final do século XIX indicam que as taxas de lucros dos engenhos tradicionais não excediam os 9 por cento. (Quadro 11)[23] Estes lucros dificilmente permitiriam que o proprietário do engenho amortizasse investimentos de capital tomados emprestados a taxas mínimas de 10 a 12% ao ano. Iniciar-se na indústria com tecnologia moderna era ainda mais difícil: a montagem de uma usina completa, capaz de produzir 750 toneladas de açúcar por safra, requeria 135 contos de réis. A maquinaria de difusão custava consideravelmente menos – somente 55 contos para montar um engenho produtor de 1.500 toneladas de açúcar por safra – mas o processo tinha bem poucos admiradores.[24]

O contraste entre os baixos lucros e o alto custo do equipamento moderno não explica, sozinho, porque a maioria dos senhores de engenho de Pernambuco não os modernizaram ao fim do século XIX. Se tivessem investido em máquinas modernas, teoricamente, teriam conseguido lucros tão maiores que poderiam ter pago o investimento em dez anos, ainda ganhando – neste período – lucros adicionais. (Quadro 12)

A despeito destas possíveis taxas de retorno, a maioria dos agricultores não investiu em equipamento moderno. Dois fatores econômicos explicam o comportamento aparentemente irracional: primeiro, a instabilidade geral do mercado mundial do açúcar, sobre cujos preços os produtores brasileiros não tinham controle, o que aumentava o risco do investimento. Umas poucas safras más, quedas ulteriores dos preços do açúcar ou novas perdas de clientes estrangeiros poderiam arruinar o senhor de engenho empreendedor; segundo, muitos agricultores não fizeram investimentos modernizadores por falta do crédito correspondente. Tomar emprestados 50 ou 100 contos, ou mais, para pagá-los em dez anos, era diferente de tomar 10 ou 20 contos para pagar no fim da safra; as taxas proibitivas de juros dos empréstimos de longo prazo refletiam tal diferença. De fato, os 10 ou 12% pagos anualmente, a título de juros, por José Bezerra e Presciano era uma taxa moderada para a época (ver Capítulo 4).[25]

Antes de concluir esta análise dos obstáculos opostos à modernização cumpre-me mencionar um fator que não atuou conforme a ex-

QUADRO 11
ORÇAMENTOS DE ENGENHOS

Custos, receitas e lucros	José Bezerra de Barros Cavalcanti – Revisado por H.A. Milet (1876)	Presciano de Barros Accioli Lins (1876)
Custos		
Custos da cana		
Preparação do solo, plantar e cultivar	6:000$000	6:000$000
Corte e transporte	2:700$000	4:000$000
Custos do engenho		
Açúcar	2:370$000	4:600$000
Rum	226$800	
Custos gerais		
Arredamento	2:000$000	3:000$000
Manutenção	2:800$000	2:500$000
Salários	1:000$000	3:250$000
Juros [a]		
10% sobre 5:000$000	500$000	
12% sobre 23:350$000		2:760$000
Custos operacionais totais	16:796$000	26:110$000
Receitas [b]		
Açúcar		
194 toneladas	16:852$400	
169 toneladas		23:920$00
Rum		
6.284 litros	1:408$800	
24.376 litros		3:520$000
Receita total	18:261$200	27:440$600
Lucro Líquido [c]	1:465$200 (8,7%)	1:680$600 (6,4%)

a. Embora identifiquem somente juros, estas cifras incluem, presumivelmente, também amortizações. Do contrário o custo do capital seria bem mais elevado e bem mais baixas as taxas de lucro.
b. Deduzidas as despesas de comercialização e fretes.
c. A taxa de lucro iguala os lucros líquidos como percentagem do custo total. Investimento de capital, o denominador padrão, não era utilizável. Indiscutivelmente o investimento inicial excedia o custo operacional, entretanto, e o lucro real seria ainda menor.

FONTES: Originalmente publicado no *Jornal do Recife*, a 10 de maio e 28 de julho de 1876, reproduzido e criticado por Milet em *A Lavoura de Canna de Assucar*, pp. 17-26, 104-112 e reproduzido ainda, sem comentários, in Peres e Peres, *A Industria Assucareira em Pernambuco*, pp. 230-238.

QUADRO 12

RETORNO DOS INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA MODERNA

	Engenho Mameluco	Usina Equipada com Maquinaria Mariolle Pinguet [a]
Produção aumentada [b]		
Açúcar branco	57:960$000	102:672$000
Açúcar mascavado	15:386$000	27:255$200
Total	73:346$000	129:927$200
Custos acrescidos		
Capital [c]	10:000$000 [d]	30:000$000
Operação [e]	45:371$578	80:363$822
Total	55:371$578	110:363$822
Lucros acrescidos	17:974$422	19:563$378
Lucros acrescidos/ Custos aumentados	32,5%	17,7%

a. Para evitar exageros, tomei a menor usina com maquinária de Mariolle Pinguet (750 toneladas de açúcar por ano) a seu preço máximo (150 contos).
b. Pressuposto os dados da safra de 1880-81: preço do branco $230 o quilo; preço do mascavado $157 o quilo. O Mameluco produziu 72% do branco e 28% mascavado do total de 250 toneladas fabricadas em 1877-78. Comparei isto com as 600 toneladas produzidas em 1880-81. O pressuposto é de que a usina, antes da modernização, fabricou as costumeiras 130 toneladas e a mesma proporção de branco/mascavado.
c. Uma velha maquinaria completamente amortizada; nova maquinaria 10% de amortização, 10% de juros anuais.
d. O pressuposto é de que Antônio Marques gastou 50 contos na maquinaria de Mameluco, assim como Rêgo Barros e o Barão de Muribeca em seus engenhos.
e. Os custos operacionais de ambos os engenhos estimados a 8$218 por pão, com metade da cana fornecida por lavradores. Milet, *Os Quebra Kilos*, pp. 4-7. Este pressuposto tende a reduzir o cálculo de lucros altos, porque normalmente são esperados custos unitários declinantes com a escala crescente, dentro de certos limites.

FONTES: SAAP, *Relatório...de 4 de julho de 1878... Ignacio de Barros Barreto e Acta*, p. 39. *Idem.*, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, p. 228. *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 30 de agôsto de 1882*, Tabela. Emílio Dolé, "Engenhos Centraes", *Diário de Pernambuco*, 27 de setembro de 1890. Semelhante taxa de lucros verificaram-se nas Usinas Pinto e Colônia Isabel, segundo Inocencio M. Araújo Alves, "Agricultura. Memorial Industria Saccharina", *ibid.*, 18 de novembro de 1891.

pectativa. A política oficial de tarifas reduzidas do período dos tratados de comércio de 1810 e 1827 tem sido responsabilizada, em parte, pela inexistência de indústria de máquinas pesadas no Brasil, na primeira metade do século XIX.[26] Realmente, a primeira máquina a vapor da América do Sul foi fabricada na Fundição Aurora, de Recife, (de proprietários ingleses) em 1829, e a fundição instalou máquina semelhante num engenho de Jaboatão, em 1836. Esta indústria nascente sobreviveu à virtualmente livre importação de máquinas inglesas e recebeu discreto estímulo da Tarifa Alves Branco, de 1844, que impôs direitos de 30 a 35% sobre máquinas agrícolas importadas, embora permitisse a entrada livre de ferro bruto.[27] Mas, a despeito da existência desta indústria e das tarifas baixas, antes de 1844, relativamente poucos senhores de engenho buscaram modernizá-los. Quando o governo reduziu as tarifas sobre a maquinaria importada, pelo fim da década de 1850, como providência antiinflacionária, e elevou os direitos sobre matérias-primas em 5 a 30%, os fabricantes locais de máquinas foram forçados a reduzir as fábricas à categoria de simples oficinas de reparos. Entretanto, justamente neste período, alguns senhores de engenho começaram a instalar máquinas a vapor de fabricação estrangeira. Em outras palavras, em lugar de inibirem o desenvolvimento industrial, as tarifas baixas parecem tê-lo estimulado ao facilitar as importações. De fato, o fracasso de Pernambuco em importar todas as últimas invenções a respeito da manufatura de açúcar, nas décadas de 1840 e 1850, pode ser atribuído às altas tarifas prevalescentes.[28]

Os custos relativamente baixos da terra e do trabalho, as baixas taxas de lucros, a instabilidade do mercado mundial do açúcar e as tarifas elevadas militaram, conjuntamente, contra as inovações capital-intensivas. A despeito de tais obstáculos, no entanto, após 1870 um pequeno grupo de senhores de engenho começou a modernizar suas instalações com seus próprios recursos. Os membros da oligarquia açucareira, com muitos engenhos e consideráveis rendas podiam enfrentar melhor os riscos da modernização. Francisco do Rêgo Barros de Lacerda começou a reequipar seu Engenho São Francisco da Várzea em 1873 e em 1874 já tinha gasto um total de 33 contos em material e mais 17 contos em transporte e instalações. O Barão de Muribeca, tio de Rêgo Barros, começou a modernizar seu Engenho São João da Várzea em 1875. Foi o primeiro agricultor a adotar as caldeiras a vácuo e de efeito múltiplo. Pagou 40 contos pela maquinaria, inclusive a primeira caldeira cristalizadora a vácuo da província, além de 10 contos de frete e instalação. Os dois engenhos da Várzea, um subúrbio de Recife, desfrutavam de baixos custos de transportes.

Dois senhores de engenho do município de Escada acompanharam os empreendedores proprietários de Várzea. Em 1877, Antônio

Marques de Holanda Cavalcanti reequipou seu Engenho Mameluco, elevando sua capacidade para 600 toneladas de açúcar em 1881. Francisco do Rêgo Barros de Lacerda declarou: "O Engenho Mameluco é, incontestavelmente, o melhor equipado da província". Marcionilo da Silveira Lins, cunhado de Antônio Marques, também importou melhor maquinaria, que o capacitou a produzir 800 toneladas de açúcar por safra, em 1881. O irmão de Antônio Marques, Henrique Marques de Holanda Cavalcanti, Barão de Suassuna, assumiu a liderança das inovações: no início do século XX introduziu tratores a gasolina para cultivar e gradear, e bombas de irrigação a vapor e gasolina, doando terras para a instalação de uma fazenda experimental.[29]

Os riscos e dificuldades da modernização eram tais que os engenhos mais modernos do século XIX eram subsidiados pelo governo. Antes de 1870 o governo provincial fez poucas e esporádicas tentativas para estimular a implantação de nova tecnologia. Em 1843 e 1844 o presidente pernambucano contratou engenheiros franceses, introduziu novos agentes clarificadores, aquecedores a vapor e caldeiras a vácuo. Em 1847 a Lei Provincial 142 autorizou a aquisição de um novo tipo de caldeira dos inventores franceses Derosne e Cail. Em 1851 o presidente da província de Pernambuco concedeu monopólio por quinze anos a Alfred e Edward De Mornay que haviam patenteado um engenho horizontal de quatro moendas, que em combinação com caldeirões e uma centrifugadora podia aumentar a produtividade em cerca de 50 por cento. Em 1854 o governo pernambucano importou e distribuiu novas variedades de cana, concedendo 20 contos à refinaria de açúcar Monteiro, de Rêgo e Barreto – Recife – para possibilitar sua reconstrução após danos causados por inundação. Esta refinaria empregava caldeirões a vácuo aquecidos a vapor e uma centrifugadora. Os proprietários pretendiam fazer dela um centro de treinamento[30]

Após 1870 os principais esforços, tanto do governo nacional quanto do local, no sentido de promover a modernização assumiram a forma de subsídios a construtores de engenhos centrais e usinas. Estes subsídios transformaram a indústria do açúcar de Pernambuco; serão descritos nos Capítulos 4 e 5.

Transporte

O nível da tecnologia do transporte afetava diretamente o senhor de engenho que suportava o custo correspondente ao transporte de seu açúcar do engenho ao mercado. O custo caiu, depois de 1870, devido à expansão ferroviária, mas esta expansão verificou-se morosamente, em escala limitada e a custos bem maiores do que os previstos. Na passagem do século XIX ao XX ainda havia obstáculos ao fluxo fácil das mercadorias.

O açúcar podia alcançar Recife por água ou por terra. As plantações próximas do oceano ou das margens de rios normalmente navegáveis, arrendavam espaço para carga em barcaças de 25 a 50 toneladas de capacidade. exploradas por empresários de Recife. A jangada representava uma forma alternativa de transporte fluvial, mas eram menores, mais vagarosas, tinham convés mais baixo e o açúcar estava "exposto a mil acidentes".[31]

O açúcar também era transportado por terra. À medida em que o número de engenhos aumentou, na zona açucareira ocidental e em outras áreas sem acesso a cursos d'água navegáveis ou ao oceano, o transporte terrestre começou a tornar-se cada vez mais importante. No início do século XIX o principal meio de transporte terrestre era o carro de boi, de madeira, com duas caixas, pesando de meia a três quartos de tonelada e puxado por seis ou doze bois. Lá pelo meio do século, caravanas de cavalos e mulas, cada animal carregado com sacos de 60 a 80 quilogramas acomodados nos flancos, substituíram os pesados carros de boi. Os sacos de algodão inicialmente eram importados mas, por volta de 1881, já podiam ser adquiridos nas indústrias têxteis locais. Além do custo dos fretes, os muladeiros pediam barris de melaço ou comissão se negociassem a venda do açúcar. As mulas eram preferidas aos carros de boi e ao transporte marítimo de longo curso. Elas andavam mais depressa do que os bois e evitavam a "quebra especial" e a umidade, proporcionando preços 8% mais elevados do que os do açúcar transportado em barcaças.[32]

As rodovias públicas possibilitavam, mas nem por isto facilitavam, o transporte terrestre. Pelo final do decênio 1870, tais estradas alcançavam um total de 384 quilômetros, de Recife para o norte, oeste e sul, através da zona açucareira. Estradas particulares suplementavam este sistema: os agricultores de Escada e de Jaboatão construíram vários quilômetros para ligar seus cinco engenhos com as estações ferroviárias, na década de 1870. Mas a qualidade das rodovias reduzia a utilidade e encarecia os fretes das cargas transportadas em animais. A estrada entre Escada e Vitória, por exemplo, "uma das mais frequentadas da província", estava em condições tão deploráveis "que confrangem o coração. Ali, os pobres almocreves lutam com as maiores dificuldades, para fazerem os respectivos animais subirem ou descerem íngremes ladeiras de barro, todas cortadas de profundos sulcos, cavados pela enxurradas, e depois se atopetam nas várzeas com medonhos atoleiros e camaleões horríveis!"[33]

Para construir ferrovias no Brasil, assim como para implantar engenhos centrais e usinas, era indispensável o subsídio governamental. Embora os investidores da Europa já tivessem introduzido ferrovias nas colônias do hemisfério ocidental (Cuba e Jamaica), em 1845, o Brasil independente teve de esperar até o decênio de 50. A primeira ferrovia, inaugurada em 1854 na província do Rio de Janeiro, foi a Estrada de Ferro de Petrópolis, de propriedade governamental. A segunda estrada de ferro brasileira foi construída em Pernambuco, quando os governos imperial e provincial garantiram à empresa inglesa Recife and San Francisco Railway Company, Limited, 7% sobre seu capital e um monopólio de 90 anos para que construíssem uma linha de Recife para o sudoeste até a junção dos rios Una e Pirangi. A construção teve início em 1855, tendo a linha alcançado Palmares (km 125) em 1862. O governo provincial ampliou esta linha, sob o nome de Estrada de Ferro do Sul de Pernambuco, em 141 quilômetros até Garanhuns, em 1887. Uma linha secundária de Glicério, ao sul até Alagoas, foi completada em 1894, e um grupo de agricultores construiu 47 quilômetros de linhas ao nordeste de Ribeirão a Bom Destino. Este sistema Recife-San Francisco baseava-se principalmente no frete do açúcar: "a safra de açúcar é o fundamento tanto do transporte de mercadorias quanto do de passageiros", afirmou a diretoria da ferrovia. Pelo início do decênio 1900, a linha já transportava cerca da metade da produção açucareira de Pernambuco (Quadro 13).[34]

Na década de 1880 a rede ferroviária se estendeu para o oeste e noroeste. Outra empresa inglesa, a Great Western Railway Company, Limited, recebeu a garantia imperial de 7% e construiu duas linhas para os distritos açucareiros do noroeste da província. A linha principal ia da capital para o oeste – 84 quilômetros – até Limoeiro e um ramo secundário ia de Carpina, ao norte – 58 quilômetros – até Timbaúba. Em 1901 esta linha estava ligada à ferrovia ao sul da Paraíba. Este sistema Great Western transportava de um quinto a um terço do açúcar que demandava Recife.[35]

Para ligar os engenhos açucareiros e as plantações de algodão do oeste a Recife, o governo imperial concordou com a solicitação dos senhores de engenho e das autoridades provinciais, começando a construir em 1881 a Estrada de Ferro Central de Pernambuco. Em 1887, a ferrovia governamental alcançava 180 quilômetros a oeste de Recife, atravessando a zona açucareira até Antônio Olinto, mas transportava somente 5% da safra.[36]

Como resultado do desenvolvimento ferroviário, logo os trens estavam transportando três quartos de todo o açúcar remetido para Recife e tinham eliminado, virtualmente, as caravanas de animais de carga, que moviam menos de 5% da safra, após 1885. As barcaças continuaram a ser a principal alternativa de transporte, mas sua participação no frete do açúcar declinara de mais de um terço para menos de um quinto, pela década de 1910.

Os agricultores da região encantaram-se com a extensão das ferrovias para a zona da mata, a principal região canavieira. Eles esperavam que as estradas de ferro viessem a cobrar taxas de frete inferiores às dos comboios e que proporcionassem melhor serviço. Também contavam com o desemprego conseqüente dos 20 mil muladeiros e com a queda de salários que daí decorreria. Outros aguardavam a penetração ferroviária no agreste e no sertão, a oeste, que transportaria safras de alimento para o mercado de Recife. Antes do advento das ferrovias, os cereais e o feijão vinham de Portugal e da Itália, e a carne do Rio Grande do Sul, da Argentina e do Uruguai. A ACA dos comerciantes tinha esperança de que a ferrovia desse possibilidade aos fazendeiros do interior para vender suas safras em Recife por preços inferiores aos dos produtos importados, elevando assim o padrão de vida, reduzindo o custo de vida e aliviando a pressão salarial.[37]

As ferrovias preencheram algumas das expectativas. Reduziram as taxas de tranportes das caravanas de mulas em cerca da metade. Mas muitos ainda pensavam que os fretes estavam caros. Os ressentimentos concentraram-se nas duas empresas inglesas. Os agricultores e outros criticavam constantemente a ferrovia Recife and San Francisco por onerar tanto os clientes quanto o governo imperial, por manter altas taxas de fretes ao mesmo tempo em que recebia consideráveis subsídios oficiais. Entre 1858 (início das operações da ferrovia) e 1883, a empresa lucrou no total 7.530 contos e recebeu subsídios governamentais no montante de 14.576 contos.[38]

A Recife and San Francisco Railway teve dificuldades financeiras por muitas razões. Um engenheiro brasileiro sugeriu fraude deliberada, e tanto o cônsul dos Estados Unidos quanto um acionista brasileiro importante concordaram em que a rota da ferrovia "serve aos interesses de poucos indivíduos", mas não "aos da maior parte da população". Outros culparam a bitola de 1,6 metros, que custava mais para construir e manter e impedia velocidades de mais de 40 quilômetros por hora. Além disto, como todas as demais ferrovias pernambucanas, inclusive a Sul de Pernambuco que ligava a Recife Railway a Garanhuns, fixaram bitolas padrões de 1 metro, o transbordo entre a Recife and San Francisco e as demais linhas exigia custoso remanejamento da carga, e a primeira não podia intercambiar material rodante com as outras.[39]

Os serviços deficientes provocavam tantas queixas quanto as altas taxas de fretes. Um senhor de engenho de Escada escreveu ao governo

QUADRO 13
TRANSPORTE DO AÇÚCAR

Parcelas dos meios de transporte
na carga total para Recife (Percentagem)

Ano [a]	Barcaças	Navios [b]	Animais	Recife-San Francisco Railway	Great Western Railway	Estrada de Ferro Central	Olinda-Caxangá Railway
1883	36,4	3,7	8,6	36,1	18,6		0,3
1885	40,6		6,1	42,9	7,7	2,7	
1886	40,3		4,6	37,7	13,4	4,0	
1887[c]	36,4		3,2	39,1	16,7	4,6	
1888	36,9		4,1	37,2	16,8	5,0	
1889	38,2		4,6	41,3	12,1	3,8	
1890	38,2		3,9	36,4	16,8	4,1	
1891	38,3		3,9	37,9	15,1	4,8	
1892	37,7		3,6	38,0	16,1	4,6	
1893	33,6		3,1	36,9	21,9	4,5	
1894	32,8		2,1	36,6	22,8	5,7	
1895	32,6	0,03	1,8	39,2	20,9	5,5	
1896	20,7		1,8	42,9	29,2	5,4	
1897	23,5	0,3	2,0	43,4	26,1	5,0	
1898	19,9	0,1	2,4	46,4	24,3	4,0	0,6
1899	15,1	0,6	1,4	41,4	36,6	4,6	0,8
1900	24,8	0,04	2,7	48,9	18,8	4,2	0,5
1901	24,8	3,1	1,8	38,6	24,6	4,7	0,8
1902	27,1	0,9	2,3	46,6	17,8	4,4	0,9
1903	18,1		2,0	44,2	32,2	3,0	0,5
1904	25,8	0,6	1,8	49,0	16,3	4,6	2,0
1905	17,0		1,2	44,3	32,8	3,6	1,2
1906	20,0		1,2	49,0	25,9	3,3	0,6
1907	14,7		1,7	64,4	15,1	3,9	0,9
1908	20,2		0,5	50,6	24,0	4,3	0,8
1909	14,6		0,04	50,7	32,0	2,4	

a. Dados de 1883-1897 referem-se à safra começando no ano indicado. Os dados de 1898-1909 representam a parcela média dos embarques de outubro, janeiro e julho, que eram respectivamente começo, meio e fim da safra.
b. Os navios transportavam açúcar de outras províncias e seguidamente eram excluídos dos relatórios.
c. Em 1887 e 1888 incluímos o tráfego do Canal Goiana pelas barcaças.

FONTES: The Great Western of Brazil Railway Company, Limited, *Report of the Directors and Statement of Accounts to 30th June 1883 to be Submitted to the Shareholders at the Annual General Meeting to be Held on the 31st October, 1883*, a *idem., Report of the Directors and Statement of Accounts for the Year Ended 31st December, 1909, to be submitted to the Shareholders at the Annual General Meeting.*

imperial protestando contra "o deplorável estado" da Recife and San Francisco Railway; queixava-se de "açúcares da presente safra, demorados 8, 15 e mais dias nas estações do interior... onde se acham atulhados promiscuamente os sacos de açúcar bruto e purgado nos escassos armazéns, salas de bagagem e de passageiros e até amontoam-se nas biqueiras das estações, expostos ao tempo e as larápias, a espera de despacho".[40]

Devido à garantia de lucro concedida pelo governo imperial às empresas ferroviárias inglesas, cabia-lhe o direito de impor certos requisitos que atendessem às queixas dos agricultores. Em 1882 o ministro da Agricultura determinou à Recife and San Francisco que ampliasse o material rodante com seu fundo de reserva – isto é, sem qualquer acréscimo à garantia do capital. As autoridades do Rio de Janeiro também fixaram taxas de fretes em 1857, 1863 e 1888. Mas tais ajustamentos mostraram ser apenas soluções transitórias. Em 1900 o governo federal, finalmente, adquiriu a Recife and San Francisco Railway Company.[41]

O principal plano governamental para melhorar as ferrovias pernambucanas consistiu em arrendar a Recife and San Francisco e a Sul Pernambuco, em 1901, a Central de Pernambuco, em 1904, e a Ribeirão-Bonito, em 1905, à Great Western, única ferrovia inglesa do Nordeste que era lucrativa e, também, em conceder direitos de imposto e isenções tributárias. O resultado de tal consolidação foi que o serviço melhorou, conforme foi proclamado, e a Great Western interligou as linhas pernambucanas.[42]

Chegado o açúcar a Recife, ainda restavam dois curtos e complicados transportes antes que estivesse a bordo de um navio, rumo à Europa, aos Estados Unidos ou ao sul do Brasil. A linha Recife and San Francisco terminava em Cinco Pontas, um velho forte a cerca de um quilômetro dos armazéns e das docas oceânicas na ilha de Recife. No início do decênio de 1860 a ferrovia tentou realizar baldeação via aquática, através do porto, "mas enfrentou tanta oposição que foi obrigada a desistir". Depois foram tentados os carros de boi, mas eles levavam somente oito sacos cada um e eram "em número limitado e de comparecimento incerto". No fim do decênio 1870, a ferrovia contratou uma empresa brasileira de transporte, a Locomotora, que usava burros para puxar carros abertos sobre trilhos de ferro. Mas os carreteiros e os fabricantes de açúcar de Recife, que eram sócios das empresas de carros de boi, lutaram contra a Locomotora, muitas vezes bloqueando fisicamente os movimentos de seus veículos. Consequentemente a empresa fracassou. No início da década de 1880, a ferrovia voltou a supervisar a baldeação por vagões, mas o açúcar continuou

sujeitos a novos danos: os vagões abertos não protegiam contra a chuva, rompiam-se os sacos e perdia-se o açúcar. A linha Central de Pernambuco enfrentava, pressumivelmente, problemas idênticos, pois seu terminal ficava ainda mais distante das docas. Somente o terminal original da Great Western, próximo do extremo norte da ilha de Recife, ficava perto das docas marítimas.[43]

Nas docas o exportador de açúcar via-se diante da principal desvantagem geográfica do porto. Embora o longo recife que cerca a baía oferecesse excelente ancoradouro protegido, a barra à entrada da baía tinha menos de quatro metros de água na maré baixa. Este acesso raso forçava tanto os passageiros quanto a carga dos navios transatlânticos a servirem-se de barcos menores para o desembarque – chatas, canoas e até jangadas. Quase todos os visitantes do século XIX assinalaram esta aventura inconveniente. A chegada dos navios a vapor acelerou o ritmo do comércio internacional, mas estes navios maiores e de mais calado não podiam vencer a barra, mesmo na maré alta, e ficavam na completa dependência das chatas. Até os menores barcos a vapor que entravam na baía tinham de apelar para tais embarcações pequenas, pois junto às docas a água era rasa. Por mais de 80 anos os governos pernambucanos promoveram estudos para melhorar as condições portuária, mas bem pouco fizeram, apesar dos insistentes protestos da ACBP, além de lentas dragagens que tornaram mais fundo o canal interior.[44]

Embora o transporte tivesse barateado e o nível do salário diário dos trabalhadores rurais não qualificados caísse após 1870, possivelmente devido ao crescente número de muladeiros desempregados, o custo de vida continuou subindo. Pouco estímulo havia para estender as ferrovias pelo sertão. Vários escritores criticaram as estradas de ferro como "viciosa pela sua proximidade da costa" mas tanto o governo provincial quanto as empresas privadas preferiam dirigir ferrovias que "melhor atendessem aos interesses da lavoura, servindo regiões povoadas e produtivas". Os censos de 1872 e 1890 mostraram que o sertão continha menos de um quinto da população, enquanto só a zona da mata tinha mais da metade. E o sertão, também, não produzia maior volume exportável que proporcionasse receitas de fretes.[45]

A modernização da tecnologia do açúcar em Pernambuco só foi iniciada seriamente após os anos 1870. As estimativas de produtividade, quer em termos de trabalhador açucareiro quer de produção de açúcar *per capita*, ilustram bem o ritmo do progresso técnico. A produtividade permaneceu constante nos primeiros quatro decênios do século XIX. Após 1840 aumentou gradualmente, acelerando seu ritmo

QUADRO 14
PRODUTIVIDADE AÇUCAREIRA EM PERNAMBUCO

Ano	Quilos por trabalhador [a]	Quilos *per capita* da população [b]
1700-1800	825	28,6
1810		19,5 [c]
1814		16,9
1815	682	
1817	682	
1819		24,8
1823		25,4
1832		24,9
1839		42,7
1842		50,2
1845	1.350	
1847	1.068	
1854	1.661	
1855		91,3
1857	2.810	
1872		116,7
1876	3.018	
1890		151,6
1900		114,0
1907 [d]	18.058	

a. Quando o âmbito das estimativas foi dado, registrei a média aritmética.
b. Produção de açúcar tirada pelas médias do qüinqüênio.
c. As quedas da produtividade talvez possam ser atribuídas à subestimação nos primeiros censos.
d. Esta cifra refere-se somente a 41 usinas em que grandes investimentos de capital permitiram tão alta produtividade.

FONTES: 1700-1800: Simonsen, *História Econômica do Brasil*, pp. 133-134; *1815*: Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, pp. 442; *1817*: Tollenare, *Notas Dominicais*, p.74; *1845:* Daniel P. Kidder, *Reminiscências de Viagens no Brasil (Províncias do Norte) Compreendendo Notícias Históricas e Geográficas do Império e das Diversas Províncias*, trad. Moacir N. Vasconcelos (São Paulo, 1972), p. 83. *1847:* Relatório de De Mornay, 1847, in Deerr, *The History of Sugar*, v. II, p. 358; *1854: Relatório...1854... José Bento da Cunha e Figueiredo*, tabela; *1857: Relatório...1857...Sérgio Teixeira de Macedo*, pp. 75-77; *1876:* Milet, *Os Quebra Kilos*, pp. 4-6; *1907:* "Quadro Estatístico da Indústria Assucareira do Estado de Pernambuco", *Boletim USAP*, Anno I, v.I, nº 5 (maio de 1907), pp. 386-387. Todos os dados em quilogramas per capita são dos Quadros 5,22 e 33 do presente livro.

após 1870. Somente quanto o mercado exportador chegou ao colapso a produtividade nivelou-se (Quadro 14).

Na metade do século XIX, o nível tecnológico na indústria de açúcar de Pernambuco retardou-se consideravelmente em relação a outras áreas de produção canavieira. Inovações sucessivas, especialmente depois de 1870, reduziram este atraso, e no início da década de 1900 já operavam muitas usinas modernas de grande porte. (Ver Capítulo 5)

Ferrovias levaram a cana dos campos aos engenhos e o açúcar dos engenhos ao porto, reduzindo consideravelmente os custos de transporte. O progresso técnico foi mais impressionante na manufatura e no transporte do açúcar do que na agricultura da cana. Mas mesmo assim ocorreram avanços. Não foi atraso tecnológico a causa da estagnação da indústria de açúcar.

Notas

1. Por exemplo, Luíz Amaral, *História Geral da Agricultura Brasileira no Tríplice Aspecto Político Social-Econômico*, 2ª edição, 2 vols. (São Paulo, 1958), v. I, p.358.

2. F. A. Pereira da Costa, "Origens Históricas da Indústria Assucareira em Pernambuco", in *Trabalhos da Conferência Assucareira*, pp. xxiv, xxv, xlvi, xlviii. Alínio de Salles, "O Verdadeiro Responsável pela Introdução da 'Cana Caiana' em Nosso País", *Brasil Açucareiro* (Rio de Janeiro), v. LXXII, nº 4 (outubro de 1968), pp. 46-48. Uma excelente descrição da sucessiva introdução de novas variedades de cana e de outras melhorias técnicas na indústria açucareira brasileira do século XIX é de Alice Canabrava, "A Grande Lavoura", in Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos (editores) *História Geral da Civilização Brasileira*, 6 vols. (São Paulo, 1971), tomo II, *O Brasil Monárquico*, v.4, *Declínio e Queda do Império*, pp. 102-110.

3. A doença apareceu primeiro no Cabo com o nome de "a gomose da cana" Gileno Dé Carli, "Geografia Econômica e Social da Canna de Açúcar no Brasil", *Brasil Açucareiro*, v. X, nº 2 (outubro de 1937), p. 140. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda passou ao Exm. Sr. Dr. Adelino Antônio de Luna Freire primeiro vice-presidente a administração desta província em 18 de setembro de 1879*, p. 24. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Adelino Antônio de Luna Freire passou ao Exm. Sr. Dr. Lourenzo Cavalcante de Albuquerque a administração da província em 29 de dezembro de 1879*. p. 29. "Negócios da Lavoura", *Diário de Pernambuco*, 19 de março de 1880. SAAP, Livro de Atas nº 1, 25 de março de 1882. Relato de Paulo d'Amorim Salgado in Henry Raffard, *O Centro da Indústria e Commércio de Assucar no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, 1892), p. 109. "A molestia da canna", *O Brazil Agricola, Industrial, Commercial, Scientifico, Litterario e Noticioso* (Recife) 2ª série, anno I, nº 2 (12 de setembro de 1879), pp.4-5. SAAP, Livro de Atas nº 2 (Conselho Administrativo), 13 de dezembro de 1881.

4. José M.C. da Cunha, "Canna de Assucar e suas diversas sementes selecionadas, seus resultados em Campo de Experiência, commercio de assucar e alcool", *Trabalhos da Conferência Assucareira*, Parte 2, pp. 8-11. Henrique Augusto Milet, "Cannas oriundas das sementes de flexa da canna", *Diário de Pernambuco*, 20 de outubro de 1892. *Idem.*, "Agricultura, SAAP em 1 de maio de 1893", *Ibid.*, 3 de maio de 1893. "Cultura de Canas no Município de Escada". *Boletim USAP*, v. II, nº 2 (fevereiro de 1908), pp. 657-700.

5. Para descrições da agricultura da cana-de-açúcar e da indústria açucareira de Pernambuco no início do século XIX ver Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, trad. e notas de Luíz da Camara Cascudo (São Paulo, 1942), pp. 421-450. e James Henderson, *A History of the Brazil, Comprising its Geography, Commerce, Colonization, Aboriginal Inhabitants, etc. etc. etc.* (Londres, 1821) pp. 391-392. Para descrições relativas ao fim do século consultar F.L.C. Burlamaque, *Monographia da Canna d'Assucar* (Rio de Janeiro, 1862), pp. 73-227; discurso do Sr. Nabor, *Annaes da Assembléa Provincial de Pernambuco, sessão de 1864* (Recife, 1870) Tomo I, 9 de abril de 1864, pp. 444-447; Herbert H. Smith, *Brazil: The Amazons and the Coast* (Nova York, 1879), pp. 445-447; e Raffard, *O Centro da Indústria*, pp. 111-117. A menos que indicado o contrário, minha descrição resume estas fontes. Outras descrições são apresentadas por Manuel Diégues Júnior, *População e Açúcar no Nordeste do Brasil* (São Paulo, 1954), pp. 131-

149; e Philarete Carneiro Nobre de Lacerda, "Fabricação de Açúcar Bangue nos Aureos Tempos de 1890 a 1910", *Brasil Açucareiro*, ano XXXVII, v. LXXIV, nº 2 (agosto de 1969), pp. 123-129. Estas duas últimas fontes não se referem explicitamente às técnicas usadas em Pernambuco.

6. J. Carlyle Sitterson, *Sugar Country: The Cane Industry in the South, 1753-1950* (Lexington, Ky., 1953), pp. 115,128. Manuel Moreno Fraginals, *El Ingenio: El Complejo Económico Social Cubano del Azúcar, Tomo I (1760-1860)* (La Habana, 1964), pp. 91-92. *Relatório apresentado à Assembléa Geral na terceira sessão da décima sétima legislatura pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas Pedro Luiz Pereira de Souza* (Rio de Janeiro, 1881), pp. 3-6.

7. Theodoro Cabral, "Vocabulário Açucareiro de Antonil", *Brasil Açucareiro*, anno III, nº 4 (junho de 1935), reproduzido em Simonsen, *História Econômica do Brasil*, pp. 121-123, concluiu que o feixe continha doze canas, no século XVII. Henrique Augusto Milet, *A Lavoura da Cana de Assucar* (Pernambuco, 1881) cita um plantador que usava feixes de seis canas. Em 1967, segundo apurei, o feixe subira para 20 canas; como os cortadores de cana ganham por feixe, o aumento representa aceleração da produção sem acréscimo proporcional de pagamento.

8. "Industria agricola assucareira em Pernambuco", *Diário de Pernambuco*, 21-22 de julho de 1881. Um visitante, "Agricultura", *ibid.*, 31 de março de 1881. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em 6 de março de 1899 pelo Governador Dr. Joaquim Corrêa de Araujo*, p. 69.

9. Nemo, "A Associação Beneficente de Pernambuco e as causas da decadência agrícola", *Diário de Pernambuco*, 28 de janeiro de 1875. *Relatório* de Louis Leger Vauthier, datado de 1884 e citado por F. A. Pereira da Costa, "Codigo Florestal", *Trabalhos da Conferência Assucareira*, Parte 2, pp. 76-77. Pereira da Costa também mencionou outro francês, diretor de serviços públicos em 1863 e um engenheiro inglês em 1884. Ambos os peritos concordavam substancialmente com Vauthier. "Interesses Provinciaes", *O Progresso* (Recife), Tomo II (1847), pp. 706-708. José Antônio de Almeida Pernambuco, "Governo do Estado de Pernambuco", *Diário de Pernambuco*, 28 de setembro de 1895. SAAP, *Acta da Sessão Solemne da Assembléa Geral de 28 de setembro de 1882 e Relatório Annual do Gerente Ignacio de Barros Barreto* (Recife, 1882), p. 114. "O Combustivel na industria assucareira", *O Industrial* (Recife), Anno I, nº 10 (15 de outubro de 1883), p. 111.

10. Relatório de Doyle, *Parliamentary Papers*, 1872, HCC, v. LVIII, *AP*, XXIII, p. 634. SAAP, *Acta de 28 de setembro de 1882 e Relatório* pp. 26, 31, 73-75, 83-85, 95-99. *O Brazil Agricola*, Anno III, nº 10 (31 de maio de 1882), p. 143. "A canna de Assucar em Pernambuco", *Diário de Pernambuco*, 21 de março de 1882. "The CSFB", *ibid.*, 18 de junho de 1885.

11. F.M. Draenert, "A diffusão no engenho central de Barcellos", *ibid.*, 15 de outubro, 27 de novembro, 23 de dezembro de 1886. Henrique Augusto Milet e outros criticaram Draenert e a difusão severamente, *ibid.*, 17 de setembro, 29 de outubro, 2 de dezembro de 1886, 19 de outubro de 1887, 28 de dezembro de 1888 e 7 de setembro de 1893. Emilio Dolé, "Usina Cucaú", *ibid.*, 18 de fevereiro de 1895. Luiz de Castilhos, "Indústria assucareira", *ibid.*, 7 de novembro de 1893. "Usina Cucaú", *A Província*, 12-13 de fevereiro de 1895. "A diffusão", *Diário de Pernambuco*, 25 de agosto de 1895. Peres e Peres, *A Industria Assucareira em Pernambuco*, pp. 136-140.

12. Simonsen, *História Econômica do Brasil*, p. 99. Fernando de Azevedo, *Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil* (Rio de Janeiro, 1948), pp. 210-211. *Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão*

ordinária de 1854 o Exm. Conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo, Presidente da mesma Provincia.* Tabela. *Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1857 o Exm. Sr. Conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo*, p. 75. Sitterson, *Sugar Country*, p. 138. Ramón de la Sagra, *Cuba, 1860: Selección de artículos sobre agricultura cubana (La Habana, 1963)*, p. 138.

13. Recife and San Francisco Raiway Company (Limited), *Report of the Proceedings at the Fifty-Fourth Half-Yearly Ordinary General Meeting of the Shareholders... June 30, 1882*, p. 2. Peres e Peres, *A Industria Assucareira em Pernambuco*, pp. 32-33.

14. Burlamaque, *Monographia da Canna d'Assucar*, p. 70. José Honório Rodrigues "A Literatura sobre o Açúcar no Século XIX", *Brasil Açúcareiro*, v. XIX, nº 5 (maio de 1942), pp. 468-469. José Wanderley de Araujo Pinho, *História de um Engenho do Recôncavo Matoim-Novo Caboto Freguezia, 1552-1944* (Rio de Janeiro, 1946), pp. 157-158.

15. Noel Deerr, *Cane Sugar: A Textbook on the Agriculture of the Sugar Cane, the Manufacture of Cane Sugar, and the Analysis of Sugar House Products*, 2ª edição (Londres, 1921), pp. 608-610. *Idem.*, *A History of Sugar*, v. II, p. 561. Sitterson, *Sugar Country*, p. 147. Moreno Fraginals, *El Ingenio*, p. 119.

16. Deerr, *Cane Sugar*, pp. 608-610. Willian Hadfield, *Brazil, the River Plate and the Falkland Islands* (Londres, 1854), p. 104. "Relatório da Comissão Directora da Exposição Provincial de Pernambuco em 1872", *Diário de Pernambuco*, 21 de fevereiro de 1873.

17. *Relatório... 1854... José Bento da Cunha e Figueiredo*, Tabela. *Relatório...1857... Sérgio Teixeira de Macedo*, pp. 75-77. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em 6 de março de 1900 pelo Exm. Sr. Desembargador Sigismundo Antônio Gonçalves, vice-presidente do Senado no exercício do cargo de Governador do Estado*, pp. 43-45.

18. Ferreira Soares, *Notas Estatísticas*, pp. 102-103.

19. Antonio Carlos de Arruda Beltrão, *A Lavoura da Canna e a Industria Assucareira Nacional* (Rio de Janeiro, 1918), p. 20. Arruda Beltrão construiu em Recife a Refinaria Beltrão, de curta existência.

20. Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, pp. 91-92. Buescu e Tapajós, *História do Desenvolvimento Econômico do Brasil*, pp. 152-153. Ver também Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 428.

21. Paul Singer, *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana* (São Paulo, 1968), pp. 289-290. Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, p. 90, Buescu e Tapajós, *História do Desenvolvimento Econômico do Brasil*, p. 153. Os antagonistas da difusão argumentavam que a força de trabalho disponível não poderia manejar a maquinaria. Henrique Augusto Milet, "A diffusão do assucar de canna", *Diário de Pernambuco*, 20 de outubro de 1886. Raul Prebisch sugeriu que os grandes latifundiários também podiam ter sido relutantes à tecnologia que desempregasse grande número de trabalhadores livres, aumentando a ameaça social. Entrevista, New Brunswick, New Jersey, 20 de maio de 1971. Em uma sociedade escravista, entretanto, esta ameaça pode ser minimizada pelo custo relativamente insignificante do reemprego de escravos em outras atividades, ou pela venda deles a produtores mais trabalho-intensivos. A observação de Gilberto Freyre de que os escravos desenvolveram habilidades como mineiros de ferro, trabalhadores metalúrgicos, cozinheiros, "músicos, acrobatas circenses, sangradores, dentistas, barbeiros e até como professores" contraria a crença de que os escravos não eram capazes de adquirir habilitações mais elevadas. *Casa-Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*, 2 vols., 13ª edição (Rio de Janeiro, 1966), tomo 2, pp. 429, 581-582.

22. Azevedo, *Canaviais e Engenhos*, p. 216; Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, p. 90. Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 421. L. F. Tollenare, *Notas Dominicais tomadas durante uma residência em Portugal e no Brazil nos annos de 1816,1817 e 1818. Parte relativa a Pernambuco*, traduzido por Alfredo de Carvalho (Recife, 1905), p. 85. Discurso do Sr. Nabor nos *Annaes da Assembléa Provincial*, 9 de abril de 1864. Thomas Adamson, Jr. a William Seward, Pernambuco 29 de agosto de 1886, no Arquivo Nacional dos Estados Unidos da América, Despachos dos Cônsules dos EUA em Pernambuco, 1817-1906, Microcópia T344, v. 8, a ênfase é sua. Paul Walle, *Au Brésil du Rio São Francisco à l'Amazone* (Paris, 1912), p. 159. Palladius, "Os novos apparelhos de fabricar assucar", *Jornal do Recife*, 19 de agosto de 1881. CP, "Os novos apparelhos de fabricar assucar", *Diário de Pernambuco*, 19 de setembro de 1881. "Parte Industrial e Agrícola, I", *ibid.*, 22 de agosto de 1893.

23. Não posso considerar seriamente os dados publicados por Francisco do Rêgo Barros de Lacerda, relativos a seu Engenho São Francisco da Várzea: antes da modernização ele acusava um incrível lucro de 33 contos ou 64 por cento. Além disso, ele apresentou várias estimativas conflitantes para a produção de 1880-81. "Industria Agricola em Pernambuco," *Diário de Pernambuco*, 22 de julho de 1881: Francisco do Rêgo Barros de Lacerda, "Ao Sr. Palladius", *ibid.*, 14 de setembro de 1881; "Safras do Engenho São Francisco da Várzea", *ibid.*, 24 de agosto de 1886. Também desprezei os cálculos de Milet, relativos a seu próprio engenho, por falta de clareza da alocação de custos. Milet, *A Lavoura da Canna de Assucar*, pp. 7-10. *Idem.*, *Os Quebra Kilos e a Crise da Lavoura* (Recife, 1876), pp. 4-8.

24. Emilio Dolé, "Engenhos Centraes", *Diário de Pernambuco*, 27 de setembro de 1890. "Sôbre Usinas de Assucar", *ibid.*, 2 de outubro de 1890. Ao transformar capacidades diárias em anuais presumi uma safra de 100 dias. "Engenhos Centraes", *ibid.*, 19 de outubro de 1890.

25. Quanto às queixas dos agricultores endividados pelos investimentos em maquinaria moderna ver Sr. Nabor, *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial*, 9 de abril de 1864, p. 445; e CP, "Os novos apparelhos de fabricar assucar", *Diário de Pernambuco*, 19 de setembro de 1881. Luíz Amaral admite que o custo desestimulava a inovação, *História Geral da Agricultura Brasileira*, v. I, p. 358. Alice P. Canabrava, embora salientando a abundância de terra e de mão-de-obra barata, culpa as sucessivas crises do mercado do período colonial pelo atraso tecnológico, uma explicação que pode abranger o século XIX. "A Grande Propriedade Rural", Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo I, *A época colonial*, v. 2, *Administração, Economia, Sociedade* (São Paulo, 1960), p. 216.

26. Werner Baer, *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*, trad. Wando Pereira Borges (Rio de Janeiro, 1970), p. 78. Baer também menciona a ausência de trabalhadores habilitados. Palladius, "Os novos apparelhos de fabricar assucar", *Jornal do Recife*, 19 de agosto de 1881. CP, "Os novos apparelhos de fabricar assucar", *Diário de Pernambuco*, 19 de setembro de 1881. "Parte Industrial e Agrícola, I", *ibid.*, 22 de agosto de 1893.

27. A primeira máquina a vapor importada pelo Brasil foi instalada em 1815. Deerr, *The History of Sugar*, v. II, p. 552. Comparar com *ibid.*, v. I, p. 11, onde Deerr assinala o ano de 1813. Pereira da Costa, *"Origens Históricas"*, p. xxvi. Flávio Guerra, *Idos do Velho Açúcar* (Recife, 1966), pp. 134-135. Vilela Luz, *A Luta pela Industrialização*, p. 22. Esta proteção de 1844 não funcionou muito eficazmente, pois as importações brasileiras de maquinaria de engenho de açúcar, ao que consta, de proveniência inglesa, duplicaram entre 1845 e 1847. William Law Mathieson, *Great Britain and the Slave Trade, 1839-1865* (Londres, 1929), p. 29.

28. Vilela Luz, *A Luta pela Industrialização*, p. 24, 36. SAAP, Livro de Atas, nº 2, 18 de agosto de 1875. Herdeiros Bowman, "Aos senhores de Engenhos", *Jornal do Recife*, 25 de março de 1880. Muitos operarios, "Os Srs. Bowman e a nova tarifa", *ibid.*, 30 de março de 1880. *SAAP, Acta... 28 de setembro de 1882 e Relatório*, pp. 15-16. Para uma lista de adiantamentos técnicos da indústria do açúcar cubano entre 1830 e 1860, ver de la Sagra, *Cuba. 1860*, pp. 86-105.

29. Francisco do Rego Barros de Lacerda, "Ao Sr. Palladius", *Diário de Pernambuco*, 14 de setembro de 1881. Um visitante, "Agricultura", *ibid.*, 31 de março de 1881. "Industria Agricola Assucareira em Pernambuco", *ibid.*, 21-22 de julho de 1881. Milet, *Os Quebra Kilos*, pp. 105-107. Smith, *Brazil: The Amazons and the Coast*, pp. 443-447, descreve uma visita ao Engenho São Francisco da Várzea. "Melhoramento Agrícola", *Diário de Pernambuco*, 24 de agosto de 1877. SAAP, *Relatório Annual apresentado na sessão de 4 de julho de 1878 da Assembléa Geral pelo Gerente Ignacio de Barros Barreto e a Acta da mesma sessão* (Pernambuco, 1878), p. 39. *Idem.*, *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife em Outubro de 1878* (Recife, 1879), p. 228. "SAA", *Diário de Pernambuco*, 6 de fevereiro de 1894. Peres e Peres, *A Industria Assucareira em Pernambuco*, pp. 169, 172.

30. Pereira da Costa, "Origens Históricas", pp. xxvi-xlvi. "Interior", *O Progresso* (Recife) Tomo II (1847), p. 445. *Relatório com que fez entrega d'administração provincial o Exm. Sr. Victor de Oliveira ao Exm. Sr. Francisco Antônio Ribeiro em 9 de março de 1852*, p. 27. Deerr, *A History of Sugar*, v. II, pp. 545-546. *Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1855 o Exm. Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, Presidente da mesma Província*, pp. 1-7. Diégues Júnior, *População e Açúcar*, pp. 142-143.

31. José Alípio Goulart, *Transportes nos Engenhos de Açúcar* (Rio de Janeiro, 1959), pp. 41-44. Relatório de Bonham, 30 de abril de 1881, *Parliamentary Papers*, 1881, HCC, v. XCI, *AP*, v. XXIII, p. 96. Joseph M. Stryker a William Hunter, Pernambuco, 10 de junho de 1878, Arquivo Nacional dos EUA, despachos dos cônsules dos EUA, v. 10, estima a capacidade das barcaças em 50 a 200 toneladas. Para uma relação de 10 portos da costa pernambucana em que as barcaças embarcavam açúcar, ver Peres e Peres, *A Industria Assucareira em Pernambuco*, p. 202. Tollenare, *Notas Dominicais*, p. 96. Goulart, *Transportes nos Engenhos*, pp. 37-38. Recife and San Francisco Railway Company (Limited), *Report of the Proceedings at the Thirty-First Half-Yearly Ordinary General Meeting of the Shareholders... April 18, 1871*, p. 4.

32. Goulart, *Transportes nos Engenhos*, p. 80. Tollenare, *Notas Dominicais*, p. 69. Peres e Peres, *A Industria Assucareira em Pernambuco*, p. 27. Azevedo, *Canaviais e Engenhos*, p. 218. Relatório de Bonham, *Parliamentary Papers*, 1881, HCC, v. XCI, *AP*, v. XXIII, pp. 96, 114. *Falla com que o Exm. Sr. Commendador Henrique Pereira de Lucena abrio a sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em 1º de março de 1874*, p. 60. Milet, *A Lavoura de Canna de Assucar*, pp. 37-38. Relatório de Hunt, 18 de agosto de 1864, *Parliamentary Pappers*, 1865, HCC, v. LIII, *AP*, v. XXIV, p. 365.

33. Ceresiades, "A agricultura em Pernambuco", VII, IX", *Diário de Pernambuco*, 2 e 5 de julho de 1878. Muitas estradas foram construídas, durante a grave seca de 1877-79, por refugiados (retirantes) contratados pela província para realizarem projetos de construção. Recife and San Francisco Railway Company (Limited), *Report of the Proceedings at the Fiftieth Half-Yearly Ordinary General Meeting of the Shareholders... October, 12, 1880*, p. 2. Descrições críticas semelhantes das estradas há em Koster, *Viagens ao Nordes do Brasil*, pp. 81-82. Charles Blachford Mansfield, *Paraguay, Brazil and the River Plate, Letters eritten in 1852-1853* (Cambridge, Inglaterra, 1856), pp. 48-50; e

Ulick Ralph Burke e Robert Staples Jr., *Business and Pleasure in Brazil* (Londres, 1884), pp. 115, 119. Gilberto Freyre, Um engenheiro Francês no Brasil (Rio de Janeiro, 1940), pp. 172-192, apresenta um resumo das condições rodoviárias de meados do século XIX. Célia Freire Aquino Fonseca, "Rotas, Portos, Comércio e a Formação do Complexo Açucareiro em Pernambuco", *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, Portos, Rotas e Comércio*, 2 vols. (São Paulo, 1971), v. 1, p. 359, assinala que as precárias condições rodoviárias perturbavam os embarques diretos de açúcar para Recife, antes do advento das ferrovias.

34. Ademar Benévolo, *Introdução à História Ferroviária do Brasil. Estudo social, político e histórico* (Recife, 1953), pp. 70, 80, 280. Estevão Pinto, *História de uma Estrada-de-Ferro do Nordeste* (Rio de Janeiro, 1949) pp. 57-61. Pinto cita as datas de inauguração das novas estações, pp. 247-252. Em vista destas datas iniciais da construção das ferrovias, parece improvável que as garantias imperiais representassem tentativas governamentais de aliviar a inflação, no fim do decênio 1850 e no início do seguinte, como foi sugerido por Vilela Luz, *A Luta pela Industrialização*, p. 25. É de se pensar que o governo imperial estimulasse as ferrovias, na época, para abrandar os efeitos negativos da extinção do tráfico de escravos, em 1850. O capital inicialmente garantido foi de 1.200 mil libras e não de 900 mil libras, como afirmou Alfred Tischendorf em "The Recife and San Francisco Pernambuco Railway Company, 1854-1860", *Inter-American Economic Affairs*, v. XIII. p. 4 (primavera de 1960), pp. 87-94. Ver Cowper e Clarendon, 15 de abril de 1856, *Parliamentary Papers*, 1857, HCC, v. XLIV, *AP*, v, XX, p. 233. Walle, *Au Brésil du Rio São Francisco a l'Amazone*, p. 152. "Empresa da Estrada de Ferro de Ribeirão à Bonito em 10 de maio de 1893", *Diário de Pernambuco*, 9 de junho de 1893. Recife and San Francisco Railway Company (Limited), *Report of the Proceedings at the Forty-First Half-Yearly Ordinary General Meeting of the Shareholders... December, 31, 1875*, p. 3.

35. Benévolo, *Introdução à História Ferroviária*, p. 80. Pinto, *História de uma Estrada-de-Ferro*, pp. 83-84, 91-92. Dizer que a Recife-San Francisco transportava mais açúcar contradiz a afirmativa de Richard Graham de que a zona atravessada pela *Great Western*, "norte-oeste de Recife era mais rica do que a do *Recife and São Francisco*" (sic, o nome da empresa foi anglicizado). Graham, *Grã-Bretanha e o Início da Modernização*, p. 76.

36. Pinto, *História de uma Estrada-de-Ferro*, pp. 103-104.

37. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, pp. 156-157, 174-175, 277. Luíz de Carvalho Paes de Andrade, *Questões Econômicas em Relação à Província de Pernambuco* (Recife, 1864), p. 55.

38. "Sobre o infimo preço do assucar", *Diário de Pernambuco*, 26 de setembro de 1886. "Tarefas das vias ferreas. Parecer apresentado à Assembléa Geral da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco em 25 de março de 1882 (*sic*), pelo presidente interino da sessão de economia social e rural da mesma Sociedade, engenheiro Henrique Augusto Milet", *ibid.*, 14-16 de abril de 1887. "Parte Official. Ministério da Agricultura", *ibid.*, 28 de junho, de 1888. Cyro Diocleciano Ribeiro Pessôa Júnior, *Estudo Descriptivo das Estradas de Ferro do Brazil Precedido da Respectiva Legislação* (Rio de Janeiro, 1886), pp. 100-101.

39. Ribeiro Pessôa Junior, *Estudo Descriptivo*, p. 119. Thomas Adamson Jr. a William H. Seward, Pernambuco, 14 de novembro de 1864, Arquivo Nacional dos EUA, Despachos dos cônsules dos EUA, v. 7. Visconde de Mauá, *Autobiografia*, citado por Graham em *Grã-Bretanha e o Início da Modernização*, p. 76. Graham concluiu que "o tráfego não era suficientemente pesado para que a empresa lucrasse". Alfred Marc, *Le Brésil. Excursion à Travers des 20 Provinces*, 2 vols. (Paris, 1890), v. I, p. 251. Coelho

Cintra, "Congresso Nacional - Discurso Pronunciado na Sessão de 22 de novembro de 1895", *Diário de Pernambuco*, 5 de março de 1896. A. F. Howard, "Report for the year 1896 on the Trade, etc., of the Consular District of Pernambuco, *Parliamentary Papers*, 1897, HCC, v. LXXIX, *AP*, v. 28, p. 15. A própria ferrovia confessava estar em falta de adequado material rodante, antes de 1881. Recife and San Francisco Railway (Limited), *Report of the Proceedings at the Fifty-First Half-Yearly Ordinary General Meeting of the Shareholders... April 5, 1881*, p. 1. Segundo visitantes estrangeiros a Great Western Railway também cobrava taxas consideradas exorbitantes embora a empresa não fosse acusada de fraude deliberada. James W. Wells, *Exploring and Travelling Three Thousand Miles Through Brazil From Rio de Janeiro to Maranhão*, 2 vols. (Londres, 1886), v. II, p. 338. Marc, *Le Brésil*, v. I, p. 250.

40. SAAP, Livro de Atas nº 2, 3 de fevereiro de 1881. A mistura de diferentes tipos de açúcar provocava a deterioração do produto. Esta queixa teve repetido protesto anterior de um agricultor que fez seus escravos dormirem em cima dos sacos de açúcar para impedir o roubo. Antonio Venancio Cavalcante de Albuquerque, "Agricultura ou a questão da actualidade", *Diário de Pernambuco*, 7 de abril de 1877.

41. *SAAP, Acta... 28 de setembro de 1882 e Relatório*, p. 26, Recife and San Francisco Railway Company (Limited), *Report of the Proceedings... June 30, 1882*, p. 3. Milet, *A Lavoura da Canna de Assucar*, pp. 29-30. "Redução de Taxa", *Diário de Pernambuco*, 19 de junho de 1887. "50% de abate no transporte de cannas", *ibid.*, 3 de agosto de 1887. "Parte Official. Ministério da Agricultura", *ibid.*, 28 de junho de 1888. Cônsul Howard, "Report on the Trade and Commerce of the Consular District of Pernambuco for the years 1899-1900", *Parliamentary Papers*, 1901, HCC, v. LXXXI, *AP*, v. 45, p. 8.

42. Cônsul Staniforth, "Report on the Trade and Commerce of Pernambuco for the Year 1905, *ibid.*, 1906, HCC, v. CXXIII, *AP*, v. 59, pp 5-6. Cônsul George A. Chamberlain, "Pernambuco", Departamento de Estado dos EUA, *Reports from the Consuls of the United States on the Commerce, Manufactures, etc., of Their Consular Districts*, 1908, v. II, p. 327. Cônsul Pearson, "Report on the Trade of the Consular District of Pernambuco for the Year 1911", *Parliamentary Papers*, 1912-13, HCC, v.94, *AP*, v.46, p.7.

43. Recife and San Francisco Railway Company (Limited), *Report of the Proceedings at the Fifteenth Half-Yearly Ordinary General Meeting of the Shareholders... April 1863*, p.5. Mário Sette, *Arruar, História Pitoresca do Recife Antigo*, 2ª edição (Rio de Janeiro, sem data), pp.94-96. Raffard, *O Centro da Indústria*, p. 119.

44. Hadfield, *Brazil, The River Plate and the Falkland*, p. 102. Joseph M. Stryker a William Hunter, Pernambuco, 10 de novembro de 1877, 12 de abril de 1878, Arquivo Nacional dos EUA, Despachos dos Cônsules dos EUA, v. 10. Frank Bennett, *Forty Years in Brazil* (Londres, 1914), p. 3. Cônsul Howard, "Report on the Trade and Commerce of the Consular District of Pernambuco for the Years 1899-1900", *Parliamentary Papers*, 1901, HCC, v. LXXXI, *AP*, v. 45, p.7. Cônsul interino Williams, "Report on the Trade and Commerce of the Consular District of Pernambuco for the Year 1901", *ibid.*, 1902, HCC, v. CV, *AP*, v. 51, p.8. Bibliografia sobre as propostas de melhorias do porto há em F.A. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, 10 vols. (Recife, 1949-66), v. X, pp. 481-487. Gilberto Freyre relembra que o governo provincial buscava engenheiros estrangeiros que melhorassem o porto desde 1825. Freyre, *Um engenheiro francês no Brasil*, pp. 98-99.

45. Ceresiades, "A agricultura em Pernambuco, VII, VIII", *Diário de Pernambuco*, 2-4 de julho de 1878; SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, p.139. Milet, *Os Quebra Kilos*, p.69. Pinto, *História de uma Estrada-de-ferro*, p.104. *Recenseamento da População do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1 de Agôsto de 1872*, *Quadros Estatísticos*,

23 vols. (Rio de Janeiro, 1873-1876), XIII, 214. Directoria Geral de Estatística, *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analphabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro, 1898), pp. 94-99. As definições das três áreas estão no *Anuário Estatístico de Pernambuco*, Ano XIX (Recife, 1964), pp. 35-37.

4
MOBILIZAÇÃO DE CAPITAL ATRAVÉS DAS FONTES TRADICIONAIS

Todos os cavalheiros que se manifestaram no Congresso Agrícola de Recife de 1878 concordavam em que a economia açucareira do Nordeste necessitava de mais capital.[1] O capital serviria para implantar tecnologia mais moderna no campo e nas fábricas, para produzir maior volume de açúcar de melhor qualidade a custo mais baixo e, assim, esperavam a recuperação dos mercados de exportação. Porém, o acordo sobre o problema não se fazia acompanhar pela unanimidade quanto às soluções. A reforma da lei hipotecária, mais bancos, crescentes emissões e empréstimos, e a reforma da lei sobre associação de negócios, tudo tinha adeptos e, às vezes, apoio oficial. O instrumento mais eficaz que se evidenciou foi o subsídio oficial, quer indiretamente, mediante um banco, quer diretamente ao agricultor.

O Correspondente

Tradicionalmente, o agricultor de cana-de-açúcar levantava capital de uma só fonte, um agente comercial de Recife conhecido como correspondente ou comissário. No início da época do plantio o correspondente adiantava dinheiro ao plantador, que pagava até 6% ao mês de juros por empréstimos de curto prazo.[2] Por sua vez, o correspondente tomava seu dinheiro emprestado nos bancos comerciais, onde as taxas básicas de juros, após 1850, comumente flutuavam entre 0,75% e 1% ao mês (Quadro 15). Por enfrentar maiores riscos do que o correspondente, o agricultor não podia tomar empréstimos diretamente aos bancos, tendo de depender do intermediário. Freqüentemente o correspondente adquiria o açúcar ou o rum do agricultor, ou intervinha como agente vendedor, mediante o ganho de uma comissão de 3% sobre o preço da venda.

Ocasionalmente o correspondente concedia ao agricultor um juro recíproco – isto é, o agricultor ganhava juros sobre o valor do açúcar ou do rum que o correspondente recebesse e ainda não tivesse pago. Por último, o correspondente atuava como agente de compras do agri-

QUADRO 15
TAXAS BÁSICAS DE JUROS EM RECIFE
(em percentagem)

Ano	Taxa Média Anual	Ano	Taxa Média Anual
1835	18.00	1866	10.25
1836	18.00	1867	9.04
1837	16.00	1868	8.67
1838	15.13	1869	9.88
1839	16.13	1870	10.33
1840	14.38	1871	9.98
1841	13.50	1872	9.63
1857	9.43	1873	11.08
1858	11.00	1874	11.13
1859	11.96	1875	11.25
1860	14.63	1876	9.75
1861	13.04	1877	9.75
1862	14.42	1878	9.25
1863	10.31	1879	8.33
1864	8.96	1880	8.96
1865	10.42		

NOTA: A taxa média anual foi determinada pela simples soma das cotações mensais. Se os juros fossem compostos mensalmente, então a taxa seria ligeiramente mais alta.
FONTES: Cotações mensais, in *Diário de Pernambuco*. Agradeço a David Denslow a permissão para usar esses dados.

cultor em Recife, para encomendar e embarcar alimentos, vestuário, maquinaria, ferramentas e outras mercadorias necessitadas pelo engenho, ganhando 3% de comissão sobre os preços de compra pelos serviços prestados, mais 10% de juros sobre o preço caso tivesse pago as mercadorias com seus próprios recursos. Gilberto Freyre assim descreveu o poderoso correspondente:

> "No século XVIII e através do século XIX, a força do intermediário, vinda do século XVII, só fez acentuar-se. Sua figura acabou enobrecida na do correspondente, na do comissário de açúcar ou de café, na do banqueiro. Aristocrata da cidade, de corrente de ouro em volta do pescoço, de cartola inglesa, morando em sobrado de azulejo, andando de vitória de luxo, comendo passa, figo, ameixa, bebendo do vinho-do-Porto, as filhas uns encantos quando vestidas pelos figurinos de Paris por alguma *Madame* Theard para assistirem a estréias de cantoras italianas no teatro lírico".[3]

No ocaso do século XIX o número de correspondentes variava com a safra de açúcar: nos anos magros havia menos de 30 correspondentes nas listas dos almanaques de Recife, e nos anos fartos chegavam a uma centena. Com 1.500 a 2 mil engenhos na província, um correspondente mediano poderia prestar serviços a até 70 clientes.[4]

Nos bons anos os agricultores podiam suportar as contas destes intermediários. Nos anos adversos, entretanto, quando os plantadores não podiam satisfazer seus débitos a dinheiro, os correspondentes tomavam escravos ou hipotecas em pagamento, ou se recusavam a fornecer suprimentos, "resultando daí engenhos de fogo-morto, restrição de consumo, atrofia do comércio, quebras, mal-estar para todos".[5]

Especialmente após 1870, quando a economia açucareira de Pernambuco começou a sofrer o aguilhão da concorrência estrangeira, os agricultores endividados maldiziam freqüentemente os métodos dos correspondentes, chamando-os de "usurários", "agiotas", "uma horda de hárpias sociais". Seguidamente os senhores de engenho protestavam contra a "infernal usura" e os "dragoninos adiantamentos" que "o correspondente que de mãos dadas com o armazenário sugam todo o suor do pobre do agricultor". Conforme um deles escreveu: "O açúcar não dá dinheiro, porém o armazenário, o correspondente ajuntam fortunas colossais, têm palácios riquíssimos, trens, criadagens, passam festas, gozam a verdadeira vida de fidalgos, enquanto que o pobre do agricultor, o que faz mal dá para passar, e com uma economia franciscana".[6]

Os agricultores também se queixavam das práticas comerciais dos intermediários. Às vezes os correspondentes pagavam preços abaixo das cotações de mercado divulgadas. Mais ainda, como não podiam elevar os preços de venda do açúcar no mercado internacional, os intermediários transferiam parte das taxas de exportação aos produtores, na forma de preços de compra mais reduzidos. Quando caía a taxa de exportação, os lucros dos intermediários se elevavam, a não ser que a pressão competitiva os obrigasse a transferir o dinheiro adicional aos produtores sob a forma de preços mais generosos. Assim, a ACBP e a ACA dos comerciantes, da mesma maneira que a SAAP dos agricultores, empenhavam-se, com certo êxito, em ativas campanhas contra os tributos de exportação do açúcar.[7]

Apesar disto, alguns agricultores queixavam-se de oligopsônio, observando com amargura que "só o comércio pois aufere lucros pela

supressão do imposto de exportação, pois que impunemente impõe o preço ao produtor".[8]

Os agricultores tinham apenas uma parte de razão ao atacar seus intermediários por cobrarem altos juros. Se dividirmos os anos 1859-80 em dois subperíodos descobriremos amplas oscilações no índice de preços ao consumidor (Quadro 26), incluindo uma abrupta queda de 1859 a 1864 e uma recuperação mais moderada mas firme de 1864 a 1878. A taxa de juros, por sua vez, declinou muito lentamente. O preço do capital às vezes acompanhava os movimentos do preço para o consumidor, o que amenizava as queixas dos agricultores.

Por outro lado, se a usura for medida pelas taxas de lucros dos emprestadores, os agricultores tinham boas razões de queixa. Como alguns engenhos tradicionais não produziam mais de 9% de lucros líquidos, um senhor de engenho que contasse com tecnologia tradicional podia chegar a pagar juros sobre seu capital operacional superiores a sua taxa de retorno. Assim, bem mais sábio seria se ele se esquecesse o açúcar e se tornasse correspondente; realmente, muitos dos mais ricos agricultores tornaram-se, indiretamente, credores de seus colegas mais pobres.

Ativos Pessoais

Os correspondentes podiam cobrar altos juros por dois motivos. Primeiro, os empréstimos aos agricultores implicavam maiores riscos:

> "É que o comerciante, cujo escritório e cujas transações estão sob a diária inspeção ou observação ocular do credor, lhe é garante da pontualidade do pagamento e da rapidez da cobrança.
>
> Mas o lavrador, cuja situação está quase sempre distante; cuja regularidade de pagamento depende as vezes das contingências e eventualidades de uma boa ou má safra; o lavrador que não pode dar em penhor nem os frutos pendentes, nem a seára ou safra futura, o lavrador o que não tem, como o agricultor da Inglaterra, livros e contabilidade regular, não é firme atraente de capitais"[9]

Outro fator também importante para a dificuldade de crédito era que comumente os agricultores tinham precária situação financeira: seus testamentos, ao fim do século XIX, raramente legavam dinheiro aos herdeiros (Quadro 16). De um modo geral os agricultores tinham fortuna em terras e em fatores de produção correlatos; mesmo bens de luxo representavam parcela muito pequena do universo de seus bens.

QUADRO 16
ATIVOS DOS SENHORES DE ENGENHO

Ativos	Freqüência da inclusão nos testamentos [a] (percentagem)	Proporção média dos ativos totais (percentagem)
Engenhos, Propriedades, Terra, Casas	100	65,7
Escravos	97 [b]	26,5
Gado	86	5,5
Móveis, Bens Domésticos	75	0,9
Cana, Açúcar	68	7,5
Ouro, Prata, Cobre, Jóias	49	2,2
Créditos	25	6,8
Dinheiro, Títulos	19	15,9
Carros, Barcos	15	3,6 [c]

a. Analisamos 57 inventários de senhores de engenho, datados entre 1859 e 1910.
b. 30 inventários eram anteriores à abolição.
c. A percentagem total de ativos excede 100% porque certos itens, como títulos financeiros, avultavam desproporcionadamente em alguns inventários.

FONTES: inventários arquivados no Cartório Público de Ipojuca, Pernambuco.

Os agricultores podiam levantar capital convertendo tais ativos em dinheiro. Porém, esta liquidez em troca de bens móveis era geralmente inadequada a propósitos de investimento, enquanto os imóveis, até quase o fim da Monarquia, não eram bens facilmente recebidos em garantia. Vendas diretas de gado ou de escravos produziam dinheiro, mas uma cabeça de gado valia tão pouco que um senhor de engenho teria de virtualmente esvaziar seus currais e estábulos para levantar mesmo um pequeno capital de investimento.[10]

Escravos, por sua vez, constituíam indiscutivelmente uma fonte de capital de giro dos agricultores – eles podiam ser penhorados para conseguir empréstimos, ou vendidos. Nem o gado nem a escravaria, entretanto, alcançavam os montantes necessários para a modernização dos engenhos tradicionais; além do mais, a liquidação destes ativos implicava a substituição de sua função produtiva por maquinaria ou trabalho livre, o que normalmente custava dinheiro.[10a]

A abolição do tráfico internacional de escravos em 1850 significou que o capital previamente reservado para completar a força de trabalho com novas importações de africanos podia ser destinado a outros fins. Grande parte deste capital, nas províncias do Centro-Sul, aplicou-se na produção cafeeira, nas indústrias, nos bancos. Em Pernambuco, certa parte do capital antes empregado no comércio internacional de escravos pode ter passado à indústria: em 1860 uma fábrica de velas de iluminação foi inaugurada; em 1861 surgiu uma de explosivos e nove indústrias de tecidos de algodão da melhor qualidade apareceram por volta de 1866. O surto do algodão dos anos 1860-70 atraiu, sem dúvida, tais fundos. Muitos dos novos 400 engenhos construídos nos últimos anos da década de 1850 e 1860 podem ter usado o capital do comércio escravo. Mas a inexistência de maquinaria moderna nos engenhos pernambucanos, antes dos anos 70, indica que o capital do tráfico não pagou a modernização do setor.[11]

A presença ocasional de contas bancárias e de títulos e obrigações governamentais entre os ativos dos agricultores confirma que sua relutância inicial em investir em maquinaria moderna não provem de uma simples mentalidade rotineira. Um observador lamentou "o egoísmo de muitos dos nossos agricultores que, dispondo de capitais, em vez de procurarem organizar um banco, ou caixa de socorro mútuos, preferem conservar seus capitais nos bancos comerciais, para estes fornecerem aos lavradores necessitados, por intermédio de seus correspondentes, com o lucro duplo, triplo, e às vezes quádruplo do prêmio que eles recebem dos mesmos bancos".[12]

Os agricultores também investiam em títulos nacionais e provinciais ou estaduais. Pagando 6 a 7% ao ano, tais títulos eram transferíveis, facilmente conversíveis em dinheiro, isentos de tributos e virtualmente sem riscos. Em 1878 os residentes em Pernambuco tinham, ao que se afirma, entre 4 mil e 5 mil contos de tais títulos. Apenas dez anos mais tarde a Assembléia Provincial autorizou o presidente de Pernambuco a tomar empréstimos de 7.500 contos para resgatar títulos de 7 por cento. Houve quem chamasse o Tesouro Imperial de "um competidor onipotente" no mercado de capital, rotulando os títulos governamentais de "este cancro roedor... verdadeiro sorvedouro de todos os capitais disponíveis no Brasil". A ACPB lamentou-se de que "é para sentir não haver na província tendência para o emprego desses capitais em empresas de utilidade pública, preferindo-se o desconto de letras e a compra de apólices da Dívida Pública".[13]

A inexistência de grandes reservas em dinheiro nos ativos dos agricultores não implica, naturalmente, que a elite pernambucana não vivesse à larga. Se tinha pouco dinheiro em caixa a deixar para os herdeiros, é que certamente o gastava em mercadorias de luxo e em serviços, durante a vida. Os ricos senhores de engenho muitas vezes chamaram a atenção por seus pródigos gastos "asiáticos". Residências rurais e citadinas esmeradamente mobiliadas, cavalos de qualidade, belas carruagens e – no início do século XX – automóveis caracterizavam o estilo de vida "aristocrático" dos agricultores mais ricos.

> "Nos banquetes de senhores de engenho mais ricos ou mais espetaculosos – que desde o século XVI escandalizavam os europeus pela sua fartura de comida e bebida – o vinho corria livre. Era tanta comida que se estragava; no fim aquelas saúdes cantadas, muito vinho corria à toa, pela toalha, pelo chão, só por luxo. O velho Major Santos Dias, de Jundiá, foi um dos últimos senhores de engenho a se celebrizarem pela opulência da mesa. Nela não faltava vinho e do melhor. Lordes ingleses vindos a Pernambuco para a caça de onça nas matas dos engenhos, hospedaram-se em Jundiá, iniciando-se na cozinha brasileira".[14]

Mas artigos suntuários, pelo menos estes legados aos herdeiros, não representavam importante porção dos ativos totais dos plantadores, apesar de tanto terem despertado a atenção dos viajantes estrangeiros ou dos credores brasileiros.[15] Mesmo os serviços de luxo como as viagens de férias e os estudos na Europa, só representavam um dispêndio moderado em comparação com o custo da nova maquinaria. Entre 1870 e 1881, por exemplo, entre os agricultores de Escada, um dos mais ricos municípios açucareiros, poderia ter havido em média duas a três viagens por ano que lhes custariam, cada qual, de dois a três contos – o valor de uma boa safra de engenho tradicional. Tais luxos, obviamente, custavam mais do que um senhor de engenho médio podia gastar: realmente, apenas os oligarcas do açúcar, os membros das mais ricas famílias do país, concediam-se tais prazeres. E estes não desviavam o capital de todo investimento produtivo, pois alguns destes oligarcas foram os únicos agricultores que chegaram a modernizar seus engenhos – sem subsídios – no século XIX.[16]

A terra era o ativo mais valioso do agricultor (Quadro 16). Como ele trabalhava somente uma parte da sua terra podia, presumivelmente, levantar dinheiro vendendo, arrendando ou hipotecando ao menos a propriedade extra ou em desuso. Conforme o tamanho e a localização um engenho médio valia cerca de 25:000$000 no início do século e até 200 contos pelo fim. Os arrendamentos lá pelos anos 70 e 80 variavam entre um e três contos por ano por uma plantação simples e 1$000 por pão de açúcar, em se tratando de plantação com engenho.[17]

Como no caso dos rebanhos e da escravaria, entretanto, a venda e o arrendamento da terra alienava os fatores produtivos. O agricultor que quisesse manter ou aumentar sua produção teria, é fácil de presumir, de preferir a hipoteca. Mas a realidade era contrária a isto:

> "os lavradores, e as pessoas que com eles transigem não fundam geralmente os seus negócios em contratos hipotecários porém sim na emissão de letras abonadas, que têm, além de outras vantagens a de mobilizar os capitais.
>
> Informam agora os Juízes de Direito, que a repugnância para o empréstimo por meio de contratos daquela espécie é muitas vezes invencível, quer pelas despesas que ocasiona, quer pela divulgação da dívida e prisão dos bens".[18]

Tanto os correspondentes quanto os agricultores não acreditavam na hipoteca. Durante a maior parte do período colonial a lei portuguesa proibira a execução de hipotecas da indústria do açúcar: os credores apenas podiam reclamar a renda do engenho, não a propriedade em si. No século XIX foram permitidas as execuções, mas os credores eram obrigados a aceitar a propriedade ou o preço que ela alcançasse em leilão público, como pleno pagamento da dívida. Um credor temia emprestar tendo como garantia uma propriedade cujo preço de leilão era incerto ou, caso nenhum comprador se apresentasse, ter de tornar-se um proprietário rural contra sua vontade. A lei proibia a venda de hipotecas – de modo que o executante tinha só estas duas alternativas.[19]

As autoridades do Rio de Janeiro tentaram, sem maior êxito, reformar a legislação hipotecária. Em 1846 o governo imperial criou um registro de hipotecas convencionais, mas outras formas de transferência de propriedade – como vendas e arrendamentos – continuavam não registradas de modo que quando os credores queriam cobrar, tinham dificuldade para um acordo com o devedor. Durante os anos 1860-64 quando declinavam as taxas básicas de juros e era de se esperar um grande incremento das hipotecas, a média anual total da dívida hipotecária registrada chegou, em Pernambuco, a 1.278 contos, valor de apenas 20 a 25 engenhos. Logo depois o Congresso imperial aprovou a Lei 1.237 de 24 de setembro de 1864 estabelecendo penalidades para a omissão de registro de hipotecas e exigindo que as garantias também tivessem valor especificado.[20] Porém, tal reforma não conseguiu os resultados pretendidos. Visando cobrar taxas de juros exorbitantes e conseguir segurança adicional, os credores recusaram-se a cumprir as exigências da lei de registro. Além disto os credores hipotecários não tinham a obrigação de dar baixa nos registros das hipotecas executadas. Outrossim, quem hipotecava uma propriedade já onerada

também não tinha a obrigação de cancelar o registro do velho débito, apenas a de registrar o novo empréstimo. Devido a tais imperfeições dos registros, a mesma propriedade freqüentemente era hipotecada várias vezes, pelo pai e depois pelo filho, pelo marido e posteriormente pela viúva. E credor algum podia estar certo de que seu crédito iria ser resgatado devidamente.[21]

O Brasil legalizou o Registro Torrens em Decreto de nº 370, de 2 de maio de 1890; este Registro, instituído originalmente na Austrália, em 1859, inscrevia regularmente todas as propriedades e os proprietários e emitia escrituras transferíveis de propriedade, utilizáveis para proteger uma hipoteca. Porém, no Brasil, o Registro Torrens não conquistou muita aceitação e os regulamentos que especificavam sua implementação não foram aprovados. Objetavam os críticos que o Registro exigia que o latifundiário apresentasse documentos públicos legais comprobatórios de seu direito. Como os proprietários muitas vezes tinham adquirido ilegalmente suas propriedades, sem documentos, com o Registro Torrens viriam a perdê-las.[22] Como resultado de tal resistência, por volta de 1909 as hipotecas registradas em Pernambuco totalizavam apenas 4.152 contos – o equivalente ao valor de menos de cinqüenta engenhos.[23] O temor dos proprietários quanto à revelação de débitos anteriores e quanto a títulos deficientes derrotaram tais tentativas de ampliação do mercado de capital.

Associações

Dada a dificuldade encontrada pelos interessados em levantar capital através de hipotecas, muitos empresários pernambucanos chegaram à óbvia conclusão de que melhor mobilizariam capitais através de associações de indivíduos. Infelizmente para estes capitalistas, as leis dos últimos trinta anos do Império não estimularam estas atividades. O fim do decênio 1850 testemunhara uma proliferação de bancos de emissão autorizados pelo Banco do Brasil. Expandiram-se a especulação e o crédito até que se desencadeou, em 1857, a primeira de muitas crises – quando os credores estrangeiros, da Europa e dos Estados Unidos, reagindo às próprias crises financeiras, exigiram pagamentos que drenaram moeda do Brasil. Novos empréstimos externos e mais emissões de papel-moeda, tanto legais quanto não autorizadas, compuzeram o problema, e as dificuldades das empresas se multiplicaram quando as principais firmas das cidades maiores pediram falência.[24]

A inflação e a especulação só terminaram quando a legislatura imperial aprovou a Lei 1.083 de 22 de agosto de 1860, que restringiu drasticamente as emissões tanto dos bancos privados quanto do Banco

do Brasil. Mais importante para a indústria açucareira, a lei exigia que qualquer companhia de responsabilidade limitada tinha de ter autorização do Conselho de Estado antes de poder operar, devendo ainda submeter relatórios anuais à aprovação. Ao impor aos negócios a busca de tal aprovação política a lei conteve a organização cooperativa do capital. Os empresários pernambucanos, sem titubeios, condenaram a "restritiva e centralizadora" lei de 1860 como "o começo da aniquilação do espírito empresarial e associativo" e "o mais perfeito instrumento para matar o espírito de associação e a própria iniciativa individual".[25]

Apenas 22 anos depois, uma nova legislação começou a amenizar a lei de 1860. Novas garantias para os investidores e definições das responsabilidades dos fundadores e administradores das companhias foram estipuladas na Lei 3.150, de 4 de novembro de 1882, que dispensou todas as companhias de responsabilidade limitada da autorização governamental, com exceção específica das organizações religiosas, instituições de caridade, bancos de poupança e emissões, empresas hipotecárias e imobiliárias, companhias de seguros e as dedicadas a alimentos. Com o advento da República os legisladores revisaram a legislação: o Decreto 164 de 17 de janeiro de 1890 reproduziu muito da lei de 1882, com importantes determinações nacionalistas segundo as quais as empresas estrangeiras tinham dois anos para levantar dois terços de seu capital no Brasil, e todos os acionistas residentes no país ficavam submetidos à lei brasileira. Todas as companhias teriam de publicar a lista anual das transações acionárias.[26]

As leis de 1882 e 1890, realmente, permitiram outra vez o livre funcionamento de empresas mais associativas. Em especial, os diretores de engenhos centrais e de companhias usineiras já não precisavam ter amigos no Rio de Janeiro para garantir sua sobrevivência, e os investidores destas empresas puderam sentir certa confiança naqueles a quem entregavam seu capital. A proliferação de companhias de responsabilidade limitada, inclusive companhias de usinas como a Companhia Geral de Melhoramentos de Pernambuco, a Companhia Agrícola Mercantil de Pernambuco, a Companhia Florestal Agrícola, a Companhia Assucareira de Pernambuco e a Companhia Progresso Colonial, nos primeiros anos da República, testemunharam a eficácia das reformas.

Bancos

Muitos porta-vozes do Congresso Agrícola de Recife, de 1878, arguíam que a fundação de bancos hipotecários especiais seria o melhor

para aumentar a oferta de capital e reduzir a resistência contra as hipotecas convencionais. Pela maior parte do século XIX os agricultores não tinham recebido ajuda bancária porque poucos bancos duravam muito e os sobreviventes preferiam clientela comercial. Assim, os bancos comerciais emprestavam a 8% ou 9% por um ou dois meses a comerciantes e correspondentes de Recife que reemprestavam a taxas mais elevadas aos agricultores. O dinheiro chegava, eventualmente, à indústria açucareira, mas uma rota mais direta teria sido mais barata e teria possibilitado empréstimos de capital.[27]

Entre 1808 e 1880 pelo menos onze bancos foram criados em Recife, sem contar as casas comerciais dedicadas apenas a transacionar com moedas estrangeiras e ao desconto de papéis comerciais. Raramente algum deles ofereceu hipotecas rurais.[28] Bancos hipotecários apenas se tornaram reais possibilidades nos últimos anos da Monarquia, devido aos subsídios governamentais. E somente um destes bancos, ainda assim, chegou à etapa operacional. O governo imperial começou por oferecer subsídios através da Lei 1.237 de 24 de setembro de 1864, que apenas autorizava as sociedades hipotecárias a emitirem letras hipotecárias. A lei seguinte, de nº 2.687, de 6 de novembro de 1875, garantia um lucro de 5% e amortização de um empréstimo hipotecário de 30 anos a 7% feito por um Banco de Crédito Real que levantasse seu capital na Europa.[29] Mas o ministro da Fazenda queixou-se, em 1877, de que os capitalistas ingleses se recusavam a investir no banco em questão por temerem que "a concorrência que as letras hipotecárias iriam fazer aos títulos da nossa dívida externa" provocasse a queda do valor de ambos.[30] Para atrair investidores o governo, depois, aumentou a garantia de retorno para 6% e em seguida para 7%, permitindo inclusive que o banco proposto levantasse seu capital no Brasil. Entre 1879 e 1882 diversos empresários propuseram-se a fundar bancos em Pernambuco com estas garantias governamentais, mas nenhum banco surgiu. A ACA fracassou na criação de seu Banco Commercial Agricola e Hypothecário de Pernambuco, em 1883, porque o imperador desaprovou seus estatutos. E a SAAP também não pôde implantar seu Banco Auxiliador da Agricultura.[31]

O único banco hipotecário bem sucedido no século XIX, o Banco de Crédito Real de Pernambuco, abriu suas portas no distrito financeiro de Recife em 1886, durante uma crise de rebaixa de preços de açúcar e de queda das taxas cambiais. Capitalizado com modestos 500 contos subscritos, em sua maior parte, pelos comerciantes e exportadores de açúcar de Recife, o Banco de Crédito Real começou fazendo empréstimos a títulos negociáveis de 8% em até 30 anos, contra a metade do valor das propriedades rurais e três quartos do valor dos imó-

veis urbanos. Os ricos negociantes Manoel João d'Amorim, José da Silva Loyo Júnior e Luís Duprat compunham sua diretoria.[32]

Apesar de seu modesto porte, o Banco de Crédito Real logo atraiu tomadores de empréstimos em número suficiente para enfurecer os correspondentes, que antes monopolizavam o crédito rural. Um correspondente escreveu que "agricultores vão aparecendo que iludindo a boa fé dos seus correspondentes, ou ex-correspondentes, com promessas de que vão hipotecar seus engenhos para pagar-lhes, a fim de não lhes causarem o menor estorvo, que depois de realizada a hipoteca e embolsadas as letras hipotecárias poêm-se ao fresco, como se costuma dizer, ficando os correspondentes caloteados, sem ter de que lancem mão para o seu pagamento, visto o engenho ser o único bem de valor que possuem". O correspondente pedia aos diretores do Banco de Crédito Real de Pernambuco que se recusassem a fazer transações hipotecárias com "agricultores pouco zelosos de seus créditos... esquecendo todos os favores realizados, sacrificando os mais puros sentimentos de coração, calçando aos pés os deveres sagrados da honra!"[33]

Um agricultor replicou, através do *Diário de Pernambuco*, que os correspondentes estavam descontando títulos hipotecários do Banco de Crédito Real até a 10% "e isto mesmo por muito favor".[34] O correspondente replicou que se o agricultor não confiasse em seu correspondente que fosse vender seu açúcar onde lhe conviesse:

> "Ontém, quando não haviam Bancos, a quem recorrer hipotencando-se engenhos, eram os correspondentes, negociantes honrados, amantes da agricultura, ninguém fazia cara feia ao seu dinheiro mesmo a juros caros, aceitavam-se como favor não pequeno os empréstimos que se contraía, comia-se, bebia-se, a mãos largas, esbanjava-se o dinheiro do correspondente em política, em eleições, corrompendo-se um pequeno eleitorado com compra de votos, ninguém se atrevia a dizer que se emprestava dinheiro propositalmente para se tornar seus credores e outros disparates de tal jaez; hoje, que grande parte dos correspondentes está com suas burras tísicas, e os seus recursos exaustos e há o recurso de se recorrer ao Banco hipotecando-se os engenhos para não pagar a quem deve; e pegar a moda de fazer hipotecas falsas para se calotear a torto e a direito, apanha-se a lama das ruas para se atirar à classe dos correspondentes".[35]

Com apenas 500 contos de capital, entretanto, o Banco de Crédito Real não podia dar grande contribuição à modernização dos enge-

nhos. A Assembléia Provincial tentou fortalecê-lo concedendo isenção tributária a suas operações e títulos hipotecários, e tornando o papel aceitável como garantia nos empréstimos provinciais, mas o presidente de Pernambuco, talvez sob a pressão dos correspondentes, rejeitou tais leis como subsídios não justificados.[36]

Na marola da abolição da escravatura, e em resposta à demanda popular, o governo imperial deu ao Banco de Crédito Real a necessária ajuda para que fizesse uma contribuição significativa ao setor açucareiro. Para compensar a perda dos escravos, aumentar o dinheiro necessário para fazer frente às folhas de pagamento e para facilitar o crédito que antes dependera em parte da garantia dada em escravos, o governo imperial emprestou 6 mil contos, sem juros, ao Banco do Brasil no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. O Banco do Brasil tinha de dobrar o montante, ficando autorizado a emprestar o total de 12 mil contos a 6 por cento. Imediatamente a ACBP e a ACA pediram a João Alfredo, o pernambucano que presidia o Conselho de Ministros, que estendesse subsídio semelhante às províncias do Nordeste. Poucas semanas depois o governo imperial concedeu 3 mil contos ao Banco de Crédito Real, que emprestaria a 6% aos clientes de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Reconhecendo a pobreza do mercado nordestino de capitais não foram exigidos fundos que dobrassem a quantia.[37]

Revigorado por este subsídio, o Banco de Crédito Real logo ampliou suas operações passando a financiar usinas. Ofereceu empréstimos hipotecários correspondentes à metade do valor da propriedade e a um terço do valor dos engenhos de açúcar, segundo avaliação do próprio Banco. Em menos de um ano tinha financiado cinco novas usinas: Bamburral, Santa Philonila e Cabeça de Negro em Escada; Carassú em Barreiros; e Bandeira em Ipojuca. O Banco também ajudou a melhorar as usinas Bosque e Aripibú, em Escada. Estas sete usinas podiam, cada qual, produzir a média de 900 toneladas de açúcar por safra, mais de seis vezes a capacidade dos engenhos tradicionais.[38]

O Banco de Crédito Real enfrentou as tempestades financeiras do decênio 1890 e pagou, regularmente, dividendos anuais de 10% a seus acionistas. Após 25 anos de atividades o Banco pôde divulgar que três quartos de um total de 14.209 contos de empréstimos a longo prazo tinham beneficiado os clientes rurais. Além disto, que as amortizações tinham alcançado 65% do total. O Banco continuou sendo a única instituição bem sucedida de crédito agrário a longo prazo de Pernambuco, no século XIX. Os mais estáveis dos bancos comerciais, as filiais inglesas, evitavam negócios diretos com os agricultores, "egoisticamente limitando-se a jogo de cambiais."[39]

Governo

O sucesso singular do Banco de Crédito Real teve por base o subsídio imperial. Os agricultores pernambucanos há muito reconheciam que tinham no governo seu mais poderoso aliado na luta para aumentar a oferta de crédito. Três modos básicos tinha o governo de ajudá-los: podia subsidiar e dar garantias a bancos regionais para ampliar-lhes a capacidade e a disposição de emprestar a agricultores, como no caso do Banco de Crédito Real; podia simplesmente aumentar a oferta de dinheiro; e podia conceder subsídios diretos.

Como o governo imperial ocasionalmente tivesse recorrido a políticas monetárias expansivas em ocasiões de crises nacionais ou regionais, muitos senhores de engenho pediam políticas semelhantes quando sua economia açucareira estava em apuros (Quadro 17).[40]

Um ano depois da abolição o ministério do Visconde de Ouro Preto tentou recuperar apoio político para a Monarquia colocando montante de 172 mil contos à disposição dos bancos regionais, para crédito agrícola.[41]

O Banco do Brasil autorizou a firma comercial Pereira Carneiro e Cia, de Recife, de manejar os empréstimos às províncias nordestinas. Pereira Carneiro ofereceu empréstimos a 6% com garantia de propriedades, equipamentos, colheitas, ações e títulos. Mas o Banco do Brasil não autorizou empréstimos superiores a 10 contos por tomador, por período maior do que dois anos; além disto, o tomador remisso incorria num juro de mora de 9% mais despesas. Tais empréstimos pequenos e de curto prazo foram chamados por um senhor de engenho de "ridículos... impossíveis para o maior número de nossos agricultores" e outro lamentou que "o auxílio é só para o comércio, de quem continua a depender da lavoura."[42]

A inexistência de quaisquer registros documentando como este dinheiro foi emprestado em Pernambuco sugere que os termos impostos e a subseqüente queda da Monarquia em novembro de 1889 impediram a distribuição.

Na alvorada da República, vários bancos emissores ampliaram o volume da moeda circulante em Pernambuco. contribuindo para o vertiginoso surto inflacionário e de especulação conhecido como Encilhamento. Após as emissões múltiplas serem proibidas alguns indivíduos e governos municipais começaram a emitir seu próprio dinheiro, numerado e assinado, "que corre *segundo o crédito de cada fabricante!*" As opiniões dividiam-se radicalmente quanto à utilidade das emissões. Quando o Governo Federal reduziu o meio circulante logo apareceram protestos na imprensa de Recife.[43]

QUADRO 17
EMISSÕES BRASILEIRAS DE PAPEL-MOEDA

Anos	Emissões médias anuais (contos)	Provável causa do aumento
1847-50	49.152	
		Novos bancos emissores baseados em capital antes dedicado ao tráfico de escravos
1856-60	92.912	
		Guerra do Paraguai
1865-70	146.130	
		Graves secas no Nordeste
1877-80	213.842	
		Encilhamento e novos bancos emissores
1891-98	671.235	

FONTE: Ónody, *A Inflação Brasileira*, pp. 27-28.

Por outro lado, outros alegavam que as emissões barateariam o mil-réis, isto é elevariam o preço das moedas estrangeiras, assim tornando mais onerosa a modernização com maquinaria importada. Diversos comerciantes objetaram que as emissões destinadas à agricultura consistiam em empréstimos compulsórios de outros grupos, pois o nível geral dos preços seria elevado e apenas os agricultores desfrutariam um poder aquisitivo aumentado. Havia os que se lamentavam porque tal política daria início a uma alta geral dos preços ao fim de cada safra, quando a colheita chegasse ao mercado, daí resultando que no início da safra seguinte haveria tanta escassez de dinheiro quanto antes. A queda do mil-réis para cerca de um quarto do par, durante os primeiros anos da República confirmava os piores temores, embora também inflacionasse as receitas da exportação e estimulasse a indústria açucareira.[44]

Se as emissões ameaçavam a estabilidade monetária, ainda restava a alternativa, a que tanto apelara o governo imperial – de tomar empréstimos externos. Pela Constituição de 1891 os governos dos estados tinham o direito de negociar empréstimos externos. Pelo menos um agricultor importante sugeriu tais empréstimos, em lugar das emissões adicionais de títulos estaduais.[45]

Porém, vários fatores conspiravam contra tal política, em Pernambuco. Primeiro, os governos estaduais levavam muito a sério seu

endividamento derivado do pagamento de juros sobre títulos emitidos para subsidiar usinas: as constantes referências a esta dívida, nas mensagens anuais dos governadores do estado, revelam o temor de comprometerem-se com obrigações ainda maiores e com credores mais exigentes. Segundo, a tendência geral declinante da taxa cambial naturalmente produzia o temor de que a amortização de empréstimos externos pudesse resultar bem mais custosa do que o previsto. Além disto, mesmo que o governo do estado recorresse a um imposto especial de exportação para financiar a amortização, como fizeram os estados cafeeiros na Convenção de Taubaté em 1906, as pobres perspectivas da exportação de açúcar – na década de 1890 – assim como o preço político de aumentar tributos a serem pagos pela elite, desencorajavam o apelo a tal medida.[46]

Nem subsídios bancários nem emissões ou empréstimos externos revelaram-se especialmente bem sucedidos em promover a modernização da indústria do açúcar. Para proteger devedores e investidores, a infra-estrutura financeira tradicional opôs sérios obstáculos à mobilização de capital; e mesmo quando tais restrições foram um pouco amenizadas a iniciativa privada reagiu com muita morosidade. Somente quando o governo subsidiou diretamente os engenhos centrais acelerou-se o ritmo da modernização.

Notas

1. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, pp. 114, 144, 175, 219, 225, 279, 317, 441.

2. "A taxa de juros é em algumas provincias, de 7% a 12%; em outras de 18% a 24% e até em certos casos de 48% a 72% por período de até um ano". Commissões da Fazenda e Especial, *Parecer e Projeto sôbre a Creação de Bancos de Crédito Territorial e Fabricas Centraes de Assucar apresentados à Câmara dos Srs. Deputados na Sessão de 20 de julho de 1875* (Rio de Janeiro, 1875), p. 36.

3. Gilberto Freyre, *Sobrados e Mocambos, Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*, 2 vols., 3ª edição (Rio de Janeiro, 1961), tomo 1, p. 14.

4. José de Vasconcellos, *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco para o Anno de 1860; idem, ibid., 1861; 1862*. F.P. do Amaral, *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno 1868; idem, ibid., 1869, 1870, 1872, 1873, 1875, 1876, 1881, 1884, 1885, 1886.*

5. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, p. 337.

6. Herculano Cavalcanti de Sá e Albuquerque, "Elemento servil", *Diário de Pernambuco*, 22 de setembro de 1871. "Breves considerações sobre a agricultura do Brasil, XI", *ibid.*, 13 de maio de 1876. Antonio Venancio Cavalcante de Albuquerque, "Agricultura ou a questão da actualidade, III", *ibid.*, 13 de abril de 1877. *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 6 de agosto de 1875, passim.*

7. Uma victima das victimas, "Banco de Crédito Real", *Diário de Pernambuco*, 28 de maio de 1887. Há uma resposta em Uma das victimas, "Banco de Crédito Real", *ibid.*, 1º e 15 de junho de 1887. As organizações de classe convenceram o governo provincial a abolir o tributo de 4% sobre a exportação de açúcar e de algodão em 1875-76, e o governo imperial reduziu os seus próprios impostos de exportação de açúcar de 9% para 7% para esta safra. No ano seguinte, entretanto, foi restabelecido o tributo provincial de exportação e depois foi elevado até 3 por cento. O imposto imperial de exportação continuou entre 5 e 7% até o fim da Monarquia, a despeito dos contínuos protestos. SAAP, Livro de Atas nº 2, 18 e 24 de agosto de 1875; *Relatório... ACBP... 6 de agosto de 1875*, p. 80 e seg.; *Projecto de Receita Provincial organizado por ordem do Exm. Desembargador José Manoel de Freitas, Digníssimo Presidente desta Província, pelo Administrador do Consulado Provincial Bacharel Francisco Amynthas de Carvalho Moura* (Pernambuco, 1884), p. 7.

8. "Breves considerações sobre a agricultura do Brasil, XIII", *Diário de Pernambuco*, 24 de maio de 1876. A ACBP, naturalmente, contraditou a tese de que apenas os intermediários se beneficiavam com a redução dos tributos sobre a exportação. "Associações. ACB", *Jornal do Recife*, 19 de abril de 1876.

9. Commissões da Fazenda e Especial, *Parecer e Projecto, p. 43.*

10. No decênio de 1850 o gado custava cerca de 20$000 a cabeça, os cavalos cerca de 25$000. Ao fim da Monarquia tais preços tinham subido, porém poucos animais valiam mais de 100 mil-réis. Inventários no Cartório Público de Ipojuca.

10[a] Warren Dean constatou o uso de escravos como garantias de empréstimos na economia cafeeira de São Paulo. Veja seu excelente *Rio Claro: A Brazilian Plantation System, 1820-1920* (Stanford, 1976), pp. 56, 131, 142.

11. José Honório Rodrigues, "A Revolução Industrial Açucareira. Os Engenhos Centrais, I", *Brasil Açucareiro*, v. XXVII, nº 2 (fevereiro de 1946), p. 81. Werneck Sodré, *História da Burguesia Brasileira*, pp. 109-110. Francisco Iglésias, "Vida política, 1848-1868", in Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, v. 3, *Reações e Transações*, pp. 35-36. Apollonio Peres e Manuel Machado Cavalcanti, *Indústrias de Pernambuco* (Recife, 1935), pp. 77, 115. Raul de Góes, *Um Sueco Emigra para o Nordeste*, 2ª edição (Rio de Janeiro, 1964), p. 44. Uma relação das poucas indústrias leves de Recife anteriores a 1850 é apresentada por Pereira da Costa em *Anais Pernambucanos*, v. X, pp. 275-277. Quanto a novos engenhos, ver o Quadro 21 deste livro.

12. "O dr. José Antonio de Figueiredo ao público, XXVII", *A Província*, 25 de fevereiro de 1875

13. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, pp. 19, 116, 123, 216. "Emprestimo externo de 8.600 contos", *Diário de Pernambuco*, 15 de novembro de 1888. *Relatório ...ACPB...30 de agosto de 1882*, p. 16.

14. Freyre, *Casa Grande e Senzala*, tomo 1. pp. 51-52. *Idem.*, *Sobrados e Mucambos*, tomo 1, pp. 163-164.

15. Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, pp. 82-83, 277. Uma das vítimas, "Banco de Crédito Real", *Diário de Pernambuco*, 1º de junho de 1887.

16. Esta estimativa origina-se numa amostra trimestral de listas de passageiros publicada no *Diário de Pernambuco* na qual constatei que cinco agricultores de Escada viajaram diretamente para a Europa durante esses 12 anos. Pressupondo que outros agricultores viajassem com igual freqüência nos outros meses, ou um total de 20 viagens, e que poucos preferissem a rota muito mais longa via Rio de Janeiro, chega-se a um total de menos de 30 para o município. A passagem de ida e volta entre Recife e Lisboa custava, em 1874, 600$000 para o agricultor e a esposa e 150$000 por uma criança. É difícil estimar as despesas feitas na Europa: se o passadio (hospedagem), as compras e as viagens custassem o dobro das passagens transatlânticas, então o agricultor gastava um total de 2: 250$000 consigo, a esposa e um filho. Cursos escolares de maior duração custariam mais, mas apenas implicariam as despesas com o filho.

17. Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 443. Koster observou que as plantações mais próximas do mercado de Recife alcançavam maiores preços, provavelmente devido ao custo do transporte. Arquivo da Usina União e Indústria (Recife e Escada) Pasta do Engenho Recreio, carta datada de 27 de fevereiro de 1878. *Ibid.*, Pasta do Engenho Bomfim, carta datada de 5 de junho de 1882. Milet, *A Lavoura da Canna de Assucar*, pp. 105, 111. *Idem*, "Preços do Assucar e Futuro da Nossa Industria Assucareira", *Diário de Pernambuco*, 16 de dezembro de 1886. "Engenho", *ibid.*, 1 de fevereiro de 1888. Embora alguns afirmem que o fim do tráfico internacional de escravos, em 1850, tenha causado a queda dos arrendamentos dos engenhos, em reação à alta do preço do escravo, no material que utilizei revela que isto não ocorreu. "O dr. José Antonio de Figueiredo ao Público, XVIII", *A Província*, 30 de janeiro de 1875.

18. *Additamento às Informações sobre o Estado da Lavoura* (Rio de Janeiro, 1874), p. 43.

19. Pereira da Costa, "Origens Históricas", p. 286. Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, pp. 437-438, 449.nota 28. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, pp. 117, 168,

276. Consultar também H. Christian Borstel a George Rives, Pernambuco, 16 de julho de 1889, Arquivo Nacional dos EUA, Despachos dos Cônsules dos EUA, v. 13, onde é abordado o problema das hipotecas.

20. Brasil, Congresso, Câmara dos Deputados, *Reforma Hypothecaria* (Rio de Janeiro, 1856), p. 4. *Additamento às Informações sobre o Estado da Lavoura*, pp. 43-44. Tabela 6, diante da página 46. Estes dados contrariam o inspetor da Alfândega que estimava que dois terços dos engenhos da província estavam hipotecados. Ele podia estar se referindo apenas aos engenhos de uma determinada região. Relatório de Hunt, 18 de agosto de 1864, *Parliamentary Papers*, 1865, HCC, v. LIII, *AP*, v. XXIV, p. 351. Paes de Andrade, *Questões Econômicas*, p. 53. *Lei e Regulamento da Reforma Hypothecaria estabelecendo as bases das Sociedades de Credito Real* (Rio de Janeiro, 1865), pp. 7-12.

21. *Additamento às Informações sobre o Estado da Lavoura*, pp. 43-44. "De que precisa a industria", *O Industrial. Revista de Industrias e Artes* (Recife) Ano I, nº 2, 15 de fevereiro de 1883, pp. 15-16. Apelos mal sucedidos em prol de reformas mais amplas, ver em SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, pp. 117, 176, 387, 441.

22. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, p. 122. "A Lei Torrens", *Jornal do Recife*, 4 de junho de 1890. Luiz Souza Gomes, *Dicionário Econômico e Financeiro*, 8ª edição (Rio de Janeiro, 1966), p. 222. *Trabalhos da Conferência Assucareira*, Parte 1, p. 93, Parte 2, pp. 43, 45. O texto da lei e também modelos de hipoteca, ver em "Decreto 370", *Decretos do Governo Provincial da Republica dos Estados Unidos do Brazil, quinto Fascículo, de 1 a 31 de maio de 1890*, pp. 798-847. Os proprietários também temiam conceder às esposas direitos iguais sobre a propriedade que pertencia também aos maridos.

23. Direction Générale de Statistique, *Annuaire Statistique du Brésil, 1ère Année (1908-1912)* 2 vols. (Brésil, 1917), v. II, *Economie et Finances*, pp. 174-179.

24. J. Pandiá Calógeras. *A Política Monetária do Brasil*, trad. Thomaz Newlands Neto (São Paulo, 1960), capítulo VIII-IX, *passim*.

25. "Lei 1.083". *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1860*, tomo XXI, Parte I. pp. 28-36. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, p. 195. Ceresiades, "A agricultura em Pernambuco, IX, Bancos Ruraes", *Diário de Pernambuco*, 5 de julho de 1878. Henrique Augusto Milet, *O Meio Circulante e a Questão Bancária*, 2ª edição (Recife, 1875), p. 123, citado por Werneck Sodré, *História da Burguesia Brasileira*, p. 161.

26. "Lei 3.150", *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1882*, Parte I Tomo XXIX, v. I, pp. 139-149. "Decreto 164", *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil. Primeiro Fascículo de 1 a 31 de janeiro de 1890*, pp. 83-94. A significação das reformas de 1882 e 1890 também é examinada brevemente por Stanley J. Stein, *The Brazilian Cotton Manufacture, Textile Enterprise in a Underdeveloped Area, 1850-1950* (Cambridge, Mass., 1957), p. 8. Vilela Luz, *A Luta pela Industrialização*, pp. 39-40; e Graham, *Grã-Bretanha e o Início da Modernização*, pp. 233-240.

27. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, pp. 144, 176, 215, 219, 280, 441. Paes de Andrade, *Questões Econômicas*, pp. 52-53.

28. F.A. Pereira da Costa, "Notícia sobre as instituições de crédito bancário em Pernambuco, offerecida à Benemerita Associação Commercial Beneficente", *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 10 de agosto de 1898*, pp. 95-112. Pereira da Costa escreveu o melhor resumo da situação bancária do século XIX, em Pernambuco. Flávio Guerra, "A Arte de Amealhar Dinheiro", *Diário de Pernambuco*, 7 de maio de 1967, caderno V, pp. 10-11, baseou-se em Pereira da Costa.

29. *Lei e Regulamento da Reforma Hypothecaria*, p. 11. Sociedade Nacional de Agricultura, *Legislação Agrícola do Brasil, Primeiro Período Império (1808-1889)* (Rio de Janeiro, 1910), v. II, Parte 2, pp. 12-13.

30. *Proposta e Relatório apresentados à Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Interino da Fazenda Barão de Cotegipe* (Rio de Janeiro, 1877), p. 24.

31. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no Anno de 1882*, 29 de maio de 1882. Vários autores, "Banco de Crédito Real", *Diário de Pernambuco*, 20 de maio e 25 de agosto de 1882. "ACA", *ibid.*, 18 de maio de 1883. "Banco Commercial Agrícola e Hypothecario de Pernambuco", *ibid.*, 3 de junho a 21 de julho de 1883, *passim*. Sociedade Auxiliadora d'Agricultura de Pernambuco, *Estatutos para o Banco Auxiliador d'Agricultura. Instituição de Crédito Real e Agrícola* (Recife, 1883). "Banco Auxiliador d'Agricultura de Pernambuco", *Diário de Pernambuco*, 19 de agosto de 1883, 2, 14 e 20 de dezembro de 1883.

32. "Banco de Crédito Real de Pernambuco", *ibid.*, 19 de janeiro de 1886. O *Relatório do Banco de Crédito Real de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral dos Accionistas em 23 de março de 1889* (Recife, 1889), pp. 33-37, registra os acionistas do banco e as participações de 1888.

33. Uma victima, "Banco de Crédito Real", *Diário de Pernambuco*, 21 e 25 de maio e 1º de junho de 1887.

34. Uma victima das victimas, "Banco de Crédito Real", *ibid.*, 28 de maio de 1887.

35. Uma victima, "Banco de Crédito Real", *ibid.*, 21 de junho de 1887.

36. *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 9 de agôsto de 1887*, p. 35.

37. *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 12 de agôsto de 1888*, p. 25. Calógeras, *A Política Monetária do Brasil*, pp. 180-182. "SAA", *Diário de Pernambuco*, 22 de julho de 1888, "ACA", *ibid.*, 28 de julho de 1888. "Auxílio à lavoura do norte", 12 de setembro de 1888.

38. *Relatório do Banco de Crédito Real... 23 de março de 1889*, p. 11.

39. "Banco de Crédito Real", *Diário de Pernambuco*, 8 de agosto de 1894; 31 de março de 1897; 20 de julho de 1899. *Relatório... ACBP... 9 de agosto de 1897*, pp. 37-38. *Relatório... ACBP... 8 de agosto de 1899*, p. 8. Banco de Crédito Real de Pernambuco, *Relatório apresentado à Assembléa Geral dos Accionistas em 29 de maio de 1912* (Recife, 1912), tabela diante da p. 12. *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 6 de setembro de 1890*, p. 16. O Cônsul britânico referiu-se aos bancos de seus conterrâneos com menos acrimônia: "Os bancos ingleses não são autorizados por suas diretorias londrinas a investir em empresas industriais nativas". Arthur L.G. Williams, "Report for the Year 1894 on the Trade of the Consular District of Pernambuco", *Parliamentary Papers*, 1895, HCC, v. XCVI, *AP*, v. 36, p. 3. David Joslin, *A Century of Banking in Latin America: to Commemorate the Centenary in 1962 of the Bank of London and South America, Limited* (Londres, 1963), citado por Graham em *Grã-Bretanha e a o Início da Modernização*, pp. 103-104.

40. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agricola*, pp. 356, 439. João Fernandes Lopes, "Publicações a Pedido. Questões econômicas", *Diário de Pernambuco*, 11-12 de janeiro de 1887.

41. Calógeras, *A Política Monetária do Brasil*, pp. 193-194. "Retrospecto Commercial do anno de 1889", *Diário de Pernambuco*, 12 de janeiro de 1890.

42. Henrique Augusto Milet, "O preço do assucar e os Bancos do Conselheiro Ruy Barbosa", *ibid.*, 23 de fevereiro de 1890. Raffard, *O Centro da Indústria*, p. 120.

43. O velho Aldeião, "A Lavoura e os lavradores", *Jornal do Recife*, 21 de julho de 1894. Henrique Augusto Milet, "Auxiliadora da Agricultura", *Diário de Pernambuco*, 27 de abril de 1894. "Plano de resgate", *ibid.*, 27 de janeiro de 1897. O matuto, "A crise agrícola", *ibid.*, 5 de maio de 1897. Um agricultor, "A crise agrícola", *ibid.*, 8 de maio de 1897.

44. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, pp. 134, 118. Henrique Augusto Milet arguiu que a taxa de câmbio dependia da demanda de moeda estrangeira e não do montante do meio circulante brasileiro. Se tal demanda permanecesse constante a atividade empresarial poderia aumentar sem que os preços aumentassem. *ibid.*, pp. 151-153. Essencialmente, Milet antecipava a crítica Keynesiana à clássica teoria da quantidade de dinheiro, como foi formulada por Fisher. A. W. Stonier e D. C. Hague, *Teoria Econômica*, trad. Cássio Fonseca, 6ª edição (Rio de Janeiro, 1970), pp. 534-540. Porém esqueceu-se de que a modernização implicava importação de maquinaria e, portanto, demanda de moeda estrangeira. Affonso de Albuquerque Mello, "Os bancos de emissão do Sr. Fernando Lopes", *Diário de Pernambuco*, 12 de janeiro de 1887. *Idem*, "Bancos de Emissão IV", *ibid.*, 10 de agosto de 1887. "A baixa do câmbio", *ibid.*, 16 de março de 1897. Fernando de Castro, "A crise da lavoura", *ibid.*, 12 de maio de 1897. C.C. "A crise agrícola", *ibid.*, 5 de junho de 1897. Allan Paterson, "Movimento Agrícola", *ibid.*, 8 de maio de 1901.

45. José Ruffino, "Concessões de Usinas", *Jornal de Recife*, 6 de agosto de 1895.

46. Henrique Augusto Milet, "O preço do assucar", *Diário de Pernambuco*, 27 de setembro de 1890. "Empréstimo externo", *ibid.*, 3 de janeiro de 1899. Fernando de Castro, "A crise da lavoura", *ibid.*, 12 de maio de 1897. Os produtores de café que dominavam o mercado mundial podiam transferir parte do tributo aos consumidores.

5

ENGENHOS CENTRAIS E USINAS: MODERNIZAÇÃO SUBSIDIADA

Os subsídios governamentais facilitaram os esforços para mobilizar capital e modernizar a economia do açúcar, no final do século XIX. Estes subsídios tinham todos um só objetivo: promover o estabelecimento de grandes e modernos engenhos de açúcar. Os subsídios assumiram três formas principais: subsídios às instituições locais de crédito, como acabo de descrever; garantia de lucros aos investimentos; e empréstimos de capital em títulos governamentais.

Engenhos Centrais

O engenho central implica, fundamentalmente, uma divisão do trabalho: os proprietários agrícolas cultivando a cana, em lugar de processá-la eles próprios, e remetendo-a para os engenhos centrais próximos. Este arranjo, segundo se esperava, promoveria o mais eficiente uso dos fatores de produção: cada plantação poderia dedicar seus recursos apenas à agricultura, assim criando facilidades a melhoramentos como o uso de fertilizantes, irrigação e mecanização. O agricultor não teria necessidade de manter e melhorar seu próprio engenho; de fato, poderia abandoná-lo. Os proprietários dos engenhos centrais, por sua vez, poderiam dedicar a totalidade de seus recursos ao setor industrial, aprimorando o engenho com investimentos de capital. E não teriam de investir em canaviais. Os resultados seriam a cana mais barata e o açúcar mais competitivo.

Os engenhos centrais estimulariam um uso mais econômico da terra e da mão-de-obra. Os cultivadores de cana teriam capital suficiente para melhor trabalhar suas terras. Os donos dos engenhos centrais poderiam expandir a capacidade dos mesmos com seu maior volume de capital – e demandariam mais cana: o resultado seria mais área cultivada. Os engenhos centrais também estimulariam uma oferta de mão-de-obra mais barata. A mão-de-obra total demandada pelos agricultores declinaria devido ao número de trabalhadores dispensados pelo engenho e não readmitidos nos canaviais. De modo seme-

lhante, cada proprietário de engenho central empregaria apenas o número suficiente de trabalhadores para a operação de seu engenho. Mais ainda, tanto o agricultor quanto o industrial empregariam parte do dinheiro poupado para promover progressos técnicos, que em muitos casos eram capital-intensivos e poupadores de trabalho. Os trabalhadores postos na ociosidade por estas mudanças passariam a fazer pressão sobre o nível salarial, forçando-o a baixar.[1]

Realmente, houve declínio do nível dos salários após meados do decênio 1870, quando surgiram os primeiros engenhos modernizados, embora seja difícil estabelecer um relacionamento causal direto entre os dois fatos (ver Capítulo 8).

Por estas razões a maior parte dos pernambucanos depositava grandes esperanças nos engenhos centrais, lá pelos anos 70. Um presidente provincial considerava os engenhos centrais como "o remédio salvador" e "a salvação da indústria açucareira". Os agricultores os tinham como "a táboa de salvação a que se devem agarrar" e reclamavam "a profícua admissão das fábricas centrais, com suas máquinas poderosas e aparelhos aperfeiçoados", que realizariam "uma verdadeira revolução no sistema de trabalho". Um presidente da ACA manifestou a esperança de ver engenhos centrais "em toda comarca, em qualquer freguesia, em qualquer localidade".[2]

Apesar de todo o entusiasmo e todas as vantagens oferecidas pelos engenhos centrais, os pernambucanos tiveram de aguardar vinte e cinco anos para que o primeiro deles começasse a operar com êxito. Lá por 1857 Ignácio de Barros Barreto apelou para a Assembléia Provincial pernambucana para que auxiliasse uma empresa francesa de engenho central, no Brasil representada por Charles Louis Richard de Lahautière. A Assembléia votou uma expropriação por interesse público para que o engenho projetado pudesse transportar sua cana pela propriedade de terceiros. Mas Lahautière não pôde fechar contratos com os fornecedores locais de cana-de-açúcar e pediu vários adiantamentos de contrato, regressando à França, afinal, desiludido.[3]

A despeito deste fracasso, os pernambucanos continuaram interessados em engenhos centrais. Na década de 1860, várias autoridades em produção açucareira do Brasil publicaram livros recomendando-os. A bem sucedida experiência das Índias Ocidentais Francesas, nas ilhas de Martinica e Guadalupe, era impressionante: um empresário revelou que os engenhos coloniais franceses estavam tendo lucros médios anuais de 25% e em Martinica chegavam a 31 por cento. Referências entusiásticas aos engenhos centrais de construção britânica, do Egito, surgiram pela década de 1870. Os agricultores maravilhavam-se

por somente 17 engenhos centrais egípcios produzirem tanto açúcar quanto todos os 1.500 engenhos pernambucanos, em 1873.[4]

Durante a década de 1870 tanto o governo provincial quanto o imperial começaram a oferecer subsídios a engenhos centrais. Apesar das muitas revisões na forma de tais subsídios, entretanto, nenhum teve êxito. A Assembléia Provincial aprovou a Lei 1.141, a 8 de junho de 1874, que autorizava o presidente Henrique Pereira de Lucena a promover seis engenhos centrais garantindo um lucro de 7% sobre 500 contos por engenho, por vinte anos. Iguais aos "existentes nas ilhas francesas de Martinica e Guadalupe", os engenhos projetados produziriam pelo menos 500 toneladas inglesas (454 toneladas métricas) anualmente – três vezes a produção dos engenhos tradicionais. A Keller Company, da Suíça, ganhou o primeiro contrato concedido pela Lei 1.141, em janeiro de 1875. A empresa deveria construir um engenho em Água Preta, em dois anos; assinou contratos de fornecimento de cana em abril de 1875. A empresa Fives Lille de maquinaria de açúcar – francesa – recebeu concessão semelhante em Cabo, poucos meses mais tarde.[5]

O governo imperial logo acorreu com seus próprios subsídios aos engenhos centrais. A Lei 2.687 de 6 de novembro de 1875 assegurou 7%, por 20 anos, sobre 30 mil contos "às Companhias que se propuserem a estabelecer engenhos centrais para fabricar açúcar de cana, mediante o emprego de aparelhos e processos modernos os mais aperfeiçoados". A companhia devia reservar 10% de seu capital garantido para fazer empréstimos a 8% a cultivadores de cana, aceitando em garantia safras, instrumentos e quaisquer "outros acessórios não compreendidos em escritura de hipoteca".[6]

Levantou-se oposição ao contrato Keller original quando, os membros da SAAP, alegaram que os engenhos tradicionais reaparelhados com maquinaria moderna poderiam render mais elevadas percentagens de açúcar/cana do que o projetado engenho suíço, que só poderia ter lucros pagando baixos preços pela cana. Devido a tal pressão e à oferta do governo imperial de garantir lucros pela Lei 2.687, o contrato Keller foi revisado em fevereiro de 1876. As alterações principais incluíam mais salvaguardas para o governo: foi duplicada a garantia à empresa, mas foi, também, exigida produção duplicada. Para impedir a empresa de exagerar os gastos para incrementar os lucros garantidos, só o custo da cana, das matérias-primas, dos salários e das reparações podiam ser considerados como custos; novas construções e substituições seriam pagas com um fundo de reserva. Porém, a Keller jamais começou a construir, alegando que morrera o diretor da empresa.[7]

Dois senhores de engenho de Pernambuco, o Barão de Campo Alegre e o Barão de Guararapes, receberam concessões semelhantes, em junho de 1876, para um engenho central em Cabo, mas não se valeram delas. A Fives Lille conseguiu uma prorrogação em 1877 e uma revisão em 1879, chegando até a firmar contratos de fornecimento de cana em Palmares. Mas "daí por diante nada mais se fez"; a empresa não conseguiu levantar capital e o engenheiro-chefe morreu. Em 1881 o governo da província anulou todas as concessões pendentes.[8]

Estas primeiras tentativas de subsidiar os engenhos centrais fracassaram por dois motivos imediatos: falta de capital e má fé. O ministro da Agricultura deplorou "a depressão que de 1876 até 1879 se manifestou nos mercados monetários, e que, em virtude da escassez do numerário e retração dos capitais, dificultou a organização de empresas planejadas sobre a base de garantia de juro". Não fica bem claro, ainda, o motivo pelo qual as empresas Keller e Fives Lille não puderam levantar capital na Europa, como os concessionários ingleses de engenhos centrais fizeram mais tarde. A morte de alguns indivíduos dificilmente poderia ter impedido organizações empresariais de alcançarem seus objetivos. O ministro da Agricultura não usou meias palavras: "A falta de idoneidade de alguns concessionários esterilizou as concessões de que se haviam premunido para especulações puramente mercantis, contando transferí-las a terceiros, que, aptos a inspirar confiança e habilitados pelas suas relações comerciais, conseguissem levantar os capitais necessários".[9]

Estes fracassos iniciais e, mais especificamente, a realidade dos primeiros contratos de fornecimento de cana modificaram o entusiasmo de alguns plantadores. Agora eles se queixavam de que transformando-se em fornecedores de cana ficariam "em condições de inferioridade" que seriam "prejudiciais à lavoura, abusando de seu estado de decadência e de inexperiência neste ponto".[10] Muitos insistiram no argumento de que os engenhos centrais só seriam desejáveis se fundados por grupos de agricultores vizinhos, moendo sua própria cana e por eles mesmos administrados.[11]

Pela década de 1880 os engenhos centrais se tornaram realidade, embora com muita dificuldade. O governo imperial ampliou o Decreto 2.687 com novo regulamento – o Decreto 8.357 de 24 de dezembro de 1881. Esta lei relacionou o capital de lucro assegurado com a produção de açúcar: 500 contos garantidos por engenho produtor de mil toneladas; 750 contos garantidos pelo dobro desta produção e mil contos pelo quádruplo. Os concessionários teriam direitos de expropriação para facilitar o transporte da cana, isenção de impostos de importação e preferência no uso e aquisição de terras públicas. A nova lei es-

pecificava a distribuição dos 30 mil contos, e Pernambuco recebeu a maior parcela, mais de um quarto de total (Quadro 18).[12]

Uma empresa inglesa, a Central Sugar Factories of Brazil, Limited (CSFB) construiu o primeiro engenho central que funcionou em Pernambuco, mas ele teve miserável desempenho. Anfrísio Fialho, um advogado, e Theodoro Christiansen, um inglês que desposara a filha de um rico agricultor, representavam a CSFB no Brasil. Em março de 1881 receberam sua primeira concessão, que assegurava 7% sobre 1.500 contos para construir três engenhos centrais. Em outubro a primeira concessão foi ampliada para 2.100 contos e eles receberam outra com garantia de 6% sobre mais de 2.100 contos para que construíssem ou-

QUADRO 18
DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS DOS DECRETOS IMPERIAIS QUE SUBSIDIARAM OS ENGENHOS CENTRAIS

Província	Capital garantido			Parcela do total (%)		
	1881	1888	1889	1881	1888	1889
Pernambuco	8.000	7.500	6.400	26,7	25,0	21,3
Bahia	6.100	6.000	6.100	20,3	20,0	20,3
R. Janeiro	5.600	5.000	5.000	18,7	16,7	16,7
Sergipe	2.000	3.000	2.275	6,7	10,0	7,6
S. Paulo	1.900	1.900	2.000	6,3	6,3	6,7
R.G.Norte	1.500	1.400	1.000	5,0	4,7	3,7
Alagoas	1.200	1.200	2.275	4,0	4,0	7,6
Paraíba	700	900	1.150	2,3	3,0	3,8
Ceará	700	400	400	2,3	1,3	1,3
Maranhão	700	1.500	1.550	2,3	5,0	5,2
Pará	700	400	400	2,3	1,3	1,3
E. Santo	500	400	400	1,7	1,3	1,3
Município Neutro	400	300		1,3	1,0	
M. Gerais		100	900		0,3	3,0
TOTAL	30.000	30.000	30.000[a]	100	100	100

a. Erros tipográficos, presumivelmente, são responsáveis pelos 150 contos que faltam.

FONTES: "Decreto 8.357", *Collecção de Leis do Império do Brazil de 1881*, Parte II, Tomo XLIV, v. II, p. 1.395. "Decreto 10.100", *Collecção de Leis do Império do Brazil de 1888*, Parte II, Tomo LI, v. II, p. 474. "Decreto 10.393" *Collecção de Leis do Império do Brazil de 1889*, Parte II, Tomo LII, v. II, p. 489.

tros três engenhos. Assim, os empreendedores agentes da CSFB abarcaram cerca da metade da verba correspondente a Pernambuco (pelo Decreto 8.357). Cada engenho tinha de produzir 2.600 toneladas a uma proporção de açúcar/cana de 5 por cento.[13]

Os contratos de fornecimento de cana de Fialho provocaram uma tempestade e a implacável hostilidade da SAAP. Os críticos diziam que o preço contratado da cana, 8$000 por tonelada estava pelo menos um terço abaixo do valor do açúcar correspondente e bem abaixo dos preços do açúcar de cana e de beterraba na Espanha e na Alemanha. Outros arguíam que os preços da cana deveriam depender não só do peso bruto como da densidade do caldo, da taxa cambial e do conteúdo em sacarose. Os dirigentes da SAAP denominaram o engenho central de "um êrro econômico" e de "prematuro, e inoportuno, e inconveniente". Antônio Gomes de Mattos, um comerciante e abolicionista de Recife não só criticou o preço da cana como condenou a moderna maquinaria: caldeira a vácuo de efeito tríplice era "uma tolice" mais apropriada para o fabrico de açúcar de beterraba. Advertia ele que as garantias aos engenhos centrais aumentavam a dívida pública e manifestava o temor de que o Brasil viesse a ser "governado pelos seus credores" como o Egito, onde as empresas britânicas também tinham fundado engenhos centrais.[14]

Tendo conseguido as concessões e os contratos de fornecimentos de cana, Fialho transferiu seus direitos à CSFB em troca das despesas, de 50.025 libras em ações da empresa e da posição de diretor adjunto e de representante da empresa no Brasil. Porém em 1883 a companhia despediu Fialho pagando-lhe mil libras, comprando-lhe as ações por 3 mil libras, aproximadamente 45 contos. O amargurado empresário denunciou sua substituição como uma "ladroeira premeditada" e apontou o imperador Pedro II como "o maior inimigo dos melhoramentos materiais de sua pátria" por ter imposto condições onerosas às concessões.[15]

A animosidade originada no debate sobre preço de cana e das manobras de Fialho cresceram ao virem à tona mais evidências de má fé. Em lugar de máquinas novas, como a concessão exigia, a CSFB instalou maquinaria enferrujada, usada, adquirida dos engenhos centrais ingleses do Egito. Durante as experiências, no engenho de Cuyambuca, em Água Preta, em novembro de 1883, as máquinas quebraram danificando as turbinas e ferindo oito trabalhadores, um dos quais morreu depois. O desastre atrasou a operação de moagem e deixou a cana madura abandonada nos campos. A CSFB ofereceu-se para pagar danos de 10% do valor da cana não moída mas os agricultores, que tinham vendido ou abandonado suas próprias máquinas ficaram furiosos. Quando caiu o teto do engenho central, poucos meses mais tarde, ferindo três trabalhadores, foram-se todas as esperanças de moer a cana naquela safra.[16]

O engenho Bom Gosto da CSFB, em Palmares, também começou mal. O engenho não moeu a cana quando se esperava. Uma de suas paredes rachou e a outra ficou fora de prumo. Uma velha represa fornecedora de água sofreu repetidos danos, impedindo um único dia regular de moagem. Novamente, a CSFB ofereceu indenização aos fornecedores de cana, mas tal indenização não era bastante para resolver todos os problemas. Atrasos de folha de pagamento, em 1886, enfureceram de tal modo um trabalhador brasileiro que ele matou um subgerente francês. As dificuldades constantes levaram o gerente inglês a beber, sendo afinal mandado embora em adiantado estado de "delirium tremens".[17]

Mesmo quando a CSFB moía a cana os fornecedores se queixavam. O número de ramais ferroviários era insuficiente e os trens trabalhavam irregularmente e deixavam cair muita cana no chão, além de quebrarem muito seguidamente. Os engenhos faziam deduções não autorizadas no peso da cana entregue, não mantinham balanças precisas nem honravam os créditos contratados. Os resíduos da destilaria poluíam os rios e matavam o gado.[18]

A CSFB colocou em produção quatro engenhos centrais nas safras de 1884-85 e 1885-86. E eles resultaram em completa decepção. Nenhum extraiu mais caldo de cana do que os engenhos tradicionais; apenas dois excederam significativamente a costumeira proporção açúcar determinada pelas concessões. Todos incorreram em consideráveis déficits. (Quadro 19)

Os engenhos da CSFB fracassaram porque a empresa não queria ter êxito. Tanto os diretores ingleses quanto os brasileiros mostravam-se mais interessados em lucros a curto prazo do que em produção a longo prazo. "Do mesmo modo porque o concessionário primitivo engazopou os ingleses estes fizeram o mesmo ao governo", como disse o artigo de fundo de um jornal.[19]

Um escritor afirmou que o gerente geral da CSFB "é das arábias, e que vai fazer tudo para que eles e os mais *inocentes* patrícios e colegas comam a OSTRA, deixando a CASCA para o incauto Brasil".[20]

Outro acusou a empresa de inflar as despesas para aumentar o pagamento de lucros garantidos, e uma autoridade do governo central confirmou a acusação.[21] Diplomaticamente autoridades pernambucanas e outros contemporâneos atribuíram a má administração da empresa, "entregues a pessoal cuja inabilidade demonstram os constantes

QUADRO 19
ENGENHOS CENTRAIS INGLESES EM PERNAMBUCO

Safra / desempenhc	Firmeza (Escada)	Santo Ignácio (Cabo)	Cuyambuca (Água Preta)	Bom Gôsto (Palmares)	Tiúma (S. Lourenço da Mata)
1884-85					
Cana processada (toneladas)	6.393	12.228	6.638	8.923	
Caldo/Cana (%)	60,7	56,0	60,5	56,0	
Açúcar fabricado (toneladas)	560	677	547	568	
Açúcar/Cana (%)	8,8	5,5	8,3	6,4	
Despesa (contos)	141	213	135	179	
Receita (contos)	77	99	77	83	
Déficit (contos)	64	114	58	96	
1885-86					
Cana processada (toneladas)	11.215	14.316	11.198	9.781	
Caldo/Cana (%)	61,5	61,5	66,2	59,5	
Açúcar fabricado (toneladas)	789	728	963	495	
Açúcar/Cana (%)	7,0	5,1	8,1	5,1	
Despesa (contos)	212	246	215	187	
Receita (contos)	166	157	188	104	
Déficit (contos)	46	89	27	83	
1887-88					
Cana processada (toneladas)					32.205
Caldo/Cana (%)					60,7
Açúcar fabricado (toneladas)					1.837
Açúcar/Cana (%)					8,0
Despesa (contos)					294
Receita (contos)					252
Déficit (contos)					42

FONTES: "Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Engenheiro Fiscal Francisco do Rego Barros", *Annexos ao Relatório apresentado à Assembléa Geral na Segunda Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Rodrigo Augusto da Silva* (Rio de Janeiro, 1887), Apêndice A, tabelas após a p. 17. "Relatório...Engenheiro Fiscal Francisco do Rego Barros", 1889, p. 4.

desarranjos de maquinismo e interrupções do serviço" "à imperícia de sua direção técnica e aos esbanjamentos dos gerentes e da diretoria em Londres, e à falta de operários idôneos".[22] Em inútil tentativa de controlar a situação o governo imperial nomeou um engenheiro fiscal, em 1884, e uma Comissão Fiscal em 1885, porém com poderes bem restrito.[23] A própria empresa atribuía seus insucessos à insuficiente quantidade de cana, cara demais e de qualidade inferior, aos ruinosos preços do açúcar; aos problemas mecânicos e à interferência das autoridades brasileiras. É verdade que os preços do açúcar sofreram violentas quedas entre 1882 e 1886 (Quadro 4). Mas os déficits decorrentes foram cobertos pelo governo imperial: a CSFB recebeu 644 contos, ou 7,7% de lucro ao ano (em três safras) sobre um investimento nominal de 2.800 contos. Maquinaria e material inferiores e administração incompetente eram culpas da própria empresa. E em 1886 a CSFB entrou em liquidação.[24]

Grupos de ex-fornecedores de cana da CSFB trataram de salvar algo do desastre. Arrendaram os engenhos Firmeza, Cuyambuca e Bom Gosto por 1% do açúcar fabricado e a manutenção. Somente o engenho de Cabo correspondeu, eventualmente a seus propósitos originais – na década de 1890, reequipado com a ajuda do governo estadual, tornou-se a bem sucedida Usina Santo Ignácio.[25]

O triste episódio da CSFB não constitui um incidente isolado. A North Brazilian Sugar Factories, Limited (NBSF), fundada por uma empresa construtora ferroviária britânica e por um grupo de engenheiros civis de Londres, comportou-se de modo semelhante. Em troca de ações, a NBSF comprou, em 1882, duas concessões de engenhos centrais de dois brasileiros – concessões, com garantias de 6% sobre um total de 3.750 contos, para a construção de sete engenhos. Mas lá pelo ano de 1886 a NBSF ainda não tinha começado a moer em engenho algum. O atraso originou-se em falsos contratos de fornecimento de cana feitos por um dos concessionários brasileiros, no fracasso de uma importadora ilegalmente subcontratada pela empresa para adquirir maquinaria e nas tentativas da companhia para financiar a construção com adiantamentos sobre suas garantias: em outras palavras, tentativas de construir com o dinheiro do próprio governo.[26]

Desgostoso com as procrastinações estrangeiras o governo imperial, em fins de 1886, cancelou todas as concessões de Pernambuco, salvo três, e suspendeu o retorno garantido de duas. A empresa reagiu reorganizando-se e reduzindo seu capital em mais de dois terços. Em 1887 a empresa, afinal, iniciou as operações do engenho Tiúma de São Lourenço da Mata. Embora os resultados iniciais superassem em muito o melhor desempenho da CSFB, a companhia também foi deficitá-

ria (Quadro 19). Pondo a culpa nos altos preços da cana – apesar do fato dos contratos de fornecimento da matéria-prima terem previsto cláusula de duplo sentido para a fixação de preços, que relacionava a cotação da cana a do açúcar, – a empresa restringiu os empréstimos aos agricultores, obrigou-os a pagarem a metade do custo do transporte da cana e da melhora da eficiência. A NBSF recusou-se a construir depósitos de resíduos adequados, que impedissem a poluição dos rios e a morte dos peixes – a fundamental dieta do povo; e terminou recambiando o gerente inglês que, desgraçada contrapartida do colega do Engenho Bom Gosto da CSFB, tornara-se um imoderado consumidor dos produtos da destilaria.[27]

O engenho Tiúma prosperou e lá por 1895 o governo nacional pôde suspender sua garantia de juros. Ainda uma vez os agricultores brasileiros salvaram os destroços das outras concessões da NBSF. João Zeferino Pires de Lyra adquiriu a maquinaria da concessão de Pau D'Alho, em 1887, e construiu seu Engenho 13 de Maio. Manoel Antonio dos Santos Dias comprou as máquinas de um engenho mal sucedido da NBSF no Rio Grande do Norte para seu Engenho Jundiá, mais tarde transformado na Usina Santa Philonila.[28]

O desempenho da CSFB e da NBSF em Pernambuco dificilmente justificariam a conclusão de que "as usinas centrais de açúcar de propriedade de britânicos contribuiram, substancialmente, para a modificação do Nordeste", e de que seus fracassos resultaram da "sua situação de inovadores, trabalhando dentro de um meio hostil".[29] Nem é possível afirmar-se que "o advento dos engenhos centrais e das usinas estava enfraquecendo visivelmente o velho regime de um modo que sugeria a experiência cubana, embora em escala bem menor".[30] Um viajante francês, pelo fim dos anos 1880, aproximou-se da verdade quando condenou os ingleses "que sabem tirar tão bons resultados em Demerara na sua colônia guianesa, mas que no Brasil não fazem nada senão sugar os subsídios dos lucros garantidos, sem prestar qualquer serviço verdadeiro mesmo de pouca importância para a lavoura".[31]

Em contraste com o decepcionante desempenho dos ingleses, os brasileiros fundaram cinco bem sucedidos engenhos centrais em Pernambuco. Todos eles foram beneficiados por subsídios concedidos pelo governo provincial, em termos que refletiam as lições aprendidas graças à experiência do governo imperial. A Lei Provincial de nº 1.860 (11 de agosto de 1885) preferiu empréstimos diretos em vez de retornos garantidos. A província emprestaria um total de 800 contos em títulos de 6% e de 7%, que o concessionário colocaria no mercado local hipotecário, só podendo transferir seus direitos aos agricultores. As Leis 1.971 e 1.972 de 2 de março de 1889 aumentaram para 1.700 contos o

total a emprestar, exigindo dos concessionários que fossem agricultores residentes nos municípios onde os engenhos seriam instalados, ao mesmo tempo proibia que fossem transferidas as concessões antes de iniciada a construção. Os concessionários tinham de aplicar o valor do subsídio recebido em títulos ou em imóveis, até o registro das hipotecas, e a província pagaria a primeira metade da importância subsidiada só após os planos do engenho terem sido aprovados, e a segunda metade depois de concluídas as construções e instalações.[32]

Entre 1885 e 1890 o presidente da província recebeu mais de trinta propostas diferentes de construção de engenhos centrais nos termos das Leis 1.860, 1.971 e 1.972. Cinco concessionárias, subsidiadas com 200 contos cada uma, construíram engenhos, e todas tiveram êxito. José da Silva Loyo Júnior transferiu sua concessão à Companhia Usina João Alfredo, que começou a moer cana em 1889, em Goiana. A empresa, reorganizada como Companhia Industrial Pernambucana, pagou sua dívida em 1891. João Zeferino Pires de Lyra aplicou seu subsídio na compra da maquinaria da NBSF, construindo o Engenho Central 13 de Maio, em Palmares. Gaspar de Menezes Drumond construiu o Engenho Central Trapiche, em Sirinhaém e o coronel João Carlos de Mendonça Vasconcellos e o capitão João Paulo Moreira Temporal implantaram seu Engenho Central Carassú, em Barreiros.[33] O engenho de Barreiros foi considerado o melhor da província.[34] Leocádio Alves Pontual e Joaquim Ignácio Pessoa de Siqueira transformaram o Engenho Aripibú, de Amarají, com seu subsídio. E Antônio Carlos de Arruda Beltrão construiu a refinaria Usina Beltrão, entre Olinda e Recife. Comprada pela Companhia Industrial Açucareira do Rio de Janeiro a refinaria começou a operar em 1894; apesar de ser considerada "a maior no Brasil", de suas máquinas francesas serem tidas como "da marca melhor", pelo ano de 1899, "terminou em fracasso total" por falta de capital.[35] Os cinco êxitos podem ser atribuídos à forma do subsídio, um empréstimo direto, e à condição dos que o receberam – agricultores brasileiros interessados em fabricar açúcar, não em especulações.

O governo imperial fez suas derradeiras tentativas de promover engenhos centrais nos dezoito meses seguintes à abolição da escravatura e, indiscutivelmente, como compensação direta aos interesses açucareiros. O Decreto 10.100 de 1º de dezembro de 1888 e o Decreto 10.393 de 9 de outubro de 1889 elevou os subsídios individuais previstos pela anterior legislação imperial para conceder subsídios maiores para engenhos de menor porte, dando preferência a empresas que empregassem a difusão, que fixassem o preço da cana em um vigésimo quinto dos preços do açúcar mascavado e exigindo que na primeira safra

dessem uma proporção de 7% na relação açúcar/cana. Pernambuco sofreu uma ligeira redução de quota, mas ainda assim teve a maior do período monárquico (Quadro 18). O primeiro governo republicano duplicou o capital disponível, através do Decreto 525. Embora pelo menos uma dúzia de concessões fossem feitas para Pernambuco, no regime destas três leis, daí não resultou nenhum engenho central: quatro foram canceladas em 1891, quatro foram transferidas mas não usadas e de outras quatro jamais se ouviu menção.[36]

A esterilidade das Leis 10.100, 10.393 e 525 encerrou a era dos engenhos centrais em Pernambuco. Os resultados não foram significativos. Aquelas três leis, e suas predecessoras imperiais e provinciais, tinham tido em mira um mínimo de 31 engenhos centrais e um total de 20.500 contos. Somente seis engenhos foram efetivamente construídos com subsídios de uns 2.800 contos aproximadamente. Os subsídios aos engenhos centrais fracassaram em Pernambuco por dois motivos. Primeiro, a especulação, a fraude e a má fé, obviamente, foram as principais responsáveis imediatas pelos insucessos; e as regulamentações legais concebidas para controlar este comportamento chegaram a se tornar contraproducentes de tão severas: uma autoridade estadual criticou os regulamentos impostos pelas Leis Provinciais 1.860, 1.971 e 1.972, dizendo que se alguém pudesse oferecer garantias iguais ao subsídio ou completar a construção, antes de receber toda a concessão, "com certeza não procuraria o auxílio do Estado com tantas obrigações e exigências".[37]

Em segundo lugar, aqueles engenhos que operaram uns poucos anos e logo fecharam, ou os que arcaram com grandes déficits, provavelmente não tinham controle algum sobre o fornecimento e os preços da cana. Muitos agricultores alertaram-se, graças às infelizes experiências dos primeiros fornecedores dos engenhos da CSFB, e conservaram seus próprios engenhos e máquinas, assim mantendo-se independentes do engenho central. Quando não lhes agradava o preço da cana eles simplesmente a moíam diretamente. Os historiadores brasileiros modernos têm destacado tal fator. Paul Singer assegura que "a causa primordial do malogro do Engenho Central é que ele não podia contar com fornecimento certo de cana a preços que lhe permitissem fabricar o açúcar com custos competitivos". Miguel Costa Filho concorda basicamente com isto ao explicar "porque tendia a dar oportunidade a uma grande quantidade de produtores ao invés de um só" e assim perturbava a acumulação capitalista e reduzia a taxa de lucros. Gileno Dé Carli aponta "a instabilidade dos fornecimentos de matéria-prima" como a causa principal.[38]

Em terceiro lugar, tanto a má fé quanto os problemas ligados ao preço da cana em última análise podem ser compreendidos como sintomas da crise de mercado que Pernambuco vinha sofrendo a várias décadas. As dificuldades encontradas nos mercados de exportação deviam ter desincentivado os capitalistas mais sérios de montar engenhos centrais em Pernambuco. Por outro lado, as dificuldades em garantir um fornecimento de matéria-prima a preços que satisfizessem tanto o setor industrial, podiam em parte refletir a tentativa por parte da fábrica de compartilhar com o agricultor a queda do preço internacional. Não se trata, portanto, de responsabilizar os brasileiros "bons" nem os estrangeiros "maus", mas sim as condições objetivas as quais cada um respondia numa maneira mais ou menos racional.

Usinas

O fracasso dos engenhos centrais em Pernambuco não desencorajou o interesse de modernizar a indústria do açúcar. A primeira década da República foi testemunha de um acontecimento mais feliz – o nascimento da usina.

A usina diferia do engenho especialmente no tocante à divisão do trabalho. Enquanto o segundo se especializava no fabrico do açúcar, comprando sua provisão de cana, a usina além de comprar cana dos agricultores – conhecidos como fornecedores – ainda produzia sua própria matéria-prima. Inicialmente, esta cana era cultivada na plantação em que a usina era implantada. Mas, para manter grandes engenhos em produção eficiente, o usineiro tinha de assegurar-lhe um regular fornecimento de cana, o que era conseguido mediante a aquisição gradual das plantações dos fornecedores. Assim, a usina representava um terceiro estágio de um processo dialético. Do século XVI ao fim do século XIX, os engenhos de cana tradicionais fabricaram açúcar quase exclusivamente com a cana cultivada em suas próprias terras. Então as contradições entre a demanda do mercado e a oferta brasileira exigiram a melhora do produto e a redução dos custos. A solução buscada através da especialização – com a implantação de engenhos centrais – fracassou e, quase imediatamente, a dependência básica no referente à cana conduziu a nova integração vertical, realizada com a usina fazendo-se proprietária dos próprios canaviais e, gradualmente, absorvendo as plantações independentes. Realmente, a usina era uma reencarnação moderna do engenho tradicional, em escala mais complexa e muito maior.[39]

Os governos republicanos, desde o começo do regime, passaram a dar apoio às usinas com sucesso notável. O barão de Lucena, que

apoiara os engenhos centrais na qualidade de presidente provincial, na década de 1870, fez aprovar a primeira lei em 15 de outubro de 1890. Essa lei, revogava as Leis Provinciais de número 1.860 e 1.972, oferecia empréstimos de 200 contos em títulos estatais a 7% aos agricultores que construíssem "pequenas usinas" produtoras de 900 toneladas de açúcar por safra. Para garantir a provisão de cana a lei relacionava os preços desta aos do açúcar e estabelecia o princípio do zoneamento: "nenhuma Usina será concedida quando a sua vizinhança com outras subvencionadas ou não, que existirem ou tiverem de ser levantadas por concessões já feitas puder comprometer o futuro da nova empresa por falta ou escassez do fornecimento de cana". O Estado ficaria com a primeira hipoteca das terras e da fábrica; liberaria a primeira parte do empréstimo quando a maquinaria e o material fosse comprado, a segunda quando o equipamento estivesse no local e a terceira quando completadas a construção e as instalações. Uma última parcela seria liberada após a primeira safra. Se o usineiro deixasse de pagar os juros ou 5% da amortização, durante dois anos, incorreria em juro de mora de 1% ao mês e o Estado assumiria a direção da usina para cobrar-se com as receitas realizadas. Como compensação pela queda da taxa cambial o sucessor de Lucena, José Antônio Corrêa da Silva, elevou o subsídio para 250 contos; também exigiu que as próprias concessionárias suprissem ao menos 50% da cana necessária.[40]

Nos anos seguintes o governo subsidiou muitas usinas, nos termos dessas leis. Lucena e Corrêa da Silva proporcionaram 14 concessões, no total de 3.400 contos em títulos: três delas ajudaram engenhos que já operavam e outros 11 empréstimos conduziram à construção de, pelo menos, seis novas usinas, lá por 1896. (Quadro 20) Estes êxitos são ainda mais significativos porque desde o perído 1890-1896 o valor do mil-réis caíra de 14,9 para 7,7 penies: em outras palavras a importação da maquinaria tivera seu preço duplicado.[41]

Alexandre José Barbosa Lima, o terceiro governador que subsidiou usinas em Pernambuco, é justamente recordado como o principal promotor delas no estado, durante a República. Sua fama origina-se tanto no número quanto no valor das concessões. Desde seu primeiro empréstimo, em dezembro de 1894, "até a véspera de deixar o governo, S. Exc. concedeu empréstimos de apólices mais ou menos avultados, a todos que requereram semelhante favor".[42]

As concessões de Barbosa Lima foram quase todas feitas segundo a Lei estadual 113 de 22 de junho de 1895. Esta lei ampliou as correlatas de 1890 e 1891, elevando o empréstimo básico para 500 contos. Para cada 375 toneladas adicionais de açúcar produzidas, o engenho poderia receber mais 100 contos, assim como 8 contos adicionais cor-

QUADRO 20
ENGENHOS CENTRAIS E USINAS PERNAMBUCANAS ATÉ 1910

Primeira safra [a]	Nome [b]	Localização [c]	Volume do subsídio. (contos)	Data [d]
1874	São Francisco da Várzea	Várzea (Recife)		
1875	S. José da Várzea	Várzea (Recife)		
1877	Mameluco	Escada		
1878	Tinoco	Sirinhaém		
1881	Massauassú	Escada	600	1895
	Limoeirinho	Escada		
1884	Santo Ignácio	Cabo	7% sobre 700	1881
	Santo Ignácio	Cabo	600	1895
	Firmeza	Escada	7% sobre 700	1881
	Cuyambuca	Água Preta	7% sobre 700	1881
	Bom Gôsto	Palmares	7% sobre 700	1881
1885	Nova Conceição	Ipojuca	250	1895
1886	Colônia Isabel	Palmares		
1887	Frei Caneca	Palmares (Maraial)		
	Timbó	Olinda (Paulista)		
	Tiúma	S. Lourenço da Mata	6% sobre 750	1882
	Bom Destino	Palmares	200	1888 [e]
	(13 de Maio)		500	1895
	Pinto (Pão Sangue, Santa Cruz-Ribeirão)	Gameleira (Ribeirão)	800	1895
	Bandeira (Ipojuca)	Ipojuca	[f]	
1888	Aripibú	Escada(Amarají)	200	1890 [f]
	Cabeça de Negro	Escada (Amarají)	250	1895 [f]
	Carassú	Barreiros	200	1889 [f]
	Bamburral	Escada (Amarají)	250	1891 [f]
1889	Muribeca	Jaboatão (Muribeca)	550	1895
	João Alfredo	Goiana	200	1888
	N.S. das Maravilhas	Goiana		
	Santa Philonila	Escada	200	1891 [e f]
1890	Trapiche	Sirinhaém	200	1887
1891	Estrelliana	Gameleira	250	1891
	Pirangy	Palmares	750	1895
	Maria das Mercês	Cabo	250	1891
	Maria das Mercês	Cabo	250	1895
	Guerra	Ipojuca	100	1890
	Guerra	Ipojuca	200	1891
?	Cursahy	Pau d'Alho	250	1891
?	Ilha das Flôres	Gameleira	250	1891
?	Lustosa (Phenix)	Garanhuns (Quipapá)	250	1891
?	Lustosa (Phenix)	Garanhuns (Quipapá)	350	1895

(continua)

Primeira safra [a]	Nome [b]	Localização [c]	Volume do subsídio. (contos)	Data [d]
1892	Correia da Silva	Palmares (Catende)	250	1891
	(Catende)	Palmares (Catende)	800	1895
	Florestal	Garanhuns (Quipapá)		
	Pedrosa	Bonito	250	1891
	Roçadinho	Bonito		
	Salgado	Ipojuca	250	1891
	Salgado	Ipojuca	100	1895
	Cachoeira Lisa	Gameleira	250	1891 [g]
1894	São João	Recife		
	Bosque	Escada	f	
1895	Bom Jesus	Cabo		
	Bulhões	Jaboatão		
	Caxangá	Gameleira (Ribeirão)		
	Bom Fim (União e Indústria)	Escada	600	1895 [h]
	Pery-Pery	Garanhuns (Quipapá)	600	1895
	Beltrão (Tacaruna)	Recife	200	1889 [f i]
?	Barão de Morenos	Jaboatão	600	1895 [j]
?	Conceição	Vitória	250	1895
?	Espírito Santo	Pau d'Alho	800	1895 [j]
?	N. S. de Lourdes	Jaboatão	600	1895
?	Raiz de Dentro	Amarají	200	1895
?	São José	?	800	1895 [j]
1896	Jaboatão	Jaboatão		
	Cucaú	Rio Formoso		
1897	Timbó Assú	Escada		

Primeira safra	Nome	Localização	Volume do subsídio. (contos)	Data
1900	Frexeiras	Escada	600	1895
	Mussú	Escada		
1905	Meio da Várzea	Recife		
1906	Mussupe	Igarassú	250	1891
	(Coelho, São José)	Igarassú	350	1895
	Ubaquinha	Sirinhaém		
1907	Destêrro	Pau d'Alho		
1910	Santa Thereza (Progresso Colonial)	Jaboatão	500	1895

a. Quando se desconhece a primeira safra, usamos um ponto de interrogação (?); diversos destes engenhos jamais funcionaram.
b. Quando o engenho foi rebatizado, o nome ou nomes posteriores são apresentados entre parênteses.
c. Quando a localização, depois, foi desmembrada do município original o novo município é registrado entre parênteses.
d. Somente a data do primeiro contrato, não de contratos reformados.
e. Inicialmente equipado com maquinaria retirada da North Brazilian Sugar Factories Limited, um subsídio indireto.
f. Também recebeu empréstimo do Banco de Crédito Real.
g. Também recebeu 120 contos para construir uma ferrovia.
h. Também recebeu 720 contos para construir uma ferrovia.
i. Uma refinaria urbana; não comprou cana.
j. O subsídio foi posteriormente cancelado.

FONTES: APE, Coleção Engenhos Centrais, *passim*. *Mensagem...10 de agôsto de 1891...José Antonio Corrêa da Silva, passim. Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Pernambuco Conselheiro Joaquim Corrêa d'Araujo ao Congresso Legislativo do Estado em 27 de outubro de 1896, passim. Mensagem...6 de março de 1889... Joaquim Corrêa d'Araujo, passim. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Antonio Gonçalves Ferreira, Governador do Estado, pelo Secretário da Industria, Obras Publicas, Agricultura, Commercio e Hygiene* (Recife, 1902), *passim*. Este Relatório transcreve quase todos os contratos firmados pelos governos do Estado. "Secretário da Indústria, Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Júlio de Mello Filho, Secretário do Estado dos Negócios da Indústria, pelo Bacharel João Diniz Ribeiro da Cunha, Director Geral da 1ª Directoria", *Diário de Pernambuco*, 4 de julho de 1896. Gonçalves e Silva, *O Assucar e o Algodão, passim*. Peres e Cavalcanti, *Industrias de Pernambuco, passim*. Verissimo de Toledo, *Almanack Administrativo, Mercantil, Agrícola e Industrial do Estado de Pernambuco, passim. Júlio Pires Ferreira, Almanack de Pernambuco para o anno de 1900, passim.*

responderiam a cada quilômetro de ferrovia além de 10 quilômetros. A lei também relacionava o empréstimo à taxa de câmbio para compensar a inflação. Barbosa Lima fez 23 empréstimos, no total de 11.450 contos, mais do que triplicando o montante emprestado por Lucena e Corrêa da Silva; o empréstimo médio era de 500 contos, mas cinco usineiros receberam 800 contos cada um. Sete empréstimos ajudaram a iniciar novas usinas; outros 16 ajudaram usineiros estabelecidos a completar ou ampliar usinas já começadas. Somente três concessões foram canceladas e dois empréstimos nunca foram usados.[43]

Os empréstimos de Barbosa Lima constituíram a maior e também a última tentativa de promover usinas em Pernambuco com subsídios diretos. Ao fim de seu governo os títulos de usinas tinham "inundado" o mercado financeiro de Pernambuco e "seu valor quase imediatamente caiu do par (um conto) para 750 mil-réis cada um". Segundo os cônsules britânicos, os títulos eram pesadamente depreciados devido à excessiva quantidade deles, não porque os compradores considerassem as usinas apoiadas pelo governo como um investimento duvidoso.[44]

Em vez de novos empréstimos, os governadores que sucederam Barbosa Lima estimularam os usineiros já endividados com o tesouro estadual, mediante maiores facilidades de pagamento. O governador Joaquim Corrêa de Araújo criticou Barbosa Lima por ter comprometido o Estado com o pagamento de juros aos portadores de títulos enquanto os próprios concessionários de usinas não estavam pagando nem juros nem principal. Fez aprovar a Lei 293 de 9 de maio de 1898, que revogou a autoridade de conceder empréstimos pelas Leis de 1890, 1891 e 1895. A lei 293 também autorizou os concessionários a renovarem seus contratos em termos mais favoráveis: a amortização começaria depois da terceira safra, em lugar de após a segunda, e à taxa de 2,5% para os primeiros cinco anos. Os juros de mora seriam perdoados aos que logo pagassem juros sobre o principal. O governador Sigismundo Antônio Gonçalves Ferreira fez aprovar a Lei 407 de 28 de junho de 1899, permitindo que os concessionários arrendassem suas usinas a terceiros, consolidou a dívida e perdoou as moras antigas; os concessionários tinham, então, de amortizar à taxa de 9% ao ano. O governador Antônio Gonçalves Ferreira fez aprovar a Lei 637 de 8 de junho de 1903 que permitiu às usinas em atraso a dedução de uma taxa de mora especial de suas dívidas. Durante sua segunda administração Sigismundo Gonçalves fez aprovar a Lei 736 de 10 de junho de 1905, que autorizou o Estado a vender seus créditos contra as usinas em atraso: os compradores cobrariam as dívidas como quisessem, presu-

mivelmente executando-as. Como resultado, 11 usinas mudaram de donos.[45]

A despeito de todos estes incentivos foram poucos os concessionários que mantiveram em dia os pagamentos de seus juros, e ainda foi menor o número dos que tentaram amortizar o principal. Por volta de 1911, quando três quartos da dívida deveriam estar liquidados, somente quatro usinas tinham cumprido plenamente suas obrigações. Embora o Tesouro do estado tivesse recebido 2.029 contos, mais de 90% tinham sido pagos em títulos de usina cujo real valor de mercado era de 25% a menos. Os débitos pendentes totalizavam 20.426 contos, aproximadamente metade correspondendo a juros e metade a principal.[46]

O fracasso da cobrança da dívida transformou os empréstimos em doações, o que de qualquer modo podia estar de acordo com as intenções dos governadores. Barbosa Lima alegou que as conexões de Corrêa de Araújo com os concessionários impediam-no de executar as hipotecas, impor multas e reter a prestação final dos empréstimos, como a lei determinava. O *Correio de Recife* acusou Sigismundo Gonçalves de favorecer os correligionários políticos com transferências de usinas e vendas abaixo do valor real. Um comentarista moderno lamentou que os sucessores de Barbosa Lima "adotaram a fórmula derrotista e viciosa de perdoar ou reajustar dívidas".[47]

Fossem quais fossem as conseqüências políticas de tais arranjos, pelo menos estimularam as usinas a sobreviver. O êxito geral das usinas subsidiadas na década de 1890, em contraste com o fracasso dos engenhos centrais apoiados pelo estado dez anos antes, bem pode ser atribuído a quatro fatores. Primeiramente, os legisladores e administradores republicanos tinham aprendido com os erros de seus antecessores monárquicos e estruturaram melhor suas leis, com menos furos para fraudes e descumprimento. Segundo, o sistema de empréstimos diretos em títulos, em vez de garantia de retorno, demonstrou ser mais eficiente por forçar o concessionário a levantar seu capital nos mercados financeiros brasileiros, assim comprometendo-se com os tomadores locais dos títulos. Terceiro, os governos estaduais puseram à disposição 15 mil contos em empréstimos, nominalmente mais de cinco vezes a contribuição efetiva do governo central e dos governos provinciais aos engenhos centrais; mesmo em termos reais do tremendamente desvalorizado mil-réis do fim do decênio 1890, os empréstimos estaduais ultrapassaram o dobro do valor dos subsídios anteriores. Finalmente, a usina funcionou melhor do que o engenho central por não depender, inteiramente, da cooperação de poderosos fornecedores independentes de matéria-prima. O engenho central poderia ter tido sucesso em uma área de menores e relativamente mais pobres cultivadores

de cana que não tivessem outra alternativa exceto processar seu produto no referido engenho. Porém, em Pernambuco, os senhores de engenho já vinham fabricando seu próprio açúcar há gerações e tinham, assim, conquistado uma independência que detestavam sacrificar em benefício do engenho central. Baseando-se em seus próprios canaviais, a usina preservou certa independência, relativamente aos fornecedores.

Os engenhos subsidiados constituíram o núcleo do moderno setor da indústria pernambucana de açúcar. Dos 62 engenhos centrais e usinas surgidos no estado até 1910, pelo menos 43 tinham recebido alguma forma de subsídio. Somente estes engenhos subsidiados produziam um terço de toda a safra açucareira de Pernambuco. Além disto, em comparação com o desempenho dos engenhos centrais ingleses, as usinas brasileiras conseguiam o considerável rendimento médio de 1.056 toneladas de açúcar por safra, 69,4% de caldo de cana e 7,5% de açúcar/cana.[48] Com ajuda oficial e apesar da perda dos mercados de exportação, alguma modernização foi conseguida.

Esta modernização deixou intata a estrutura da indústria tradicional do açúcar. Os novos usineiros eram, muitas vezes, ex-senhores de engenho, ou seja membros da antiga oligarquia. (Ver Capítulo 6). A organização de algumas usinas como sociedades anônimas poderia ter implicado a participação de capitalistas de Recife em posições de controle ou nas diretorias, e um tal fluxo de capital financeiro urbano teria certamente alterado o caráter da elite açucareira. Porém, antes de 1910, não fica evidenciado um tal fluxo, estando por ser estudado o período posterior.[49]

Sinais precoces de tensão crescente, entre os tradicionais senhores de engenho e os usineiros, surgiram nas lutas pelos contratos de fornecimento de cana e nas condições do zoneamento que virtualmente concedeu plantações a usinas específicas, em determinadas regiões da zona da mata. Tais tensões se exacerbariam mais tarde, quando as usinas foram, aos poucos, comprando os engenhos e reduzindo seus orgulhosos proprietários à situação de arrendatários e de fornecedores de cana. Mas esta luta, aguçada pelo renascimento temporário do comércio exportador, ao impacto da I Guerra Mundial e da recuperação inicial do pós-guerra, integra-se a período mais tardio. Em 1924 e, novamente, em 1929 quedas nos preços mundiais do açúcar levaram os senhores de engenho a buscar apoio governamental, na forma de melhores preços para a cana e de quotas fixas de produção.[50]

Nos primeiros 30 anos de operação das usinas, entretanto, as tensões entre os setores tradicional e moderno da indústria não chegaram

ao ponto de forçar tal acomodação. As usinas, na maioria dos casos, dirigidas por ex-senhores de engenho, que compravam cana de outros proprietários de engenhos, e de vários tipos de agricultores não proprietários, que trabalhavam terras da própria usina (ver Capítulo 8), lideraram a indústria na produção de açúcar, tanto para os reduzidos mercados internacionais quanto para os mercados nacionais distantes.

Notas

1. Os abolicionistas esperavam que a demanda de mão-de-obra especializada pelos engenhos centrais e a concomitante redução da demanda de trabalhadores não habilitados apressariam o fim da escravidão. Graham, *Grã-Bretanha e o Início da Modernização*, p. 156.

2. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda Presidente da Província Abrio a Sessão da Assembléa Legislativa em 19 de dezembro de 1878*, p. 60. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda Presidente da Província abrio a sessão da Assembléa Legislativa em 1º de março de 1879*, p. 21. Milet, *Os Quebra Kilos*, p. 56. SAAP, Livro de Atas nº 2, 24 de agosto de 1875. Ver também *idem.*, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, pp. 306, 378, 389. O princípio do engenho central não era novo: desde a época colonial que os engenhos adquiriam cana cultivada pelos meeiros nas plantações, em troca de direitos de aí residirem e de uma parte do açúcar extraído desta cana. Em certas ocasiões os engenhos até adquiriam cana de outras plantações, cultivadas por agricultores sem condições de montar engenho próprio. Canabrava, "A Grande Propriedade Rural", p. 207.

3. Ignacio de Barros Barreto, "A Dignissima Assembléa Legislativa de Pernambuco e o Acoroçoamento da melhoraria do Fabrico do Assucar", *Diário de Pernambuco*, 27 de maio de 1876. "Engenhos Centraes," *O Brasil Agrícola*, Anno II, 28 de fevereiro de 1882, p. 91. Ignacio de Barros Barreto a Epaminondas de Barros Correia, *ibid.*, 15 de março de 1882, p. 101. Pereira da Costa, "Origens Históricas", p. 304.

4. Ferreira Soares, *Notas Estatísticas*, pp. 103-105. Burlamaque, *Monographia da Canna d'Assucar*, p. 67. Paes de Andrade, *Questões Econômicas*, pp. 88, 91. Major Anfrísio Fialho, *Impending Catastrophe. The C-S-F-of -, Ltd.* (Londres, 1884), p. 2. "Engenhos Centraes", *Diário de Pernambuco*, 11 de novembro de 1875. Partido Conservador, "Agricultura", *ibid.*, 11 de fevereiro de 1875. *Relatório... ACBP... 6 de agôsto de 1875*, artigo XXVIII. *Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Sétima Legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú* (Rio de Janeiro, 1879), p. 31. *Relatório apresentado à Assembléa Geral na Terceira Sessão da Décima Sétima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas Manoel Buarque de Macedo* (Rio de Janeiro, 1880), p. 132. Os dez anos de guerra (1868-78) atrasaram o advento dos engenhos centrais em Cuba até o fim do decênio 1880. Entre 1885 e 1894, entretanto, o número de engenhos cubanos caiu de 1.400 para 400, enquanto a produção elevou-se de 630 mil para um milhão de toneladas. Muitos dos novos *centrales* foram fundados pelos capitalistas norte-americanos. Philip S. Foner, *A History of Cuba and its Relations with the United States*, 2 vols. (Nova York, 1962-63), v. II, *1845-1895*, pp. 294-95.

5. "Lei 1.141", *Colleção de Leis Provinciais de Pernambuco, Anno de 1874*, pp. 58. Peres e Peres, *A Indústria Assucareira em Pernambuco*, pp. 61-66. *Relatório com que o Desembargador Henrique Pereira de Lucena passou a administração desta província ao Commendador João Pedro de Carvalho de Moraes em 10 de Maio de 1875*, seção "Engenhos Centraes". *Falla com que o Exm. Sr. Commendador João Pedro de Carvalho de Moraes abrio a sessão da Assembléa Legislativa Provincial em 1º de março de 1876*, pp. 100-101.

6. SNA, *Legislação Agrícola*, v. II, Parte 2, pp. 12-14. José Honório Rodrigues, "A Revolução Industrial Açucareira I", p. 182, destaca que desde que os concessionários de engenhos centrais receberiam capital a 7% e emprestariam aos agricultores a 8% e "como sempre, as concessões feitas ao capitalista brasileiro ou ao exportador inglês de capitais eram superiores às dadas aos plantadores e fornecedores de cana".

7. Ignacio de Barros Barreto, "Relatório de 1876 sobre o fabrico de assucar em Pernambuco", SAAP, *Boletim, Fascículo nº 1* (1882), pp. 4,57, 61. SNA, *Legislação Agrícola*, v. II, Parte 2, pp. 20-25. Peres e Peres, *A Industria Assucareira em Pernambuco*, p. 66. Anfrísio Fialho, "Agricultura", *Diário de Pernambuco*, 3 de março de 1882.

8. SNA, *Legislação Agrícola*, v. II, Parte 2, pp. 75-80. *Falla... Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda... 1º de março de 1879*, Anexo I, pp. 38-89. *Falla com que o Exmº Sr. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria abriu a sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em 1º de março de 1881*, p. 94. O contrato da Fives Lille encontra-se em "Contracto que fazem de uma parte", Pernambuco, Arquivo Público do Estado (APE), Coleção Engenhos Centraes, 17 de setembro de 1879. "Engenhos Centraes", *O Brazil Agrícola*, p. 91. *Relatório com que o Exmº Sr. Conselheiro Franklin Américo de Menezes Doria passou a administração d'esta provincia ao Exm. Sr. Dr. José Antonio de Souza Lima em 7 de abril de 1881*, p. 8. "Indice Geral e Chronológico das Leis e Decretos Relativos aos diversos serviços a cargo do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas até o Fim de Anno de 1887", *Annexos ao Relatório apresentado à Assembléa Geral da terceira sessão da Vigesima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Rodrigo Augusto da Silva* (Rio de Janeiro, 1888), Apêndice A, p. 98.

9. Todas as citações do *Relatório* do ministro para 1881, estão em Jerônimo Viveiros, "O Açúcar através do periódico 'O Auxiliador da Industria Nacional'," *Brasil Açucareiro*, v. XXVII, nº 4 (abril de 1946), p. 408. Anfrisio Fialho, *Um Terço de Século (1852-1885) Recordações* (Rio de Janeiro, 1885), p. 150.

10. *Annaes da Assembléia Legislativa de Pernambuco, Anno de 1875*, sessão de 14 de maio 1875. Ver também "Collaboração, Breves considerações sobre a agricultura no Brasil, V", *Diário de Pernambuco*, 23 de março de 1876. SAAP, Livro de Atas nº 1 (Assembléa Geral), 3 de maio de 1875.

11. Milet, *Os Quebra Kilos*, p. 57, *Idem.*, *Auxílio à Lavoura e Crédito Real*, p. 5. *Engenhos Centrais no Brasil*, trad. Pereira Lima (Rio de Janeiro, 1877), p. 7. *Noticia acerca da Industria Assucareira no Brazil* (Rio de Janeiro, 1877), pp. 3-4. Estes dois últimos panfletos reproduzem um discurso de um General Morin na Société Centrale de la Agriculture de France.

12. "Decreto 8.357" *Colleção de Leis do Imperio do Brazil de 1881*, Parte II, tomo XLIV, v. II, pp. 1 387-395.

13. Os dois agentes foram, por sua vez, ajudados por um senhor de engenho e senador pernambucano, Luís Felipe de Souza Leão e pelo embaixador brasileiro em Londres. Fialho, *Um Terço de Século*, p. 167. Graham, *Grã-Bretanha e o Início da Modernização*, pp. 157-158. SNA, *Legislação Agrícola*, v. II, Parte 2, pp. 202, 243-244.

14. Anfrísio Fialho, "Agricultura. Engenhos Centraes, Pernambuco", *Jornal do Recife*, 27 de janeiro de 1881. Henrique Augusto Milet, "A Lavoura da canna de assucar relativamente à divisão do trabalho", SAAP, *Boletim*, setembro de 1882, p. 9. Este número do *Boletim* da SAAP contém muitos artigos que criticam Fialho, a CSFB e os engenhos centrais em geral. "Engenhos centraes", *Diário de Pernambuco*, 16 de dezembro de 1882. As réplicas de Fialho e o debate com outros concessionários estão em "Engenhos Centraes", *ibid.*, 30 de agosto e 17 de dezembro de 1882; *ibid.*, 3 de março de 1882.

"Jovino Bandeira e o Dr. Anfrisio Fialho", *Jornal do Recife*, 5 e 7 de março de 1882 e *Diário de Pernambuco*, 7 e 8 de março de 1882. Citações em SAAP, Livro de Atas nº 2, 21 de fevereiro e 23 de novembro de 1882; "Parecer sobre a conveniencia dos engenhos centraes", SAAP, *Boletim*, setembro de 1882, p. 18. Antônio Gomes de Mattos, *Os Engenhos Centraes e o Sr. A. G. de Mattos, Colleção dos artigos publicados no Jornal do Commércio de julho a agosto de 1882* (Rio de Janeiro, 1882), pp. 9-11. *Idem., Esboço de um Manual para os Fazendeiros de Assucar no Brasil* (Rio de Janeiro, 1882), pp. xii-xiii. Os críticos também não gostaram dos métodos da empresa selecionar a cana a ser cortada, da época da entrega e da exclusão de certas partes do peso a ser remunerado. Mas o preço da cana era o centro do debate.

15. Fialho, *Um Terço de Século*, pp. 153, 172, 177-189. *Idem., Impending Catastrophe*, pp. 2-4. As lealdades políticas de Fialho variavam consideravelmente. Em 1876 ele escrevera para os leitores europeus uma laudatória biografia do imperador, em que comparava Pedro II a Trajano, Vespasiano, Marco Aurélio, Carlos Magno e outras eminências. Anfrisio Fialho, *Dom Pedro II. Empereur du Brésil, Notice Biographique* (Bruxelas, 1876), pp. 94-100. Nove anos mais tarde escreveu um panfleto preconizando a república para o Brasil, cujo manuscrito pretendeu vender a Pedro II por 60 contos. *Idem., Um Terço de Século*, p. 187.

16. Francisco do Rêgo Barros ao presidente da província, 31 de outubro de 1883, e 19 de dezembro de 1884, in APE, Coleção Engenhos Centraes. Diversos agricultores, "The Central Sugar Factories of Brazil. Protesto", *Diário de Pernambuco*, 19 de dezembro de 1883. "Engenhos Centraes" e "Fabrica Central Cuyambuca", *ibid.*, 8 de fevereiro de 1884. Fialho, *Impending Catastrophe*, p. 30. "The Central Sugar Factories of Brazil", *O Industrial*, anno I, nº 11 (15 de novembro de 1883), pp. 121-122. "Desabatamento do Engenho Central de Cuyambuca", *Diário de Pernambuco*, 5 de fevereiro de 1884.

17. O engenho Bom Gosto não fora incluído na concessão original, mas a 19 de julho de 1884 o governo imperial admitira que a CSFB substituísse este local por uma baixa da garantia para 6%. SNA, *Legislação Agrícola*, v. II, Parte 2, pp. 304-305. "Fabrica Central de Cuyambuca", *Diário de Pernambuco*, 8 de fevereiro de 1884. "Central Sugar Factories of Brazil Limited", *ibid.*, 25 de setembro de 1884. "Assassinato", *ibid.*, 16 de dezembro de 1886. Francisco do Rêgo Barros ao presidente da Província, 26 de fevereiro de 1886, APE, Coleção Engenhos Centraes,

18. Cartas de Francisco do Rego Barros, 19, 21 de novembro de 1884; 12, 16 e 22 de dezembro de 1884; 11 de fevereiro de 1885; 22 de janeiro, 26 de fevereiro, 15 de abril e 17 de novembro de 1886, todos na APE, Coleção Engenhos Centraes. Câmara Municipal de Escada ao presidente da Província, 15 e 26 de outubro de 1884; 5 de março de 1886, na APE, Coleção Câmaras Municipais, v. 66. "Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas pelo Engenheiro Fiscal Francisco do Rego Barros, "*Annexos ao Relatório apresentado à Assembléia Geral na Primeira Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro do Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas Antonio da Silva Prado* (Rio de Janeiro, 1886) Apêndice A, pp. 3-5. O Matuto, "Engenhos centraes" e Alguns Agricultores Logrados, "Escada, aos poderes públicos geraes e provinciais" ambos no *Diário de Pernambuco*, 10 de julho de 1886. "Engenho Central do Cabo", *ibid.*, 13, 14 de julho de 1886. Diversos agricultores, "The Central Sugar Factories of Brazil, Limited: Escada", *ibid.*, 6 de agosto de 1886. O Engenheiro Fiscal imperial Rego Barros que apresentava relatórios ao presidente da província e ao ministro da Agricultura, esforçou-se para ser objetivo; não endossava todas as queixas contra cada engenho e eventualmente repelia algumas por infundadas. De um modo geral, entretanto, apoiou as críticas.

19. "Engenhos Centraes" *ibid.*, 8 de fevereiro de 1884.

20. O inquilino do hotel de Mondego, "Aos agricultores: Engenhos Centraes", *ibid.*, 16 de maio de 1884. A ênfase do original.

21. Tibúrcio de Magalhães, Industria Saccharina, II, *ibid.*, 18 e 19 de dezembro de 1883. "Relatório... Engenheiro Fiscal Francisco do Rego Barros", 1886, p. 5. Do representante do Presidente da Província ao Ministro da Agricultura, 29 de dezembro de 1885, APE, Coleção Ministério da Agricultura v. 12. O fiscal recusava-se a aprovar um contrato de comercialização entre a CSFB e um exportador de Recife, porque a empresa já mantinha escritório em Recife e Londres, capazes de realizar a operação. Ele também manifestava o temor de que a companhia viesse a vender barato ao exportador para incorrer em prejuízo e ganhar mais garantias.

22. *Falla com que o Excmº. Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Junior abrio a sessão da Assembléa Legislativa da Provincia de Pernambuco no 6 de março de 1886*, pp. 50-51. "Relatório... Engenheiro Fiscal Francisco do Rego Barros", 1886, p. 6. Raffard, *O Centro da Indústria*, p. 116.

23. Francisco do Rego Barros ao Presidente da Província, 22 de janeiro de 1886, 16 de setembro de 1885, ambas in APE, Coleção Engenhos Centraes. Antonio Augusto Fernandes Pinheiro ao presidente da província, 8 de outubro de 1885, *ibid.*

24. Relatório... Engenheiro Fiscal Francisco do Rego Barros", 1887, p. 68. Atherton ao Departamento de Estado dos EUA, Recife, 18 de outubro de 1886, citado em Graham, *Grã-Bretanha e o Início da Modernização*, p. 161. "Engenhos Centraes no Brazil", *Diário de Pernambuco*, 30 de novembro de 1886. Joaquim Corrêa de Araujo, "Publicações a apedido. A Companhia Central Sugar Factories of Brazil, Limited", *ibid.*, 18 de fevereiro de 1887. Francisco do Rego Barros ao presidente da Provincia, 6 de setembro de 1888, APE, Coleção Engenhos Centraes. *Officio com que o Excmº Sr. Presidente Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Junior entregou a administração da província de Pernambuco ao Excmº Sr. 1º Vice-presidente Dr. Ignacio Joaquim de Souza Leão em 30 de março, e Relatório que o mesmo Excmº Sr. Vice-presidente apresentou ao Excmº Sr. Presidente Dr. Pedro Vicente de Azevedo em 10 de novembro de 1886*, p. 56.

25. "Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelo Engenheiro Fiscal Francisco do Rego Barros", *Annexos ao Relatório apresentado à Assembléa Geral na Terceira Sessão da Vigesima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Rodrigo Augusto da Silva* (Rio de Janeiro, 1888), Apêndice C, p. 3. Carlos Beltrão, "Engenhos Centraes", *Diário de Pernambuco*, 29 de julho de 1888. Recife and San Francisco Pernambuco Railway Company (Limited), *Report of the Proceedings at the Sixty-Fourth Half-Yearly General Meeting of the Shareholders.... October 11, 1887*, p. 1.

26. SNA. *Legislação Agrícola*, v.II, Parte 2, pp. 265-300, transcreve os estatutos e a concessão original da NBSF. A empresa ferroviária era a Reed Bowen and Company, que começou a construção da linha Natal – Nova Cruz em julho de 1871, inaugurando seus serviços em setembro de 1881. Francisco Picanço, *Diccionario de Estradas de Ferro*, 2 vols. (Rio de Janeiro, 1891-92) vol. II, pp. 87-89. "North Brazilian Sugar Factories Limited", *Diário de Pernambuco*, 29 de novembro de 1882. Os concessionários brasileiros eram Domingos Moitinho e Jovino Bandeira, A empresa tinha recebido 373 contos adiantados em 1886, sem ter fabricado açúcar algum. "Relatório... Engenheiro Fiscal Francisco do Rego Barros", 1886, p. 5. "Relatório... Engenheiro Fiscal Francisco do Rego Barros", 1888, p. 4. *Relatório apresentado à Assembléa Geral na Segunda Sessão da Vigesima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Rodrigo Augusto da Silva* (Rio de Janeiro, 1887), p. 16. "Re-

latório... Engenheiro Francisco do Regɒ Barros", 1887, pp. 12-13. Francisco do Rego
Barros ao presidente da província, 22 de janeiro de 1886, APE, Coleção Engenhos Cen-
traes.

27. "Indice Geral e Chronológico das Leis e Decretos... até o Fim do Anno de
1887", p. 96. As outras localizações eram Nazaré e Pau d'Alho. SNA, *Legislação Agrí-
cola*, v. II, Parte 2, pp. 299, 350. "Relatório apresentado ao Ministerio dos Negócios da
Agricultura, Commercio e Obras Públicas pelo Engenheiro Fiscal Francisco do Rego
Barros". *Annexos ao Relatório apresentado à Assembléa Geral na quarta Sessão da Vige-
sima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado Interino dos Negócios da Agricultu-
ra, Commercio e Obras Publicas Rodrigo Augusto da Silva* (Rio de Janeiro, 1889), v. I, p.
4. Francisco do Rego Barros ao presidente da província, 2 de fevereiro, 27 de junho, 29
de outubro e 6 de novembro de 1888, APE, Coleção Engenhos Centraes. A população
ficou tão sensibilizada pela "imprudência da administração da fábrica" em relação à po-
luição que o presidente da província teve de mandar "um forte destacamento para con-
te-los." *Relatório com que o Exm. Sr. Desembargador Joaquim José de Oliveira Andrade
entregou a administração da Província ao Exm. Sr. Dr. Innocencio Marques de Araujo
Goes em 3 de janeiro de 1889*, p. 37. J.J. Adam ao presidente da província, 27 de se-
tembro de 1889, APE, Coleção Engenhos Centraes. "Relatório... Engenheiro Fiscal
Francisco do Rego Barros", 1889, p. 5 . O presidente da província concordou com o en-
genheiro fiscal do governo central em que a "má gerência da fábrica" impedira o êxito
da mesma. *Falla que à Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia de sua ins-
tallação a 15 de setembro de 1888 dirigio o Exm. Sr. Presidente da Provincia Desembarga-
dor Joaquim José de Oliveira Andrade*, p. 38.

28. *Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil
pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas Sebastião Eu-
rico Gonçalves de Lacerda em Maio de 1898, 10º da Republica*, p. 18. "Indice Geral e
Chronologico das Leis e Decretos... até o Fim do Anno de 1887", p. 99.

29. Graham, *Grã-Bretanha e o Início da Modernização*, pp. 155, 162. Até Graham
admite que esta alegação é fora de propósito ao baseá-la não no desempenho dos ingle-
ses, mas no que mais tarde os agricultores brasileiros fizeram com o material das empre-
sas. Curiosamente Graham aponta "sua original e errônea concentração no mercado ex-
portador" como uma das debilidades das empresas. Mas a concentração era, para os in-
gleses, inevitável: até o início do século XX o mercado interno brasileiro não tinha con-
dições de absorver todo o açúcar pernambucano a preços remuneradores.

30. Eugene D. Genovese, *The World the Slaveholders Made. Two Essays in Interpre-
tation* (Nova York, 1969). A seguir há definições mais precisas dos dois tipos de enge-
nhos de açúcar.

31. Marc, *Lé Brésil*, v. I, pp. 261-262. Uma visão crítica inglesa há em Wells, *Explo-
ring and Travelling Three Thousand Miles Through Brazil*, v. II, pp. 344-346, e Arthur L.
G. Williams, "Report for the Year 1894 on the Trade of the Consular District of Per-
nambuco", *Parliamentary Papers*, 1895, HCC, v. 96, *AP*, v. 36, p. 16.

32. "Lei 1.860", artigos 16-28, *Collecção de Leis Provinciaes de Pernambuco, Anno de
1885*, pp. 46-49. "Lei 1.971", "Lei 1.972", *Collecção de Leis Provinciaes da Provincia de
Pernambuco publicada no anno de 1889*, pp. 6-8.

33. *Ibid. Officio... José Fernandes da Costa Pereira Júnior... 30 de março... Relató-
rio:.. (Ignacio Joaquim de Souza Leão)... 10 de novembro de 1886*, p. 56. Portaria do vice-
presidente da Província, 23 de junho de 1886, APE, Coleção Portarias, v. 66. *Relatório
com que o Exm. 1º vice-presidente Dr. Ignacio Joaquim de Souza Leão passou a adminis-
tração da provincia em 16 de abril de 1888 ao Exm. Presidente Desembargador Joaquim*

José de Oliveira Andrade, p. 18. "Engenhos Centraes para Pernambuco", *Diário de Per-
nambuco*, 25 de abril de 1888. "Engenho Central", *ibid.*, 23 e 27 de junho de 1888, 21, 24,
25 de maio de 1889. *Relatório com que o Exm. Sr. Desembargador Joaquim José de Oli-
veira Andrade entregou a administração da provincia ao Exm. Sr. Dr. Innocencio Marques
de Araujo Goes em 3 de janeiro de 1889*, pp. 34-36. Francisco Apoligonio Leal ao presi-
dente da província, 20 de outubro de 1887, APE, Coleção Obras Publicas, v. 63. Diver-
sas cartas ao presidente da província, 8 de abril, 19 de maio de 1889, APE, Coleção En-
genhos Centraes". "Sociedade Anonyma Uzina João Alfredo", *Diário de Pernambuco*,
1 de dezembro de 1888. "Cardoso e Irmão ao respeitável público" *ibid.*, 26 de maio de
1889. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em 10 de agosto de
1891, pelo vice-governador Desembargador José Antonio Corrêa da Silva*, pp. 49-50. Gon-
çalves e Silva, *O Assucar e o Algodão em Pernambuco* (Recife, 1929), p. 54. Peres e Peres,
A Industria Assucareira em Pernambuco, p. 146. "*A Provincia*. Engenhos Centraes", *A
Provincia*, 26 de junho de 1888. João Zeferino Pires de Lyra, "Publicações a Pedido. En-
genho Central 13 de Maio", *Diário de Pernambuco*, 9 de agosto de 1890.

34. "Engenhos Centraes", *ibid.*, 19 de novembro de 1887. Gaspar Menezes Drum-
mond ao presidente da província, 5 e 17 de janeiro de 1889; Francisco de Souza Reis ao
presidente da província, 13, 28 de novembro de 1889, todas em APE, Coleção Engenhos
Centraes. *Mensagem... 10 de agosto de 1891... José Antonio Corrêa da Silva*, p. 49.

35. Paulo de Amorim Salgado e outros ao presidente da província, 6 de junho de
1890, APE, Coleção Diversos, v. 44. "Contracto", 16 de junho de 1890, APE, Coleção
Portarias, v. 78. Manoel Nicolau ao governador, 17 de agosto de 1891, APE, Coleção
Tesouro do Estado, v. 11. *Relatório com que o Desembargador Barão de Lucena entregou
a 23 de outubro de 1890 o governo do Estado de Pernambuco ao Desembargador José An-
tonio Corrêa da Silva*, pp. 36-37. "Contracto", 2 de novembro de 1889, APE, Coleção
Engenhos Centraes. *Mensagem... 10 de agosto de 1891... José Antonio Corrêa da Silva*, p.
49. "Contracto", 31 de outubro de 1891, APE, Coleção Tesouro do Estado, v. 12. "Usi-
na Beltrão", *Diário de Pernambuco*, 2 de fevereiro de 1895. Consul Howard, "Report on
the Trade and Commerce of the Consular District of Pernambuco, for the Years 1899-
1900", *Parliamentary Papers*, 1901, HCC, v. LXXXI, *AP*, v. 45, p. 9. Arthur L. G.
Williams, "Report for the Year 1894 on the Trade of the Consular District of Pernam-
buco", *ibid.*, 1895, HCC, v. 96, *AP*, v. 36, p. 9. Arruda Beltrão, *A Lavoura da Canna*, p.
21.

36. "Decreto 10.100", *Collecção de Leis do Império do Brazil de 1888*, parte II, Tomo
LI, v. II, pp. 466-474. "Decreto 10.393", *Collecção de Leis do Império do Brazil de 1889*,
parte II, tomo LII, v. II, pp. 481-489. Sob o regime das Leis 2.687 e 8.357, para ganhar
7% sobre mil contos um engenho tinha de moer 80 mil toneladas de cana por safra. Os
Decretos 10.100 e 10.393 reduziram o retorno garantido para 6%, mas em compensação
exigiram que o engenho apenas moesse 50 mil toneladas, uma redução de cerca de 40
por cento. Além disto, se o concessionário implantasse colônias de imigrantes não preci-
saria apresentar os contratos de fornecimento de cana, não era exigido qualquer depósi-
to e em caso de fracasso a empresa não tinha a obrigação de devolver ao governo os
adiantamentos recebidos. José Honório Rodrigues, que também comentou esta legisla-
ção dos engenhos centrais por equívoco escreveu milhões e centenas de milhares de con-
tos quando queria dizer milhares e centenas de contos. "A Revolução Industrial Açuca-
reira, I", p. 182; *ibid.*, II, p. 229. "Decreto 525", *Decretos do Governo Provisorio da Re-
publica dos Estados Unidos do Brazil, Sexto Fasciculo de 1 a 30 de junho de 1890*, pp.
1.421-1.422. *Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do
Brazil pelo Ministro d'Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas,
Barão de Lucena em junho de 1891*, pp. 8-9. *Relatório apresentado ao Vice-Presidente da*

Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro d'Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Engenheiro Antão Gonçalves de Faria, em Maio de 1892, p. 9. *Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas Engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza no Anno de 1893, 5º da Republica*, p. 22. O Ministério da Agricultura fora extinto em 1892 e este último ministro assumira suas responsabilidades. *Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas em Maio de 1894, 6º da Republica*, pp. 24-25. SNA, *Legislação Agrícola*, v. II, Parte 2, pp. 364-366, 373. *Relatório apresentado ao Chefe do Governo Provisorio por Francisco Glicerio, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas* (Brazil, 1890), pp. 54-55.

37. Para calcular o número mínimo de engenhos planejados, dividimos o total do dinheiro disponível pelo maior subsídio individual permitido. Para estimar o subsídio total ao Engenho Tiúma, da NBSF, fizemos o rateio dos 373 contos pagos entre 1882 e 1886 até 1895, e arredondamos. Provavelmente, tal estimativa de mil contos é exagerada, pois Tiúma deu lucros após as primeiras safras. Eduardo Augusto d'Oliveira ao governador, 9 de junho de 1890, APE, Coleção Tesouro do Estado, v. 3. Oliveira criticava o regulamento de 18 de setembro de 1889, que era mais restritivo do que as Leis 1.971 ou 1.972: a amortização tinha de começar após a primeira safra e o concessionário devia pagar o salário do Engenheiro Fiscal até que a amortização se completasse, em vez de fazê-lo só até o fim da construção. Não queria deixar a impressão que atribuo a responsabilidade final para o fracasso dos engenhos centrais à falta de idoneidade dos concessionários estrangeiros. Se Pernambuco tivesse tido melhores possibilidades no mercado mundial de açúcar, sem dúvida investidores mais sérios teriam aparecido. Agradeço a Antônio Barros de Castro por ter sugerido um esclarecimento deste ponto aqui.

38. Arthur L. G. Williams, "Report for the Year 1894 on the Trade of the Consular District of Pernambuco", *Parliamentary Papers*, 1895, HCC, v. 96, *AP*, v. 36, pp. 15-16. Singer, *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, p. 297. Miguel Costa Filho, "Engenhos Centrais e Usinas," *Revista do Livro* (Rio de Janeiro), Ano V, nº 19 (setembro de 1960), p. 88. Gileno Dé Carli, *O Processo Histórico da Usina em Pernambuco* (Rio de Janeiro, 1942), p. 10. Alice Canabrava, "A Grande Lavoura", p. 109, também se vale da mesma explicação.

39. Exceto quanto à dialética, esta análise também figura em Dé Carli, *O Processo Histórico da Usina*, pp. 12-20. *Idem, Aspectos da Economia Açucareira* (Rio de Janeiro, 1942), pp. 17-18. Barbosa Lima Sobrinho, *Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira* (Rio de Janeiro, 1943), pp. 21-23. Miguel Costa Filho, "Engenhos Centrais e Usinas", pp. 89-91.

40. *Collecção de Leis Estaduais de Pernambuco, Anno de 1890.* Paulo Cavalcanti gentilmente me deu uma cópia da lei de 15 de outubro. "Parte Official", *Diário de Pernambuco*, 13 de dezembro de 1891. "Ainda as usinas", *ibid.*, 1º de julho de 1891.

41. *Mensagem... 10 de agosto de 1891... José Antonio Corrêa da Silva*, pp. 48-50. O governador relacionou 13 concessões, mas omitiu a feita à Usina Maria das Mercês, em Cabo. "Parte official", *Diário de Pernambuco*, 26 de julho de 1891. Sobre as datas das primeiras safras, consultar Gonçalves e Silva, *O Assuçar e o Algodão*. Barbosa Lima Sobrinho também obversou a queda do câmbio e concluiu que ela mudou os efeitos dos empréstimos de 1890 e 1891. Mas só está certo quanto às concessões infrutíferas. Barbosa Lima Sobrinho, "O Governo Barbosa Lima e a Indústria Açucareira de Pernambuco", *Annuario Açucareiro para 1938*, p. 363.

42. Barbosa Lima Sobrinho, "O Governo Barbosa Lima", p. 364. O elogio não vem apenas de seu sobrinho, Barbosa Lima Sobrinho, *Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira*, p. 21, mas também de Gileno De Carli, *O Processo Histórico da Usina*, pp. 13-14 e de Paul Singer, *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, p. 299.

43. Barbosa Lima Sobrinho, "O Governo Barbosa Lima", pp. 364-367. *Mensagens apresentadas ao Congresso Legislativo do Estado em 1893, 1895 e 1896 pelo Dr. Alexandre José Barbosa Lima quando governador de Pernambuco* (Recife, 1931), pp. 231-236. Em compensação pelos empréstimos maiores os concessionários tinham de consentir no uso público de suas ferrovias, de reflorestar áreas desmatadas e de publicar todos os documentos relativos a suas concessões. Barbosa Lima Sobrinho registra um total de 13.950 contos, mas sem deduzir as concessões canceladas às Usinas Espírito Santo, Barão de Morenos e São José. O Governador Barbosa Lima registrou, ele próprio, o maior total – 12 mil contos – mas referia-se a todos os empréstimos do estado às usinas, não só aos de seu período. Alexandre José Barbosa Lima, *Discursos Parlamentares*, 2 vols. (Brasília, 1963-69), v. I, p. 374. Para informações sobre os cancelamentos ver *Mensagem...Joaquim Corrêa d'Araújo...27 de outubro de 1896*, p. 38-39. Em 1905 um funcionário do Tesouro estadual referiu-se a cinco usinas projetadas mas ainda não construídas: Nossa Senhora de Lourdes, Pery-Pery, Raiz de Dentro, Pão Sangue e Santa Cruz. Mas a Companhia Geral de Melhoramentos, eventualmente, usou as últimas duas concessões para ampliar a bem sucedida Usina Ribeirão, e a Pery-Pery, com outros proprietários, foi mais tarde concluída. O representante do Tesouro também descreveu as Usinas Coelho, Nova Conceição, Conceição, Progresso Colonial, Muribeca, 13 de Maio e Santo Ignacio como abandonadas e com as partes móveis retiradas. Mas as Usinas Muribeca, 13 de Maio e Santo Ignacio estavam operando, novamente, em 1929. As outras podem ter permanecido de *fogo morto*, ou podem ter voltado a operar com outros nomes. "Relatório apresentado pelo Escrivão da despeza do Thesouro José de Goes Cavalcanti, sobre a escripturação das Usinas auxiliadas pelo Estado, cujos productos se acham sujeitos aos impostos da lei orçamentaria vigente – art. 1º, par. 2", *Diário de Pernambuco*, 1, 3 e 5 de setembro de 1905. Gonçalves e Silva, *O Assucar e o Algodão*.

44. A. F. Howard, "Report for the year 1896 on the Trade etc., of the Consular District of Pernambuco", *Parliamentary Papers*, 1897, HCC, v. 89, *AP*, v. 28, pp. 12-13. Vice-cônsul Williams, "Report on the Trade and Commerce of the Consular District of Pernambuco for the Year 1897", *ibid.*, 1898, HCC, v. 94, *AP*, v. 43, p. 3.

45. *Mensagem... Joaquim Corrêa d'Araújo... 27 de outubro de 1896*, pp. 39-40. Corrêa de Araújo também deplorou "a imobilidade" do capital dos empréstimos às usinas, mantendo elevada a taxa de juros, mas não especificou o modo pelo qual o capital não empregado em títulos de usinas podia encontrar retornos mais altos. A ACBP apoiou a recusa de Corrêa de Araújo quanto a emitir mais títulos. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em 6 de março de 1897 pelo Governador Dr. Joaquim Corrêa de Araújo*, pp. 50-51. *Relatório...ACBP...9 de agosto de 1897*, pp. 13-14, 34-38. *Ibid., 8 de agosto de 1899*, p. 79. "Lei 293", *Diário de Pernambuco*, 11 de maio de 1898. *Mensagem...6 de março de 1900...Sigismundo Antônio Gonçasves. Mensagem do Exm. Sr. Desembargador Sigismundo Antônio Gonçalves Governador do Estado, lida por occasião da installação da segunda sessão ordinaria da 5ª Legislatura do Congresso Legislativo do Estado aos 6 de março de 1905*, p. 10. "Relatório...José de Góes Cavalcanti", *Diário de Pernambuco*, 13 de setembro de 1905. *Mensagem do Exm. Sr. Desembargador Sigismundo Antônio Gonçalves, Governador do Estado aos 6 de março de 1906*, p. 8.

46. *Mensagem do Exm. Sr. Dr. Herculano Bandeira de Mello, Governador do Estado, lida por occasião da installação da 2ª sessão ordinaria da 7ª Legislatura do Congresso Legis-*

lativo do Estado ao 6 de março de 1911. Apenas 176 contos tinham sido pagos em dinheiro. Os sucessores de Barbosa Lima referiram-se amargamente à falta de pagamentos. *Mensagem...Joaquim Corrêa d'Araújo...27 de outubro de 1896*, pp. 39-40. *Mensagem...6 de março de 1900...Sigismundo Antônio Gonçalves*, pp. 38-39. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em 6 de março de 1901 pelo Exmo. Sr. Dr. Antônio Gonçalves Ferreira Governador do Estado.*

47. Alexandre Barbosa Lima, *Discursos Parlamentares*, v. I, 383-386. Na verdade, Corrêa de Araújo trabalhara, como advogado, para a CSFB na década de 1880 e era, além disto, um agricultor. Joaquim Corrêa de Araújo, "Publicações a Pedido, A Companhia CSFB Limitada", *Diário de Pernambuco*, 18 de fevereiro de 1887. Flávio Guerra, "Memórias de uma Associação (História do Comércio do Recife)", (manuscrito inédito, 1965), p. 128. Ver, também, artigos críticos de Corrêa de Araújo em *A Cidade*, de Barbosa Lima por meados de 1897, e críticas a Barbosa Lima no *Commercio de Pernambuco* de Corrêa de Araújo, no início de 1899, os dois jornais editados em Recife. "A Administração a findar, XV-XVIII", *Correio de Recife*, 7, 8 e 10 de fevereiro de 1908. Amaro Cavalcanti, "Antecedentes Históricos do Estatuto da Lavoura Canavieira", *Jurídica* (Rio de Janeiro), v. XXVII, nº 70 (outubro-dezembro de 1962), p. 324.

48. Fernando de Castro, "A Crise da Lavoura", *Diário de Pernambuco*, 19 de maio de 1897. *Mensagem... 6 de março de 1900... Sigismundo Antonio Gonçalves*, pp. 43-45. Directoria Geral de Estatística, *Indústria Assucareira, Usinas e Engenhos Centraes* (Rio de Janeiro, 1910), p. 3.

49. Gadiel Perucci, "Le Pernambuco (1889-1930): Contribution à l'Histoire Quantitative du Brésil", tese de doutorado de 3º ciclo (Paris, 1972), tece considerações sobre a importância dos financistas urbanos nas companhias usineiras.

50. Dé Carli, *O Processo Histórico da Usina*, pp. 31-40. Barbosa Lima Sobrinho, *Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira*, pp. 21-26.

PARTE II
A CRISE SOCIAL

E mais: para que não pensem
que em sua vida tudo é triste,
vejo coisa que o trabalho
talvez até lhe conquiste:
que é mudar-se destes mangues
daqui do Capibaribe
para um mucambo melhor
nos mangues de Beberibe.

"Morte e Vida Severina",
João Cabral de Melo Neto,
***Morte e Vida Severina e Outros Poemas em Voz Alta*, p. 112.**

6
TERRA: A BASE DO PODER

A bem sucedida modernização tecnológica e das relações de produção em um grupo de engenhos não salvou a indústria da estagnação. Portanto, o investimento de capital, sozinho, não resolveu seus problemas. Porém os agricultores tiveram êxito ao forçar os trabalhadores do setor do açúcar a partilharem a carga dos mesmos problemas. Graças ao monopólio da terra os agricultores puderam dominar o mercado de trabalho. E tiraram todas as vantagens da conversão do trabalho escravo ao trabalho livre, transferindo os custos da crise econômica para os trabalhadores, na forma de escasso pagamento e de más condições de trabalho.

A Zona da Mata

O açúcar é feito de cana-de-açúcar, e esta é cultivada no solo. Em Pernambuco os agricultores de cana-de-açúcar monopolizaram mas não utilizaram todas as melhores terras. A área total da província de Pernambuco era a de cerca de 100 mil a 110 mil quilômetros quadrados.[1]

A zona canavieira ou zona da mata (originalmente assim denominada em função das grandes florestas que a recobriam) compreendia toda a extensão dos 170 quilômetros da linha costeira da província, penetrando 60 quilômetros para o interior ao norte e 130 quilômetros ao sul. A zona constitui, grosso modo, 16% da área da província, uns 15 mil quilômetros quadrados.[2]

Embora a Zona da Mata seja uma única planície limitada a leste pelo Oceano Atlântico e a oeste pelo planalto de Borborema, sua topografia, solos e clima diversificam-se suficientemente para que se possam ser distinguidas três regiões principais: planície, mata seca e mata úmida.[3] Da fronteira norte para o sul até Recife e para o oeste até Igarassú, a planície é cortada por cinco rios perenes que demandam o Atlântico. Os solos da planície são sedimentários e arenosos, absorvem bem a água, garantindo boa drenagem. Ao longo dos largos

vales fluviais o solo arenoso tem alguma argila e as várzeas das baixas margens dos rios tornam-se pantanosas nos meses de inverno – de maio a julho – quando caem 900 milímetros de chuva em Goiana, e durante as marés altas. A cana-de-açúcar desenvolve-se bem nas várzeas e a meia altura do aclive do plano.

A mata seca estende-se a oeste deste plano, de São Lourenço da Mata e Glória do Goitá para o norte até São Vicente Ferrer. Aí o alto platô, ou chã, é constituído por solos cristalinos. Apenas os rios Goiana e Capibaribe irrigam a área e sua torrente fica muito reduzida na estação seca – outubro a dezembro. A várzea da mata seca é mais estreita do que a que fica mais próxima da costa; há somente 900 milímetros de chuva, comumente, em Pau d'Alho e 700 milímetros em Aliança. A cana é cultivada nas várzeas e nas áreas planas das chãs.

A mata úmida – principal região canavieira – estende-se de Recife à fronteira alagoana e, para o oeste, até Quipapá. Irrigada por quatro rios perenes e seus muitos tributários, esta área compreende amplas várzeas altas e baixas, próximas da costa e numerosas planícies ribeirinhas mais estreitas a montante. Embora a região seja bem acidentada, sem o grande planalto do norte, tem uma fina e fértil camada de solo argiloso comumente chamada de massapê.[4]

A cana-de-açúcar pode ser cultivada praticamente por toda a parte e o foi – salvo no topo dos mais elevados montes, onde é conservada a cobertura florestal que fornece combustível e madeira de construção. A mata úmida recebe mais de 2.500 milímetros de chuva ao longo da costa e são comuns as enchentes. Mesmo no interior, no oeste, chove pesadamente: Catende, a uma longitude mais ocidental do que Aliança, recebe um metro de chuva.

A produção de açúcar dominou a zona da mata. Entre o começo e o fim do século XIX o número de plantações de cana cresceu de 500 para mais de 2 mil (Quadro 21). Entre a década de 1850 e o fim do decênio 1880 o número de engenhos cresceu de 1.300 para 1.650, um aumento de 27% que contribuiu indiscutivelmente – junto com as modificações tecnológicas que melhoraram a produtividade – para mais de dobrar a produção de açúcar entre tais datas. Dos anos 1890 à primeira década do século XX, por outro lado, houve decréscimo em vez de aumento no número de engenhos, e também houve decréscimo em vez de aumento da produção – de 8 por cento (Quadro 5).

Em geral, o número de engenhos crescia por dois motivos. Primeiro, apesar da crise do mercado exportador, em andamento, o açúcar continuava a ser o investimento preferido em Pernambuco. Por curto lapso o algodão desafiou a supremacia açucareira, no período de

Quadro 21
ENGENHOS DE AÇÚCAR EM PERNAMBUCO

Ano	Número apurado [a]	Número estimado
1761 [b]	230	
1775	296	
1818		500
1844	670	712
1854	532	642
1857	1.106	
1850 (década) [c]	1.356	
1860 (década)	1.672	
1872		1.345
1870 (década)	1.446	
1883		2.000
1880 (década)	1.654	
1890 (década)	1.975	
1901		1.500
1900 (década)	1.530	
1914 [d]	2.788	

a. Compreendidas as plantações cujos engenhos não funcionavam mais (fogo morto). As fontes não permitiam discriminar os engenhos moentes e correntes. Quando isto for possível, certamente as tendências aqui apresentadas terão que ser revisadas.

b. Relacionamos apenas aqueles engenhos que ficaram dentro de Pernambuco depois das perdas territoriais para Paraíba e Ceará (1799), Alagoas (1817) e da Comarca de São Francisco (1824). Mário Melo, *Síntese Cronológica de Pernambuco* (Recife, 1942), *passim.*

c. As cifras correspondentes a décadas referem-se ao número máximo de engenhos identificados nos *Almanaques* de Pernambuco publicados nas décadas em questão.

d. Compreende 500 plantações que produziam cana para usinas (fornecedores) e 646 engenhos no sertão, provavelmente engenhocas de menor porte. Os engenhos em 15 municípios do sertão não foram enumerados antes de 1914.

FONTES: Para os anos de *1761, 1775, 1843, décadas de 1860, 1870, 1880, 1900 e ano de 1914* ver Apêndice 3; ano de *1818*: Pereira da Costa, "Origens Históricas", p. XXV; *1844:* Fernandes Gama, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, v. I, p. 5; *1854: Relatório...1854...José Bento da Cunha e Figueiredo*, tabela; *1857: Relatório...1857...Sérgio Teixeira de Macedo, pp. 75-77; 1872: Relatório de Doyle, Parliamentary Papers*, 1872, HCC, v. LVIII, *AP*, v. XXIII, p. 634; *1883:* Relatório de Hughes, Pernambuco, 8 de abril, 1883, *ibid.*, 1883, HCC, v. LXXIII, *AP*, v. XXVI p. 1.133; *1901:* "A Questão do Assucar no Brasil", *Diário de Pernambuco*, 26 de setembro de 1901.

1860-70, quando a guerra civil norte-americana criou condições competitivas excepcionalmente favoráveis, mas o desafio feneceu com o retorno do algodão estadunidense aos mercados mundiais. Esta explicação implica maior margem de lucros no setor do açúcar (apesar dos altos custos da implantação da indústria açucareira), em comparação com os ganhos possíveis dos outros setores, como os do fumo, couros, arroz ou cacau. Além disto, a tecnologia acessível para o transporte da cana e do açúcar manufaturado não permitia a construção de engenhos que ultrapassassem certo tamanho. Alcançado este limite o agricultor, desejoso de aumentar a produção, tinha de construir outro engenho. Esta situação só foi modificada com a construção de maiores engenhos centrais e de usinas com ferrovias próprias, pelo final do século XIX, quando diminui o número de fábricas.[5]

Grande número de novos engenhos de açúcar surgiram nas décadas de 1840, 1850 e 1870, em conseqüência de condições especiais. No decênio 1840 abriram-se novos mercados de exportação na Inglaterra e a importação de escravos africanos chegou ao auge. Em 1852 o presidente da província referiu-se a 137 novos engenhos construídos na década anterior e em 1859 novamente a mesma autoridade voltava a referir-se a "muitos engenhos novos".[6]

A extensão das ferrovias, reduzindo o custo do transporte para Recife, também estimulava a construção de engenhos. Nas áreas ocidentais da mata úmida, como Palmares, Gameleira, Sirinhaém, Rio Formoso, Una, Água Preta, Amarají e Escada, atravessadas pela Recife and San Francisco Railway, após 1855, o número de engenhos quase dobrou na segunda metade do século. Também, o número de engenhos em Igarassú, Itambé e Goiana ocidental, onde a ferrovia Great Western passou a operar após 1881, cresceu pelo menos em 50% na década de 1880. Tracunhaém e Nazaré também tiveram acrescido o número de seus engenhos, mas proporcionalmente menos porque topografia e clima contrabalançavam a vantagem da Great Western. Em regiões dependentes de navios costeiros que levassem o açúcar a Recife, como Ipojuca, Barreiros e o leste de Goiana, entretanto, o número de engenhos não cresceu significativamente. Também não houve aumento notável nas regiões com terras limitadas ou com populações urbanas incrustradas, como a da ilha de Itamaracá e os subúrbios de Recife – Afogados, Várzea e Poço da Panela – ou as proximidades de Olinda (Apêndice 3).[7]

Embora os plantadores de cana possuíssem a maioria da Zona da Mata, bem pouco a utilizavam, produtivamente. Na década de 1850, provavelmente, eles não empregavam mais de um quinto das terras disponíveis, caso sejam precisos os seguintes cálculos:

1. Dado o rendimento industrial de cinco quilos de açúcar para cada 100 quilos de cana moída (doravante expressado como 5% açúcar/cana) os senhores de engenho pernambucanos teriam de ter moído 1.280.500 toneladas de cana para produzir as 64.025 toneladas de açúcar da safra de 1854. Dado o rendimento agrícola de 40 toneladas de cana por hectare plantado, os agricultores teriam de ter colhido uma safra de 32.013 hectares para tal rendimento de cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar amadurecia em 12 ou 17 meses; assim, para garantir uma colheita anual de 32.013 hectares, os agricultores teriam que plantar o dobro desta área, além de deixar uma área igual à plantada em alqueive. Eles, também, tinham de destinar terras para a pastagem dos animais de trabalho e para as colheitas alimentícias, numa área total que devia equivaler, quiçá, à plantada com cana-de-açúcar.[8]

Assim, o montante da terra utilizada para a produção de açúcar, em 1857, seria de 192.078 hectares.

2. Os municípios açucareiros relativamente prósperos de Ipojuca e Jaboatão produziram em 1854 a média de 63,7 toneladas de açúcar por engenho. Partindo do mesmo pressuposto da estimativa 1, conclui-se que cada engenho teria de ter trabalhado a colheita de 31,9 hectares, com rendimento médio de 1.274 toneladas, para manufaturar tanto açúcar. Então, os 1.356 engenhos relacionados na província, na década de 1850, teriam de contar com a colheita de 43.256 hectares e de utilizar um total geral de 259.538 hectares.[9]

Os modernos geógrafos pernambucanos calculam que 37,5% da Zona da Mata (574.700 hectares) podem ser cultivados com cana. Partindo-se do pressuposto de que as pastagens e plantações alimentícias também se restringiam a tal proporção, pode-se concluir que os agricultores, de meados do século XIX, utilizaram entre 33,4% (estimativa 1) e 45,2% das terras cultiváveis da Zona da Mata (estimativa 2).[10]

São vários os motivos que justificam a reduzida utilização da terra disponível pelos agricultores. As limitações dos meios de transporte e dos engenhos continham o montante da cana ao que o próprio engenho pudesse transformar em açúcar, assim restringindo a área plantada. Após determinada distância do engenho o transporte da cana por animais tornava-se demasiado caro. A cana tinha de ser moída até 48 horas depois de cortada, para proporcionar um caldo utilizável, o que significava na etapa pré-usina que mesmo sendo suportável o custo deste transporte a cana cortada e armazenada por mais de dois dias não compensava a moagem. Os próprios engenhos podiam, costumeiramente, moer até 25 toneladas de cana diariamente, não mais, e sendo que a safra começava em setembro e findava em janeiro-fevereiro com

as primeiras chuvas que reduziam o conteúdo de sacarose da cana. Só aumentos significativos dos preços internacionais poderiam justificar período de moagem mais longo e o processamento de cana de grau inferior.[11]

Também, os agricultores podiam manter ociosa a terra devido a seu valor potencial. Dada a constante inflação com instabilidade do valor da moeda, os agricultores bem avisados investiam em imóveis. Ainda usavam sua terra de reserva para manter uma população livre de parceiros, arrendatários e posseiros que cultivavam alimentos para uso próprio e para consumo do engenho, ou plantavam cana. Esta população livre e dependente servia a inúmeros propósitos econômicos e políticos: sua dependência em relação ao senhor de engenho tinha origem no fato dele ser o dono da terra, com o poder de expulsá-la a seu talante.[12]

Alguns não somente se deram conta das desvantagens de manter tais terras não cultivadas como sugeriram reformas. Reclamaram impostos imobiliários crescentes que mais onerassem as terras incultas e, mais ainda, as nas mesmas condições e próximas das rodovias e ferrovias públicas, em que o Estado investira para estimular uma iniciativa privada insensível. Estes reformadores arguíam que os impostos sobre imóveis, diversamente dos de exportação e dos de consumo, não puniam o produtor por produzir mais, nem o consumidor por consumir mais, e sim os cultivadores de cana, cujas terras ficavam ociosas, em grande parte. Estes não concordaram com tais propostas e os apelos não tiveram eco.[13]

Escada

Para examinar mais minuciosamente a natureza e as conseqüências do sistema de propriedade da terra, melhor é estudar uma zona açucareira em especial. Uma repassada nos dados demográficos, de produção de açúcar, e nos referentes ao número e tamanho das propriedades rurais, no início do século XX, revela que Ipojuca, Jaboatão, Cabo, Igarassú, Rio Formoso, Goiana, São Lourenço da Mata, Sirinhaém e Escada tinham características assemelhadas.[14]

Escolhemos Escada devido à quantidade e qualidade de dados disponíveis.

Originalmente uma aldeia indígena sob a proteção das autoridades portuguesas, no final do século XVII, Escada começou a ser ocupada por brasileiros de ascendência européia, no início do século XVIII. A zona tornou-se paróquia em 1786, conquistando seu próprio governo local e a condição de vila em 1854. Em 1868 os índios foram

definitivamente removidos e em 1873 a vila passou a cidade e teve nomeados seus juízes. Em 1893 Escada tornou-se município independente, diretamente subordinado ao governo do estado.[15]

A 58 km a sudoeste de Recife, Escada compreende 625 quilômetros quadrados de mata úmida "onde em grande parte os terrenos são acidentados e montanhosos...os terrenos planos são de pequenas extensões, assim como são poucas as várzeas existentes".

O rio Ipojuca – "matador de homens", na língua indígena, assim chamado devido às águas turbulentas e traiçoeiras – com nascentes no sertão, atravessava a freguesia de oeste a leste, desaguando no Oceano Atlântico 40 quilômetros ao sul de Recife. Escreveu um juiz provincial em 1825: "As águas do Ipojuca são claras e salutíferas: até a Escada ele é pouco vadeável e deixa de ser navegável por causa das muitas pedras, e de algumas cachoeiras que entorpecem o seu curso; de um a outro ponto do mesmo rio andam algumas pequenas jangadas".[16]

Uns poucos engenhos, porém extensos, e de propriedade de pequeno grupo de famílias, dominavam Escada. Entre os 84 engenhos de açúcar ali registrados no decênio 1850 somente 15% tinham mais de 3 mil hectares, mas estas compreendiam 70% de todas as terras dos engenhos recenseados. Reciprocamente, os engenhos com menos de 3 mil hectares constituíam 85% das propriedades canavieiras, mas compreendiam apenas 30% das terras cultiváveis. Assim o tamanho mediano dos engenhos – maior do que a metade do grupo e menor do que a outra metade – não passava de 995 hectares, embora a propriedade dedicada à cana tivesse em média 2.871 hectares. Bem menores eram outros 55 sítios produtores de gêneros alimentícios, que não iam além de 350 hectares cada um. Mas, excluídos os sítios que se tornaram engenhos até 1880 a média das propriedades não-açucareiras cai para 166 hectares, um vigésimo do tamanho médio das propriedades açucareiras.

Os dados de outros dois municípios açucareiros, em 1857, confirmam a concentração da terra em poucas mãos. Em Sirinhaém, a sudeste de Escada, quatro famílias produziam 37% do açúcar de um grupo de 73 engenhos; e em Nazaré, na mata seca do noroeste da província, seis famílias controlavam 57,4% de toda a produção de açúcar.[17]

Em Escada, um grupo de oito famílias inter-relacionadas dominava a oligarquia proprietária. A mais proeminente família de Escada, os Lins, descendia de um imigrante português que chegara ao Brasil no início do século XVIII. O filho deste patriarca conseguira terras em Sirinhaém, em 1813, e dez anos depois Henrique Marques Lins, um neto, recebeu uma sesmaria – concessão oficial, embora ilegal à época –

de uma légua quadrada de terras junto à plantação de seu pai. Em 1841, com a renda desta propriedade Henrique adquiriu o Engenho Conceição, em Escada, e também mais terras sobre as quais construiu o Engenho Matapiruma, que começou a operar em 1842. Durante os últimos quarenta anos do século, Henrique Marques Lins, agraciado com os títulos de Barão e depois com o de Visconde de Utinga, juntamente com seus nove filhos e noras possuía, pelo menos, 30 engenhos localizados em Escada. Em 1877 e 1881 Henrique Marques de Holanda Cavalcanti, seu neto (posteriormente Barão de Suassuna), construiu as modernas Usinas Mameluco e Limoeirinho, e em 1895 Marcionilo da Silveira Lins, um filho, inaugurou a Usina de Massauassú.[18]

Na ordem do número de plantações vinha a seguir a família Pontual, liderada por José Manoel Antônio Pontual, com seu filho José Manoel Júnior e vários primos e parentes por afinidade. Os Pontual possuiam 17 engenhos e um sítio em Escada; construiram as Usinas Aripibú e Cabeça de Negro em 1888, e as Usinas Bosque e Mussú na década de 1890. A família Santos, liderada pelos patriarcas José Rodrigues de Senna Santos e João Feliz dos Santos, era proprietária de 16 engenhos, ao fim da Monarquia, enquanto o clã Velloso da Silveira, de José Pedro Velloso da Silveira e seus filhos Eustáquio e Cincinato possuía 12 engenhos e um sítio. José Pereira de Araújo e André Dias de Araújo, mais tarde Barão de Jundiá, eram proprietários de 11 plantações, tendo José Pereira construído a Usina Bamburral, em 1888. Manoel Antônio Dias e seus filhos José Cândido e Manoel Antônio dos Santos Dias tinham nove engenhos; em 1889 Santos Dias construiu a Usina Santa Philonila e em 1895 começou a operar com a Usina Bom Fim. José Antônio Barros e Silva e seu irmão Francisco Antônio, depois Barão de Pirangy, também possuiam nove engenhos. Finalmente, as famílias Alves da Silva e Siqueira Cavalcante tinham cinco engenhos cada uma.[19]

Este total de 114 engenhos em nove famílias significa que cada uma possui certo engenho durante o período, não necessariamente que foram sempre proprietárias de todos. A soma, pois, compreende repetições de propriedades transferidas dentro do grupo e não exclui transferências de propriedades a agricultores estranhos à oligarquia. Além disso, muitas famílias tinham propriedades fora de Escada, que ampliavam sua influência e podem ter alterado sua posição pelo total do número de propriedades. A despeito de tais reservas, entretanto, num município com aproximadamente 120 engenhos a oligarquia, indiscutivelmente, possuía a grande maioria e construiu todas as usinas modernas.[20]

A oligarquia açucareira de Escada protegia e ampliava seu poder mediante o controle da política local. Os cultivadores de cana dominavam os ramos administrativo e judiciário do governo local e dispunham de representação no legislativo estadual. Em 1861, na Câmara Municipal de Escada – de sete membros – figuravam Henrique Marques Lins e seu filho Belmiro da Silveira Lins, futuro Barão de Escada, e José Pereira de Araújo, proprietários de um total de 13 plantações. Em 1881, na Câmara Municipal – de nove membros – havia três homens com sete engenhos e, em 1893 o prefeito era proprietário de cinco engenhos, e cinco conselheiros, ou seus filhos, possuíam 14 engenhos.

O delegado de polícia e seus agentes, com a assistência dos juízes, mantinham a lei e a ordem e distribuiam justiça. Em Escada, o delegado que servia no início do decênio de 1860 era o genro de Henrique Marques Lins – Antônio Marques de Holanda Cavalcante – assistido pelos subdelegados Francisco Antônio de Barros e Silva e João da Rocha Holanda Cavalcanti, o primeiro um genro de Henrique Marques Lins e o segundo, provavelmente, irmão do delegado. Estes três agentes policiais possuíam o total de nove engenhos. Na década de 1880, o delegado de polícia Samuel dos Santos Pontual e três subdelegados possuíam um total de 13 engenhos de açúcar.

Os juízes municipais e distritais de Escada, durante esses anos, não eram plantadores locais, embora ocasionalmente proviessem das famílias açucareiras dos municípios vizinhos. Na década de 1880 dois dos três substitutos do juiz municipal eram um Araújo e um Santos Pontual, que somavam 11 engenhos de açúcar. Os juízes de paz, entretanto, eram quase exclusivamente senhores de engenho. Dos 17 juízes de paz, do início do decênio de 1860, 12 eram senhores de engenho que somavam 19 plantações; no decênio de 1880, 12 dos 16 juízes de paz eram donos de engenho ou filhos destes, com o total de 18 engenhos.

Os batalhões da Guarda Nacional de Escada constituíam uma força adicional de controle social: esta guarda era, também, a fonte dos títulos de "coronel", "major" e "capitão", tão orgulhosamente usados pelos plantadores de cana. Na década de 1860, o Tenente-coronel Henrique Marques Lins comandava o 24º Batalhão e o Tenente-coronel Manoel Gonçalvez Pereira Lima, proprietário de dois engenhos, comandava o 25º Batalhão. Entre os 15 capitães de companhia destes batalhões compreendiam oito proprietários de plantações de cana, com um total de 16 engenhos. Na década de 1870, todos os 16 capitães de companhia eram proprietários de engenhos de açúcar; e, na de 1880, o coronel André Dias de Araújo comandou a Guarda Nacional e

o Tenente-coronel Antônio dos Santos Pontual e o coronel José Pereira de Araújo comandavam batalhões.[21]

A nível estadual e provincial de governo os oligarcas do açúcar de Escada partilhavam o poder com os representantes de elites semelhantes. Vários senhores de engenho de Escada exerceram mandatos de dois anos na Assembléia Provincial, de 36 membros: João Francisco de Arruda Falcão e José Pedro Velloso da Silveira em 1851, o primeiro e Samuel dos Santos Pontual em 1861 e 1867, respectivamente, o último em 1877, Francisco Dias de Arruda Falcão em 1881 e 1883, André Dias de Araújo em 1885, Davino dos Santos Pontual em 1887. Na República, Davino dos Santos Pontual participou da Assembléia Constituinte, Luís Caldas Lins integrou o primeiro Legislativo estadual de 1892-94, e João Alves Pontual foi eleito para o Legislativo do Estado de 1904 a 1912. Os cultivadores de açúcar de outros municípios também aparecem freqüentemente nas listas de deputados provinciais e estaduais.[22]

Desafios à Hegemonia dos Plantadores

Em Pernambuco, portanto, era quase absoluta a supremacia política dos cultivadores de cana. A mais séria ameaça a tal domínio não partia de outras classes sujeitas a seu poder, mas da própria classe a que pertenciam. Os senhores de engenho eram tanto do Partido Liberal quanto do Conservador durante o Império e diferenças políticas sobre questões como as eleições, o processo eleitoral, o mandato vitalício dos senadores, o poder imperial de demitir ministérios e dissolver o Congresso (poder moderador), o controle governamental sobre a imprensa e a divisão de poderes entre os governos central e provinciais, além de questões pessoais, algumas vezes conduziram a lutas sangrentas.[23]

A Revolução Praieira, a última grande convulsão política pernambucana do Segundo Império, ilustra bem isto. O movimento começou quando os liberais resistiram à volta das famílias conservadoras Rêgo Barros e Cavalcanti ao governo provincial. Lideradas pelo Barão de Boa Vista – Rêgo Barros – e pelos Viscondes de Camaragibe, Suassuna e Albuquerque – três irmãos Cavalcanti – estas famílias tinham dominado a política pernambucana entre 1837-1844 e esperavam retornar quando o Imperador chamou os Conservadores ao poder, em setembro de 1848. Tal expectativa foi frustrada quando os liberais praieiros, apoiados pelas "classes inferiores ignorantes da população que julgando-se deserdadas dos bens sociais ou oprimidas por leis tirânicas e ofensivas a seus supostos direitos..." revoltaram-se contra os Rêgo Barros, os Cavalcanti e os negociantes estrangeiros que dominavam o comércio urbano.[24]

Uma rica literatura constituída por panfletos, revistas e jornais divulgou as queixas dos liberais. Antônio Pedro de Figueiredo, um mulato que era um dos mais vigorosos desses escritores, fustigou a oligarquia açucareira: "Assim estes novos barões feudais, quando as suas propriedades se acham muito distantes da capital da província, vivem numa independência quase completa, fazendo justiça a si próprios, e algumas vezes armando os seus *vassalos*, e em guerra aberta entre si, a despeito das ordens do governo e das sentenças dos juízes".

Figueiredo pregava "o fim da grande propriedade territorial" e a implantação de uma classe média rural, através da tributação direta e de impostos sobre a propriedade, o que "obrigaria os grandes proprietários a despojar-se das terras que lhes são inúteis".[25]

Apesar da posição de Antônio Pedro de Figueiredo e do sentimento popular contrário a Rêgo Barros e aos Cavalcanti, os rebeldes não atacaram todos os membros da oligarquia do açúcar. Numerosos senhores de engenho apoiaram os praieiros. Em Escada, Francisco José de Barros e Silva e João Félix dos Santos – ambos poderosos agricultores e donos de muitos engenhos – aderiram à revolta e engenhos de Escada, como os Freixeiras e Camassari foram fortificados e utilizados como depósitos de suprimentos para as forças revolucionárias. Pedro Ivo Velloso da Silveira, presumivelmente um parente do oligarca de Escada, José Pedro Velloso da Silveira, comandou o exército revolucionário que quase tomou Recife.[26]

Os praieiros podem ter sido "a encarnação da alma, do sentimento, da aspiração popular", mas a Revolução Praieira, ao contrário do que dizem interpretações recentes, só ameaçou aquela parte da oligarquia do açúcar que, através de seu domínio da política provincial dez anos antes e de sua intenção de retomar tal domínio, em 1848, tornou-se politicamente mais odiosa.[27] A revolta em si durou três meses, de novembro de 1848 a janeiro de 1849. As autoridades provinciais, ajudadas pelas forças imperiais, derrotaram os exércitos rebeldes em duas batalhas decisivas e esmagaram o movimento.

A amargura da Praieira irrompeu novamente em 1880, quando liberais e conservadores contestaram a eleição para a vaga de senador deixada pela morte de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Suassuna. No dia da eleição, em Vitória de Santo Antão – o distrito do parlamentar falecido – os liberais liderados pela família Souza Leão, poderosos plantadores de Jaboatão, ocuparam as mesas eleitorais com policiais e capangas. Outra força armada de conserva-

dores e liberais dissidentes entrou na cidade, irrompendo a luta. Mor-
reram 16, inclusive os proprietários de Escada Belmino da Silveira
Lins e José Pedro de Oliveira; entre os feridos o pai de Belmiro, Henri-
que Marques Lins e seu cunhado Ambrósio Machado da Cunha Ca-
valcanti. A batalha ficou sendo conhecida como Hecatombe de Vitó-
ria.[28]

Além das questões políticas, os antagonismos internos da oligar-
quia açucareira desenvolviam-se a partir das disputas sobre títulos de
terras, testamentos, mulheres, gados e escravos. Embora às vezes che-
gassem a ser amargas, envolvendo a violência, tais disputas eram so-
mente diferenças pessoais entre indivíduos e famílias. Os antagonis-
mos não viravam contradições, não jogavam uma classe social contra
a outra, nem chegavam aos choques de grupos de interesses. Estudos
modernos destacam que os agentes da maioria desta violência, conhe-
cidos por capangas e, especialmente, cangaceiros, eram eles próprios
protestantes sociais mais ou menos conscientes. Esta literatura enfati-
za que o cangaceiro era um indivíduo oprimido transformado em fora-
da-lei profissional por ser esta a melhor maneira de enfrentar um am-
biente social hostil.[29] Em Pernambuco, entretanto, o cangaceiro con-
servou-se comumente nas regiões do agreste e do sertão, só ocasional-
mente invadindo as áreas ocidentais da zona da mata. O mais famoso
dos cangaceiros pernambucanos, antes de 1914, Antônio Silvino, certa
vez atacou a Usina Santa Philonila de Manuel Antonio dos Santos
Dias tencionando raptar a esposa separada do enteado do usineiro. A
tentativa fracassou, mas os cangaceiros mataram a filha mais jovem
do usineiro, um crime que Silvino lamentou publicamente quando
preso. O cangaço, ou estilo fora-da-lei de viver, em outras palavras não
constituía ameaça à oligarquia açucareira; por outro lado, tanto os
jornais contemporâneos como a poesia popular – literatura de cordel
ou folhetos – relatam que o cangaceiro freqüentemente partilhava sua
presa com os pobres ou lhes oferecia proteção.[30]

Dois outros grupos podiam opor-se à oligarquia açucareira – a
minúscula classe média e os comerciantes urbanos. O primeiro deles,
entretanto, raramente se articulava por interesse político. Uns poucos
jornalistas e advogados, ao modo de Antônio Pedro de Figueiredo,
formulavam críticas em Escada. Em 1863 o editor da primeira e única
edição de *O Escadense* atacou a família Lins:

> "Escada foi considerada um feudo do sr. Utinga e as nobres famílias e os distintos cidadãos que habitam esta histórica localidade foram considerados outros tantos servos da família do sr. Utinga! Faz subir o rubor às faces, quando se vê um velho analfabeto e uma família de analfabetos, dirigidos e aconselhados por uma velha raposa, reunindo em si toda a força da freguesia, e impondo-se a ela pelos meios mais infames e vergonhosos da violência, da fraude e da corrupção!"

O escritor creditava o poder de Utinga, em parte, a seu amigo,
José Bento da Cunha e Figueiredo, ex-presidente provincial (1853-56)
porque "os lugares de comando da guarda nacional, os de delegado de
polícia e seus suplentes, os de subdelegados dos diversos distritos e
seus suplentes, os de suplentes do juizo municipal, os de juiz de paz, os
de presidente e vereadores da câmara municipal, tudo passou a ser
monopolizado pela família do feliz compadre daquele presidente".[31]

Em um tom ainda mais áspero, famoso intelectual residente em
Escada, Tobias Barreto de Menezes escalpeava a "*açucarocracia* uma
nobreza *feita à mão*, pela maior parte estúpida, pretenciosa, e ainda
pior que a clerezia, pois que esta, ao menos, não manda açoitar os ci-
dadãos nem prendê-los no tronco dos engenhos" e lastimava que o
centro de gravidade política das plantações fizesse da cidade de Escada
"uma filial de suas fazendas" e de seus habitantes "viajantes, que se
reuniam à noite em uma mesma casa de rancho".[32]

Esta classe média participou ativamente da campanha abolicio-
nista das décadas de 1870 e 1880, tendo apoiado uma iniciativa anun-
ciada pelo Partido Liberal em seu programa de 1869. Porém, a campa-
nha abolicionista não ameaçou a hegemonia dos fazendeiros porque,
naquela época – como será demonstrado nos capítulos seguintes – eles
já haviam introduzido o trabalho livre.[33]

Os comerciantes de Recife se afastaram da luta política dos
senhores de engenho. "Um povo não vive de política; ser liberal ou
conservador não importa ao regime econômico e social do país, cuja
marcha depende mais da prosperidade comercial e agrícola dos mu-
nicípios do que das *meditações* dos clubes diretores e dos discursos dos
tributos." Esta mentalidade abstencionista de orientação empresarial
provavelmente se desenvolveu a partir de uma identidade de interes-
ses: os maiores comerciantes eram, eles próprios, exportadores e im-
portadores de açúcar cujos melhores clientes eram os senhores de en-
genho. Muitos dos comerciantes, além disto, eram estrangeiros que
não queriam antagonizar o país que os recebera: durante a Revolução
Praieira, por exemplo, 46 dos 77 maiores comerciantes de Recife eram
estrangeiros, na maior parte ingleses e portugueses.[34]

A principal mudança política do fim do século XIX – a queda da
Monarquia e o advento da República, em 1889 – não abalou a suprema-
cia dos senhores de engenho. Eles se congratularam com o regime re-

publicano em parte por estarem desgostosos com o governo imperial, que libertara seus escravos sem pagar indenizações, e ainda, possivelmente, por medo de que a influência abolicionista do Império levasse à reforma agrária. A escassa classe média participou do movimento republicano, mas os agricultores de cana mantiveram o controle da política local e puderam persuadir os primeiros governos estaduais a subsidiarem a modernização.[35]

Embora os interesses açucareiros dominassem a economia, muitos sentiam crescente necessidade de criar associações de classe para defender tais interesses, pelo fim do primeiro quarto do século XIX. Tal necessidade desenvolveu-se em parte de considerações exclusivamente práticas, como a da utilidade de organizar o comércio do açúcar e de levantar dados estatísticos, mas também procedeu de uma crescente consciência, provocada pela crise de exportação, de que a indústria necessitava de melhorias tecnológicas para permanecer competitiva. A Associação Commercial Agrícola (ACA), fundada em Recife em 1836, foi a mais antiga das organizações dos comerciantes da província. Este grupo compreendia armazenadores de açúcar, exportadores e correspondentes; e sua mais importante função era agir como uma bolsa de açúcar, onde os preços eram registrados e realizadas as vendas. Os negociantes portugueses dominavam as diretorias da ACA. A Associação Commercial Beneficente de Pernambuco (ACBP), fundada em Recife em 1839, representava o comércio em geral. Seus relatórios anuais reclamavam a abolição dos tributos interprovinciais, reduções dos direitos de importação e de exportação e indenização pela abolição da escravatura, tendo também resumos dos mercados do açúcar e do algodão. Os negociantes portugueses também dominavam a ACBP, com alguns poucos ingleses ocupando ocasionalmente a presidência.[36]

O Instituto Imperial de Agricultura de Pernambuco (IIPA), primeira organização provincial diretamente ligada à agricultura, foi fundado em 1860, um ano após a visita de Pedro II a Pernambuco.[37] A despeito de subsídios imperiais e provinciais para as atividades educativas e experimentais, o IIPA definhou: o presidente provincial de 1869 deplorou que "o desalento se apoderou dessa instituição" e outra autoridade acusou:

> "a inércia da ineptidão vaidosa de gente que só desperta ao aceno de uma condecoração ou de um título; só se agita quando se trata de suplentes de juizes municipais, de cargos de polícia e postos da guarda nacional; só se afervora por criações de comarcas, divisões e desmembramentos de freguesias com vistas puramente eleitorais, sem atenção à comodidade dos povos e a despeito do senso comum; a inércia, digo, da ineptidão presumida que reluta para que não lhe ofusquem o dúbio clarão, tem sido mais poderosa do que a vontade do fundador de tais institutos."[38]

A Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (SAAP), fundada em Recife em 1872, foi a segunda e a mais duradoura organização agrícola. O artigo 2º dos estatutos da SAAP esclarecia seu objetivo:

> "Auxiliar direto à introdução de melhoramentos industriais, pertinentes a nossa indústria agrícola... Habilitar-se perante os poderes competentes, para ensaiar e efetuar operações, próprias de associações de crédito agrícola de mutuários. Cuidar dos interesses propriamente agrícolas perante os poderes do Estado da Província pelos meios legais a seu alcance, evitando porém escrupulosamente qualquer tutela do governo, além da legal, por mais benéfica e paternal que esta seja, para que só e sempre a Sociedade se confie em seus próprios recursos... Auxiliar moralmente a seus membros nos seus cometimentos individuais ou empreendidos por conta deles próprios, que a Sociedade julgar dignos desse favor e forem concernentes a melhoramentos agrícolas quer do fabrico de nossos produtos, quer da grande e pequena lavoura, quer das vias de comunicação e meios de transporte, ou digam respeito à introdução dos braços livres e de animais do país".

A SAAP também desempenharia muitas das funções do moribundo IIPA, como as de manter uma biblioteca e um museu, publicar uma revista, realizar divulgação mensal de preços e produtos e levantar dados estatísticos. Para financiar tais atividades a SAAP cobraria dos fazendeiros que se beneficiassem individualmente com suas atividades, arrecadaria taxa, venderia suas publicações e entradas em suas bibliotecas e exposições e receberia contribuições. Os cultivadores de cana dominavam a SAAP. Oito das nove famílias oligarcas de Escada participaram dela desde sua instalação e tanto o presidente da assembléia geral como o do conselho administrativo eram, invariavelmente, poderosos senhores de engenho. Alguns comerciantes estrangeiros do ramo do açúcar também se integraram na SAAP.[39]

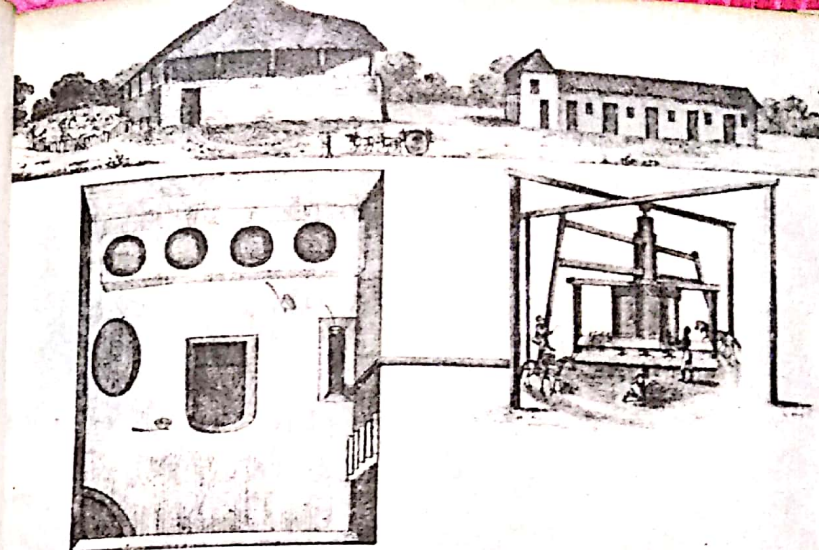
Por último, o movimento do sindicato agrícola promovido no Primeiro Congresso Agrícola Nacional (1901) conduziu à organização – em 1905 – do Syndicato Agricola Regional de Gamelleira, Amarají, Bonito e Escada; e, em 1906, à União dos Syndicatos Agricolas de Per-

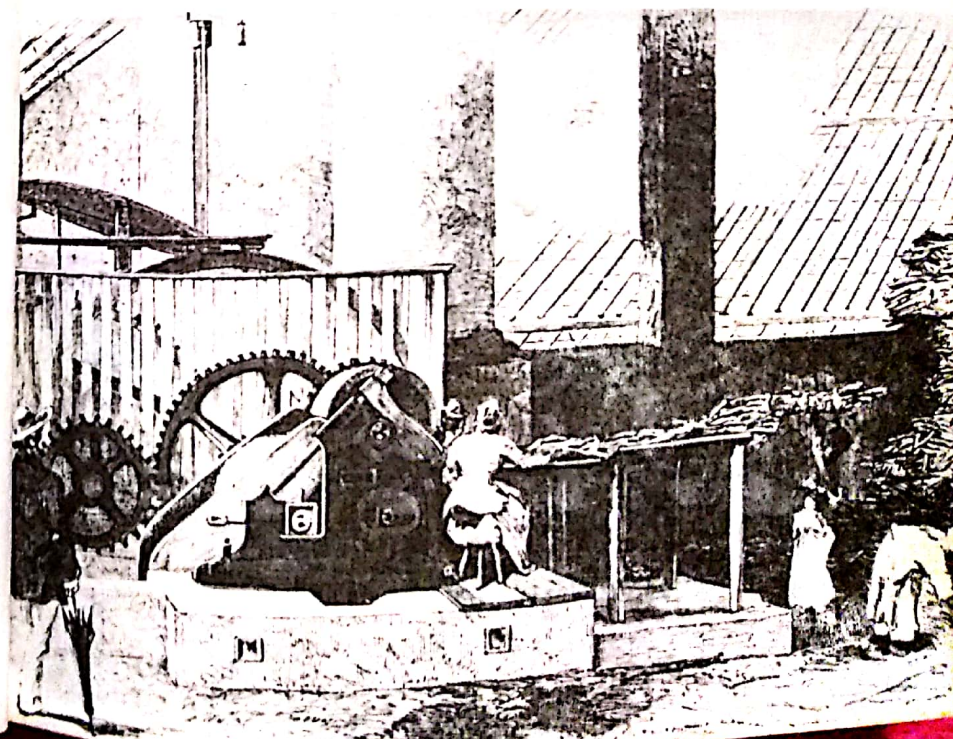
nambuco (USAP). A USAP se propôs a fundar escolas agrícolas e um laboratório, a publicar um boletim técnico e estatístico, a funcionar como grupo de pressão em problemas de transportes, a agir como agente comprador e vendedor, a distribuir sementes e a promover cooperativas de crédito.[40]

Estas diferentes organizações de classe, lideradas por pessoas simpáticas aos interesses açucareiros, articulavam as reivindicações mais prementes deste setor. Seus debates, travados em reuniões periódicas, em publicações regulares e em congressos especiais, convocados para examinarem problemas especiais, atendiam a duplo propósito. Trocavam pontos de vista e informavam-se reciprocamente sobre acontecimentos de importância, além de atuarem como grupo de pressão junto ao governo local e nacional, na qualidade de representantes dos interesses comerciais e agrícolas de Pernambuco.

Uma decidida consciência regional surgiu como um produto destas atividades associativas. Quando o ministro da Agricultura João Lins Vieira Cansasão de Sinimbú, um alagoano, convocou um congresso agrícola no Rio, em julho de 1878, somente convidando as províncias do Centro-Sul, os agricultores nordestinos ficaram furiosos. A SAAP logo convocou o Congresso Agrícola do Recife, em outubro de 1878. Este congresso, o primeiro do gênero na região, reuniu 288 senhores de engenho e comerciantes, a maioria de Pernambuco, sendo representados o Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Piauí – que se reuniram por uma semana para discutir, principalmente, os problemas do açúcar.

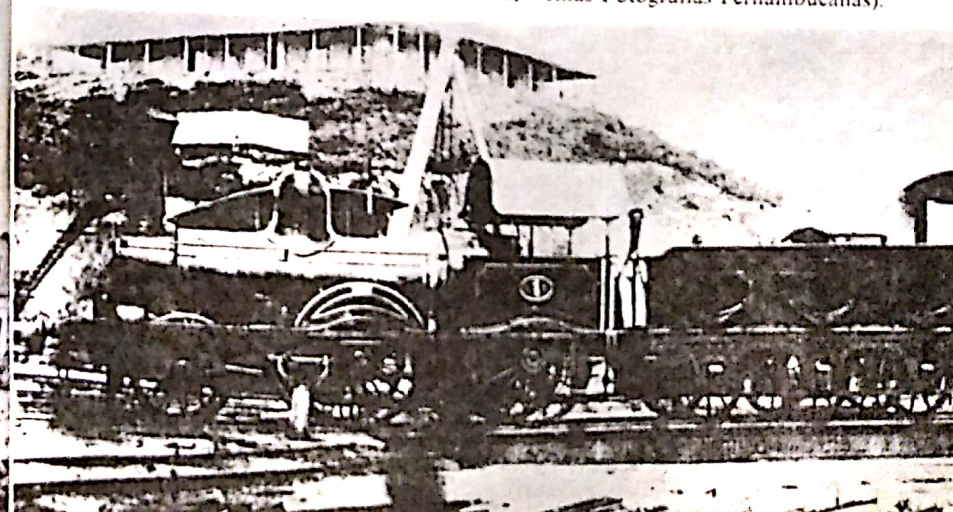
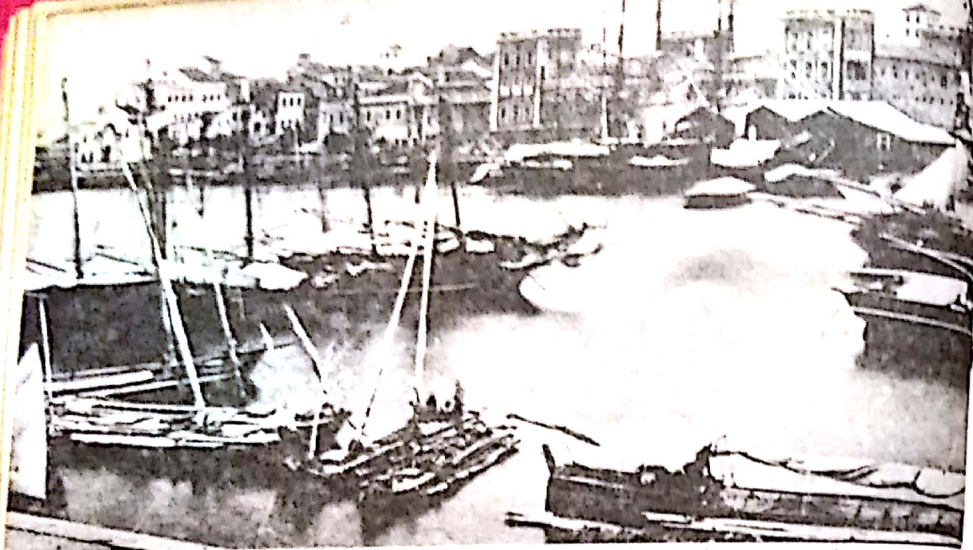
O Congresso ouviu algumas das mais antigas recriminações nordestinas contra as províncias cafeeiras do Centro-Sul. Especialmente, os nordestinos criticaram o Banco do Brasil, o poderoso banco emissor do governo, que emprestara 25 mil contos às províncias Centro-Sulinas do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, na década de 1870. Os fazendeiros pernambucanos reagiram acremente a esta discriminação imperial, declarando em pleno congresso: "Lá na corte, todas as deferências; aqui, em Pernambuco, atiram nos benefícios como se atira ao chão rações a cães famintos e que há tempos ladram".[41] Outros chamaram a atenção para as diferenças de padrão de vida entre o Nordeste e o Centro-Sul. Um importante homem do comércio queixou-se:

> "Ali apenas se vê a decência, e se gasta o indispensável: ali não se conhece o que sejam suntuosos bailes, o luxo demasiado e os desperdícios das cidades; ali não se vêem suntuosos palacetes, importantes parques, lindos jardins; talvez mesmo muitos custem a compreender como da cultura da

1. Engenho da Torre: exterior, caldeira e moendas verticais movidas a cavalo. Localizado num subúrbio de Recife. (*James Henderson*, A History of Brazil, *Londres, 1821*)

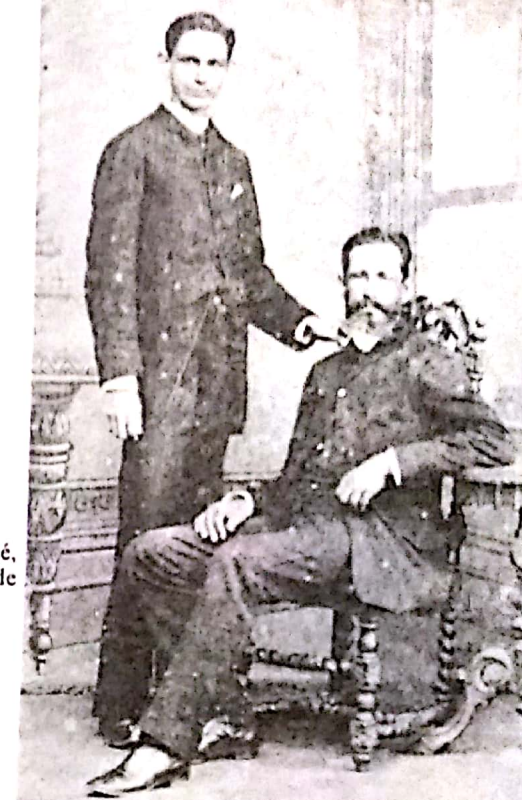
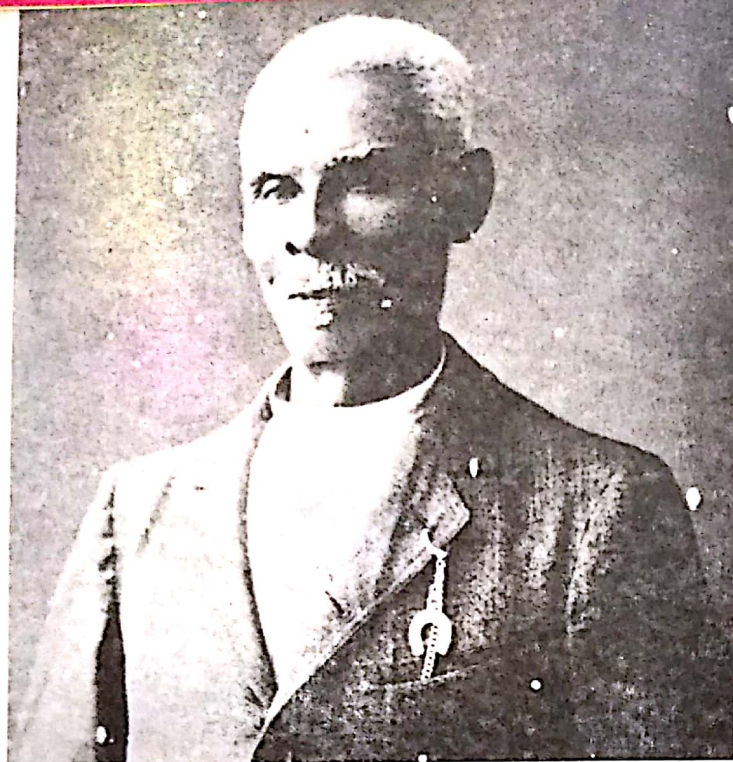
2. Interior do Engenho Carauna, Jaboatão, mostrando a moenda horizontal patenteada por De Mornay em 1851. (*William Hadfield*, Brazil, the River Plate and the Falkland Islands, *Londres, 1854*)

3. Henrique Marques Lins, chefe da família mais rica da oligarquia açucareira de Escada. (*Museu do Açúcar*)

4. Usina União e Indústria em Escada. Vista durante a primeira colheita, 1895-1896, mostrando vagões ferroviários descarregando cana. (*Arquivo da Usina*)

5. Antonia Francisca da Silveira Lins, primeira mulher de Henrique Marques Lins. (*Museu do Açúcar*).

6. A primeira locomotiva em Pernambuco, da Recife and San Francisco Railway, depois de 1857. (*Gilberto Ferrez*, Velhas Fotografias Pernambucanas).

7. A baía interna de Recife, 1862, mostrando canoas a vela, barcos costeiros e navios de alto bordo (*Bancroft Library, University of California, Berkeley*).

8. João Félix dos Santos e suas filhas, Luíza (esq.) e Mágina (dir.). (*Museu do Açúcar*).

9. José Pereira de Araújo e seu filho, José, duas gerações de oligarcas do açúcar de Escada. (*Museu do Açúcar*).

10. Mapa de Escada e arredores, 1910. Os nomes em grifo indicam os principais engenhos e usinas. (Sebastião de Vasconcellos Galvão).

11. O escravo Belisário, do Engenho Cachoeirinha, em Vitória de Santo Antão, cujo dono era o plantador progressista Manoel Cavalcante de Albuquerque. Esse escravo "foi alforriado muitos anos antes da abolição. Desfrutava de toda a confiança da família e nunca deixou a propriedade". (*Museu do Açúcar*)

12. Residência do proprietário do Engenho Matapiruma. Primeira moenda construída por Henrique Marques Lins em Escada. Os prédios vistos ao fundo foram provavelmente as primeiras senzalas. (*Museu do Açúcar*).

13. Moendas do Engenho Matapiruma. (*Museu do Açúcar*).

14. Lavadeira escrava no Engenho Guararapes em Jaboatão. (*Museu do Açúcar*).

15. O salão do Engenho Morenos, propriedade da família Souza Leão, em Jaboatão. (*Museu do Açúcar*).

16. Mônica, a mucama. Esse tipo de quadro, de escrava com criança, era muito comum em álbuns de família no século dezenove. (*Museu do Açúcar*)

cana se possa gozar d'uma vida tão repleta de prazeres, tão cheia de delícias, de tantas comodidades, rodeada de tanto luxo, como a dos felizes agricultores de Quissaman, do Rio de Janeiro, um verdadeiro paraíso terrestre, conforme as belas descrições dos jornais."[42]

E um porta-voz dos senhores de engenho esmerou-se neste tema:

"Assim, enquanto o fazendeiro daquelas províncias, protegido pelo Estado, com as vantagens do crédito, goza de todo o conforto, e ostentando asiático luxo, percorre suas plantações reclinado em cômodos *trolls*, rodando em boas estradas, e sólidas pontes, nós agricultores do Norte somos, salvas as exceções, obrigados a restringir-nos à mais parca subsistência, e a feitorizar nossas plantações montados em magros quartãos ou cabeçudos burros, atravessando rios a vão, estradas, atoleiros e camaleões, íngremes ladeiras e medonhos despenhadeiros, e o que mais é, no fim de cada ano em vez de saldo em mão de correspondente, a maioria de nossos colegas agricultores lhes fica devendo importantes somas, principalmente quando os preços do mercado são, como atualmente, tão minguados que a receita não chega para a despesa, agravada pela acumulação dos juros de 1 1/2 senão de 2 por cento".[43]

Dez anos mais tarde, quando o senador pernambucano João Alfredo Corrêa de Oliveira Andrade tornou-se presidente do Conselho de Ministros do Império, a 10 de março de 1888, a imprensa da oposição de Recife criticou seu fracasso em agir com presteza:

"A promessa de procurar intermediários para as províncias do norte é um escárneo pungente, é o ludibrio lançado a essa lavoura do norte... O governo quer reduzir o norte à miséria".

"Desenganam-se todos. O Sr. Conselheiro João Alfredo não deu, não dá e não dará à lavoura do norte do império os auxílios iguais aos que deu à lavoura do sul".[44]

Mesmo depois de Pernambuco ter recebido subsídios governamentais a imprensa insistiu:

"A que deve em grande parte o estado de São Paulo a sua expansão econômica? À grande corrente imigratória que substituiu o braço escravo e preencheu com excesso os quadros dos trabalhadores rurais desfalcados pela abolição do elemento servil. Para essa torrente imigratória, quem concorreu com largos subsídios senão o governo central?

Não eram as verbas destinadas à imigração despendidas em sua maior parte com o estado de S. Paulo? No sistema de auxílios à lavoura criado pelo Sr. João Alfredo, desenvolvido pelo Visconde de Ouro Preto e mantido pelo Sr. Rui Barbosa, não foi a São Paulo que coube a maior parte desses auxílios? Entretanto, éramos nós, que vivíamos à custa da união brasileira, apesar de sermos os mais necessitados."[45]

O primeiro decênio da República testemunhou os maciços empréstimos estaduais para construir usinas, mas esta ajuda só em parte transformou os clamores do ciúme regional do fim do Império. Ela não alterou a situação desfavorável do açúcar nos mercados internacionais, e a prosperidade do café anualmente ampliava a diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul. A oligarquia açucareira encontrou-se em frustradora contradição. Em Pernambuco, seu poder, baseado no controle da terra, era indisputado. Mas fora do estado a rude concorrência nos mercados mundiais de açúcar e a próspera economia cafeeira do Centro-Sul reduzia sua força. Embora a indústria se tivesse modernizado e ainda dominasse Pernambuco, na perspectiva nacional sua importância decrescera.

Notas

1. José Bernardo Fernandes Gama, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, 2 vols. (Pernambuco, 1844), Tomo I, v. I, p. 3. Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, *Ensaio sobre a Statística Civil e Política da Província de Pernambuco* (Recife, 1852), p. 1. Estes observadores de meados do século XIX calculavam a área total entre 42 e 44 léguas de costa por 185 a 190 léguas de este a oeste. Fazendo a média destas estimativas toscas chega-se à área total de 107.376 quilômetros quadrados. O Estado de Pernambuco do século XX compreende um território de 99.254 quilômetros quadrados. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento Estadual de Estatística, *Anuário de Estatística*, ano XII (Recife, 1946), p. 16.

2. No fim do século XIX, Henrique Augusto Milet calculava que a zona da mata cobrisse 15.020 quilômetros quadrados. "A Colonisação", *Diário de Pernambuco*, 17 de maio de 1888. Gileno Dé Carli calculou em 14.421 Km², em *Aspectos Açucareiros de Pernambuco*, p. 45. Rachael Caldas Lins e Gilberto Osório de Andrade preferem a cifra de 12 mil Km², *As Grandes Divisões da Zona da Mata Pernambucana* (Recife, 1964), p. 15, e J. M. da Rosa e Silva Neto fixou-se na cifra de 18.681 km² em sua *Contribuição ao Estudo da Zona da Mata em Pernambuco* (Recife, 1966), p. 16. Nossa cifra de 15 mil é a média aproximada das estimativas máxima e mínima.

3. Esta análise vem de Caldas Lins e Osório de Andrade, *As Grandes Divisões*, *passim*. Outros estudiosos dividem a zona da mata em apenas duas regiões: seca e úmida – Manoel Correia de Andrade, *A Terra e o Homem do Nordeste*, 2ª edição (São Paulo, 1964), pp. 10-12 – e marítima e continental, como Vasconcelos Sobrinho, *As Regiões Naturais de Pernambuco, O Meio e a Civilização* (Rio de Janeiro, 1949), p. 31 e seguintes. Galloway estudou duas regiões em termos de solo e de topografia, em "The Sugar Industry of Pernambuco During the Nineteenth Century", *Annals of the Association of the American Geographers*, v. LVIII, nº 2 (Junho de 1968), pp. 288-290.

4. Gilberto Freyre, *Nordeste, Aspectos da Influência da Canna sôbre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*, 4ª edição (Rio de Janeiro, 1967), pp. 6-8. Caldas Lins e Osório de Andrade objetam que os solos cristalinos são tanto de aluvião quanto coluviais – isto é, solos depositados pelos rios e solos erodidos das encostas dos montes – e, portanto, o termo massapê não indica qualquer solo especial. *As Grandes Divisões*, p. 13.

5. O volume das exportações de algodão pernambucano elevou-se da média anual de 1.707 toneladas métricas (1856-60) para 14.405 (1861-65) e 17.197 (1866-70), caindo para 13.277 em 1871-74. *Relatório... ACBP... 25 de agosto de 1862; ibid., 8 de agosto de 1878; Informações sobre o Estado da Lavoura*, p. 162. Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, pp. 111-112. Antônio Barros de Castro, *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*, 2 vols. (Rio de Janeiro, 1971) destaca que embora o custo da implantação fosse elevado, o custo das despesas gerais correspondentes a uma implantação eram tão baixos que depois de estabelecidos o senhor de engenho podia "atravessar longos e profundos períodos de estagnação sem jamais defrontar-se com situações efetivamente críticas", v. 2, pp. 24-25. Ver também Canabrava, "A Grande Propriedade Rural", p. 216.

6. *Relatório... Victor de Oliveira... 9 de março de 1852*, p. 27. Mathieson, *Great Britain and the Slave Trade*, p. 92. *Relatório com que o Excellentíssimo Senhor Conselheiro José Antônio Saraiva abrio a sessão ordinária da Assembléa Legislativa desta Província no Primeiro do Março de 1859*, p. 3.

7. Recife and San Francisco Pernambuco Railway Company (Ltd.), *Report of the Proceedings at the Thirty-First Half-Yearly Ordinary General Meetings of the Shareholders... December 13, 1871*, p. 3. *Idem, Report... Forty-Eighth Half-Yearly Ordinary General Meeting ... October 7, 1879*, p. 2.

8. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial em o 1º de março de 1864 pelo Exm. Sr. Dr. Domingos de Souza Leão vice-presidente de Pernambuco*, p. 24. Esta fonte estimava o rendimento açúcar/cana em 4, 5 e 6 por cento. Peres e Peres, *A Indústria Assucareira em Pernambuco*, p. 83, cita um engenheiro francês do século XIX, então em Pernambuco, que tomava 4% como limite máximo. Para dados relativos à produção ver o Quadro 5. As mais antigas estimativas de rendimento agrícola em Pernambuco do fim do século XIX e início do século XX mencionam 60 toneladas por hectare, com a maior freqüência. Raffard, *O Centro da Indústria*, p. 112. Walle, *Au Brésil du Rio São Francisco à l'Amazone*, p. 164. Manoel Antônio dos Santos Dias Filho, "Indústria Assucareira", *Boletim do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio* (Rio de Janeiro) Anno I, nº 5 (1913), p. 60. A Diretoria Geral de Estatística, *Indústria Assucareira, Usinas, e Engenhos Centraes*, p. 3, calculou um rendimento de 40 toneladas por hectare. Aceitamos a última cifra porque tende a aumentar nossa estimativa de terra cultivada e, assim, trabalha contra nossa hipótese, que apesar disto permanece de pé. Considerando 60 toneladas por hectare teríamos uma proporção ainda menor de terra utilizada. Tollenare, *Notas Dominicais*, p. 72. Comparar com Dé Carli, *O Processo Histórico da Usina*, pp. 60-61, que considerou serem necessárias, 74% das terras de cana para pastagens e reservas florestais. Dé Carli também sugere a fração em alqueive. Não incluí no meu cálculo a área destinada a mata.

9. *Relatório... 1854... José Bento da Cunha e Figueiredo*, Tabela.

10. Caldas Lins e Osório de Andrade, *As Grandes Divisões*, p. 15. Pressupondo-se que a terra não aproveitável para a cana pudesse servir para pastagens ou produção alimentícia, a percentagem das terras de cana cairia ainda mais. Comparem-se dois observadores do início do século XIX: Tollenare, que calculou que um agricultor usava somente 8,6% de sua terra e Henry Koster que observou que "uma propriedade contém geralmente muito mais terras do que o dono possa gerir ou trabalhar". *Notas Dominicais*, pp. 71-72. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 440. Ver também Dé Carli, que conclui que 73,2% de todas as propriedades canavieiras eram aproveitadas na safra de 1929-30, *O Processo Histórico da Usina*, pp. 59, 61.

11. Galloway, "The Sugar Industry of Pernambuco", p. 291. Souza Leão Pinto, *Cana-de-açúcar*, p. 22. Os 532 engenhos referidos em 1854 produziam a média de 178 toneladas de açúcar por safra ou cerca de 1,3 toneladas diárias. Tal volume de açúcar exigia a moagem de 22,6 toneladas de cana por dia, pressupondo-se o rendimento de 5% açúcar/cana. *Relatório... 1854... José Bento da Cunha e Figueiredo*, tabela. O relatório de 1857 refere-se a 1.106 engenhos e dá a média de 71 toneladas por safra, ou meia tonelada de açúcar por 10 toneladas de cana ao dia. *Relatório.. 1857... Sérgio Teixeira de Macedo*, pp. 75-77. Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 427 e Tollenare, *Notas Dominicais*, p. 78, dão os meses da colheita.

12. Ver André Gunder Frank, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil* (New York, 1967), pp. 258-259. Celso Furtado, *Formação Econômica da América Latina*, 2ª edição (Rio de Janeiro, 1970), p. 323.

13. "O dr. José Antônio de Figueiredo ao público, XVI, XVII", *A Província*, 28 e 30 de janeiro de 1875; "Collaboração Breves Considerações sobre a agricultura no Brasil", *Diário de Pernambuco*, 2 de maio de 1876; SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, pp. 217, 221.

14. Tais características eram uma população média entre 10 mil e 30 mil habitantes, entre 1910 e 1930; número equivalente de proprietários, arrendatários e propriedades classificadas em seis categorias (pelo tamanho) em 1920; e três ou mais usinas maiores até 1929. Diretoria Geral de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil*, Anno I(1908-1912) v. 1, *Território e População* (Rio de Janeiro, 1937). *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*, v. III, parte 1, "Agricultura". Instituto Nacional de Estatísticas, *Anuário Estatístico do Brasil*, Ano III-1937 (Rio de Janeiro, 1937). Directoria Geral de Estatística, *Relação dos proprietários dos Estabelecimentos Rurais Recenseados no Estado de Pernambuco* (Rio de Janeiro, 1925). Gonçalves e Silva, *O Assucar e o Algodão. Annuário Estatístico de Pernambuco*, Ano IV (1930), todos *passim*.

15. Samuel Carneiro Rodrigues Campello, *Escada e Joboatão: Memória apresentada ao VI Congresso de Geographia Brasileiro* (Recife, 1919), pp. 3-5. F. A. Pereira da Costa, "Origens históricas do Município de Escada", *A Escada*, 17 de abril de 1904.

16. As áreas totais de Escada e Amarají, que se tornou município independente em 1889, somavam 623 quilômetros quadrados. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento Estadual de Estatística, *Anuário Estatístico*, ano XI (1942). Melo, *Síntese Cronológica*, p. 111. Citações de Campello, *Escada e Joboatão*, pp. 5-6, e Figueira de Mello, *Ensaio sobre a Statística*, p. 9.

17. Vasconcellos, *Almanack...1854, 1860, 1861*. APE, Registro de Terras Públicas, v. V (1858-59), v. VII (1858-78). *Ibid.*, Registro de Legitimação de Posse de Terras (1872-75), têm os levantamentos de terras. *Ibid.*, Coleção Camaras Municipaes, 1857

18. Pernambuco, Biblioteca Pública, *Documentação Histórica Pernambucana, Sesmarias*, 3 vols. (Recife, 1959), v. IV, p. 36. O Volume III ainda não foi editado. As sesmarias foram formalmente suspensas em 1822. Costa Porto, *Estudo sobre o Sistema Sesmarial*, p. 172. Guilherme Auler, *Os Utinga, Filhos, Netos e Bisnetos do Senhor do Engenho Matapiruma* (Recife, 1963), pp. 12-19.

19. Fugi à tentação de estabelecer parentescos mediante a análise dos sobrenomes. Normalmente, a criança recebia o último sobrenome materno seguido do último sobrenome paterno. Assim, a mãe de Davino dos Santos Pontual, provavelmente, era uma Santos e seu pai um Pontual. Para desgraça dos genealogistas amadores, entretanto, esta praxe era seguidamente ignorada e a limitada variedade de sobrenomes permitia que indivíduos igualmente denominados não fossem parentes uns dos outros. Assim, por exemplo, embora cinco indivíduos chamados Ferreira (sobrenome paterno) possuíssem o total de onze engenhos, nenhum deles usava um sobrenome materno comum e não podemos presumir parentesco. Pelo casamento, além disto, a mulher escolhia qual o sobrenome que havia de adotar, conforme critérios estéticos, sentimentais e práticos. Minhas referências de parentesco, quando não são óbvias, procedem de Auler, que consultou registros familiares. Os mais remotos ancestrais dos Lins chegaram ao Brasil nos séculos XVI e XVII. Henrique Oscar Wiederspahn, "Dos Lins de Ulm e Augsburgo aos Lins de Pernambuco", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. XLVI (1961), pp. 7-98; consultar também Carlos Xavier Paes Barreto, "A estirpe dos Lins", *ibid.*, pp. 209-215.

20. Listas de engenhos e de seus proprietários podem ser encontradas em: Vasconcelos, *Almanack...1860, 1861, 1862;* Amaral, *Almanack...1869, 1870, 1872, 1873, 1876, 1881, 1884, 1885, 1886;* Veríssimo de Toledo, *Almanack...1893, 1894, 1895;* Pires Ferreira, *Almanack...1900, 1902;* e no *Annuário Commercial Pernambuco, Parahyba, Alagoas, Bahia, 1902-03* (Recife, 1903). Omissões óbvias em tais listas impedem a especificação das transferências de propriedade, que podem ter chegado a uns 30 engenhos comprados pela oligarquia e outros tantos cedidos a agricultores não oligarcas.

21. As listas dos oficiais são encontradas nos *Almanacks* editados por Vasconcellos, Amaral e Veríssimo de Toledo, 1860-95.

22. Neto Campello, *História Parlamentar de Pernambuco* (Recife, 1923), pp. 11-151. Fora de Pernambuco os senhores de engenho apareciam com menor freqüência nas relações de autoridades e seu comportamento era menos diretamente determinado pelo estrito interesse pessoal. Entretanto, os agricultores de Escada mandavam políticos ao Rio de Janeiro, onde se integravam no governo. Uma relação de tais homens públicos, seus postos e mandatos, há em Peter L. Eisenberg, "The Sugar Industry of Pernambuco, 1850-1889", tese de doutorado na Columbia University (Nova York, 1969), pp. 94-95; e Dunshee de Abrantes, *Governos e Congressos da República 1889-1917*, 2 vols. (Rio de Janeiro, 1918), *passim*.

23. Para um levantamento das diferenças entre Conservadores e Liberais, questão que ainda está aguardando um tratamento profundo, ver João Camillo de Oliveira Torres, *A democracia coroada: teoria política do império do Brasil* (Rio de Janeiro, 1957); *idem*, *Os Construtores do Império, Ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro* (São Paulo, 1968); e Iglésias, "Vida Política, 1848-1888", pp. 9-132.

24. A revolta recebeu tal denominação porque na Rua da Praia os rebeldes publicavam seu principal jornal. Flávio Guerra, *História de Pernambuco*, 2 vols. (Rio de Janeiro, 1966), v. II (*Província e Estado*), p. 35. Amaro Quintas, "O Nordeste 1825-1850", in *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, v. 2, *Dispersão e Unidade*, pp. 226-227. Jerônymo Martiniano Figueira de Mello, *Chrônica da Rebelião Praieira* (Rio de Janeiro, 1850), p. 4, citada por Amaro Quintas, *O Sentido Social da Revolução Praieira* (Rio de Janeiro, 1967), p. 39.

25. Pernambuco, "Revista retrospectiva", *O Progresso*, Tomo I, p. 298. "Colonização do Brasil", *O Progresso*, Tomo II, pp. 634, 637.

26. Oliveira Lima, *Memórias (Estas minhas reminiscências...)* (Rio de Janeiro, 1937), pp. 120-121, defende a presunção do parentesco. Barbosa Lima Sobrinho (Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho), *A Revolução Praieira* (Recife, 1949), p. 30. Edison Carneiro relaciona dez senhores de engenho entre os principais participantes, em sua *A Insurreição Praieira (1848-1849)* (Rio de Janeiro, 1960), pp. 175-179.

27. Joaquim Nabuco, *A Província*, 2 de fevereiro de 1898, citado por Quintas, *O Sentido Social*, p. 125. Quintas dá excessiva ênfase, na minha opinião, aos aspectos sociais-revolucionários do movimento.

28. Não foi uma epidemia de cólera, como equivocadamente afirmou Samuel Putnam em sua tradução de: Gilberto Freire's *The Masters and the Slaves (Casa-Grande e Senzala). A Study in the Development of Brazilian Civilization*, 2ª edição revisada (Nova York, 1956), p. xlviv. "A hecatombe de Victoria", *Diário de Pernambuco*, 30 de junho de 1880. *Falla... Franklin Américo de Menezes Doria...1º de março de 1881*, pp. 4-8. Melo, *Síntese Cronológica*, pp. 104-105. Diogo de Melo Menezes e Gilberto Freyre (editores), *O Velho Félix e suas "Memórias de um Cavalcanti"* (Rio de Janeiro, 1959), pp. 58-65. A violência da Hecatombe de Vitória não foi típica: outro senhor de engenho caracterizou a política provincial na Monarquia como pacífica. "As dissenções políticas não separavam as famílias no tempo da Monarquia. As preferências partidárias não prejudicavam as relações pessoais", Júlio Bello, *Memórias de um Senhor de Engenho* (Rio de Janeiro, 1938), p. 194.

29. Rui Facó, *Cangaceiros e Fanáticos*, 2ª edição (Rio de Janeiro, 1965); Amaury de Souza, "The Cangaço and the Politics of Violence in Northeast Brazil", in Ronald H. Chilcote (editor), *Protest and Resistence in Angola and Brazil. Comparative Studies* (Berkeley e Los Angeles. 1972), pp. 110-131. Ralph della Cava, *Miracle at Joazeiro* (Nova

York, 1970); E. J. Hobsbawm, *Bandidos*, trad. de D. M. Garschagen (Rio de Janeiro, 1975).

30. "Usina Santa Philonila", *Diário de Pernambuco*, 11-18 de outubro de 1899. "Odisséa de um bandido", *Jornal do Recife*, 2 de dezembro de 1914. "O cangaceiro Balisa", *Diário de Pernambuco*, 23 de agosto de 1906. "Antônio Silvino. No Pilar, notas minuciosas", *ibid.*, 5 de março de 1907. "Guerra aos bandidos", *Pernambuco* (Recife), 26 de fevereiro de 1909. Francisco Alves das Chagas Baptista, "A Política de Antônio Silvino"; Francisco Alves Martins, "Antônio Silvino e o Negro Currupião"; Luiz de Lira, "As Bravuras de Antônio Silvino em honra de um velho amigo"; e Manoel Camilo, "O Grande e Verdadeiro Romance de Antônio Silvino", são alguns dos folhetos de exaltação às virtudes de Silvino. Mario Souto Maior, *Antônio Silvino, Capitão de Trabuco*, (Rio de Janeiro, 1971), pp. 34, 46, admite que Silvino foi produto de seu ambiente e tinha um senso de moderação. Souto Maior também observa que Luiz da Câmara Cascudo, *Flor dos Romances Trágicos* (Rio de Janeiro, 1966) e os tipos de José Lins do Rego, *Fogo Morto* (Rio de Janeiro, 1943), compartilham tal opinião. Um ponto de vista diverso, baseado nos folhetos, é exposto por Leandro Mota, *Violeiros do Norte*, 3ª edição (Fortaleza, 1962), pp. 240-252.

31. "Prospecto político de Escada", *O Escadense, Periódico Político*, 17 de julho de 1863. Campello, *Escada e Jaboatão*, p. 11.

32. Tobias Barreto de Menezes, "Um discurso em mangas de Camisa", in Hermes Lima, *Tobias Barreto (A época e o Homem)* (São Paulo, 1939), pp. 289, 294, 296-297. Tobias tinha razões pessoais, também, para odiar a "açucarocracia": ele se apaixonara pela filha de um Cavalcanti, que proibira o casamento devido ao fato dele ser mulato. Depois ele se casou com a filha de João Félix dos Santos, o plantador de Escada, e ali viveu durante dez anos na expectativa de um dote e, após, de uma herança jamais recebidos. *Ibid.*, pp. 13, 22-24, 30-31. Omer Mont'alegre, *Tobias Barreto* (Rio de Janeiro, 1939), p. 191. Para uma visão menos crítica da oligarquia, consultar Gilberto Freyre, *Vida Social no Brasil nos meados do Século XIX*, traduzido por Waldemar Valente (Recife, 1964). Este estudo, originalmente a tese de mestrado de Gilberto Freyre na Columbia University, foi primeiro publicado em inglês como "Social Life in Brasil in the Middle of the Nineteenth Century," *Hispanic American Historical Review*, v. V (1922), pp. 597-630.

33. Coriolano de Medeiros, "O Movimento da Abolição no Nordeste", *Livro do Nordeste Commemorativo do Primeiro Centenário do Diário de Pernambuco 1825-1925* (Recife, 1925), p. 93. Haring, *Empire in Brazil*, pp. 96-97.

34. Associação Commercial Beneficente, "O commércio e as eleições", *Diário de Pernambuco*, 26 de fevereiro de 1881. Quintas, *O Sentido Social*, p. 24. Sobre o comércio inglês de Recife, consultar Estevão Pinto, *A Associação Commercial de Pernambuco, Livro Comemorativo de seu centenário (1839-1939)* (Recife, 1940), pp. 12-14; Alfredo J. Watts, "A Colônia inglesa em Pernambuco", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, v. XXXIX (1944), pp. 163-170; Gilberto Freyre, *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sôbre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil* (Rio de Janeiro, 1948). José Antônio Gonçalves de Melo, *Ingleses em Pernambuco* (Recife, 1972), *Passim.* e Graham, *Grã-Bretanha e o Início da Modernização*, p. 80.

35. Richard Graham, "Landowners and the Overthrow of the Empire", *Luso-Brazilian Review*, (Madison, Wisconsin), v. VII, nº 2, (dezembro de 1970), pp. 46-57. Ainda está para ser escrito um estudo do movimento republicano em Pernambuco; O papel da classe média foi sugerido por Nícia Vilela Luz, "O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano", *Revista de História* (São Paulo), ano XV, v. XXVIII (1964), pp. 13-27.

QUADRO 22
POPULAÇÃO DE PERNAMBUCO

Ano	Escravos	Livres	Total	Escravos/Total (%)
1772-82			239.713	
1775			245.000	
1810			274.687	
1814			294.973	
1815			339.778	
1819	97.633	273.832	371.465	35,7
1823	150.000	330.000	480.000	31,3
1829	80.265	208.832	287,140	28,0
1832			550.000	
1839	146.500	473.500	620.000	23,6
1842	146.398	498.526	644.924	22,7
1855	145.000	548.450	693.450	20,9
1872	89.028	752.511	841.539	10,6
1873	106.236			
1882	84.700			
1883	83.835			
1886	80.338			
1887	41.122			

FONTES: *1772-82:* Dauril Alden, "The Population of Brazil in the late Eighteenth Century: A Preliminary Survey", *Hispanic American Historical Review*, v. XLIII, nº 2 (maio de 1963), p. 191.
1775, 1814, 1819: Souza e Silva, "Investigações sôbre os recenseamentos", p. 47.
1810, 1815, 1829, 1839, 1842: Figueira de Mello, *Ensaio sôbre a Statística*, pp. 160, 163, 164, 202, 208. Combinei a proporção dos escravos no total da população registrada em 1839 e 1842 com a população total estimada para tais anos.
1823, 1832: Oliveira Vianna, "Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários", pp. 405, 462.
1855: Cowper a Claredon, Pernambuco, 18 de julho de 1855, in *Parliamentary Papers*, 1856, HCC, v. LXII, *AP*, v. XXX, p. 239.
1872: Recenseamento da população...1872, v. XIII, p. 215.
1873, 1882: Vieira de Souto, citado por Rui Barbosa in Padua, "Um capítulo da História Econômica", p. 163. Devo observar aqui que a cifra de 1873, que representa o número total de escravos inscritos no registro especial criado pela Lei 2.040 de 1871, merece mais confiança do que a de 1872, que representa o número de escravos contados no primeiro censo oficial nacional. Conforme a lei de 1871, os escravos não inscritos no registro especial após um ano da criação deste seriam considerados livres. A diferença entre cifras de 1873 e 1872 representa em grande parte os escravos não enumerados no censo, mas apressadamente registrados pelos proprietários, posteriormente.
1883: "Elemento servil", *Diário de Pernambuco*, 27 de março de 1885.
1886: Relatório com que o Sr. Francisco Augusto Pereira da Costa dá conta ao Exm. Sr. Presidente da Provincia da Commissão de que fora encarregado em 2 de março de 1886, p. 50, citado por Galloway em "The Sugar Industry of Pernambuco", p. 298, dá a cifra de 80.872 para 1886. "População escrava", *Diário de Pernambuco*, 29 de janeiro de 1886, dá a cifra de 79.803 para 1886. Minha cifra é a média destas duas.
1887: Relatório... Agricultura Commercio e Obras Publicas Rodrigo Augusto da Silva (1888), p. 24.

QUADRO 23
IMPORTAÇÕES PERNAMBUCANAS DE ESCRAVOS

Ano	Totais anuais	Período	Totais estimados dos períodos	Médias anuais baseadas nos totais estimados
1804	3.325 [a]	1801-23	130.418	5.670
1805	1.401			
1809	2.494	1801-39	150.000	3.846
1810	1.254			
1812	2.489	1817-43	6.600 [b]	244
1813	3.265			
1815	3.911	1831-43	20.000	1.539
1816	5.499			
1817	5.932	1840-43	12.000	3.000
1818	7.702			
1819	7.802 [c]	1839-50	12.512	1.043
1823	4.824 [a]			
1824	2.683			
1825	2.384			
1847	300			
1849	450			
1850	2.300			
1855	240			

a. As cifras de 1804-1818 e 1823-25 incluem somente escravos angolanos.
b. Compreende apenas escravos contados por funcionários britânicos.
c. Inclui escravos de Benguela.

FONTES:. *Totais anuais. 1804-25:* Edmundo Correia Lopes, *A Escravatura (subsídios para a sua história)* (Lisboa, 1944), pp. 141-142. *1847-50:* Christopher a Palmerston, Pernambuco, 12 de março de 1851, *Parliamentary Papers*, 1852-53, HCC, v. CIII, *AP*, v. XLVII, parte II, p. 379. *1855:* Bethell, *A Abolição do Tráfico de Escravos*, p. 373.

FONTES: *Totais estimados. 1801-23: Rezumo da Importação da Provincia de Pernambuco* (1823) citado por Affonso de Escragnolle Taunay in *História do Café no Brasil*, 15 volumes (Rio de Janeiro, 1939-43), v. 4, *No Brasil Imperial, 1822-72*, Tomo II, p. 228. Vicente Cardoso, *À margem da história do Brasil* (São Paulo, 1933), p. 171, cita Alcides Bezerra, que mostrou o *Rezumo* a Taunay, porém Cardoso declara que só entre 1800 e 1817 foram importados 130 mil escravos. *1801-39:* Mauricio Goulart, *Escravidão Africana no Brasil (Das origens à extinção do tráfico)* (São Paulo, 1949), p. 272. *1817-43:* Philip D. Curtin, *The Atlantic Slave Trade. A Census* (Madison, Wisconsin, 1969), p. 240. *1831-43, 1840-43:* Cowper a Aberdeen, 4 de agosto de 1843, *Parliamentary Papers*, HCC, v. XLIX, *AP*, v. XVIII, pp. 368-369, 383. *1839-50:* Galloway, "The Sugar Industry of Pernambuco", p. 297.

nuante trabalho das lavouras de cana fazia com que os fazendeiros preferissem os mais fortes trabalhadores do sexo masculino; tal preferência desequilibrava a distribuição por sexos, entre os africanos importados, em favor dos homens, com a resultante escassez relativa de mulheres escravas, o que restringia a reprodução (Quadro 24). Segundo: as mulheres escravas tendiam a procriar com freqüência igual à metade da verificada entre as mulheres livres, como é indicado pelas taxas de fertilidade de 1829 e 1842 – esta relativa esterilidade e alta mortalidade infantil foi atribuída, pelos observadores do século XIX, ao cuidado insuficiente com as mulheres grávidas e com os recém-nascidos. Mesmo quando foi posto fim ao tráfico, os escravos não se reproduziam. Os registros de crianças escravas, após 1871, mostram que os nascimentos anuais totalizavam 2.300 ou 30,6 por mil em uma população escrava média de 73.679, entre 1873 e 1887. Como a mortalidade geral jamais baixou de 27 mortes por mil em Recife, normalmente ficando entre 29 e 35 por mil, e como notoriamente a taxa de mortalidade dos escravos era mais elevada do que a verificada entre as pessoas livres, eles devem ter apresentado taxa negativa de crescimento demográfico natural. De fato, os jovens escravos apresentavam altos índices de mortalidade. Das 36.807 crianças nascidas de mães escravas e registradas – entre 1871 e 1887 – 8.545 morreram. O que representa uma espantosa taxa anual de mortalidade de 232 por mil para a faixa etária de zero a 16 anos. Este índice corresponde a mais do que o dobro da mortalidade registrada no grupo de zero a 20 anos, em Recife, entre 1894 e 1904 e está 27% acima do mais alto índice de mortalidade registrado para qualquer grupo etário durante estes onze anos.[4]

Abolição gradual

Enquanto os senhores de engenho puderam depender da importação de novos escravos da África, o problema da insuficiente reprodução natural não foi insolúvel. Assim, o número absoluto de escravos aumentou no início do século XIX, apesar de sua importância em relação ao total da população estar em declínio. A queda proporcional, provavelmente, resultou de interrupções das importações de escravos. Entre 1811 e 1815 as guerras napoleônicas restringiram, efetivamente, o volume, se não o valor, das exportações dos produtos de cana, que caíram 27% abaixo da média do qüinqüênio anterior. No segundo semestre do ano de 1824, a revolta provincial conhecida como "Confederação do Equador" provocou pertubações que reduziram a produção de açúcar, em 1825 e 1826, para a metade do nível de 1824. Assemelhadamente, a longa Cabanada (1832-1836) perturbou tanto o comércio de açúcar que a média de produção de 1831-35 caiu 25% abaixo da ve-

QUADRO 24
ÍNDICES VITAIS DA POPULAÇÃO TOTAL E ESCRAVA DE PERNAMBUCO

Índice	Anos 1829	1842	1872	1887	1890
Proporção dos Sexos (homens/100 mulheres)					
Escravos: Africanos	162	156	138		
Brasileiros	110	110	111		
Total	136	133	112	100	
População Total	104	100	104		96
Fertilidade (crianças com menos de 10 anos por 1000 mulheres de 11-50 anos de idade)					
Escravos	439	640	868		
População Total	756	1.010	866 [a]		
Idade Média					
Escravos	21-30	21-30	21-25	31-40	
População Total	21-30	11-20	26-30 [a]		18-19

a. O censo de 1872 subestimou o número de jovens livres, daí resultando que o índice de fertilidade total ficou abaixo do que devia ser a idade média do total foi exagerado. Este erro também ocorre, comumente, no censo nacional. Ver Eduardo E. Arriaga, *New Life Tables for Latin American Populations in the Nineteenth an Twentieth Centuries* (Berkeley, 1968), pp. 25-26.

FONTES: Figueira de Mello, *Ensaio sôbre a Statística*, pp. 202, 208. *Recenseamento da População...1872*, v. XIII, pp. 214-215, 217. *Relatório apresentado à Assembléa Geral na Terceira sessão da vigéssima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas Rodrigo Augusto da Silva* (Rio de Janeiro, 1888), p. 24. Directoria Geral de Estatística, *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analphabetismo da população recenseada em Dezembro de 1890* (Rio de Janeiro, 1898), pp. 94-99. *Idem, Idades da População Recenseada em 31 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro, 1901), pp. 276-291.

rificada no lustro precedente (Quadro 5). Estas perturbações internas talvez não só diminuiram a produção como – restringindo a demanda de fatores de produção – reduziram a importação de escravos. Como a população livre continuou a desenvolver-se naturalmente, apesar das mortes causadas pelas lutas, a proporção de escravos declinou.[5]

E quando foi extinto completamente o fornecimento de escravos africanos, entretanto, o declínio proporcional acelerou-se e o número

absoluto de escravos passou a cair. Já em 7 de novembro de 1831 o governo brasileiro determinara a libertação de todos os escravos que daí por diante entrassem no país. Por numerosos motivos, entretanto, a lei de 1831 permaneceu desrespeitada e os pernambucanos continuaram a importar escravos africanos, ainda que em número reduzido. Em 1845, tendo em vista ampliar o mercado exterior e ao mesmo tempo movido por ideais humanitários, o Parlamento inglês aprovou o *Bill Aberdeen* que autorizou os tribunais britânicos a julgarem os traficantes brasileiros de escravos capturados pela marinha inglesa. A esta nova ameaça os brasileiros reagiram incrementando a importação de escravos, ao que se afirma, em patriótico ressentimento contra a interferência inglesa e em resposta à crescente demanda estrangeira de café e açúcar.[6]

Porém esta atitude desafiadora não perdurou. Para preservar a honra nacional contra o não retribuível insulto dos navios de guerra britânicos, que entraram nas baías brasileiras para aprisionar traficantes de escravos, o imperador do Brasil aprovou a Lei nº 581, também conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, a 4 de setembro de 1850 que, juntamente com sua regulamentação, estipulava penas para os infratores da antiga lei de 1831. Implicitamente apoiada pela marinha inglesa, a Lei nº 581 conseguiu ser obedecida por todos.[7]

A abolição efetiva do tráfico internacional de escravos deu início ao processo gradual da abolição ao impedir a renovação de metade da força de trabalho escrava. A limitação da oferta causou a triplicação dos preços nominais dos escravos em Pernambuco, pelo ano de 1860 (Quadro 25).

Parte desta elevação pode ser atribuída à inflação do final do decênio de 1850, resultante das emissões crescentes lançadas por bancos fundados com capitais oriundos do tráfico de escravos. Mas, ainda em termos dos preços de 1852, o valor dos escravos subiu cerca de 50% nos anos da década de 1860 e quase dobrou na seguinte. Na cafeicultura do Rio de Janeiro, os preços nominais dos escravos subiram ainda mais e alcançaram o auge no final do decênio de 1870, a um nível quatro vezes maior do que o verificado no início da década de 1850. A maior rentabilidade do setor cafeeiro, permitiu que os cafeicultores suplantassem a oferta dos senhores de engenho no que se refere a escravos, e depois de 1850 Pernambuco começou a exportar escravos para o Sul.[8]

O tráfico interprovincial de escravos floresceu durante três décadas – de 1850 a 1880. Os cultivadores de cana vendiam seus escravos em pequenos lotes, cada ano, para cobrir os débitos com seus agentes de Recife, e 760 escravos saíram em média por ano, legalmente, da

QUADRO 25

PREÇOS DO ESCRAVO EM PERNAMBUCO 1852-1887
(preços médios em mil-réis para homens
e mulheres de 20 a 25 anos de idade)

Ano	Preço nominal	Preço real (1852=100)	Ano	Preço nominal	Preço real
1852	450	450	1871	767	441
1853	503	347	1872	650	387
1854	688	430	1874	456	285
1857	1:200	563	1875	400	204
1858	1:467	539	1876	670	390
1859	1:139	458	1877	644	280
1860	1:500	735	1878	698	255
1861	1:243	730	1879	886	372
1862	867	628	1880	683	382
1863	1:158	816	1881	578	274
1864	800	684	1882	350	151
1866	775	615	1883	750	397
1867	667	379	1884	590	306
1868	700	440	1887	283	181
1870	1:425	848			

FONTE: Relações incluídas em testamentos no Cartório Público de Ipojuca, Pernambuco. Um total de 212 escravos tiveram seus preços registrados nos 29 anos relacionados, na média de 4 preços por ano. Os valores nominais foram deflacionados pelo índice de custo de vida baseado nos preços de 1852 (Quadro 26)

província (Quadro 27). Como os escravistas tivessem de pagar uma taxa de saída de 100 mil-réis por escravo, após 1852, e de 200 mil-réis depois de 1859, muitos escravos foram contrabandeados para o sul. Assim, o total efetivamente embarcado seria, provavelmente, de 1.000 a 1.500 escravos por ano. A maior parte deles eram "homens jovens e altamente produtivos".[9]

O tráfico de interprovincial chegou ao auge na década de 1870 em virtude das severas secas nordestinas que forçaram a liquidação dos ativos fixos, como os escravos. O total de escravos embarcados para o Sul, após 1876, foi tão elevado que as províncias compradoras – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – impuseram elevados tributos à importação de escravos, em 1880 e 1881. Tais impostos eram arreca-

QUADRO 26
ÍNDICES DE PREÇOS EM PERNAMBUCO [a]
Índice A 1852-88

Ano	Valor nominal (réis) [b]	Índices	Ano	Valor nominal (réis)	Índice
1852	$053	100	1870	$089	168
1853	$077	145	1871	$092	174
1854	$085	160	1872	$089	168
1855	$093	176	1874	$085	160
1856	$117	221	1875	$104	196
1857	$113	213	1876	$091	172
1858	$144	272	1877	$122	230
1859	$132	249	1878	$145	274
1860	$108	204	1879	$126	238
1861	$098	185	1880	$095	179
1862	$073	138	1881	$112	211
1863	$075	142	1882	$123	232
1864	$062	117	1883	$100	189
1865	$064	121	1884	$102	193
1866	$067	126	1885	$099	187
1867	$093	176	1886	$083	157
1868	$084	159	1887	$083	157
1869	$087	164	1888	$071	134

Índice B 1886-1903 [c]

Ano	Valor nominal (réis)	Índice	Índice Estrapolado (1852=100) [d]
1886	$282	100	157
1887	$208	74	116
1888	$278	99	157
1889	$422	150	236
1890	$374	133	209
1891	$261	93	146
1892	$432	153	240
1893	$425	151	237
1894	$636	226	355
1895	$760	270	424
1896	$646	229	360
1897	$638	226	355
1898	$926	328	515
1899	$815	289	454
1900	$680	241	378
1901	$543	193	303
1902	$430	153	240
1903	$368	131	206

a. As descontinuidades nos dados referentes a preços obrigou-me a construir dois índices diferentes. A coincidência verificada nos anos 1886 a 1888 permitiu a extrapolação para calcular os valores do período seguinte a 1888 em termos dos preços de 1852; isto é dado no Índice B. Os dados provêm das listas semanais de preços das mercadorias publicadas no *Diario de Pernambuco*. Calculei a média de seis preços por ano, dois de cada mês de janeiro, maio e setembro, para os primeiros cinco anos dos decênios (por exemplo, 1860-64) e dois de cada mês de março, julho e novembro para o período do 5º ao 9º ano dos decênios (por exemplo, 1865-69). As conversões para toneladas métricas acompanharam os equivalentes relacionados no Quadro de Medidas do presente livro.

b. Os valores do Índice A refletem o custo do atacado de 400 gramas de farinha de mandioca e 200 gramas de carne seca ou de charque, o que junto com 125 gramas de feijão, constitui a ração diária mínima do período. Não há dados disponíveis sobre o preço do feijão, para todo o período. Ver *Relatório da Comissão Central de Socorros aos indigentes victimas das seccas* (Pernambuco, 1878), p. 5. Tollenare conclui que os escravos eram alimentados com 455 gramas de mandioca e 199 gramas de charque, diariamente; Tollenare, *Notas Dominicais*, p. 75. No século XX vários autores confirmaram a importância da carne seca, da mandioca e do feijão na dieta dos trabalhadores rurais. Josué de Castro, *Documentário do Nordeste*, 3ª edição (São Paulo, 1965), pp. 70, 74. Dé Carli, *Aspectos Açucareiros de Pernambuco*, pp. 19-20. Vasconcellos Torres, *Condições de Vida do trabalhador na agro-indústria do açúcar* (Rio de Janeiro, 1945), pp. 181, 201, 213. O peso proporcional dos produtos alimentícios nas rações diárias variava.

c. Os valores do Índice B refletem os custos de atacado de 400 gramas de farinha de mandioca e de 125 gramas de feijão.

d. O uso de diferentes mercadorias nos dois índices conduz a certas descontinuidades em nossa extrapolação – por exemplo, o Índice A permaneceu estável em 1887 e caiu em 1888 enquanto o Índice B também extrapolado a preços de 1852, caiu em 1887 e subiu em 1888. O historiador pernambucano Gadiel Perruci levantou o índice de preços mais minucioso para o período posterior a 1889. Perruci, "Le Pernambouc (1889-1930)", capítulo IV.

dados com a intenção de impedir a drenagem de todos os escravos do Nordeste e, assim, visavam a levar tais províncias a apoiar a abolição e também a estimular a imigração européia. Os tributos acabaram com o tráfico interprovincial de escravos. Em conseqüência deste tráfico, Pernambuco pode ter perdido de 23 mil a 38 mil escravos, dependendo de ser considerada a média de embarques legais ou estas estimativas de embarques.[10]

Duas outras leis de abolição gradual da escravatura também limitaram a população escrava. A Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, popularmente conhecida como Lei Rio Branco, ou Lei do Ventre Livre, libertou as crianças que nascessem de mães escravas, daí por diante, com determinadas qualificações. As crianças deviam permanecer sob a guarda do senhor de sua mãe até completarem 8 anos, quando o senhor tinha duas opções: podia libertar o menino e receber uma indenização do Estado ou conservá-lo até completar 21 anos, quando a liberdade estaria assegurada sem qualquer indenização. A lei também criou

QUADRO 27
ESCRAVOS QUE SAIRAM DE PERNAMBUCO

Ano	Saídas legais	Ano	Saídas legais
1851[a]	270	1861	1.016
1852[a]	123	1862	516
1855	606	1863	1.033
1856	145	1864	285
		1872-75[b]	1.753
1857	5	1876	1.300
1858	2	1877	1.271
1859	139	1878	2.212
1860	950	1879	1.329

a. Cifras só do primeiro semestre.

b. Média anual.

FONTES: *1851-52: Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou na abertura da sessão ordinária em 1 de março de 1853 o Excellentissimo Presidente da Província Francisco Antônio Ribeiro*, p. 4. *1856-65: Relatório que o Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. Antônio Borges Leal Castello Branco apresentou ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá tendo entregado a administração da provincia ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Barão do Rio Formoso* (Recife, 1865), p. 60. *1872-75:* Directoria Geral de Estatística, *Relatório e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Leoncio de Carvalho Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império pelo Diretor Geral Conselheiro Manoel Francisco Correia em 20 de novembro de 1878* (Rio de Janeiro, 1879), p. 129. Deduzi os 1.300 de 1876 do total de 8.311 do período de 1872-76. *1876-79:* Relatório de Bonham, Pernambuco, 30 de abril de 1881, *Parliamentary Papers*, 1881, HCC, v. XCI, *AP*, v. XXXV, p. 112.

um fundo de emancipação, com base em receita tributária, de loterias e de multas.[11]

Entre outubro de 1871 e o fim do ano de 1887 um total de 37 mil crianças, nascidas de mães escravas, foi apontado ao presidente provincial. Provavelmente poucas desfrutaram liberdade legal, pois os donos de escravos, em geral, recusavam a pequena indenização e mantinham as crianças no trabalho após os oito anos. Outros proprietários de escravos simplesmente abandonavam as crianças que não podiam ser legalmente vendidas. O Fundo Imperial de Emancipação libertou 2.600 jovens escravos em maio de 1888. Um Fundo Provincial de Emancipação, criado em maio de 1883, libertou 150 escravos.[12]

A Lei 3.270, chamada Lei dos Sexagenários ou Lei Dantas-Saraiva-Cotegibe, de 28 de setembro de 1885, libertou todos os escravos de 60 anos ou mais velhos. Como a Lei do Ventre Livre, aprovada exatamente há 15 anos, a Lei dos Sexagenários, em suas moderadas cláusulas, permitia aos escravos envelhecidos continuar trabalhando para seus senhores por mais três anos ou até chegar à idade de 65 anos. A Lei de 1885 também concedia um subsídio ao Fundo Imperial de Emancipação e, formalmente, punha fora da lei o tráfico interprovincial, já praticamente extinto. A Lei dos Sexagenários libertou não mais que 9.600 escravos em Pernambuco.[13]

O legislativo imperial aprovou a Lei Áurea da abolição da escravatura – que recebeu o nº 3.353 – a 13 de maio de 1888, libertando, afinal os últimos escravos do Império. Algumas poucas cidades e municípios pernambucanos anteciparam-se à Lei Áurea e libertaram os escravos de suas jurisdições nos primeiros meses de 1888. Na última contagem anterior à abolição, em 1887, a população escrava de Pernambuco aproximava-se de 41 mil indivíduos.[14]

Além das medidas legais, enfermidades epidêmicas e outras causas letais também reduziram a população escrava; na verdade, a morte diminuiu muito mais esta população do que as demais causas. A pior epidemia de cólera do século assolou Pernambuco em 1855-56, quase triplicando o índice de mortalidade de 29 óbitos por mil, em Recife, e matando pelo menos 3.300 indivíduos, inclusive "grande quantidade de escravos". Epidemias de febre amarela ocorreram em princípios da década de 1860, juntamente com a cólera, e mataram muitos escravos – "esta parte da população cujos hábitos e modo de vida faziam dela a primeira vítima". A febre amarela reapareceu em 1871 e 1873, quando o índice urbano de mortalidade ficou entre 37 e 41 por mil. A varíola atacou nos anos da seca de 1878 e 1879, matando 2.500 pessoas em Recife; pelo fim do decênio de 1880 ressurgiu, fazendo mais 2.200 vítimas. Sem completas estatísticas de vida ou minúcias relativas à idade e o sexo dos escravos que deixavam a província ou eram libertados, entretanto, é impossível quantificar com precisão o impacto líquido de todas as causas de morte sobre a população escrava. Certamente os escravos morriam pelo menos à taxas iguais às da população livre. Portanto, na população escrava média de 1850 a 1873, que era de 126.368 indivíduos – a menor taxa de mortalidade verificada em Recife – 27 por mil – deve ter sacrificado pelo menos 3.413 vidas de escravos por ano. Entre 1871 e 1888 a população escrava média – 73.679 indivíduos – deve ter sofrido, anualmente, no mínimo 1.989 perdas.[15]

As alforrias e emancipações reduziam a população escrava e representavam a única pressão importante sobre esta população, antes de

1888, que poderia resultar em alteração benéfica aos escravos. Segundo a lei brasileira os proprietários de escravos deviam dar liberdade aos mesmos em determinadas circunstâncias. Estas leis de alforria formal foram resumidas por diversos escritores modernos, o que me dispensa de reexaminá-las aqui. Duvidoso é que tais leis fossem regularmente cumpridas: pelo menos um categorizado observador do século XIX declara, especificamente, ter raramente encontrado obediência a tais leis em Pernambuco.[16]

Além de suas obrigações legais, os senhores de engenho libertavam certos escravos favoritos em ocasiões importantes, como aniversários, casamentos, nascimentos e mortes. Nem sempre as alforrias refletiam sentimentos generosos: libertando escravos enfermos e velhos, por exemplo, os proprietários livravam-se do custo de mantê-los. Particularmente nos últimos anos da escravatura, com a população servil envelhecendo e com o desenvolvimento da campanha abolicionista, as alforrias se fizeram mais freqüentes e atraíam maior publicidade. Um total de 6.800 emancipações privadas foi registrado entre outubro de 1873 e junho de 1886, à média anual de 600. Nos anos que precederam imediatamente a abolição o índice de alforrias aumentou bruscamente: o *Diário de Pernambuco* registrou 700 delas nos primeiros quatro meses e meio de 1888.[17]

Como nas províncias do Centro-Sul, os escravos se libertavam por conta própria, fugindo das plantações em número cada vez maior nos últimos anos da escravatura. Os fugitivos eram auxiliados pelos abolicionistas, que muitas vezes os estimulavam a fugir, e pela polícia que ficou de lado, nada fazendo para contê-los. Mas o brusco declínio da população escrava, registrado entre 1886 e 1887 não poderá ser atribuído somente às fugas, mas de preferência às imprecisões das cifras. Os governos provinciais recebiam quotas do Fundo Imperial de Emancipação, com base na população escrava registrada: assim, o exagero do número de escravos – no início do decênio de 1880 – auxiliaria as autoridades provinciais a indenizarem os proprietários de escravos mais generosamente. Além disto, depois de 1873 só foi feita uma contagem mais acurada de escravos em 1887, o segundo e último registro de escravos. As estimativas da população escrava feitas entre 1873 e 1887 baseavam-se tão somente em simples deduções de escravos mortos e de saídas legais do total registrado em 1873. As imprecisões de tais cifras exageravam a real população escrava do início da década de 1880.[18]

As sociedades abolicionistas privadas desempenharam um considerável e ainda não estudado papel na libertação dos escravos de Pernambuco. O primeiro de tais grupos, a Associação de Socorros Mú-

tuos e Lenta Emancipação dos Cativos foi fundada em 1859 pelo Bispo João da Purificação Marques Perdigão, em Recife. No ano seguinte um grupo de estudantes fundou a Associação Acadêmica Promotora da Remissão dos Cativos e, em 1867, um grupo de estudantes baianos da Faculdade de Direito de Recife constituiu seu próprio grupo – a Sociedade Patriótica 2 de Julho. Nenhum destes grupos teve longa existência, mas em 1872 pelo menos cinco outras sociedades abolicionistas atuavam em Recife e em 1884 já eram 21 tais organizações, cada qual com 25 membros, operando na capital da província e pelo menos havia outros quatro grupos ativos no interior. A Comissão Central Emancipadora de Recife tentou coordenar os esforços dessas sociedades.[19]

A maioria das sociedades abolicionistas resumia suas atividades a reuniões públicas em favor da causa e compravam alforrias com a renda obtida nestas reuniões e outras contribuições.

Poucos abolicionistas dedicaram-se a ações mais enérgicas. Em 1876 um abolicionista da zona açucareira de Pau d'Alho "penetrava nas propriedades, visitava as senzalas, aconselhava a fuga e promovia revoltas dos escravos contra os senhores".[20] Um grupo fundado em 1884, a Sociedade Relâmpago, mais tarde denominada Clube Cupim, dedicou-se "à libertação dos escravos por todos os meios". Os membros do Clube Cupim conseguiam alforrias com o consentimento dos senhores de escravos mas também mantinham suas identidades em segredo, sob nomes de guerra realizavam reuniões secretas e invadiam senzalas para estimular fugas. Eles mantinham uma "ferrovia clandestina" para ajudar as fugas de escravos, disfarçá-los e ajudá-los a viajarem de barco até o Ceará, onde a escravidão fora abolida em certas regiões desde 1883 e em toda a província a 25 de março de 1884. Muitas vezes o Clube remeteu grupos de vinte escravos em uma única viagem para o Ceará – o último grupo assim contrabandeado, em abril de 1888, era constituído por 119 escravos.[21]

No período que vai de 1850 a 1888 uns 21 mil escravos foram libertados por alforrias, emancipações e pelas atividades dos abolicionistas, se é que a média de 1873-86 pode ser generalizada. Porém, cumpre observar que cerca de 40% de tais libertações implicavam obrigações da parte dos ex-escravos, assim como a de continuar "prestando serviços" nos dois ou três anos seguintes ou pagar ao proprietário o correspondente a seu próprio valor.[22] Deste modo, é provável que fossem muito menos de 21 mil os que chegaram à liberdade.

Antes de concluir esta análise numérica devo me referir a um estímulo que não afetou as dimensões da população escrava de Pernam-

buco. Não há evidência ostensiva da existência de uma indústria de criação de escravos, como se afirma que existiu nos Estados Unidos e que poderia ter reduzido o declínio. Certamente, os crescentes índices de fertilidade dos escravos sugerem uma indústria assim, porém desconhecemos até que ponto tal aumento pode ser atribuído a anterior subcontagem das crianças escravas (Quadro 24). Como em Cuba, os instáveis mercados açucareiros podem ter dissuadido os agricultores de investir em criações de escravos, investimento que só traria lucros quinze anos após, quando os filhos dos escravos atingissem idade mais produtiva de trabalho.[23]

Já podemos resumir os efeitos das diversas pressões que limitavam e reduziam o tamanho legal da população escrava de Pernambuco após 1850. (Quadro 28) A elevada mortalidade dos escravos, a abolição final, a lei do Ventre Livre e o fim do tráfico de escravos africanos foram as mais importantes. O tráfico interestadual, seguido pelas alforrias e emancipações privadas, provavelmente, foram as seguintes em importância. De menor peso, a Lei dos Sexagenários e os dois fundos de emancipação.

Todos estes fatores eram de grande significação para os senhores de escravos que perdiam, consentidamente ou contrariados, o trabalho escravo. Por outro lado, somente algumas alforrias e emancipações de fato ajudaram os próprios escravos, pois ir trabalhar na lavoura do café em vez de nos canaviais não era mudar para melhor e, talvez, fosse para pior a mudança.[24] Do mesmo modo, tornar-se legalmente livre, mas obrigado a trabalhar como um escravo para a mãe de seu senhor não implicava mudança alguma para uma criança nascida pós 1871.

O efeito total das pressões da década de 1870 – o tráfico escravo interprovincial, as alforrias, o Fundo Imperial de Emancipação e a redução natural – significavam um decréscimo anual de no mínimo 3.500 escravos. No final do decênio de 1880, o ritmo anual deve ter-se elevado para 6.400 escravos, devido aos fundos de Emancipação, à Lei de Sexagenários, às alforrias e emancipações e ao decréscimo natural. Se todos estes escravos vieram das fazendas canavieiras, que eram umas 1.500 à época, então cada engenho perdeu cerca de três a quatro escravos por anó.

Resistência dos Escravistas à Abolição

Alguns pernambucanos opuseram resistência à redução de sua força de trabalho, porém com pouco êxito. Os contrabandistas tentaram ignorar a proibição do tráfico internacional de escravos e, de fato, desembarcaram várias centenas de africanos no sul de Pernambuco e

QUADRO 28

RESUMO DAS ALTERAÇÕES DA POPULAÇÃO ESCRAVA DE PERNAMBUCO

Pressões redutoras da população escrava [a]	Número de atingidos		
	Média anual	Total[b]	Parcela geral do total (percentagem)
Lei de 1850 (proibe o tráfico internacional,	(1.100	41.800)	– c
promove o tráfico interprovincial)	1.000	31.000	12,6
Lei de 1871 (liberta os recém-nascidos,	2.266	36.807	14,9
cria o Fundo Imperial de Emancipação)	159	2.632	1,1
Lei de 1883 (cria o fundo provincial de emancipação)	23	135	0,1
Lei de 1885 (Liberta os sexagenários)	3.602	9.604	3,9
Alforrias privadas condicionais	233	8.497	3,4
Alforrias privadas incondicionais	349	12.746	5,2
Mortes (setembro de 1850-setembro de 1871)	3.412	71.650	29,0
Mortes (setembro de 1871 – maio de 1888)	1.989	32.819	13,3
Lei de 1888 (abolição de escravidão)		41.122	16,6
TOTAL GERAL		247.035 d	100.0

a. A população escrava de 1850 era de 145 mil. Na população média de 126.368, entre 1850 e 1873, um índice de natalidade de 30,6 por mil renderia um total de 82.488 escravos nascidos até 1871. O número máximo de escravos disponível entre 1850 e 1888, antes de feitas as deduções e incluidos os nascimentos desde 1871, seria de 264.295 (145.000 + 82.488 + 36.807). Estes cálculos revisam Eisenberg, "A Abolição da Escravatura", Quadro V.

b. Totais baseados na média anual multiplicada pelos anos e frações de anos.

c. Sendo este grupo hipotético, comparando aqueles africanos que podem ter sido importados entre 1850 e 1888, não figura no total geral.

d. A diferença entre o total geral e o maior número disponível de escravos provém de erros e omissões em cifras registradas e das minhas estimativas de alforrias e mortes, especialmente as últimas, pois os escravos indiscutivelmente morriam a ritmo mais veloz do que o indicado pelo índice mínimo de mortalidade.

de Alagoas, conforme os vigilantes cônsules britânicos. Em 1885 um contrabandista desembarcou 200 a 240 escravos na Barra de Sirinhaém. Dois senhores de engenho capturaram um grupo destes escravos, vendendo alguns para o governo da província e conservando outros. Os cônsules britânicos denunciaram diversas vezes que a polícia

local era conivente com os contrabandistas e fazendeiros.[25] Irritado com as acusações britânicas de desidioso cumprimento da lei o governo provincial aumentou a vigilância: "A costa toda está vigiada por destacamentos que a percorrem, e não perdem de vista os navios que aparecem navegando de um modo suspeito.

O cruzeiro tem sido ativo e pronto... Uma linha de telegráfo de bandeiras ao longo da costa está se executando por meio das capatazias subordinadas ao capitão do porto, e creio que com oito estações ao norte e dez ao sul desta capital teremos suficiente meio de comunicação para as ocorrências de toda a costa."[26]

Esta vigilância, mais a do governo imperial e a da marinha inglesa, deu bons resultados e não foram comunicados novos contrabandos.

Roubar escravos consistia em outro método ilegal dos fazendeiros manterem-se supridos de mão-de-obra. Observou um presidente provincial: "O roubo de escravos, Senhores, era por assim dizer um ramo de comércio para estes traficantes (homens desmoralizados) e chegou a um ponto tal que ninguém podia contar com a propriedade desse gênero". Os ladrões seguidamente roubavam nas cidades e vilas para vender aos engenhos onde a propriedade roubada não podia ser recuperada porque "os interesses agrários dominavam ainda a presidência da maior parte das províncias, a justiça e a polícia". Os engenhos maiores também roubavam dos pequenos, às vezes sob o pretexto humanitário de "proteger escravos fugitivos".[27]

As autoridades tentaram inutilmente impedir o tráfico interprovincial. O governo provincial elevou abruptamente, em 1852, o imposto sobre cada escravo importado que passou de 5 mil-réis para 100 mil-réis, chegando a 200 mil-réis em 1859. Entretanto as exportações de escravos prosseguiram na década de 1870, quando um fazendeiro sugeriu que o tributo fosse dobrado ou triplicado. Porém não houve mais elevação do imposto e a exportação de escravos pernambucanos continuou a verificar-se enquanto as províncias do Centro-Sul estiveram interessadas.[28]

Os fazendeiros tentaram enfrentar a propaganda abolicionista com apelos gradualistas. Os agricultores da SAA tinham discutido no Congresso Agrícola de Recife de 1878, a questão da escassez da mão-de-obra, a aceleração do ritmo abolicionista no decênio de 1880 e as abolições cearenses de 1883 e 1884 provocaram novos protestos. Em janeiro de 1883 vários eminentes senhores de engenho de Escada, todos filiados à SAAP, fundaram o Clube da Lavoura para defender o gradualismo e opor-se ao "abolicionismo intransigente". O programa

do Clube encarecia garantias à propriedade privada, à fiel aplicação da Lei do Ventre Livre, casas públicas de trabalho para os escravos libertos e educação das crianças filhas de escravos, com idade inferior a 21 anos. O Clube tinha como associados 88 proprietários de terras, 13 arrendatários, um advogado e um médico.[29]

Na primeira reunião do clube os oradores falaram sobre "o delírio abolicionista de que se acha atacado o Ceará, onde se tem cotado escravos válidos por preços ridículos; e de cuja imprensa partem doutrinas subversivas que põem em risco a segurança dos senhores, tornando inconciliáveis e impossíveis as suas relações com os escravos". O Clube depois escreveu à Câmara Imperial de Deputados solicitando "resoluções eficazes que evitem que a propaganda, a precipitação, o desvario e a anarquia cantem o triunfo sobre as ruínas da lei de 28 de setembro de 1871 e sobre a ruína do direito da justiça, à cuja sombra grata sempre se abrigou e quer continuar a abrigar-se a lavoura brasileira". Em quatro meses 17 municípios pernambucanos realizaram reuniões organizadoras, sendo fundados nove clubes na zona açucareira da província. O clube de Escada estabeleceu uma aliança com o clube de Ipojuca e por meados de 1884 foi aprovada uma resolução reunindo todos os clubes na SAAP.[30]

Tendo organizado os fazendeiros anti-abolicionistas através dos Clubes da Lavoura, os senhores de engenho de Escada a seguir patrocinaram o Segundo Congresso Agrícola de Recife, de estilo semelhante ao congresso de 1878, da SAAP. Porém, enquanto este último discutira muitos problemas, o Congresso de 1884 focalizou exclusivamente o problema da mão-de-obra e da ameaça da imediata abolição. Os fazendeiros acusaram os abolicionistas de incitarem a insurreição dos escravos e Ignácio de Barros Barreto, o presidente da SAAP, solicitou a formação de forças policiais privadas para garantirem a propriedade não protegida pelas autoridades provinciais. Também, houve oposição às pesadas tributações provinciais sobre escravos, como tinham sido lançadas no Ceará e as quais podiam, receavam eles, elevar o custo do escravo e criar maior pressão abolicionista.[31] Henrique Augusto Milet denunciou que a abolição sem indenização destroe o capital, recurso já escasso no Nordeste. Estimou Milet que a abolição no Ceará custara àquela província 30 mil contos, à base de 15 mil escravos a dois contos cada um. Outros, ainda, colocaram o problema em termos políticos: Barros Barreto sustentou que o Ceará tinha, de fato, se declarado "*um novo estado soberano na América do Sul*" ao libertar os escravos sem considerar o resto do Brasil. Advertiu ele para a possibilidade da campanha abolicionista dividir a nação, como campanha semelhante dividira os Estados Unidos durante a Guerra Civil. O presi-

dente da SAAP comparou aqueles negadores dos direitos de propriedade aos "anarquistas da Europa" e o proprietário de engenho de Escada, Marcionilo da Silveira Lins amaldiçoou os abolicionistas como "comunistas".[32]

Embora os "gradualistas" dominassem o Congresso Agrícola de 1884, alguns abolicionistas militantes compareceram. Manoel Gomes de Mattos, líder da Comissão Central Emancipadora repisou o argumento de que os "abolicionistas ordeiros e moderados" não estavam atacando ninguém nem incitando revoltas ou guerra civil, mas apenas lutando contra a instituição da escravatura. Gomes de Mattos acusou o congresso de reacionário por não debater qualquer medida que conduzisse à abolição. José Maria de Albuquerque Mello culpou os próprios senhores de engenho de provocarem a inquietação dos escravos ao discutir a abolição diante deles. Reclamou a abolição imediata e rejeitou a indenização como "uma verdadeira utopia". Isidoro Martins Júnior, que se tornaria uma figura de proa da política republicana inicial, em Pernambuco, apoiou José Maria e sugeriu que os efeitos perturbadores da abolição poderiam ser amenizados por fortes leis trabalhistas, pela repressão à vagabundagem, colônias militares e medidas estimuladoras da imigração. José Adolpho de Oliveira Lima, um comerciante de Recife que mais tarde veio a construir uma usina, acusou os fazendeiros de arrogância por haverem realizado seu congresso no salão de reuniões da ACBP e terem se investido em suposta representação do comércio e da agricultura, quando só uns poucos comericantes estavam presentes no congresso. "É que os agricultores, acostumados a tratar os negros a azorrague, a falar ao escravo de cima para baixo, a impor sua vontade nos seus domínios, entendem que todos se devem curvar à sua potestade".[33]

Agricultores e comerciantes receberam a abolição final de 1888 com sentimentos confusos. A SAAP insistiu em indenização pelos escravos libertados, em mais polícia rural para controlar os trabalhadores livres e em aumento das emissões do Tesouro. A ACA, que anteriormente apoiara a abolição – somente se concedida a indenização – não persistiu nesta exigência, mas apressou-se a se congratular com o governo imperial e, orgulhosamente, destacou ser um pernambucano o presidente do Conselho de Ministros, João Alfredo Correia de Oliveira.[34]

O último recurso que tinham os fazendeiros para lutar contra a redução de sua força de trabalho escrava era melhorar o tratamento dos cativos. Porém, as evidências disponíveis, sejam teóricas, impressionistas, descritivas ou estatísticas, não sugerem que isto tenha ocor-

rido. Certamente, pelo menos três motivos estimulavam esta melhoria dos métodos, após 1850. Em primeiro lugar, o fim do tráfico de africanos significava que qualquer aumento da força de trabalho escrava deveria resultar ou do tráfico interprovincial ou do crescimento natural; este último dependendo, em grande parte, do modo como fossem tratadas as mães escravas e seus filhos; em segundo, um tratamento duro de qualquer escravo significava, obviamente, o encurtamento de sua vida útil, uma perda que se somava ao alto preço de sua substituição; e finalmente, o elevado preço do escravo no Centro-Sul deveria ter induzido os escravistas nordestinos, interessados no tráfico interprovincial, a evitar a redução do valor de sua propriedade humana mediante maus tratos.

Um argumento de maior sofisticação, levando à mesma conclusão, diz que o tratamento depende da prosperidade do mercado e do grau de racionalização do relacionamento senhor-escravo. Tanto os estudiosos brasileiros quanto os norte-americanos confrontaram o sistema senhorial, aristocrático e paternalista dos engenhos pernambucanos com o sistema capitalista e ais empresarial das plantações de café do Centro-Sul:

> "A natureza das relações entre senhores e escravos variava em função do nível de desenvolvimento das várias áreas. Elas humanizavam-se nas zonas em que a economia comercial entrava em crise, regredindo ao nível de economia de subsistência e os homens se viam obrigados a lutar pela própria sobrevivência. As condições se agravavam nas áreas em que se fazia necessário exigir o máximo da capacidade produtiva do escravo. À medida que se acentuou o caráter capitalista da empresa agrária, e as fazendas se especializaram, desapareceram as formas tradicionais de acomodação e as tensões entre senhores e escravos agravaram-se."[35]

Esta sugestão de que os senhores de engenho com mercado de açúcar em crise tratavam melhor seus escravos do que os dos mercados cafeeiros em ascensão, simplesmente reflete os conceitos dos próprios senhores de escravos.[36] Também insinua que, a despeito da oferta de escravos, o declínio geral da economia pernambucana após 1850 teria sido o bastante para melhorar o tratamento proporcionado aos escravos.

Alguns historiadores têm pressuposto que tais considerações, realmente, guiavam o comportamento dos plantadores.[37] Porém, outros sustentam a hipótese de que os fazendeiros intensificavam a exploração no intento de manter os níveis de produção com reduzida

força de trabalho escrava.[38] Os economistas conceberam fórmulas que indicam que o problema do tratamento podia depender do simples cálculo custo/benefício. O cultivador de cana tinha como intensificar a produção escrava, a longo prazo, simplesmente tratando seus escravos bondosamente e, assim, prolongando-lhes a vida ativa. A curto prazo, entretanto, tal bondade prejudicava a produtividade – por exemplo, ao reduzir as horas de trabalho. O agricultor que considerasse um tratamento brando, portanto, teria de comparar os lucros da produção aumentada a longo prazo com os custos de uma produtividade reduzida a curto prazo. Dois critérios orientariam sua decisão: sua expectativa de lucro futuro e seu custo. O primeiro dependia, em parte, dos preços do açúcar e de seu acesso aos mercados. Como os preços estiveram em declínio em todo o fim do século XIX, e como o acesso ficou especialmente difícil após 1870, o senhor de engenho deve ter deduzido que seria baixo seu futuro fluxo de lucros e optado pela maximização dos ganhos de curto prazo. No segundo critério, a taxa de juros, o custo do capital e o preço do escravo (ou preço do trabalho) eram altos. Assim, o agricultor que empregava escravos enfrentava elevados custos operacionais. Poderia decidir-se contra um melhor tratamento, que renderia um lucro menor a curto prazo e implicaria muitos anos de custos elevados e plena queda de receitas, preferindo um tratamento duro que maximizasse os lucros atuais enquanto o açúcar dispunha, ainda, de mercados remuneradores.[39] A análise custo/lucro, aplicada aos dados, pode mostrar se os proprietários de escravos poderiam ter aumentado os lucros tratando melhor seus escravos depois de 1850. Mas ainda resta o problema de como, realmente, eles agiram.

A avaliação do tratamento dispensado aos escravos tem desafiado muitos estudiosos.[40] As conclusões dependem dos vários tipos de abordagens. A mais tradicional delas, tem sido os relatórios impressionistas e seguidamente ambíguos dos observadores da época. Koster, destacou que os senhores de escravos eram indivíduos que podiam ser especialmente cruéis, do que apresentou exemplos. Porém, observou que "o conforto dos escravos em diferentes situações era amplamente desproporcional" e embora condenasse a instituição, não especificou se havia mais escravos que levavam "uma existência de excessivo trabalho e miséria" ou se eram mais numerosos os que levavam "uma vida relativamente fácil". Tollenare, com menos ambigüidade, dá-nos a impressão de tratamento mau, em geral.[41]

Na década de 1840 os comentários dos estrangeiros continuaram a ser predominantemente negativos. O engenheiro inglês De Mornay relatou que os agricultores faziam seus escravos trabalharem turnos de

doze horas, sete dias por semana – na época da colheita – sem intervalos para refeições; e que muitos escravos caiam entorpecidos em pleno trabalho. De Mornay acrescentou que alguns plantadores competiam no fabricar mais açúcar com o menor número de escravos. Os cônsules britânicos de Recife relataram diversas atrocidades ao *Home Office*: um observou que a castração era a punição "favorita" para os escravos recalcitrantes, e injeções de vinagre na vagina o castigo das escravas insubordinadas. Senhores de engenho mais sádicos ferviam vivos homens e mulheres. Como o governo inglês andava, então, se esforçando para pôr um fim ao tráfico de escravos para o Brasil, os observadores oficiais britânicos podem ser tidos como suspeitos de advogar sua causa. Entretanto, o aristocrata francês Conde de Suzannet também contou casos de "revoltante desumanidade" e concluiu que os brasileiros não tinham senso moral.[42]

Após 1850, se as pressões econômicas levassem à melhoria do tratamento dispensado aos escravos, os relatos de severidade exagerada deveriam ter desaparecido. Porém o cônsul britânico escreveu a Londres, em 1855, que "nenhuma melhora perceptível ocorrera nas condições dos escravos apesar do extraordinário aumento do valor deste tipo de propriedade". Neste mesmo ano, durante a epidemia de cólera, uma comissão oficial da província criticou os maus tratos constantes:

> "As moléstias matam muitos, mas essas são devidas em grande parte ao mau tratamento e ao pouco cuidado que há em sua marcha para suas terminações fatais. Rara é a senzala de engenho que seja construída e situada segundo os preceitos higiênicos, e quando mesmo alguma não é mal situada ou construída os escravos não têm leitos convenientes nem roupas que os cubram; de maneira que, já sendo eles pouco cuidadosos de si, nem mesmo procuram evitar aquilo que lhes pode fazer mal; pelo contrário, desejam as moléstias para terem descanso; entretanto proprietário há que mesmo assim os obrigam ao trabalho, embora se achem gravemente enfermos...Se os proprietários de escravos lhe derem bom tratamento, fazendo escolha dos alimentos e fornecendo-lhes roupas suficientes e apropriadas; se não obrigarem ao trabalho durante os últimos três meses de prenhez as que se acharem grávidas tendo salas em que as crias estejam durante a infância e nelas recebendo os cuidados das mães ou de pessoas encarregadas de fazê-lo, e sendo vacinadas em tempo, só principiando a trabalhar depois de dez anos e mesmo assim em serviço que comportem suas forças; se durante as moléstias recorrem a facultativos,

consultando-os desde os primeiros sofrimentos e lhes dêem boas enfermarias em que tenham os medicamentos que lhes forem prescritos; se derem aos escravos mais descanso, não os obrigando a trabalho imoderado, nem durante a noite quando isto possa ser feito, respeitando os domingos e dias santos; se em fim situarem bem as senzalas, fazendo-as construir segundo as regras da higiene, obrigarem os escravos a entretê-las limpas e a se banharem depois do serviço, excitando-os durante o inverno com ração de aguardente, verão que as moléstias diminuirão e com elas a mortalidade, que isso a que dão a denominação de vício de comer terra desaparecerá ou, sendo considerado, como é, um sintoma de falta de afeição; que os escravos terão muito mais vigor e em conseqüência o seu trabalho será dobrado e feito com mais satisfação; que maior será o número das crianças que nascerão vivas e estas não sucumbirão em tão grande escala..."[43]

Uma geração depois condições semelhantes ainda eram comuns. Um jornal registrou que "há proprietários...que escolhem gêneros corrompidos para a alimentação de sua escravatura, e que assim fazem constituir a ração de cada escravo de um naco de carne de charque, uma cuia e uma xícara de farinha de má qualidade. E este proprietário não compreende o que vai nisso de sacrifício para o seu capital". Para reduzir os custos, alguns proprietários de escravos até se recusavam a dar-lhes esta ração mínima de alimento e roupas. Em vez dela, tradicionalmente muitos agricultores davam aos escravos o direito de trabalhar para si mesmos um dia na semana, comumente nos sábados, domingos ou algum dia santo, no entendimento de que eles terão de alimentar-se e vestir-se com o que ganharem. Porém, "não é crível que o escravo, com um dia de trabalho por semana, possa subsistir e adquirir roupa suficiente para vestir-se". Conseqüentemente, tais escravos apelavam para o roubo dos alimentos e das roupas de outros escravos e trabalhadores livres.[44]

Estas impressões, em geral negativas, contrastam com outros relatos contemporâneos e com a maioria das memórias dos descendentes dos produtores de cana e açúcar, escritas no século XX. Dois visitantes ingleses relataram em 1882 que "o pobre escravo...leva vantagem sobre todo o mundo neste país. É bem tratado em todos os sentidos...é uma pessoa alegre, a única partícula animada de humanidade do país, sempre com um amplo sorriso e geralmente cantando". O destacado abolicionista Joaquim Nabuco, que foi criado no Engenho Massangana, do Cabo, lembra que a escravidão

"conserva-se em minha recordação como um jugo suave, orgulho exterior do senhor, mas também orgulho íntimo do escravo, alguma coisa parecida com a dedicação do animal que nunca se altera, porque o fermento da desigualdade não pode penetrar nela. Também eu receio que essa espécie particular de escravidão tenha existido somente em propriedades muito antigas, administradas durante gerações seguidas com o mesmo espírito de humanidade e onde uma longa hereditariedade de relações fixas entre o senhor e os escravos tivessem feito de um e outros uma espécie de tribo patriarcal isolada do mundo."

Júlio Bello, criado no engenho Queimadas, em Barreiros, de modo semelhante conta que seu pai deu a seus escravos gado e terras para que plantassem e ganhassem dinheiro: "este padrão do bom senhor, do senhor humanitário e generoso era, incontestavelmente o que dominava entre os antigos proprietários rurais de Pernambuco. Os maus senhores, incapazes de piedade e misericórdia, intransigentes e cruéis na punição dos escravos, eram apontados aqui e ali quase que à execração geral". Bello também conta diversas anedotas sobre senhores de engenho conhecidos por sua "excessiva benevolência", "que por índole não puniam nunca e que assim deixavam que a desordem e a anarquia dominassem na fazenda". José Maria Bello, sobrinho de Júlio Bello, criado no Engenho Tentúgal, em Barreiros, escreveu que em criança ouvira histórias sobre "as terríveis crueldades de alguns senhores: surras tremendas, suplícios dignos de chineses, como os dos "troncos", da crucificação nos braços das grandes balanças, das prisões nas estufas ardentes onde se secava o açúcar, castrações, etc". Entretanto, em sua própria plantação "a tradição era de tolerância e bondade por parte dos antigos senhores". Manoel de Oliveira Lima, um português que casou com jovem de uma família açucareira de Escada, concorda em que "se em Pernambuco...senhores havia de maus bofes, em compensação os havia de excelente coração e meu sogro, Manuel Cavalcanti de Albuquerque, bem como seu irmão Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti, eram destes para quem o escravo possuía foros de criatura com alma".

Adélia Pinto, por sua vez, criada em plantações próximas de Escada, ouviu "falar tanto no quanto sofriam os pobres escravos nas mãos de certos senhores que tomei verdadeiro horror à escravatura". Mas o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, internacionalmente conhecido, neto de senhores de engenho de Escada, Ipojuca e Sirinhaém, concluiu que "da energia africana ao seu serviço cedo aprenderam muitos dos grandes proprietários de terras que, abusada ou es-

ticada, rendia menos do que bem conservada". Ele proclamou que "se havia senhores rurais que calculavam o valor do escravo pela produção intensa, de que fosse capaz, matando seus negros de trabalho, fazendo dez trabalharem por trinta, a maior parte não tinha essa ânsia toda de lucro nem esse sentido comercial da vida agrícola; e na conservação dos seus negros ia-se quase todo o dinheiro ganho com a cana ou com o café".[45]

Tais impressões, evidentemente nada conclusivas, constituem apenas uma fonte de dados sobre como era tratado os escravos. Outra fonte são as descrições contemporâneas dos próprios escravos. Entre 1873 e 1881 cerca de um em dez anúncios relativos a escravos fugitivos, publicados no *Diário de Pernambuco*, mencionavam que o fujão poderia ser identificado por "marcas de ferros quentes nos pés", "cicatrizes de chicotadas nas costas", "queimaduras no estômago e peito", "lanhos de relho no traseiro e no peito" e ferimentos semelhantes.[46] A freqüência das descrições de fugitivos brutalizados, em data bem depois de 1850, dificilmente indica que os senhores estivessem tentando preservar tais escravos. Além disto, revoltas maciças de escravos, um possível indício de mau tratamento, ocorreram diversas vezes depois de 1850: em 1853 e 1867 Pau d'Alho viu tais revoltas alcançarem tamanhas proporções que foram mencionadas em relatório do presidente da província. Outras revoltas, articuladas por escravos de quatro plantações de Recife e Cabo, em 1867 fracassaram por pouco.[47]

Uma última fonte de informações sobre o tratamento dispensado aos escravos são os dados censitários. Se as expectativas de vida dos escravos aumentassem com o tempo, ou se declinassem seus índices de mortalidade, tais mudanças apoiariam o argumento de que o tratamento melhorou depois de 1850. Porém, as falhas e imprecisões dos dados impedem muito a utilização dos censos do século XIX. Os dados de distribuição etária, nos censos anteriores a 1872, eram extremamente imprecisos. O próprio censo de 1872 foi mais completo, podendo ser corrigido quando em evidente erro, mas os censos seguintes de 1890 e 1900 foram deficientes. Os dados publicados, para 1890, distribuindo a população por idades, não discriminaram o sexo e a raça e, os dados de 1900 não esclarecem quanto à raça. Tais falhas impedem comparações da população não branca.[48]

A evidência do tratamento dispensado aos escravos não autoriza a concluir que os fazendeiros os tratassem melhor após 1850, apesar dos argumentos teóricos poderem levar a tal presunção. Em suma, os agricultores não parecem ter resistido à redução gradual dos escravos através da melhoria das condições, assim como sua resistência às pres-

sões que reduziram sua oferta de mão-de-obra escrava não alcançou grandes proporções.

Esta aparente indiferença ao desaparecimento da oferta de mão-de-obra escrava originou-se no fato de, apesar dos protestos dos fazendeiros, a abolição em Pernambuco não ter criado uma crise de mão-de-obra. A produção de açúcar duplicou entre o fim da década de 1840 e o fim da de 1880, a despeito da população escrava ter-se reduzido em cerca de 70 por cento. A última colheita em regime de escravidão rendeu uma safra recorde, e embora a produção tenha caido 40% nas duas seguintes colheitas, as posteriores retornaram logo aos níveis normais e a de 1894 registrou novo recorde. Assim, a crescente escassez de escravos não contribuiu para a estagnação do setor açucareiro. Enquanto os agricultores abriam mão, voluntariamente, dos escravos mediante o tráfico interprovincial de negros, alforrias e emancipações, mantinham sob controle a,oferta de mão-de-obra. A abolição foi quase indolor.

Notas

1. Uma versão resumida deste e do próximo capítulo foi publicada em inglês como "Abolishing Slavery. The Process on Pernambuco's Sugar Plantations", *Hispanic American Historical Review*, v. 52, nº 4 (novembro de 1972), pp. 580-597, e em português como "Abolição da Escravatura: O Processo nas Fazendas de Açúcar em Pernambuco", *Revista de Estudos Econômicos* (São Paulo), v. 2, nº 6 (dezembro de 1972), pp. 181-203. Veja a primeira nota de pé-de-página deste artigo onde são mencionados estudiosos como Emília Viotti de Costa e Eugene D. Genovese, com quem fundamentalmente concordo quanto à amena transição do trabalho escravo para o livre, e também escritores como Robert B. Toplin e J. H. Galloway que acham que a violência e até a mudança estrutural acompanharam o processo da abolição.

2. Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, 442-444, 511-514. Tollenare, *Notas Dominicais*, pp. 71, 74, 93. Figueira de Mello, *Ensaio sobre a Statística*, p. 263. *Relatório...1854...José Bento da Cunha e Figueiredo*, tabela. "Uma Estatística", *Diário de Pernambuco*, 15 de dezembro de 1857.

3. Figueira de Mello, *Ensaio sôbre Statística*, pp. 202, 208.

4. *Relatório da Commissão dirigida por Joaquim d'Aquino Fonseca apresentado ao Excellentíssimo Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo em 10 de janeiro de 1856* (Pernambuco, 1856), pp. 28-30. Um inglês gerente de plantação relatou que somente em propriedades dirigidas por monges e em outra dirigida por três mulheres velhas e um padre, a reprodução natural mantinha a força de trabalho. Presumivelmente, estes fazendeiros tinham mais cuidados com seus escravos. Koster, *Viagens.ao Nordeste do Brasil*, pp. 264-265, 511-514. *Relatório com que o Excellentíssimo 1º Vice-Presidente Dr. Ignacio Joaquim de Souza Leão passou a administração da Província em 16 de abril de 1888 ao Excelentíssimo Presidente-Desembargador Joaquim José de Oliveira Andrade*, p. 19. Meu cálculo da população neste é a média das cifras do Quadro 1. Octávio de Freitas, *O Clima e a Mortalidade da Cidade do Recife* (Recife, 1905), pp. 62-63. Tollenare, *Notas Dominicais*, p. 76, estimaram uma taxa negativa de crescimento demográfico natural entre 2, e 5 por cento.

5. Há resumos destas revoltas em Amaro Quintas, "A Agitação Republicana no Nordeste", in Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, v. 1, pp. 207-237 e *ibid.*, v. 2, "O Nordeste, 1825-1850", pp. 193-311. Uma outra revolta em 1817, apesar dos exércitos combatentes se movimentarem através da zona açucareira, aparentemente não afetou a produção de açúcar. Realmente, as importações de escravos cresceram notavelmente entre 1816 e 1819, alegadamente devido ao pequeno surto algodoeiro. Correia Lopes, *A Escravatura*, p. 141.

6. Paula Beiguelman, "O encaminhamento político do problema da escravidão no império", *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, v. 3, pp. 189-201. Robert Conrad, "The Contraband Slave Trade to Brazil, 1831-1845", *Hispanic American Historical Review*, v. XLIX, nº 4 (novembro de 1969), pp. 617-638. Bethell. *A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*, pp. 270-271. João Pandiá Calógeras, *A formação histórica do Brasil*, 4ª edição (São Paulo, 1945), pp. 233-234.

7. "Lei 581", *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1850*, Tomo XI, Parte I, pp. 203-205. Bethell, *A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*, pp. 309-343, passa em revista os debates que precederam a aprovação da lei.

8. Calógeras, *A Política Monetária do Brasil*, capítulos VII-VIII. Stein, *Grandeza e decadência do café*, pp. 62, 274. Stein não calculou o preço deflacionado dos escravos. Nos meus dados não constam preços tão altos quanto os de J.H. Galloway, "The Last Years os Slavery on the Sugar Plantations os Northeastern Brasil", *Hispanic American Historical Review*, v. 51, nº 4 (novembro de 1971), p. 590.

9. "Informe" de Henrique Augusto Milet in *Falla... Adolpho de Barros Cavte de Lacerda... 19 de dezembro de 1878*, p. 30. Ferreira Soares, *Notas Estatísticas*, pp. 135-136, calculou que as províncias centrais e sulistas – Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – importaram, só elas, um total de 5.500 escravos por ano, do Norte. Se a parcela pernambucana deste total for proporcional à sua parcela no declínio total da população escrava do Norte e do Nordeste entre 1873 e 1882, então 18,5% do total de Ferreira Soares, ou 1.020 escravos deixavam Pernambuco anualmente. Stein, *Grandeza e decadência do café*, p. 353. Um cônsul britânico em Recife calculou que 1.500 escravos embarcavam anualmente para o Sul. Cowper a Clarendon, Pernambuco, 24 de janeiro de 1857, *Parliamentary Papers*, 1857, HCC, v. XLIV, *AP*, v. XX, p. 261. Observação de Robert Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*, trad. Fernando de Castro (Rio de Janeiro, 1975), p. 79. Conrad acredita que o tráfico interprovincial também levou os senhores a desestimularem os casamentos de escravos no Nordeste. *Ibid.* pp. 44-45.

10. Relatório de Walker, 29 de maio de 1878, *ibid.*, HCC, v. LXXV, *AP*, v. XXX, p. 10. Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia* (São Paulo, 1966), pp. 208-209. Pádua, "Um capítulo da História Econômica", pp. 180-182. Gilberto Freyre sugere que o tráfico interprovincial foi estimulado pelo desaparecimento do café no Ceilão e o endividamento dos engenhos de açúcar e fazendas de algodão no Nordeste após 1880. *Ordem e Progresso Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o Regime do Trabalho Livre: Aspectos de um Quase Meio Século de Transição para o Trabalho Livre e da Monarquia para a República*, 2ª edição (Rio de Janeiro, 1962) tomo 2, p. 402. O censo de 1872 registrou 6.820 escravos nascidos em Pernambuco e vivendo em províncias do Sul. Conhecendo-se a expectativa de vida desses escravos pode-se calcular o total de escravos embarcados de Pernambuco desde 1850, e avaliar as estimativas feitas. Porém o grupo não era identificado pela idade. *Recenseamento da população... 1872*, vv. 1-21, *passim*. Herbert S. Klein admite a possibilidade do tráfico interprovincial ter continuado, apesar das leis e tributos, até 1888. Sendo assim, o total exportado por Pernambuco terá ficado entre 38 mil e 57 mil. "The Internal Slave Trade in Nineteenth-Century Brazil: A Study of Slave Importations into Rio de Janeiro in 1852", *Hispanic American Historical Review*, v. 51, nº 4 (novembro de 1971), p. 569. Para uma descrição das pressões dos cafeeicultores para extinção do tráfico escravo, ver Robert Brent Toplin, *The Abolition of Slavery in Brazil* (Nova York, 1972), pp. 90-91.

11. "Lei 2.040", *Collecção das Leis do Império do Brasil em 1871*, Tomo XXXI, Parte I, pp. 147-151.

12. *Relatório... Ignacio Joaquim de Souza Leão... 16 de abril de 1888*, p. 19. "Já é tempo", *O Brazil Agrícola*, Anno IV, 30 de abril de 1882, p. 121. "Breves considerações sobre a Agricultura no Brasil, IX", *Diário de Pernambuco*, 27 de abril de 1876. "Libertos pelo fundo de emancipação", *ibid.*, 23 de março de 1888, refere-se a 2.579 jovens escravos libertos em dezembro de 1887; projetei esta proporção até maio de 1888 para chegar ao meu total. *Annaes da Assembléa Provincial de Pernambuco do anno de 1883*, p. 21. *Falla que à Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia de sua installação a 2 de março de 1887 dirigio o Excellentíssimo Sr. Presidente da Provincia Dr. Pedro Vicente de Azevedo*, p. 79, refere-se a 105 sexagenários libertados; projetei tal proporção sobre os meses restantes até a abolição.

13. "Lei 3.270", *Colleção das Leis do Império do Brazil de 1885*, Tomo XXII, Parte I, pp. 14-20. "Libertos sexagenarios", *Diário de Pernambuco*, 20 de setembro de 1887. Calculei os sexagenários libertos em 1887 e início de 1888 pressupondo que todos os escravos contados no período etário de 44 a 45 anos, em 1872 – isto é 15% dos presumíveis integrantes do grupo equitativamente distribuído na faixa etária de 41-50 anos – sobreviveram até 1888, quando ultrapassaram os 60 anos. Estes pressupostos são obviamente irreais e o total libertado pela Lei dos Sexagenários foi, portanto, inferior a 9.600. Além disto, a lei foi amplamente burlada. Toplin, *The Abolition of Slavery in Brazil*, pp. 108-109.

14. "Lei 3.353", *Colleção de Leis do Império do Brazil de 1888*, Tomo XXV, Parte I, v. I, p. 1.

15. Freitas, *O Clima e a Mortalidade*, pp. 82-83. Observações de Cowper a Clarendon, Pernambuco, 19 de dezembro de 1855, *Parliamentary Papers*, 1856, HCC, v. LXII, *AP*, XXV, p. 245; e Relatório de Hunt, 18 de agosto de 1864, *Parliamentary Papers*, 1865, HCC, v. LIII, *AP*, v. XXIV, p. 348.

16. Frank Tannembaum, *Slave and Citizen, the Negro in the Americas* (Nova York, 1946), pp. 91 e seguintes. Stanley Elkins, *Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life* (Chicago, 1959), pp. 21 e seguintes. David Brion Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture* (Ithaca, N. Y. 1966), pp. 222 e seguintes. Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, pp. 495-498. Uma análise dos registros judiciais de casos baseados nas leis de alforria permitiria controlar tais impressões; Carl N. Degler, *Nem Preto nem Branco. Escravidão e Relações Raciais no Brasil e nos EUA*, trad. Fanny Wrobel (Rio de Janeiro, 1976), pp. 57-59, observa que as alforrias no Brasil eram muitas vezes opcionais e revogáveis.

17. Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, pp. 496, 510. Freyre, *Casa-Grande e Senzala*, Tomo II, pp. 609-610. Um cientista e visitante americano no final da década de 1870, observou que "o espírito de emancipação é muito forte" em Pernambuco. Smith, *Brazil, the Amazons and the Coast*, p. 470. "População escrava em Pernambuco", *Diário de Pernambuco*, 29 de janeiro, 1886. A plausibilidade da média anual é sugerida por um cálculo simples. Os mais ricos senhores de engenho e suas esposas constituiam uma oligarquia possuidora de 15% dos engenhos de Pernambuco, em 1889 (ou seja, 225 delas). Se tais oligarcas se dispusessem a libertar três escravos em cada engenho por ano – um pelo aniversário de cada um dos proprietários, outro na comemoração de seu casamento – então o conjunto destes fazendeiros estaria alforriando 675 escravos por ano.

18. "Sociedade Auxiliadora da Agricultura, Segundo Congresso", *Diário de Pernambuco*, 27 de junho de 1884. "Segundo Congresso do Recife. Acta da Primeira Sessão", *ibid.*, 26 de julho de 1884. Robert Brent Toplin destacou a importância das fugas de escravos na precipitação da abolição. "Upheaval, Violence, and the Abolition of Slavery in Brazil: the Case of São Paulo", *Hispanic American Historical Review*, v. XLIX, nº 4 (novembro de 1969), pp. 643-644. Decreto nº 5.135 de 13 de novembro de 1872, in Luiz Francisco da Veiga, *Livro do Estado Servil e Respectiva Libertação contendo a Lei de 28 de setembro de 1871 e os decretos e avisos expedidos pelos Ministérios da Agricultura, Fazenda, Justiça, Império e Guerra desde aquela data até 31 de dezembro de 1875* (Rio de Janeiro, 1876), p. 52. Estou em débito com Robert Conrad por esta referência e com Robert Slenes por explicar as estimativas pré-1887.

19. Os únicos resumos sobre as sociedades abolicionistas de Pernambuco são encontrados em Medeiros, "O Movimento da Abolição no Nordeste", pp. 92-96, e Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, v. X, pp. 423-430. Evaristo de Moraes, *A campanha abolicionista (1879-1888)* (Rio de Janeiro, 1924), pp. 228-231, concentrou-se em abolicionistas eminentes como José Mariano e José Maria. "Comissão central emancipadora", *Diário de Pernambuco*, 3-4 de julho de 1884. Para certos aspectos do abolicionismo em Pernambuco consultar os artigos levantados por José Honório Rodrigues, *Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano* (Recife, 1961), pp. 25-26.

20. Mario Melo, *Pau d'Alho; Geographia physica e política* (Recife, 1918), p. 27.

21. Medeiros, "O Movimento da Abolição no Nordeste", p. 93. Consultar Eusébio de Souza, "O Quadro Histórico", in Raimundo Girao, *A Abolição no Ceará* (Fortaleza, 1956), pp. 253, 265. Rollie Poppino, *Brazil, the Land and the People*, p. 175, equivoca-se ao datar a abolição cearense em 24 de maio de 1883. Joaquim Maria Carneiro Vilela, "O Clube do Cupim", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. XXVII, nºs 127-130 (1925-26), pp. 417-427. Minutas das reuniões do Clube Cupim estão em *Catálogo da Exposição realizada no Teatro Santa Izabel de 13 à 31 de maio de 1938* (Recife, 1939), p. 31.

22. Para exemplos das condições pós-alforrias ver "Libertações", *Diário de Pernambuco*, 13 e 19 de outubro, 15 de novembro de 1887, e 3 de abril de 1888.

23. Alfred H. Conrad e John R. Meyer, *The Economics of Slavery and other studies in Econometric History* (Chicago, 1964), pp. 68-69. Roland Ely, *Cuando Reinaba Su Majestad el Azúcar* (Buenos Aires, 1963), pp. 488-490. C. B. Otoni, citado in Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo, Conferências e Discursos Abolicionistas* (São Paulo, 1949), pp. 89-90.

24. Bello, *Memórias de um Senhor de Engenho*, p. 45. Freyre, *Sobrados e Mocambos*, tomo I, p. 178.

25. Christopher a Palmerston, Pernambuco, 12 de fevereiro de 1851, *Parliamentary Papers*, 1851, HCC, v. II, *AP*, v. XXIV, Parte II, pp. 498-499. *Idem, a idem.*, Pernambuco, 12 de março de 1851, *ibid.*, 1852-1853, HCC, v. CIII, *AP*, v. XLVII, Parte II, p. 377. Burnett a Christopher, Maceió, 10 de julho de 1851, *ibid.*, pp. 389-390. Cowper a Clarendon, Pernambuco, 3 de novembro de 1855 e 18 de janeiro de 1856, *ibid.*, 1856, HCC, v. LXII, *AP*, v. XXV, pp. 242-248. *Idem. a idem.*, Pernambuco, 20 de outubro e 18 de novembro de 1856 e 24 de janeiro de 1857, *ibid.*, 1857, HCC, v. XLIV, *AP*, v. XX, pp. 247-264. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, v. IX, pp. 389-390 relata os incidentes de contrabando.

26. *Relatório... 1857... Sérgio Teixeira de Macedo*, p. 22.

27. *Relatório que à Assembléa Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinária de 1846 o Excellentíssimo Presidente da mesma Província Antonio Pinto Chicôrro da Gama*, p. 7. Freyre, *Sobrados e Mocambos*, tomo I, pp. 49-50.

28. *Relatório do Inspector da Fazenda Provincial de Pernambuco José Pedro da Silva, apresentado no 3º de fevereiro de 1852 ao Excellentíssimo Sr. Víctor de Oliveira presidente da mesma província* (Pernambuco, 1852), p. 14. *Colleções de Leis e Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco*, Tomo XI, 1847, título III, p. 12, *Receita Provincial*, art. 1º parágrafo 12, citado por Emília Viotti da Costa em "O escravo na grande Lavoura", in *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, v. 3, p. 156. Ver também *Relatório... 1º de março... Francisco Antônio Ribeiro*, p. 4. Antônio Venâncio Cavalcante de Albuquerque, "Agricultura ou a questão da actualidade", *Diário de Pernambuco*, 7 de abril de 1877.

29. "Clube da Lavoura", *ibid.*, 25 de janeiro de 1883.

30. "Acta da installação do Club da Lavoura na Escada, em 13 de março de 1883", *ibid.*, 15 de março de 1883. "Resumo da acta da 2ª sessão do Club da Lavoura da Escu-

da", *ibid.*, 28 de abril de 1883. "Representação da Lavoura de Pernambuco à Câmara dos Senhores Deputados", *ibid.*, 20 de maio de 1883. *Ibid.*, 20 de abril-julho de 1883, *passim*. SAAP, Livro de Atas nº 3, 23 de agosto de 1883, 7 de junho de 1884, 10 de julho de 1884.

31. "Segundo Congresso do Recife, Acta da Primeira Sessão", *Diário de Pernambuco*, 26 de julho de 1884. Este jornal divulgou os principais relatos publicados sobre o congresso de 26 de junho a 2 de agosto de 1884. A SAAP não podia custear a publicação em separado das atas. "Sociedade Auxiliadora da Agricultura", *ibid.*, 12 de fevereiro de 1886. Um agricultor abolicionista, "A emancipação dos escravos", *ibid.*, 16 de julho de 1884.

32. "Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco", *ibid.*, 16 de julho de 1884. "Segundo Congresso do Recife, Acta da Primeira Sessão, *ibid.*, 26 e 30 de julho de 1884.

33. "Publicações Solicitadas", *Jornal do Recife*, 19 de julho de 1884. "Segundo Congresso", *Diário de Pernambuco*, 30 de julho de 1884. Um commerciante, "Congresso Agrícola", *Jornal do Recife*, 19 de julho de 1884.

34. "Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, Acta da Sessão do Conselho Administrativo havida em 4 de novembro de 1885", *Diário de Pernambuco*, 5 de janeiro de 1886. "Sociedade Auxiliadora da Agricultura", *ibid.*, 22 de julho de 1888. "Relatório da Directoria da Associação Commercial Agrícola de Pernambuco, Lido em Sessão da Assembléa Geral de 14 de abril de 1884", *ibid.*, 21 de maio de 1884. "Associação Commercial Agrícola", 17 de maio de 1888.

35. Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, p. 460. Ver também Genovese, *The World the Slaveholders Made*, p. 81. Outra versão deste argumento sustenta que o bem-estar dos trabalhadores variava inversamente ao tamanho da propriedade. Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 524. Barbosa Lima Sobrinho, *Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira*, pp. 225-227. Koster também atribuía um tratamento menos humano à "ignorância", mais comum nas mulheres do que nos homens, e à ganância do europeu endividado, diferente do brasileiro que herdava a sua fortuna e não sentia a mesma "urgência em obter largos proveitos". Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, pp. 477, 479.

36. Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 526. Bello, *Memórias de um Senhor de Engenho*, pp. 43-44. Oliveira Lima, *Memórias (Estas minhas reminiscências...)* p. 119. Freyre, *Sobrados e Mocambos*, tomo I, p. 178. Koster alude a escravos das plantações de algodão do Maranhão, onde se deu um pequeno surto no início do século XIX. Os outros confrontam os escravos que trabalhavam no açúcar com os da zona cafeeira.

37. Haring, *Empire in Brazil*, p. 86. Bethell, *A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*, p. 354.

38. Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, p. 119.

39. Esta abordagem custo/lucro foi sugerida por David Denslow, "Slave Mortality", (mimeografada, 1969) e por Nathaniel H. Leff, "Economic Retardation in Nineteenth-Century Brazil", *Economic History Review* (Cambridge, Inglaterra), segunda série, XXV:3 (agosto de 1972), pp. 489-507.

40. Panorama dos mais recentes esforços dos estudiosos norte-americanos neste terreno, revisando muito dos trabalhos mais antigos, há em Laura Foner e Eugene D. Genovese (editores), *Slavery in the New World. A Reader in Comparative History* (Englewood Cliffs, N.J., 1969); Richard Graham, "Brazilian Slavery Re-examined", *Journal of Social History* (New Brunswick, N.J.) v. 3, nº 4 (Verão de 1970), pp. 431-453; Carl N. Degler, "Slavery in Brazil and the United States: An Essay in Comparative History", *American Historical Review* (Washington, D. C.) v. LXXV, nº 4 (abril de 1970), pp. 1.004-028; *Idem.*. *Nem Preto nem Branco*. Estes escritores comparam o tratamento dos escravos no Brasil com o tratamento dispensado em outros países, ou entre diferentes regiões do próprio Brasil. Nosso problema é outro: ocorreu alguma mudança de tratamento com o tempo, no mesmo lugar?

41. Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, pp. 479, 497-498, 518-519. Ao discutir as punições nas plantações Koster lamentou que "embora grandes crueldades não fossem praticadas *freqüentemente*, o modo de punir produz muito sofrimento, muita angústia, muita degradação", *ibid.*, p. 514, a ênfase é do autor. Tollenare, *Notas Dominicais*, p. 85.

42. O relato de De Mornay foi originalmente publicado por John MacGregor, *Commercial Statistics* (Londres, 1847-48), trad. Fernando da Cruz Gouveia in "Os De Mornay e a Indústria Açucareira em Pernambuco", *Brasil Açucareiro*, anno XXXV, v. LXX (agosto de 1967), pp. 83-84. Cowper a Aberdeen, Pernambuco, 4 de agosto de 1843, *Parliamentary Papers*, HCC, v. XLIX, *AP*, v. XVIII, p. 366. Conde Suzannet, *O Brasil em 1945 (Semelhanças e Differenças após um século)*, trad. Márcia Moura Castro (Rio de Janeiro, 1957), p. 204.

43. Cowper a Clarendon, Pernambuco, 18 de julho de 1855, *Parliamentary Papers*, 1856, HCC, v. LXII, *AP*, v. XXV, p. 237. *Relatório da Comissão...Joaquim d'Aquino Fonseca...10 de janeiro de 1856*, pp. 28-30. A comissão recomendou tais medidas humanitárias no interesse da preservação da mão-de-obra escrava, não no interesse dos escravos. Ela sugeriu que "em vez de bárbaros castigos corporais...recorressem a outros meios de correção, como diminuição da alimentação diária, prisões escuras, etc". O "vício de comer terra" era uma forma de suicídio; originava-se na necessidade de afeição, apenas nas crianças. Freyre, *Casa-Grande e Senzala*, tomo I, pp. 136, 222, tomo 2, pp. 512-513, 517, 648. Por outro lado, algumas terras também continham minerais nutritivos. Josué de Castro, *Geografia da Fome (O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço)*, 9ª edição (São Paulo, 1965), pp. 139-140.

44. Citações de "Breves considerações", *Diário de Pernambuco*, 27 de abril de 1876. Um precursor dessas práticas vem, pelo menos, do século XVII. Os agricultores exigiam que os escravos cultivassem gêneros alimentícios nos dias santos e sábados, no inverno. Este esquema de trabalho tornou-se conhecido como "sistema brasileiro". J. A. Gonsalves de Mello Neto, "Um Regimento do Feitor-Mor do Engenho em 1663", *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, nº 2 (1953), pp. 80-87, citado por Correia de Andrade, *A Terra e o Homem do Nordeste*, pp. 80-81. Diégues Júnior, *População e Açúcar*, pp. 69-71. Outros senhores de engenho permitiam que os escravos trabalhassem para si mesmos durante suas horas de repouso – isto é das 4 às 6 da madrugada e das 6 às 10 da noite. Este sistema era denominado quinguingu. Cruz Gouveia "Os De Mornay e a Indústria Açucareira", p. 83. Quinguingu também era o nome do serviço extra não diretamente ligado à produção de açúcar. Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 518.

45. Burke e Staples, Jr., *Business and Pleasure in Brazil*, p. 117. Joaquim Nabuco, *Minha Formação* (Rio de Janeiro, 1957), p. 188. Bello, *Memórias de um Senhor de Engenho*, pp. 43-44. José Maria Bello, *Memórias* (Rio de Janeiro, 1958), p. 16. Oliveira Lima, *Memórias (Estas minhas reminiscências...)* p. 119. Adélia Pinto, *Um livro sem título (Memórias de uma Provinciana)* (Rio de Janeiro, 1962), p. 175. Freyre, *Casa-Grande e Senzala*, tomo I, p. 60. *Idem.*, *Sobrados e Mocambos*, tomo I, p. 21.

46. Estes exemplos foram retirados do *Diário de Pernambuco* de janeiro, maio e setembro de 1873-74, 1880-81 e março, julho e novembro de 1875-79. Ver também Gilberto Freyre, *O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* (Recife, 1963), pp.

215-224. Cerca de três quartos desses fugitivos tinham escapado das plantações de açúcar: 55% dos anúncios pediam que o fugitivo fosse devolvido a uma plantação e outros 15 a 20% pediam sua entrega a um comissário ou armazém de Recife, que presumivelmente os reteriam em função de dívida do agricultor, ou os devolveriam à plantação com o seguinte embarque de mercadorias.

47. *Relatório...1854...José Bento da Cunha e Figueiredo*, p. 4. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial em 15 de abril de 1867 pelo Exm. Sr. Conselheiro Francisco de Paula da Silveira Lobo*, p. 4.

48. Ironicamente, apesar da falta de especificações de sexo e raça, os pesquisadores do censo de 1890 detalharam cuidadosamente a população por grupos de um ano de idade. Registro meu débito com John Knodel e Betsy Kuznesof que me ajudaram no exame de tais censos.

8
TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO LIVRE

Os fazendeiros pernambucanos não resistiram energicamente à abolição gradual da escravatura porque a mão-de-obra livre e barata era francamente disponível. Substituiram o trabalho escravo por mão-de-obra livre sem fazer qualquer concessão material aos trabalhadores livres, poucos dos quais – antes ou depois de 1888 – chegaram a viver melhor do que os próprios escravos. Embora alguns pensaram em melhorar a qualidade e aumentar a quantidade do trabalho livre promovendo a imigração estrangeira, nenhum destes esquemas foi bem sucedido por muito tempo. Na realidade, tais planos eram desnecessários: os trabalhadores brasileiros livres satisfaziam a demanda de mão-de-obra dos fazendeiros.

Trabalhadores Livres

Em meados do século XIX, como observei nos capítulos anteriores, os escravos tinham superado numericamente os trabalhadores livres, nas plantações de açúcar, em proporção superior a 3:1. Porém, já em 1872 os trabalhadores livres eram mais numerosos do que os escravos em todas as categorias ocupacionais: a proporção livre/escravo era maior entre os trabalhadores sem profissão, 4:1, entre os lavradores, criados e jornaleiros, 5:1, e entre os empregados domésticos, 5:1.[1]

Muitos destes trabalhadores livres eram antigos escravos que ficaram nas zonas açucareiras, apesar de certas evidências em contrário. Observadores contemporâneos referem-se ao grande número de ex-escravos que fugiram dos engenhos, especialmente na década de 1880.[2] Além disto, a comparação dos censos de 1872 e 1890 revela um declínio relativo da população da zona da mata. Na ausência de qualquer corrente imigratória significativa e pressupostas proporções iguais de crescimento regional natural, tal alteração indica uma certa redistribuição demográfica, inclusive de ex-escravos, saindo da zona do açúcar e afluindo para as regiões ocidentais do agreste e do sertão. Porém,

pessoas de cor migravam, provavelmente, menos do que os brancos, porque a densidade de não-brancos aumentou ligeiramente na zona açucareira além de Recife, enquanto a percentagem de pessoas de cor da população de Recife permanecia constante – isto é, os ex-escravos não se dirigiam em massa para o oeste ou para a capital em busca de melhores oportunidades. (Quadro 29)

O abandono dos engenhos não significava, portanto, fuga em massa do açúcar. No máximo significaria a redistribuição da ex-população escrava dentro da zona da mata, com leve vazão para o oeste. No século XX, as memórias dos filhos de senhores de engenho confirmam esta impressão. Júlio Bello recorda que os ex-escravos "ficaram nos eitos, respeitando o branco e servindo-o quase que com aquela humildade que o hábito e o atavismo lhes haviam ensinado". José Maria Bello acrescenta que "com a abolição, os escravos de Tentúgal, como os dos outros engenhos, abandonaram as antigas terras dos senhores, dispersando-se pelas aldeias e pequenas cidades mais próximas e até para o Recife. A alforria, para suas mentalidades primitivas era a libertação da enxada e do eito, o vadiar sem destino, famintos e bêbedos de cachaça. Pouco tempo depois voltava a maior parte, batida pela miséria, para a sombra protetora das casas-grandes".[3].

Os ex-escravos ficavam na zona da mata porque não havia qualquer outro lugar para ir. "Nas regiões urbanas pesava já um excedente de população que desde o começo do século constituia um problema social. Para o interior a economia de subsistência se expandira a grande distância e os sintomas da pressão demográfica sobre as terras semi-áridas do agreste e da caatinga se faziam sentir claramente. Essas duas barreiras limitaram a mobilidade da massa de escravos recém-liberados na região açucareira". O custo do transporte, provavelmente, impediu que os ex-escravos emigrassem para o Sul, para as regiões cafeeiras.[4]

Trabalhadores livres do agreste e do sertão substituíram, também, os escravos das plantações. Quando os Estados Unidos recomeçaram a exportar algodão, encerrando o breve surto algodoeiro pernambucano do início do decênio de 1870, muitos trabalhadores livres devem ter migrado para o leste em busca de empregos na zona do açúcar. No final da década de 1870 as grandes secas forçaram milhares de sertanejos, a buscar trabalho nos canaviais. Nos meses de colheita, nos anos do decênio de 1890, os engenhos registraram que 45% de sua força de trabalho compunha-se de migrantes sazonais vindos do sertão. Como a maior parte deles mantinham suas casas no oeste, para lá regressando com as primeiras chuvas, não figuraram no censo de 1890 como um aumento proporcional da população da zona da mata.[5]

QUADRO 29

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO A COR E A REGIÃO

Cor e Região	Anos dos Censos 1872	1890
População Total da Zona da Mata como percentagem da População Total de Pernambuco	54%	46%
Pessoas de Cor da Zona da Mata como percentagem das Pessoas de Cor de Pernambuco	55%	52%
Pessoas de Cor de Recife em relação à População Total de Recife	55%	56%
Pessoas de Cor da Zona da Mata, menos Recife, em relação à População Total da Zona da Mata menos Recife	84%	87%

FONTES: *Recenseamento da população...1872*, v. XIII, p. 214. Directoria Geral de Estatística, *Sexo, raça e estado civil...31 de dezembro de 1890*, pp. 94-99.

Os senhores de engenho empregavam o trabalho livre de diversos modos, todos mantendo os empregados em dependência. Tradicionalmente, um dos sistemas mais comuns tinha sido a agregação *(squatting)*. Os agregados (moradores, também chamados de camumbembes) constituiam 95% da população livre do sul da zona da mata, segundo estimativa de Tollenare. O proprietário concedia um lote de terra inferior ao agregado para que ele construísse sua cabana de folhas de palmeira ou de barro e plantasse um produto alimentício, como mandioca, feijão, milho ou bananas. O dono da terra protegia o agregado, seguidamente em dificuldade com as autoridades ou com outros fazendeiros. Em troca de tais favores o morador pagava uma parcela, talvez um décimo de sua colheita, sevia de guarda contra intrusos e alinhava-se com o fazendeiro em suas lutas contra o governo e os vizinhos. Às vezes os agregados trabalhavam um número específico de dias da semana para o dono das terras, situação conhecida por morador de condição e que prevalecia na mata seca onde as plantações e a força escrava de trabalho eram menores.[6]

O agregado vivia temeroso de seu senhor.

"Não tem a certeza de acordar no mesmo lugar onde anoitecera aquele que se alberga numa mesquinha choupana,

levantada em terra alheia, concedida como esmola para morar, não enquanto bem se conduzir e pagar o preço estipulado em arrendamento escrito, mas sim enquanto quiser sujeitar-se a servir de instrumento à lascívia, à vingança privada, aos ódios e rivalidades políticas, ajudando o *senhor* a pelejar nos comícios eleitorais por uma causa que não é a sua".[7]

Por sua parte, os donos de terras justificavam "seus despejos violentos e caprichosos" com alusões à falta de responsabilidade do agregado:

> "Esta horda de homens sem costumes, sem moral e sem respeito aos direitos alheios, senão quando há receio de emprego de meios absolutos e despóticos, que muitas vezes o proprietário se vê na dura colisão de empregar... Atualmente acha-se o proprietário à mercê do trabalhador, do morador, etc., que só moram na propriedade até o dia em que podem enganar o proprietário e conseguido que seja o seu intento retira-se sem dar a menor satisfação ao proprietário, que muitas vezes lhe matou a fome e cobriu-lhe as carnes dando-lhe o que vestir."[8]

Os assalariados e diaristas constituíam o segundo grupo, pela ordem de tamanho, dos trabalhadores livres dos engenhos. Os trabalhadores não qualificados e sazonais, vencendo paga diária, eram os mais numerosos (Quadro 30). Bem antes de 1888 os senhores de engenho já contratavam mão-de-obra, que chegava a ser mais barata do que a escrava (Quadro 31). O Quadro 31 provavelmente subestima o custo diferencial, pois o dono de terras tinha dificuldade em encontrar tarefas produtivas para todos os escravos, fora dos meses de colheita. Assim, tinha de seguir pagando seu custo de subsistência, que na década de 1870 tornou-se uma parcela crescente do custo do trabalho escravo. Os trabalhadores livres, ao contrário, podiam ser despedidos a qualquer momento, sem ulteriores obrigações. A maioria dos diaristas livres ganhavam sua paga durante os meses de colheita, entre setembro e março. O resto do ano, a menos que conseguissem emprego para plantar e cultivar cana ou manter o equipamento de engenho, saíam da folha de pagamento. Os trabalhadores assalariados com empregos estáveis eram os menos numerosos nos engenhos. Desempenhavam encargos que exigiam qualificações administrativas e técnicas, e seu número cresceu com a modernização dos engenhos (Quadro 30).[9]

Na segunda metade do século XIX, mudanças nos níveis salariais dos trabalhadores qualificados e semi-qualificados os favoreceram amplamente, segundo várias descrições de empregos, os salários efeti-

vos registrados dobraram entre 1876 e 1896. Entre os diaristas, por outro lado, os índices reais declinaram, de um modo geral, apesar da população relativamente estável e da crescente produtividade. (Quadros 14, 22, 30 e 32) Os salários reais subiram lentamente na década de 1850, alcançando seu mais elevado nível no decênio de 1860 e primeiros anos da década de 1870, em resposta à demanda crescente dos construtores ferroviários e dos produtores de algodão. No final do decênio de 1870, entretanto, as secas expulsaram muitos habitantes do sertão para a zona da mata, onde o desespero os forçou a aceitarem níveis salariais inferiores.[10]

Os salários continuaram baixos na década de 1880, devido ao crescente número de ex-escravos que ingressaram no mercado de trabalho. Nos primeiros anos após a abolição, quando abruptamente 40 mil ex-escravos tornaram-se assalariados potenciais, os salários reais caíram a níveis inferiores aos de 1850. Em meados do decênio de 1890 verificaram-se os maiores salários nominais do século, mas a elevação do custo de vida eliminou qualquer ganho real dos assalariados.

Os assalariados rurais sofreram uma queda de padrão de vida, em parte, por não se defenderem mediante a organização de sindicatos. A primeira década da República viu organizarem-se os primeiros sindicatos e a deflagração das primeiras greves da história de Pernambuco.

O Centro Operário, organização pioneira dos trabalhadores de Pernambuco, anunciou sua constituição em julho de 1890 e após oito meses um grupo de trabalhadores de refinarias de açúcar de Recife declarou-se em greve, a primeira, reivindicando 50% de aumento de salários. Em tempo algum desse período, os trabalhadores dos engenhos uniram-se para adotar atitudes semelhantes. É de presumir que o mais baixo nível de consciência de classe e o rígido controle político dos donos de terras impedissem o advento de tais organizações de trabalhadores. Além do mais, os trabalhadores rurais eram usados como fura-greves: três proprietários de usinas de Escada ofereceram-se para levar seus homens para Recife a fim de ajudarem a derrotar a greve de 1906.[11]

O terceiro modo de empregar trabalhadores livres nos engenhos – menos importante em número, porém materialmente o mais cômodo – era a parceria (arrendamento). O lavrador (rendeiro, parceiro) recebia um lote de terra para cultivar cana: às vezes o latifundiário fornecia as mudas a plantar na primeira safra e permitia que o parceiro cultivasse produtos alimentícios para seus familiares e escravos. O lavrador tinha de plantar, cultivar, cortar e transportar a cana para o engenho na época designada pelo proprietário. Tinha de pagar o dono da terra com metade da própria safra de cana ou do açúcar com ela fabricado, e

Quadro 30

SALÁRIOS E VENCIMENTOS REAIS NAS PLANTAÇÕES DE CANA EM PERNAMBUCO

(em réis)

Descrição do emprego	Número de empregados	1876	Número de empregados	1896	Mudança percentual do pagamento
1. Diaristas					
Cortadores de cana, amarradores	257 (no campo)	$581	15 (no engenho)	$445	– 23
Caldeireiro, tacheiro	6	$872	3	$612	– 30
Trabalhador de turbina	3	$698	5	$834	20
Bagaceiro	4	$640	2	$501	– 22
Fornalheiro, ajudante de foguista	2	$640	3	$473	– 26
2. Assalariados (por ano)					
Administrador	1	65$000	1	1:001$000	115
Mestre de açúcar	1	429$000	1	834$000	94
Feitor	1	334$500	1	250$000	– 25
Cirurgião, boticário, enfermeiro	1	320$000	1	1:001$000	213
Destilador	1	203$000	1	334$000	65
Caixeiro (guarda-livros)		203$000	1	334$000	65

OBSERVAÇÃO: Estes dados provêm de três engenhos diversos; pressupus a comparabilidade das descrições dos empregos e das escalas de pagamentos (diárias e vencimentos). Sempre que um âmbito de pagamento foi dado tomei a média. Todos os valores nominais foram deflacionados pelo índice de preços de 1852 (Quadro 26)

FONTES: Presciano de Barros Accioli Lins, "Despezas de algumas experiencias feitas no engenho Tinoco sobre a manipulação da canna, seu assucar e aguardente", *Jornal do Recife*, 5 de maio de 1876. José Bezerra de Barros Cavalcante, "Demonstração do resultado da canna segundo o uso geral nos engenhos desta provincia", *ibid.*, 28 de julho de 1876. "Relatório que ao Excmº Sr. Conselheiro Governador do Estado apresenta o Engenheiro Adolph Barbalho Uchoa Cavte Acerca dos trabalhos da Escola Industrial Frei Caneca no 1º semestre de 1896", *Diário de Pernambuco*, 2 de setembro de 1896.

QUADRO 31
CUSTO MENSAL COMPARADO DA MÃO-DE-OBRA EM PERNAMBUCO
(em réis)

J – Juros, 15% a.a. [a]
D – Depreciação, 7% a.a. [b]
M – Manutenção (alimento e roupa) [c]
T – Custo mensal total [d]

S – Salário diário mínimo
ST – Custo salarial total
25 dias de trabalho ao mês.

Ano	Mão-de-obra escrava		Mão-de-obra livre	
1817	J	1$108		
	D	$846		
	M	1$083	S	$160 [e]
	T	3$137	ST	4$000
1857	J	15$000		
	D	6$996		
	M	7$914	S	$978
	T	29$910	ST	24$450
1862	J	10$838		
	D	5$055		
	M	5$112	S	1$043 [f]
	T	21$005	ST	26$075
1874	J	5$700		
	D	2$659		
	M	5$952	S	1$000
	T	14$311	ST	25$000
1880	J	8$538		
	D	3$982		
	M	6$654	S	$640
	T	19$174	ST	16$000
1887	J	3$538		
	D	1$650		
	M	5$814	S	$530 [g]
	T	11$002	ST	13$250

a. As taxas de juros, após 1850, às vezes superavam os 1,25% ao mês referidos por Tollenare. Mesmo a 2% ao mês, entretanto, as comparações não se alterariam (ver Capítulo 4).

b. Pressupus que o proprietário de escravo o tivesse comprado no início de sua vida de trabalho, que estaria pela média dos 15 anos. Este pressuposto, provavelmente, é generoso: outros dados sugerem que a própria vida média do escravo não ultrapassaria os 27 anos. Ver W., "Seguro contra a mortalidade dos escravos", *Diário de Pernambuco*, 24 de

novembro de 1856, onde é feita uma estimativa de 20 anos para a vida média do escravo, e Arriaga, *New Life Tables*, p. 42, que calcula para o Brasil, em geral, a média de expectativa de vida, para os nascidos em 1872, de 27,4 anos. Uma vida ativa de 15 anos pode ter sido comum no café. Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, p. 256. Mesmo se presumi uma vida ativa de 30 anos, entretanto, que reduziria os custos de depreciação dados à metade, a mão-de-obra livre ainda seria mais barata do que a escrava, nos anos observados.

c. O custo do vestuário foi pressuposto como sendo igual a um sexto do custo da alimentação estimado por Tollenare em *Notas Dominicais*, p. 75. Também foi pressuposto que os preços unitários de varejo, na zona açucareira, fossem o dobro dos preços de Recife, indicados no Quadro 26.

d. Comparar com Roberto Simonsen, "As conseqüências econômicas da abolição", *Jornal do Comércio* (São Paulo), 8 de maio de 1938, reproduzido na *Revista do arquivo municipal* (São Paulo), ano IV, v. XLVII (maio de 1938), p. 261, em que ele calcula que enquanto os escravos custavam 900$000 e so salários eram de 400 réis, a mão-de-obra escrava custava pelo menos 50% mais do que a mão-de-obra livre, no norte. Comparar ainda com Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, p. 198, que concluiu que na Bahia, em 1879, a manutenção mensal do escravo custava 12$500 e no oeste de São Paulo, em meados do decênio de 1880, a manutenção do escravo custava 20$000 por mês.

e. Parti do pressuposto de que a remuneração de 1817 fosse igual às de 1802 a 1829 registradas no Quadro 32 do presente livro.

f. O custo da mão-de-obra livre superou o da escrava em 1862 e 1874, em parte por causa do nível salarial excepcionalmente alto e em 1887 devido ao preço ínfimo do escravo.

g. Calculei a média dos salários de 1886 e 1888 para chegar aos de 1887.

FONTES: Tollenare, *Notas Dominicais*, pp. 74-75. Ver Quadros 25, 26 e 32 do presente livro.

também a metade de todo o melaço, de toda a aguardente e de todos os produtos residuais.[12]

Esta modalidade de relacionamento entre dono de terra e lavrador existia desde o século XVI e, pelo século XIX, os lavradores constituiam uma pequena mas crescente classe média rural. Tollenare registrou de dois a três deles por engenho no início do século XIX; de um modo geral, eram brasileiros brancos e cada um possuía seis ou sete escravos. Em 1842 esta categoria de agricultores era proprietária de 30% dos escravos dos 383 engenhos investigados; uma década depois produziam a cana de 42% do açúcar de Jaboatão; e em 1878 há referências sobre provir da cana por eles produzida a metade do açúcar exportado pela província.[13] Esta crescente dependência dos lavradores prefigurava a divisão de trabalho corporalizada na usina e no engenho central. Pareceria que os preços declinantes do açúcar levassem os senhores de engenho a minimizar seus riscos, mediante a delegação do cultivo aos lavradores assim relacionando firmemente o custo da cana ao preço do açúcar.

Os latifundiários estimulavam a parceria. "Ao homem desfavorecido da fortuna presentemente não falta terrenos onde ele possa trabalhar, e isto quer por meio de aforamento mediante ridículas e insignificantes quantias, quer mediante um muito pequeno lucro que eles dêm

QUADRO 32
MÃO-DE-OBRA RURAL NÃO QUALIFICADA. MÍNIMO SALÁRIO DIÁRIO EM PERNAMBUCO
(em réis)

Ano	Nominal	Real (1852=100)	Ano	Nominal	Real (1852=100)
1802	$160	s/dados	1884	$800	$415
1829	$160	s/dados	1886	$500	$319
1842	$255	s/dados	1888	$560	$418
1855	$580	$330	1889	$600	$255
1856	$652	$295	1890	$500	$240
1857	$978	$459	1895	1$200	$283
1859	1$076	$432	1896	1$200	$334
1862	1$043	$756	1897	1$500	$291
1874	1$000	$625	1900	1$200	$396
1876	1$000	$581	1902	$800	$333
1880	$640	$358	1910	1$030	s/dados
1882	$800	$345			

FONTES: *1802:* Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, vol. VII, p. 104. *1829: ibid.*, V. IX, p. 313. *1842:* G.T.Snow a Daniel Webster, Pernambuco, 1 de setembro de 1843, in U.S. House of Representatives, *Executive Documents*, Second Session of 28th Congress, v. 3, D. 73, p. 247. No cálculo do salário apliquei a taxa cambial média, não a par, predominante. Onody, *A Inflação Brasileira* pp. 22-23.
1855, 1856, 1857, 1862: Relatório de Hunt, Pernambuco, 18 de agosto de 1864, in *Parliamentary Papers*, 1857, HCC, v. LIII, *AP*, v. XXIV, pp. 366-367. Quanto a *1856*, consultar também Bellamy a Sherburne, Pernambuco, 2 de dezembro de 1856, *ibid.*, 1857, HCC, v. XLIV, *AP*, v. XX, p. 252.
1874: Informações sôbre o Estado da Lavoura", p. 160. *1876:* Milet, *Os Quebra Kilos*, pp. 4-5. *Idem.*, *A Lavoura da Canna de Assucar*, pp. 104-112. *1880:* "Banco Agrícola", *O Brazil Agrícola*, Anno II, 15 de novembro de 1880, p. 38. *1882:* "Bancos de Crédito Real", *Diário de Pernambuco*, 12 de agosto de 1882. *1884:* Um agricultor, "O abolicionismo e a lavoura", *ibid.*, 6 de abril de 1884. *1886:* SAAP, Livro de Atas nº 2, 10 de fevereiro de 1886.
1888: Milet, "A Colonisação", *Diário de Pernambuco*, 17 de maio de 1888. *1889:* "Representação dirigida ao governo da provincia pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura", *ibid.*, 13 de agosto de 1889.
1890: "Nucleo Suassuna", *ibid.*, 7 de fevereiro de 1890. *1895:* "Pela Lavoura", *Jornal do Recife*, 30 de julho de 1895. *1896:* "Escola Industrial Frei Caneca", *Diário de Pernambuco*, 16 de setembro de 1896.
1897: "Report on the Trade and Commerce of the Consular District of Pernambuco for the year 1897", *Parliamentary Papers*, 1898, HCC, v. XCIV, *AP*, v. 43, p. 8. *1900:* "Report on the Trade of the Consular District of Pernambuco for the years 1899-1900", in *ibid.* 1901, HCC, v. LXXXI, *AP*, v. 45, p. 12. *1902:* Um Agricultor, "O Preço do Assucar", *Diário de Pernambuco*, 11 de janeiro de 1902. *1910:* Directoria Geral de Estatística, *Industria Assucareira. Usinas e Engenhos Centraes*, pp. 3-6.

aos proprietários que lhes franqueiam toda sua propriedade para eles a cultivarem da maneira que lhes convém...às mais das vezes dá-lhes casas, só com o desejo de ver suas propriedades habitadas e cultivadas". Outro senhor de engenho salientava o exemplo de um lavrador que começara com dois escravos e chegara ao fim da vida com um título de nobreza, uma propriedade do valor de 1.000 contos e nove filhos que alcançaram "avultadas fortunas".[14] Dez anos antes da abolição da escravatura José Manoel Pontual, latifundiário de Escada manifestava a esperança de que o arrendamento se tornasse "o único modo do futuro trabalho livre na produção do açúcar".[15] O próprio lavrador era menos entusiasta em relação ao sistema. Embora pagasse arrendamento em cana-de-açúcar, normalmente não firmava qualquer contrato especificando os termos de sua posse. O senhor de engenho podia obrigá-lo a aceitar empréstimos a taxas usuárias e pesagens inexatas de sua cana. Caso ele opusesse objeções o dono do engenho (e da terra), que tinha diversas fontes fornecedoras de cana, podia recusar-se a moer a do recalcitrante – e esta tinha de ser moída dentro de 48 horas, após o corte, para que produzisse mais caldo. O lavrador não tinha liberdade para procurar outro comprador de sua produção – e nem o custo do transporte o admitiria – e sequer poderia dar-se ao luxo de perder sua única possibilidade de vender a dinheiro. Se mantivesse posição de resistência o senhor de engenho poderia expulsá-lo da terra e encontrar, facilmente, outro sem-terra para cortar e entregar-lhe a cana. Resultado desta insegurança era o lavrador investir seu excedente monetário em ativos móveis, como escravos e gado, passíveis de serem carregados consigo, ele que "levava vida quase nômade, errando de engenho em engenho".[16]

Diversos agricultores recomendavam o aprimoramento do sistema da parceria tanto para estabilizar a mão-de-obra e assegurar o fornecimento de cana quanto para melhorar a vida dos lavradores. Ignácio de Barros Barreto via "na parceria um corretivo eficaz para a deficiência de braço escravo", mas encarava a necessidade de "proporcionar certas vantagens aos nossos lavradores ou parceiros, já lhes assegurando melhor qualidade dos produtos, por nós fabricados; já lhes facilitando o transporte das canas para as nossas fábricas ou engenhos, e preparando-lhes até os terrenos das plantações, quando os trabalhos da arrotéia sejam superiores às suas forças". Francisco do Rego Barros de Lacerda proclamava que supria seus lavradores com escolas primárias, roupas, livros e materiais, casas e juros sobre os fundos que lhe confiavam, bem como adubos, sementes e ferramentas. Outros proprietários de terras recomendavam a redução da parte do senhor de engenho na parceria, pagamento em dinheiro e a venda das terras aos parceiros, além da assinatura de contratos formais.[17]

A despeito do exemplo de alguns e das recomendações de outros, o sistema do arrendamento perdurou com escassas modificações. Em resultado da transição do engenho à usina, os lavradores menores que supriam as usinas passaram a ser chamados de parceiros, pagando a título de arrendamento a metade da cana que produziam. Os lavradores maiores, conhecidos como rendeiros, pagavam percentagens menores e decrescentes, na medida em que sua produção aumentava, mas eram também forçados a proporcionar uma certa quantidade mínima de cana, arcando com a responsabilidade financeira em caso de fracasso no cumprimento desta obrigação. Em certo sentido, a modernização ampliou este sistema para incluir nele os senhores de engenho conhecidos por fornecedores, que proviam de cana a usina ou o engenho central. Estes, também, podiam chegar a um grau de dependência do usineiro, que lhes financiava a safra e a comprava, semelhante à dos parceiros. Nas safras de 1902-1907 uma das maiores usinas pernambucanas – a União e Indústria, de Escada, – comprou cana de uns 18 fornecedores, em média, e de 14 rendeiros, operando num total de 18 engenhos.[18]

Trabalho Compulsório

Embora o nível reduzido dos salários indicassem uma relativa abundância de mão-de-obra, seguidamente os agricultores se queixavam da qualidade dos trabalhadores livres. Habituados à dócil mão-de-obra escrava, indignavam-se com a preguiça e a instabilidade dos trabalhadores, com sua resistência a trabalhar constantemente, por longos períodos. Estas queixas levaram alguns a reclamar leis repressoras da vadiagem, que forçassem os homens ao trabalho.

A inconstância dos trabalhadores rurais livres era notória; os ex-escravos e os muladeiros, especialmente, recusavam empregos fixos. Um agricultor indagou "como se pode trabalhar bem com gente livre quando esta não têm constância no serviço e não se sujeita ao contrato de engajamento e só procura enganar e caminhar de engenho em engenho, embriagando-se e furtando canas e mandioca?"[19] Outros lamentavam-se porque "os trabalhadores não têm, em geral, hábitos de trabalho e entendem que o ser livre é ter a liberdade de não trabalhar, embora a ociosidade a que se entregam seja-lhes altamente prejudicial". Nas cidades e centros urbanos menores "os emancipados recusavam-se ao trabalho e preferiam a vida erradia", ou trabalhavam somente poucos dias por semana, "caso pudessem ganhar o suficiente para o resto da semana".[20]

Os muladeiros, desempregados em grande quantidade pelo advento das ferrovias, causavam especial desgosto aos agricultores. "Os

almocreves, entregues a uma vida nômada, sem os hábitos tão preciosos do trabalho, sem o apego ao solo, que gera o amor do lar doméstico e todas as afeições da família, sobre serem tantos braços roubados à cultura da terra, constituem um seminário donde nos tem saído quase todos os assassinos de nomeada e os ladrões de cavalos". Os muladeiros viviam no que os economistas modernos chamam de desemprego disfarçado; "quem tiver andado pelo interior de nossas províncias há de ter encontrado com esses bandos imensos de almocreves, que enchem as estradas e que bem parecem caravanas de beduínos. Por que isto? Por que se empregavam tantos homens nessa indústria de transporte, tão pouco lucrativa e que tanto retarda o seu desenvolvimento moral?"[21]

Os donos de terras consideravam os vagabundos tão reprováveis que propuseram a aprovação do trabalho compulsório. Já em 1851 muita gente temia uma extensão da definição de escravo para incluir todos os homens de cor e quando o governo imperial, por decreto, determinou um registro de nascimentos e óbitos segundo a cor, estalaram revoltas armadas, em dezembro de 1851 e em janeiro de 1852, em doze distritos açucareiros. Os rebeldes – conhecidos também por "maribondos" – temiam que o novo registro ajudasse as autoridades a forçar os homens de cor a trabalharem, e reuniram mil homens em Pau d'Alho. O governo provincial enviou dois batalhões de infantaria ao seu encontro, mas os rebeldes, tendo recebido garantias tranquilizadoras, debandaram sem combater.[22]

Quando os salários subiram, no início do decênio de 1870, novamente a idéia do trabalho compulsório atraiu muita atenção. Para levar os muladeiros a trabalharem nas plantações um senhor de engenho escreveu que "só [se estava] precisando que o governo em leis especiais tome medidas para que seja reprimida a vagabundagem". Em 1874 um grupo inquieto reuniu-se em Escada, para ler um documento "que tinha por fim obrigar as pessoas livres ao trabalho gratuito". A reunião só foi dispersada por frades que convenceram os presentes da inexistência de tal documento. Mesmo pelo fim da década de 1870, quando os retirantes da seca podiam ser contratados pela metade dos salários normais, os senhores de engenho ainda estavam convencidos de que "muito necessária será uma lei que torne o trabalho obrigatório" e reivindicavam "que seja imposto um regime policial severo a que deverão estar sujeitos todos os indivíduos sem arte, sem ofício". "Obriguemos os ociosos a trabalharem..." foi a exortação de um orador do Congresso Agrícola de Recife de 1878, porque "a aglomeração de ociosos nos grandes centros de população é um perigo iminente, é uma revolução adiada, é uma revolução brutal". Outros porta-vozes afirmaram que o

trabalho livre compulsório poderia permitir que os agricultores conservassem legalmente nas propriedades os filhos livres dos escravos. Na véspera da abolição definitiva o líder do grupo do Banco de Crédito Real redigiu um panfleto reclamando asilos estaduais e instituições de caridade para a pobreza, além de severas penas para vagabundos e mendigos que não se recolhessem a tais instituições. Esta proposta foi apoiada pelo chefe de polícia.[23]

Porém, no momento em que os políticos aboliam, afinal, a escravatura e concediam subsídios para a imigração, seria ingênuo, senão atrevido, esperar que as mesmas autoridades aprovassem novas formas de trabalho obrigatório. Além disto, mesmo que tais recomendações tivessem sido acolhidas, provavelmente não teriam produzido os resultados esperados. A vagabundagem resultava menos do baixo caráter moral, ou do mau policiamento, do que da falta de estímulo. Os baixos níveis salariais, a escassez de terras, o hábito de pagar em espécie ou em parcelas e de cobrar preços inflacionários pelos produtos vendidos no barracão – eram outros tantos fatores de desestímulo do trabalhador rural. Quando um químico açucareiro de renome nacional advertiu que o salário vigente "evidentemente não pode servir de incentivo ao trabalhador", não lhe prestaram atenção. Em vez de ouví-lo, os proprietários da usina indagaram-se sobre a possibilidade de resolver seus problemas, oriundos da crise de mercado, mediante cortes de salários e vencimentos, e vaiaram um orador na Conferência do Açúcar de Recife, de 1905, que sugeriu a substituição dos salários pela participação nos lucros.[24]

Imigração

Enquanto os agricultores consideravam o melhor modo de restabelecer o trabalho compulsório, outras pessoas – na maior parte comerciantes de Recife – promoviam esporadicamente a imigração de estrangeiros para melhorar a qualidade da mão-de-obra, porém, com resultados igualmente escassos.[25] Esta experiência constituiu flagrante contraste com a instalação de milhares de imigrantes nas províncias do Centro-Sul, no mesmo período. Os intentos mais numerosos de atrair a corrente imigratória para Pernambuco coincidiram com a abolição gradual da escravatura. Em 1857 um grupo de destacados comerciantes portugueses do Recife constituiu a Associação para a Colonização de Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Esta se propôs a estabelecer "imigrantes morigerados, agricultores industriosos" nas "terras devolutas ou em outras pertencentes ao domínio público e particular". A entidade receberia indenização governamental por subsidiar em passagens e a manutenção, arrendamento e vendas das terras da associação, juros

sobre os empréstimos feitos aos colonos e adiantamentos aos proprietários rurais que importassem seus próprios imigrantes. O governo imperial aprovou os estatutos do grupo e emprestou 500 contos de capital, mas em 1858 a associação dissolveu-se. O governo imperial, em 1857, também determinou a realização de um inquérito preparatório para a instalação de uma colônia agrícola perto da fronteira alagoana, a ser realizada por monges trapistas belgas; porém, quatro anos depois o projeto foi afastado por falta de acordo com o monge superior.[26]

Em 1864 um aristocrata polonês, o conde Anton Ladislaw Jasiensky surgiu em Pernambuco pretendendo promover a imigração de polacos. A Assembléia Provincial, prontamente, criou uma loteria para cobrir os gastos da Associação Promotora da Colonização Polaca no Brasil. Mas logo a ACBP queixou-se de que "a colonização polaca com que nos pretenderam fascinar não passou de uma verdadeira mistificação." Ao terminar a Guerra Civil norte-americana quatro famílias dos estados confederados derrotados estabeleceram-se entre Palmares e Garanhuns, começando a plantar algodão. O governo da província contratou uma estrada de acesso à colônia e o presidente pernambucano referiu-se ao pequeno grupo, em 1866, como estando "satisfeito", mas os norte-americanos não colheram a segunda safra.[27]

A Lei do Ventre Livre de 1871 tornou a despertar o interesse pela imigração. O presidente da província convocou uma reunião pública para criar a Sociedade Auxiliadora da Imigração e Colonização para a Província de Pernambuco. Líderes políticos, comerciantes e fazendeiros puseram-se à frente da sociedade, que se propôs a comprar e transferir terras a colonos, a pleitear junto ao governo imperial medidas consentâneas e a manter uma hospedaria de imigrantes perto de Recife. A Sociedade levantou, logo, 73 contos de capital, mas nunca fez mais nada. O sempre empreendedor Bento José da Costa Júnior firmou contrato, no final de 1871, com o governo imperial para trazer 15 mil colonos a tanto por indivíduo, durante cinco anos para as províncias ao norte de Alagoas; mas embora seu contrato fosse renovado em 1874, fracassou completamente. Joaquim Caetano Pinto Júnior firmou contrato semelhante em 1875: sua primeira leva de 116 imigrantes logo retornou "dizendo que o salário era muito pequeno, e que não sendo agricultores não lhes convinham os lotes de terras que lhes ofereciam... ."[28] Joaquim Lopes Machado, ajudou 295 imigrantes franceses a acomodarem-se no Arsenal da Marinha, de Recife, em 1875, mas "os imigrantes encontraram tão difíceis circunstâncias, que poucos obtiveram arranjo, tendo a maior parte preferido seguir para o Pará, a expensas do governo, ou voltar para a Europa à custa de subscrições que promoveram com o auxílio de seus cônsules." De outros 179 imi-

grantes franceses, que também se alojaram no arsenal naval em 1875, somente uns "poucos foram contratados para a agricultura, não havendo um só que quisesse os lotes de terra que se acham demarcados".[29]

Os fracassos contínuos desestimularam quaisquer novos planos de imigração até o fim da década de 1880. Quando a iminência da abolição levantou o espectro da escassez da mão-de-obra, em 1888, o governo imperial nomeou José Osório de Cerqueira para Inspetor-geral de Terras e Colonização em Pernambuco, propondo-se a pagar as passagens transatlânticas dos imigrantes e abrindo um crédito de 50 contos para auxiliar colônias de imigrantes em Pernambuco. José Osório publicou uma encomiástica descrição da província de Pernambuco em português, francês e italiano, em edição de 18 mil exemplares de tiragem. O presidente provincial nomeou uma comissão, que constituiu a Sociedade Promotora da Colonização e Imigração sob a liderança de negociantes de Recife. No ano seguinte o governo imperial aumentou seu subsídio para 120 contos e as autoridades provinciais adquiriram o Engenho Suassuna, em Jaboatão, e a fazenda Jaqueira nas proximidades de Recife, editando um mapa de Pernambuco (tiragem de 20 mil exemplares) e autorizando Henrique Marques de Holanda a fixar dez famílias européias em sua Usina Mameluco. O interesse pela imigração alcançou seu apogeu quando o Inspetor-geral anunciou que 100 mil colonos tinham sido contratados para as províncias entre Pará e Bahia, e a imprensa noticiou a contratação de 775 mil europeus.[30]

Porém, o entusiasmo pela imigração estava na dependência das reações imediatistas à abolição e dos subsídios oficiais. Nos primeiros anos da República o governo nacional perdeu o interesse pelo estabelecimento de colonos e, logo, o governo estadual recusou-se a suportar os gastos correspondentes. Também, é importante notar que as colônias, em si, não correspondiam quer às expectativas dos imigrantes quer às promessas dos seus promotores. Pelo fim do decênio de 1890 a hospedaria de imigrantes em Jaqueira abrigava 117 estrangeiros, na maioria italianos, franceses, belgas e uns poucos espanhóis. Menos da metade eram trabalhadores agrícolas ou operários, e a maioria era constituída por artesãos, artífices e comerciantes. No Engenho Suassuna queixavam-se os imigrantes de que as pagas diárias não correspondiam às promessas que lhes haviam sido feitas em Buenos Aires e Montevideo, de que a alimentação era insuficiente, de que suas habilitações eram dispensáveis para o serviço oferecido. Surgiram disputas entre os imigrantes e os brasileiros que não entendiam a língua dos italianos e franceses, nem seus costumes, e muitos imigrantes partiram para a Europa ou para o Rio de Janeiro.[31]

O governo federal fez um derradeiro esforço. Adquiriu mais três engenhos em Jaboatão e rebatizou a colônia ampliada – agora com 2.200 hectares – de Colônia Barão de Lucena. Os colonos cultivavam cana-de-açúcar, cacau e café, além de gêneros alimentícios, em pequenos lotes de até 22 hectares. Porém a colônia ampliada não andou melhor que suas antecessoras. O novo Inspetor-geral de imigração, Manoel Barrata Góes, decidiu em 1893 construir uma usina numa propriedade vizinha, de sociedade com o financista português Joaquim Lopes Machado, que tinha comprado lotes na colônia. Juntos constituiram a Companhia Progresso Colonial, com 400 contos de capital, mas a sociedade durou pouco. Barrata Góes acusou Machado de nepotismo e de tentar adquirir toda a colônia. O acusado reagiu, afirmando que o Inspetor-geral fraudara o Tesouro Nacional por ter pago sobre-preço pelas terras e escondido o fato de ser, ele próprio, o principal acionista da companhia. Os colonos tomaram partidos na disputa e o escândalo conseqüente forçou o governo nacional a deixar de subsidiar o projeto e a ceder a colônia ao governo estadual. O governador Barbosa Lima observou que a colônia dava terras "a pessoas abastadas, residentes nesta e na vizinha cidade de Jaboatão, comerciantes, industriais e até funcionários públicos que tudo poderiam ser, menos *colonos* nem imigrantes" – e suspendeu o apoio estadual. Em 1895 a colônia foi dividida em lotes e vendida em hasta pública. O mesmo governador fez, também, um último e modesto esforço para promover a imigração, enviando agentes à Espanha e Portugal com o fim de contratarem artesãos, alfaiates e pedreiros, mas o governador seguinte rescindiu os contratos.[32]

A crédito dos pernambucanos lance-se o terem recusado o pior dos possíveis planos imigratórios: a importação de trabalhadores africanos sob contrato, ou de cules chineses. A Assembléia Provincial rejeitou a idéia de contratar africanos livres, dois dos quais seriam dados a cada proprietário de escravos que libertasse um dos seus, em 1857. Na década de 1880 um porta-voz dos fazendeiros repeliu, novamente, a idéia e argumentou: "ainda quando fosse praticável, seria inconveniente e até imoral, boçal e indolente, etnologicamente falando, o homem da raça negra no seu país natal é incapaz de compreender o que seja um contrato e só aprende a trabalhar com medo do castigo".[33]

As propostas para importar chineses encontraram idêntico desinteresse, especialmente porque os pernambucanos temiam que os chineses viessem a ficar com os maiores lucros. O *Jornal do Recife* advertiu que "as qualidades especiais dos chineses, a sua habilidade como operários, a sua sobriedade e economia a facilidade com que amoldam-se a todas as exigências, contando que ganhem dinheiro, chega ao ponto

de os fazer desempenhar todos os papéis, inclusive os por toda a parte reservados ao sexo fraco, como sejam os de lavadeiras, engomadeiras, costureiras e até amas secas, asseguram-lhes, em todas as partes onde conseguem implantar-se, a preferência sobre os operários nacionais e dentro em pouco o monopólio do comércio e de todas as pequenas indústrias e serviços domésticos". O *Diário de Pernambuco* condenou a idéia como uma "nova escravidão, embora disfarçada sob o manto de locação de serviços". Henrique Augusto Milet insistiu em que "não há fusão possível daquelas raças – mongólica e dravidiana – com a nossa; e os 100 ou 200 mil chineses que hoje existem na Califórnia e estados limítrofes já estão comprometendo seriamente o futuro daquela parte dos Estados Unidos". Embora os trabalhadores chineses já prestassem serviços aos senhores de engenho das ilhas Maurício, Reunião e outras Antilhas, Milet punha ênfase na afirmação de que normalmente eles regressavam à pátria após a colheita, não gastando seu salário no país hospedeiro nem lhe aumentando a população.[34]

As cifras censitárias comparáveis demonstram, com clareza, o fracasso das tentativas pernambucanas de atrair imigrantes agrícolas. Em 1872, o primeiro censo nacional contou 13.444 estrangeiros em Pernambuco; a metade constituída de portugueses, 40% de africanos escravos e livres. Em 1890, a população estrangeira chegava só a 2.690 indivíduos, o que parece uma subestimativa mas, ainda assim, bem baixa em comparação com o verificado nos estados do Centro-Sul. Em 1900 já havia 11 mil estrangeiros, aproximadamente, dos quais 23% eram portugueses (Quadros 33 e 34).

Tais portugueses, em sua maioria, se integravam no comércio urbano sem afetar a oferta de mão-de-obra agrícola. Realmente, os brasileiros ressentiam-se tanto desta predominância portuguesa no comércio que, ocasionalmente, levantavam-se, revoltados, contra isto.[35]

O clima, a escassez de terras e a relativa prosperidade explicam porque os imigrantes não iam para Pernambuco e sim para as zonas do Centro-Sul. O clima pernambucano pode ter a desencorajado os europeus. A maior parte da zona açucareira fica no máximo a 400 metros acima do nível do mar e a menos de 10 graus ao sul do Equador. As temperaturas das épocas de colheita no verão têm a média de 27,2ºC e a temperatura média do inverno fica próxima dos 23,8ºC. Secas periódicas devastam o sertão e o agreste e embora a zona da mata sofra menos do que estas regiões ocidentais, tais calamidades naturais podem ter feito hesitar os europeus interessados e informados. A SAAP acreditava que os antropólogos e fisiologistas tinham provado que os colonos europeus não podiam trabalhar na agricultura tropical. Em São Paulo, por sua vez, o clima era mais temperado. E a altitude

QUADRO 33
POPULAÇÃO SEGUNDO A ORIGEM

Província ou Estado	Ano	Brasileiros	Aumento da população brasileira entre os censos (%)	Estrangeiros	População total	Estrangeiros sobre população total (%)
Pernambuco						
	1872	828.089		13.444	841.533	1,6
	1890	1.027.534	24.1	2.690	1.030.224	0,3
	1900	1.167.328	13.6	10.822	1.178.150	0,9
Rio de Janeiro [b]						
	1872	910.394		184.182	1.094.576	16,8
	1890	1.259.043	38.3	140.492	1.399.535	10.0
	1900 [c]	1.469.257	16.7	268.221	1.737.478	15,4
São Paulo						
	1872	807.732		29.622	837.354	3,5
	1890	1.309.723	62.2	75.030	1.384.753	5,4
	1900	1.753.092	33.9	529.187	2.282.279	23,2

a. Inclui africanos. Provavelmente estes totais são subestimativas em vista do Decreto 58, de 14 de dezembro de 1889, pelo qual a República considerou cidadãos brasileiros "todos os estrangeiros que já residiam no Brasil no dia 15 de novembro de 1889". Paula Beiguelman, *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos* (São Paulo, 1968), p. 106.
b. Inclusive o Município Neutro, mais tarde denominado Distrito Federal.
c. Os dados do Distrito Federal são de 1906.

FONTE: Oliveira Vianna, "Resumo histórico dos inquéritos censitarios", pp. 429-432, 462-463. 478-480.

QUADRO 34
PRINCIPAIS GRUPOS DE IMIGRANTES EM PERNAMBUCO

Ano [a]	Sexo	Portugueses	Italianos	Franceses	Ingleses	Espanhóis	Africanos
1872	M	5.637	292	201	179	189	3.065
	F	1.009	35	91	38	10	2.349
	Total	6.646	327	292	217	199	5.414
1900	M	2.015	397	56	146	124	
	F	446	163	83	96	38	
	Total	2.461	560	139	242	162	s/dados

a. Os dados divulgados do censo de 1890 não especificam nacionalidades.

FONTES: *Recenseamento da População .... 1872*, v. XIII, p. 218. Directoria Geral de Estatística, "Recenseamento da População em 31 de dezembro de 1900", pp. 142-143.

media de 800 a 900 metros, a mais de 20 graus ao sul do Equador, com temperaturas de verão inferiores a 21,1ºC, abaixo das temperaturas hibernais de Pernambuco, resultam num trabalho físico menos exaustivo.[36]

Muitos visitantes estrangeiros retornaram com impressão favorável sobre o clima pernambucano por nunca terem viajado para fora de Recife. E caracterizaram o porto como "notavelmente salubre", "o mais delicioso do Brasil", "o local mais saudável da costa", "a mais saudável das cidades tropicais" e "uma das mais salubres cidades da costa brasileira, senão a mais saudável".[37] Mas Recife, constantemente ao sopro de perenes brisas marinhas, não é um local característico da zona açucareira. Os cônsules estrangeiros, com maior experiência do que os visitantes ocasionais, advertiam que "o europeu ou anglo-americano pereceria sob o forte sol em menos de uma semana", "o trabalhador agrícola ou rural da Europa não pode suportar o clima a não ser por pouco tempo" e "este é decididamente um país inadequado para imigrantes ingleses". Uma interessante e importante excessão era o cônsul italiano, que informou a SAAP que sua pátria tinha uma "população numerosa, podendo seus emigrantes vir também para Pernambuco".[38]

Porém, só o clima não pode constituir a melhor explicação da falta de imigrantes em Pernambuco pois, havendo outras compensações eles se mostravam ansiosos por se trabalhar nos trópicos. No período colonial, por exemplo, a maior parte da imigração anterior ao século XVIII dirigiu-se para o Nordeste do Brasil. E nem se pode atribuir a ausência de imigrantes à especulação, ao oportunismo, à discriminação política e religiosa, ou à escravidão, pois tais fatores também existiam nas áreas do Centro-Sul, onde havia imigração maciça. A abolição da escravatura e a criação de um registro civil de nascimentos e óbitos, em 1888, eliminou certas barreiras e as demais foram afastadas pela liberdade religiosa e separação da Igreja e Estado proclamadas em 1890.[39]

A escassez de terras públicas na zona da mata – a região açucareira melhor servida por transportes públicos – desestimulava a imigração para Pernambuco. "Enquanto os terrenos da zona de beira-mar, mais próximos dos centros de consumo, mais povoados e melhor dotados de meios de transporte, estiveram trancados pelos grandes proprietários que não os utilizam, nem cedem à cultura, e mal os costeam em limitada extensão com o braço escravo; enquanto não garantirmos ao imigrante fácil aquisição das sobras desses terrenos... nunca veremos encaminhado para o Brasil o êxodo da Europa", advertiu um presidente da província. Outro aconselhou:

"Nesta província, onde as terras devolutas são encravadas nas de domínio particular e ocupam pequenas extensões é difícil pensar-se na criação de núcleos coloniais, pela necessidade de recorrer-se às aquisições custosas e algum tanto arriscadas de propriedades exploradas". Se em vez disto Pernambuco dispusesse de "grandes extensões de terrenos devolutos que permitirão a criação de importantes núcleos coloniais" como no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, os imigrantes teriam vindo. Em São Paulo, também eram escassas as terras na zona do café, e os imigrantes começaram como trabalhadores assalariados. Mas eles podiam ao menos ter esperança de ganhar o bastante para comprar sua própria terra no oeste, onde gradualmente iam sendo implantadas novas lavouras de café.[40]

O custo relativamente baixo de estabelecer-se na atividade cafeeira, também, aumentava a possibilidade do imigrante, um dia, tornar-se um proprietário de terras no Brasil. Para preparar seu produto para a exportação o cafeicultor tinha que colher, lavar, secar, limpar, classificar, catar e ensacar – todas operações meramente manuais ou mecânicas. Mesmo se completamente mecanizadas, a colheita, o beneficiamento e a classificação custariam no máximo um ou dois contos. O produtor de açúcar, por sua vez, tinha de cortar e moer sua cana, e de transformá-la quimicamente em açúcar e álcool. Um investimento substancial em máquinas era inevitável e a modernização, como vimos, custava no mínimo 50 contos. Não quero sugerir que os italianos se tornaram fazendeiros de café em uma geração, após a chegada ao Brasil, pois Michael M. Hall demonstrou que tais estórias de sucessos eram raros. Porém, os promotores da imigração para São Paulo podiam proporcionar maiores estímulos e os imigrantes tinham mais sobre o que escrever para a pátria, do que seus companheiros pernambucanos.[41]

Bem mais do que o clima e a escassez de terras, as perspectivas relativamente pobres da economia pernambucana desestimulavam a imigração. Entre 1890 e 1910, os anos de mais intensa imigração européia, a exportação de café produziu uma renda média anual de 400 mil a 500 mil contos, enquanto as rendas da exportação de açúcar ficavam em menos de 50 mil contos, um vigésimo (Quadro 2).

A lucrativa economia cafeeira permitia que os governos paulistas gastassem 1.000 contos, anualmente, subsidiando a imigração (passagem transatlântica e despesas de instalação no Brasil); por esta época Pernambuco oferecia escassa ou nenhuma ajuda aos promotores da imigração. O auge cafeeiro produziu salários diferenciais levemente favoráveis a São Paulo, onde os trabalhadores rurais ganhavam 1$000 a 1$400 por dia enquanto os de Pernambuco não passavam de $800.[42]

Os imigrantes que se fizeram produtores de alimentos, em São Paulo, também auferiam melhores rendimentos do que seus colegas do agreste e do sertão pernambucano, porque a prosperidade cafeeira estimulara investimentos em transportes, reduzindo os custos dos fretes.

Esta diferença de prosperidade relativa refletiu-se, naturalmente, no crescimento da produção. Entre 1876 e 1910 a média anual do total do açúcar fabricado em Pernambuco aumentou de 116 mil para 142 mil toneladas (Quadro 5). No mesmo período o volume anual de café exportado passou de 220 mil para 827 mil toneladas (Quadro 2). Esta quase quadruplicação do café exigiu considerável acréscimo da força de trabalho na zona cafeeira, o que foi em grande parte atendido pela imigração – enquanto o aumento bem menor do crescimento da indústria açucareira pôde ser facilmente manipulado pelo aumento natural da população brasileira. De fato, o declínio dos níveis salariais em Pernambuco, após 1870, sugere que o aumento natural superou a demanda de mão-de-obra da indústria do açúcar. Reafirmo, ainda, que a modernização desta indústria, após 1870, incrementou a produtividade do setor industrial, mediante investimentos de capital, reduzindo conseqüentemente a demanda de mão-de-obra.

Vários estudiosos modernos argumentam que a diferença da relativa prosperidade também refletiu uma diferença da natureza básica dos sistemas produtivos do Nordeste e do Centro-Sul; o primeiro é usualmente caracterizado como não capitalista ou menos capitalista, e o segundo como capitalista.[43] Já observei no capítulo anterior que as supostas diferenças no tratamento dos escravos têm sido atribuídas à dicotomia feudalismo-capitalismo. De maneira semelhante Gilberto Freyre argumentou que "no Norte e no Nordeste a economia baseada sobre o cultivo da cana e o fabrico do açúcar desenvolvera condições de tal modo feudais nas relações entre senhores e escravos de campo que os colonos europeus não se consideravam com as forças necessárias a superá-las, enquanto sobrevivessem o latifúndio e a monocultura, mesmo desacompanhados da escravidão" [44] Possivelmente Gilberto Freyre refere-se à persistência dos arranjos com parceiros e agregados, enquanto no Centro-Sul os imigrantes recusaram a parceria e insistiram em contratos e em salários.[45] Porém, mesmo na região cafeeira "o sistema que se generalizara nas últimas décadas lhes eram menos favorável do que a parceria" e vários observadores contemporâneos referem-se às "infelizes continuidades entre a escravidão e o novo sistema" [46] Assim, enquanto as relações entre empregadores e trabalhadores rurais no Centro-Sul podem ter-se "modernizado" em relação ao Nordeste, não é claro o grau até onde isto trouxe vantagens para os trabalhadores e, portanto, menos claro ainda é estabelecer se tais dife-

renças acima e além das diferenças de prosperidade material, constituiram-se em atrações para os imigrantes.

Como os senhores de engenho, pernambucanos, não precisavam de imigrantes, não me surpreende verificar que raramente atuaram como diretores de sociedades promotoras da imigração, enquanto em São Paulo, freqüentemente, os cafeicultores desempenharam importantes papéis em tais entidades. A indiferença dos senhores de engenho e o fracasso da província em manter os poucos imigrantes que atraíra, levou muitos a desprezarem a idéia como um todo. Um deputado provincial indagou se "da realização do *desideratum* dos preconizadores da colonização estrangeira" não resultaria "ficar nossa agricultura, como se acha nosso comércio, no poder dos estrangeiros". Um agricultor lamentou-se porque "estamos condenados a só receber imigrantes *'de cabelos brancos e olhos azuis'*, os quais, se nos fazem o favor de virem para o nosso país é para nos *civilizarem*, tornando-se logo proprietários dos melhores terrenos à custa do Estado". O *Diário de Pernambuco* lançou advertência contra o perigo de grandes colônias homogêneas tornarem-se "novos Estados dentro do próprio Estado".[47]

Outros críticos da imigração atacavam os próprios imigrantes. A ACBP caracterizou os recém-chegados como "a escória de muitas cidades européias" e alguns agricultores ficaram furiosos porque "o nosso governo pode derramar ouro a mão cheias e só conseguirá criar um miserável cano de esgoto para as imundícies e escórias dos países estrangeiros". Mesmo o governador Barbosa Lima, observou acremente: "Nesse açodamento de fanáticos, não se apercebem dos males e das complicações morais e sociais que acarretam para o seio das nossas populações como transportarem anualmente milhares de cidadãos de outras pátrias, portadores das mil modalidades do socialismo e da anarquia, pungidos pela avidez de enriquecer, ralados do desalento e trabalhados secretamente por hábitos e costumes que não se coadunam com os nossos". O governador sugeriu que como Pernambuco não atraía imigrantes suficientes para corresponder à quota inteira do subsídio que o governo central destinara, o dinheiro devia ser pago ao governo do estado, para que o usasse contratando brasileiros desempregados "os melhores operários da reconstrução do nosso regime industrial"[48].

A despeito das queixas quanto à qualidade dos trabalhadores, e das momentâneas preocupações sobre as leis de abolição gradual, os proprietários rurais em geral podiam estar mais do que satisfeitos com a oferta existente de mão-de-obra livre. Os parceiros, rendeiros e moradores exigiam poucos gastos e podiam, normalmente, ser compensados com as abundantes terras ociosas dos engenhos. Os trabalhadores

assalariados exigiam dinheiro, porém após 1870 o nível salarial caía. Todos os três tipos de trabalhadores livres podiam ser empregados e despedidos arbitrariamente, sem as complicações de contratos e indenizações.

Comparando o bem-estar do trabalhador livre com o do escravo observa Gilberto Freyre:

> "Mas não há dúvida de que sob o patriarcalismo dos velhos engenhos houve, em geral, melhor assistência ao trabalhador que na grande maioria das usinas de hoje. Houve, ninguém diz que não, dureza e até crueldade na exploração do escravo pelo branco da casa-grande: o comum, entretanto, foi o senhor amparar melhor o negro da senzala que o usineiro de hoje ao seu operário; ficar com o negro velho ou doente vivendo às suas custas. Na maioria dos engenhos antigos a vida correu mais doce e humana para todos do que nas usinas... ."[49]

Esta nostalgia romântica chega a ser enfastiante e dificilmente os dados confirmam a doce vida dos escravos. Porém, não se pode fugir à conclusão de que o trabalhador rural livre, do fim do século XIX, conseguiu bem pouca vantagem material sobre o escravo. Sua ração era virtualmente a mesma, seu emprego mais incerto, e sua recompensa insignificante, a não ser que tivesse alguma habilitação especial. Naturalmente, ele tinha a liberdade de escolher onde e quando trabalhar e, provavelmente, não era submetido – com tanta freqüência quanto o escravo – a castigos corporais. Mas tais vantagens podem não ser compensação adequada por seu padrão de vida degradado. Na transição do trabalho escravo para o livre os cultivadores de cana-de-açúcar e senhores de engenho parecem ter sacado as maiores vantagens e os trabalhadores as menores.[50]

Notas

1. *Relatório... 1854.. José Bento da Cunha e Figueiredo*, tabela. *Recenseamento da população... 1872*, v. XIII, pp. 1-114. O trabalho escravo pode ter ainda predominado nas fazendas de café do Centro-Sul. Ver Toplin, *The Abolition of Slavery in Brazil*, p. 35.

2. SAAP, *Boletim, Fascículo nº 1*, pp. 30-31. Cohen a Salisbury, Pernambuco, 14 de agosto de 1889. *Parliamentary Papers*, 1890, HCC, v. LXXIV, *AP*, v. XXXIII, p. 118. Quanto a queixas de fazendeiros sobre ex-escravos que abandonavam os engenhos, ver SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, p. 223, 240, 278, 315. Um professor da Faculdade de Direito de Olinda acredita que os ex-escravos que deixavam as áreas rurais integravam-se num processo geral de urbanização. "O dr. José Antônio de Figueiredo ao público, XVII". *A Província*, 30 de janeiro de 1875.

3. Bello, *Memórias de um Senhor de Engenho*, p. 39. J. M. Bello, *Memórias*, pp. 11-12.

4. Observação de Furtado, *Formação econômica do Brasil*, p. 138. Ver também Bento Dantas, "A Agro-Indústria Canavieira de Pernambuco: As Raízes Históricas dos seus Problemas, Sua Situação Atual e Suas Perspectivas", (mimeografado, 1968), p. 15. Leff, "Desenvolvimento econômico e desigualdade regional", p. 14. O Quadro 33, do presente livro demonstra que a população nativa do Centro-Sul cresceu mais depressa do que a de Pernambuco, uma diferença atribuível ou à migração interna ou ao maior crescimento natural gerado pela prosperidade. A procedência destes brasileiros do Centro-Sul é ignorada, pois os censos publicados de 1890 e 1900 não revelam os lugares de origem dos brasileiros. Gilberto Freyre proclamou, orgulhosamente, que uma "*elite* biológica" de rebentos de famílias oligarcas decadentes emigrou do Nordeste, mas estes jovens aventureiros dificilmente alcançariam o vulto da corrente migratória. Freyre, *Ordem e Progresso*, tomo II, p. 406. Douglas H. Graham e Sérgio Buarque de Holanda Filho afirmaram que "não houve fluxo de mão-de-obra cabocla nordestina para as fazendas de café, seja antes ou após a abolição da escravatura". *"Migration, Regional and Urban Growth and Development in Brazil: A Selective Analysis of the Historical Record – 1872-1970"* (mimeografado, 1971), v. 1, p. 32.

5. O algodão era cultivado quase exclusivamente pela mão-de-obra livre, na segunda metade do século XIX. Thomas Adamson, Jr. a William Seward, Pernambuco, 14 de novembro de 1864, Arquivos Nacionais dos EUA, Despachos dos Cônsules dos EUA, v. 7. Antônio Gomes, "Agricultura – A Lavoura e o Projecto nº 7", *Diário de Pernambuco*, 19 de maio de 1893. Correia de Andrade, *A Terra e o Homem no Nordeste*, pp. 93-94, 119-120, proporciona excelentes resumos das relações de trabalho da mão-de-obra livre rural.

6. Tollenare, *Notas Dominicais*, pp. 95-97. Milet, "A colonisação", *Diário de Pernambuco*, 17 de maio de 1888. Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 441.

7. Paes de Andrade, *Questões Econômicas*, p. 65. Semelhante descrição e igualmente triste há em *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo Excelentíssimo Presidente da Província Conselheiro Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque no dia 1º de março de 1871*, p. 36.

8. Cavalcante de Albuquerque, "A agricultura ou a questão", *Diário de Pernambuco*, 5-7 *de abril de 1877*.

9. "Breves considerações sobre a agricultura no Brasil", *ibid.*, 27 de abril de 1876. Correia de Andrade, *A Terra e o Homem do Nordeste*, p. 67. Tollenare, *Notas Dominicais*, pp. 75-76.

10. A escassez de trabalhadores ferroviários foi tão grande que o contratante inglês importou 237 trabalhadores belgas, holandeses, alemães e italianos. J. A. Gonsalves de Mello, "Trabalhadores Belgas em Pernambuco (1859-1863)", *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais* (Recife), nº 8 (1959), pp. 12-16. Relatório de Hughes, 5 de novembro de 1879, *Parliamentary Papers*, 1880, HCC, v. LXXIII, *AP*, v. XXIV, p. 497, estima em 62 mil os refugiados da seca. "A secca", *Diário de Pernambuco*, 7 de dezembro de 1877, e um orador da SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, p. 166, calculam que os refugiados foram 200 mil.

11. "Liga Operária Pernambucana", *Diário de Pernambuco*, 26 de julho de 1890. "Greve dos batidores de açúcar", *ibid.*, 5 de março de 1891. Nos anos seguintes declararam-se em greves por aumentos salariais os ferroviários, as moças das fábricas de cigarros, o pessoal de refinarias de açúcar. Pires Ferreira, *Almanack...1903, 1906, 1908, 1909*, ver em cada um a seção "Cronologia". "Greve", *A Província*, 17 de novembro de 1906. Esta última envolveu o pessoal das padarias e dos armazéns de açúcar, os estivadores, os condutores de troles e os açougueiros. O governo valeu-se da polícia para esmagá-la, com o aplauso da comunidade comercial. *Relatório da Direcção da Associação Commercial de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 1907*, pp. 46-58.

12. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, pp. 323-325.

13. Tollenare, *Notas Dominicais*, p. 93. Figueira de Mello, *Ensaio sôbre a Statística*, p. 263. "Uma Estatística", *Diário de Pernambuco*, 4 de janeiro de 1858. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, p. 324. O orador referiu-se à metade das "exportações" de açúcar da província, mas segundo o costume do século XIX a "exportação" incluía o açúcar embarcado para as províncias do Sul. Este costume evidencia-se, por exemplo, nos quadros estatísticos publicados nos *Relatórios* anuais da ACBP.

14. Cavalcanti de Albuquerque, "A agricultura ou a questão", *Diário de Pernambuco*, 5 de abril de 1877. Ceresiades, "A agricultura em Pernambuco, IV" *ibid.*, 22 de junho de 1878. Tais estórias de êxito não eram comuns: talvez um em mil parceiros se transformava em proprietário. L. B., "Banco Agrícola", *O Brasil Agrícola*, Anno II, 15 de novembro de 1880, p. 38.

15. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, p. 220.

16. Tollenare, *Notas Dominicais*, pp. 93, 96-97. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, pp. 323-325.

17. Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, *Acta da Sessão da Assembléa Geral de 23 de abril de 1877 e Relatório Annual do Gerente o Senhor Ignácio de Barros Barreto* (Recife, 1877), p. 19. "Industria agricola assucareira em Pernambuco", *Diário de Pernambuco*, 22 de julho de 1881. Tollenare, *Notas Dominicais*, p. 94. M. P., "Colonisação", *Diário de Pernambuco*, 20 de dezembro de 1871. "Elemento servil", *ibid.*, 14 de março de 1882. "Preços do assucar e futuro de nossa industria assucareira", *ibid.*, 10 de dezembro de 1886. Milet, "A colonização", *ibid.*, 17 de maio de 1888. "O dr. José Antônio de Figueiredo ao público, XXI", *A Provincia*, 11 de fevereiro de 1875. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, pp. 315, 324-325, 380, 440-441. Em 1903 a União Agrícola de Jaboatão delineou uma complicada série de regras para a parceria, que ilustram a dependência perene. Eram 26 artigos com obrigações dos parceiros e apenas 7 com seus direitos; somente o parceiro poderia ser punido por deixar de cumprir o regulamento e ele só poderia apelar para outros proprietários de terras. Peres e Peres, *A Industria Assucareira em Pernambuco*, pp. 247-251.

18. Dé Carli, *O Processo Histórico da Usina*, pp. 20-21. SAAP, Livro de Atas nº 2, 25 de março de 1876. Arquivo da Usina União e Indústria, Livros Diários de 1902-1907.

19. A.C. "Elemento Servil", *Diário de Pernambuco*, 14 de março de 1882. Koster observou o costume de roubar cana, para consumo pessoal, dos trabalhadores livres, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, p. 428. Em 1882 um grupo de agricultores queixou-se de que bandos de oito a dez homens assolavam com regularidade seus canaviais, de dia e de noite. "Appello feito ao Dr. Chefe de policia pelos agricultores de Jaboatão", *O Brasil Agrícola*, Anno IV, 31 de agosto de 1882, p. 186.

20. "De que precisa a industria, V", *O Industrial*, v. I, nº 9 (15 de setembro de 1883), p. 99. "Parecer da Secção da cultura lido pelo respectivo relator o Dr. Paulo de Amorim Salgado na secção de Assembléa Geral no dia 28 de agosto último", Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, *Boletim*, nº 3 (setembro de 1882), pp. 27-28. Cohen a Salisbury, *Parliamentary Papers*, 1890, HCC, v. LXXIV, *AP*, v. XXXIII, p. 118. Cônsul Howard, "Report on the Trade and Commerce of the Consular District of Pernambuco for the Years 1899-1900", *Ibid.*, 1901, HCC, v. LXXXI, *AP*, v. 45, p. 12. Os trabalhadores livres podiam sobreviver sem trabalhar uma semana inteira sem que isto quisesse dizer que fossem generosas as pagas; antes, indicava que eles eram jovens solteiros, sem dependentes, que complementavam sua renda monetária com furtos, pesca, caça e frutas silvestres; ou, se fossem pais, podiam contar com o trabalho da família.

21. Citações em Paes de Andrade, *Questões Econômicas*, p. 55; e Tavares de Mello, na Assembléa Legislativa Provincial, 18 de maio de 1866, citado em *O Brasil Agrícola*, Ano IV, nº 23 (25 de agosto de 1866), p. 361. Esta revista apareceu em duas séries, a primeira na década de 1860 e a segunda no início de 1879. Joan Robinson foi o primeiro a usar a expressão "desemprego disfarçado" (*disguised unemployment*). Alfredo Navarrete Jr. e Ifigênia M. Navarrete, "O Subemprego nos Países Subdesenvolvidos", in A.N. Agarwala e S.P. Singh (editores), *A Economia do Subdesenvolvimento*, trad. Maria Celina Whately (Rio de Janeiro e São Paulo, 1969), p. 346. Ver também Herculano Cavalcanti de Sá e Albuquerque, "Elemento Servil", *Diário de Pernambuco*, 22 de setembro de 1871.

22. *Relatório... Víctor de Oliveira... 9 de março de 1852*, pp. 3-4. Mello, *Pau d'Alho*, pp. 16-22.

23. Citações de Cavalcanti de Sá e Albuquerque, "Elemento Servil", *Diário de Pernambuco*, 22 de setembro de 1871. "Cidade de Escada", *ibid.*, 18 de janeiro de 1874. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, pp. 136, 291, 450, 243. Somente dois senhores de engenho se opuseram às propostas para coagir a mão-de-obra, no Congresso Agrícola de Recife de 1878. *Ibid.*, pp. 149, 379. Gomes, "Agricultura – A Lavoura e o Projeto Nº 7", *Diário de Pernambuco*, 23 de abril de 1893. Paulo de Amorim Salgado, "Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, Parecer do Presidente da Secção nº 8, relativo aos meios de se debellar a crise da Lavoura", *Ibid.*, 1º de setembro de 1895. *Idem*, "A Crise Agrícola e Arbitros para sua solução," ibid., 2 de maio de 1897. Um agricultor, "A crise Agrícola e Arbitros para sua solução", *ibid.*, 8-9 de maio de 1897. Santos Dias Filho, "Propaganda – A Lavoura. Policia Rural", *O Agricultor Prático*, Anno 2, nº 1 (1º de junho de 1904), p. 95. "Chronica parlamentar", *Jornal do Recife*, 7 de abril de 1893. Um colaborador do jornal rival, *Diário de Pernambuco*, manifestou o temor de que certas medidas como os contratos e manuais de trabalho provocassem "o afugentamento, em elevadíssima escala, dos braços que vão ainda sustentando, com demasiada deficiência, a lavoura da cana". Gomes, "Agricultura – A Lavoura e o Projeto nº 7", *Diário de Pernambuco*, 23 de abril de 1893. Um destacado senhor de engenho achou que qualquer lei seria inútil para o trabalhador rural, porque "é lei para ele o costume do engenho onde está na ocasião". Davino Pontual, "A Agricultura de Pernambuco, I. Organisação do Trabalho", *O Agricultor Pratico*, Anno 2, nº 4 (15 de julho de 1903), p. 26. João Fernandes Lopes, *Colônias Industriaes Destinadas à disciplina, correcção e educação dos vagabundos regenerados pela hospitalidade e trabalho ou Exemplos fecundos das medidas preventivas contra a mendicidade e vagabundagem empregadas na França, Suissa, Allemanha, Hollanda, Inglaterra e Estados Unidos por meio de regulamentos até 1889* (Pernambuco, 1890), pp. 96-100. "Colonia Agrícola Disciplinar", *Jornal do Recife*, 3 de maio de 1890. Apelos infrutíferos, semelhantes, em favor do trabalho forçado também foram feitos no Centro-Sul. Stein, *Grandeza e decadência do café*, pp. 316-318.

24. Luiz de Castilhos, "A lavoura", *Diário de Pernambuco*, 7 de agosto de 1897. Castilhos também sugeriu que o esquema de trabalho das plantações, que exigia certos trabalhadores somente durante poucos dias da semana, estivesse contribuindo para a vadiagem. "Movimento Agricola", *ibid.*, 28 de maio de 1901. José Rufino, "Concessões de Usinas", *Jornal de Recife*, 6 de agosto de 1895. Um vosso assignante, "Illm. Srs. Redactores do Diário de Pernambuco", *Diário de Pernambuco*, 13 de outubro de 1896. "Reunião de Agricultores em Palmares", *ibid.*, 15 de outubro de 1896. Leonardo Cav.te de Albuquerque, "Movimento Agricola", *ibid.*, 16 de junho de 1900. "A grande reunião dos agricultores", *ibid.*, 13 de dezembro de 1905. *Trabalhos da Conferência Assucareira*, Parte I, pp. 86-87.

25. Quanto às tentativas do início do século XIX para iniciar a colonização européia em Pernambuco, ver Peter L. Eisenberg, "Falta de Imigrantes: Um aspecto do Atraso Nordestino", *Revista de História* (São Paulo) (janeiro-março de 1973). Este artigo foi, inicialmente, apresentado como comunicação na 24ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, São Paulo, julho de 1972. Sou grato aos participantes da conferência por seus comentários. Ver ainda, *idem.*, e Michael M. Hall, "Labor Supply and Immigration in Brazil: A Comparison of Pernambuco and São Paulo", Comunicação apresentada à 4ª reunião anual da Latin American Studies Association, Madison, Wisconsin, maio de 1973.

26. "Estatutos da Associação de Colonisação em Pernambuco, Parahiba e Alagoas", *Diário de Pernambuco*, 29 de julho de 1857. "Directoria da Associação para Colonisação de Pernambuco, Parahiba e Alagoas, *ibid.*, 27 de outubro de 1857. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, v. IX, pp. 337-338. Esta fonte não revela as "dificuldades" que levaram à dissolução da entidade e o *Relatório* da diretoria não estava disponível.

27. *Relatório...ACBP... 26 de novembro de 1867*, p.7. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, v. IX, pp. 338-339. *Relatório que o Excellentíssimo Senhor 1º Vice-Presidente Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha apresentou ao Excellentíssimo Senhor Conselheiro Dr. Francisco de Paula Silveira Lobo por occasião de entregar-lhe em novembro de 1866 a administração da província de Pernambuco*, p.24. Milet, "A Colonisação", *Diário de Pernambuco*, 17 de maio de 1888. O cônsul dos EUA não conseguiu convencer os norte-americanos a ficarem. Thomas Adamson, Jr. a William H. Seward, 29 de agosto de 1866, in Arquivo Nacional dos EUA, Despatches from U. S. Consuls, v.8. Outros planos fracassaram por falta de interesse oficial. *Relatórios com que o Excellentíssimo Senhor Barão de Villa Bella passou a administração desta província ao Excm. Sr. Vice-Presidente Dr. Quintino José Miranda em 23 de julho de 1868, êste ao Excm. Sr. Vice-Presidente Desembargador Francisco de Assis Pereira Costa em 28 do mesmo mez e anno, e o último ao Excellentíssimo Senhor Presidente Conde de Baependy em 23 de agosto seguinte*, pp.14-25. *Annaes da Assembléa Provincial de Pernambuco, Quinto Anno, sessão de 1871*, pp. 126-127.

28. "Reunião", *Diário de Pernambuco*, 21 de dezembro de 1871. "Sociedade Auxiliadora da Immigração e Colonisação estrangeira e nacional para a província de Per-

nambuco", *ibid.*, 8 de janeiro de 1872. *Falla com que o Excm. Presidente da Provincia* *João José de Oliveira Junqueira abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco* *no dia 1º de março de 1872*, p.37. "Decreto 114", *Diário de Pernambuco*, 29 de novembro de 1871. *Falla com que o Exmo. Senhor Desembargador Henrique Pereira de Lucena abrio a Assembléa Provincial de Pernambuco em 1º de março de 1875*, pp. 146-147. Bento José da Costa Júnior, ao que parece, habituou-se a deixar de cumprir contratos com o governo; em 1874 contratou a construção da ferrovia Recife-Caruarú e não a construiu. *Falla...Henrique Pereira de Lucena... 1º de março de 1874*, p. 63. Pinto, *História de Uma Estrada-de-Ferro*, pp. 103-104. "Immigrantes", *Diário de Pernambuco*, 26 de fevereiro de 1875.

29. "Emigrantes", *ibid.*, 13 e 18 de abril de 1875. *Falla... João Pedro Carvalho de Moraes... de março de 1876*, pp.81. Os imigrantes franceses tinham, originalmente, desembarcado na zona do Rio da Prata, provavelmente em Buenos Aires. Mas a insegurança decorrente da luta entre Bartolomeu Mitre e Nicolás Avellaneda, depois do último vencer as eleições de 1874, levara-os a tentarem Pernambuco. Os infelizes franceses não podiam ter encontrado melhores perspectivas no Pará. A capital, Belém, uma pequena cidade à margem de um rio, tinha 15 mil habitantes em meados do século XIX. A população começou a aumentar pelo fim do decênio de 1870 com a chegada dos retirantes da seca do Ceará, mas a economia somente começou a desenvolver-se com a exportação de borracha natural, pelo fim da década de 1880. Pierre Denis, *O Brasil no Século XX* (Lisboa, s.d.), p. 394. *Relatório... Henrique Pereira de Lucena... 19 de maio de 1875*. Lucena culpa a queda dos preços de exportação pela impossibilidade dos imigrantes encontrarem empregos.

30. *Relatório...Ignácio Joaquim de Souza Leão...16 de abril de 1888*. pp.14-15. A versão francesa do panfleto de José Osório de Cerqueira era *La Province de Pernambuco au Brésil* (Pernambuco, 1888). José Osório fez uma valente tentativa de "vender" Pernambuco: "Em resumo, a província de Pernambuco recebeu, incontestavelmente, em troca um clima agradável e saudável; desde então a aclimatação foi facilitada por aqueles que nasceram em outros países, e vieram buscar como agricultores um lugar de terras muito férteis, habitadas por um povo hospitaleiro como o nosso; como conseqüência natural, nós sabemos que é fácil formar os núcleos de colonização sem os quais ela dificilmente poderá desenvolver seus recursos naturais e principalmente suas indústrias", *ibid.*, p. 17. Quanto aos planos de José Osório, ler "Reunião em palacio", *Diario de Pernambuco*, 18 de abril de 1888. José Osório, "Publicações a pedido: Colonisação sem colonos," *ibid.*, 17 de agosto de 1888. "Criação de nucleos coloniaes", *Diário de Pernambuco*, 22 de abril de 1888. "Colonisação" e "Colonisação e Immigração, ambos em *ibid.*, 5 de maio de 1888. "Sociedade Promotora de Colonisação e Immigração", *ibid.*, 3 e 22 de junho de 1888. "Colonisação. Sociedade Promotora de Colonisação e Immigração de Pernambuco", *ibid.*, 4 de setembro de 1888. *Falla...15 de setembro de 1888... . Joaquim José de Oliveira Andrade*, p. 63. *Relatório... Joaquim José de Oliveira Andrade... 3 de janeiro de 1889*, p.42. *Falla...1 de março de 1889 ...Innocencio Marques de Araujo Goes*, p.36. "Relatório com que o Excm. Barão de Souza Leão passou a administração da Provincia em 20 de junho de 1889 ao Excm. 1º vice-presidente Barão de Caiará", *Diário de Pernambuco*, 1º de agosto de 1889. "Contractos para introdução de immigrantes," *ibid.*, 29 de junho de 1889.

31. "Immigrantes", *ibid.*, 27 de setembro de 1890. "Delegacia da Inspectoria Geral das Terras e Colonisação", *ibid.*, 18 de outubro de 1890. "*Jornal do Recife*, A Immigração entre nós", *Jornal do Recife*, 29 de novembro e 2,6-7 de dezembro de 1890. "Hospedaria da Jaqueira", *Diário de Pernambuco*, 30 de novembro de 1890. "Excursão", *ibid.*, 4 de dezembro de 1890. "Colônia Suassuna", *ibid.* 11 de dezembro de 1890. Paraizio de

Valladares, "A emigração entre nós", *ibid.*, 16 de dezembro de 1890. "A immigração entre nós", *Jornal do Recife*, 8,10 e 16 de janeiro de 1891, e *Diário de Pernambuco*, 9 de janeiro de 1891. "Terras Publicas", *ibid.*, 15 de janeiro de 1891. José Ottoni Ribeiro Franco, "O ex-encarregado da hospedaria ao publico", *ibid.*, 18 de janeiro de 1891.

32. Gervasio Campello, "A extincta Colônia Suassuna", *ibid.*, 11 de junho de 1892. J. Thiago da Fonseca, "Immigração para o norte", *ibid.*, 18 e 22 de junho de 1892. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, v. IX, pp. 342-344. A imprensa de Recife publicou muitos artigos dos litigantes. Ver *Commercio de Pernambuco*, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Recife*, entre 14 de março e 31 de agosto de 1894. Manoel Barrata Góes, *Nucleo Colonial Suassuna. O Delegado da Inspectoria Geral das Terras e Colonisação ao Excm. Sr. Governador do Estado e ao Publico* (Recife, 1894), é uma coleção de artigos do Inspetor-geral da imigração. *Mensagem...1896...Alexandre José Barbosa Lima*, pp. 241-242. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em 6 de março de 1897 pelo Governador Dr. Joaquim Corrêa de Araújo*, pp. 58-59.

33. Cowper a Clarendon, Pernambuco, 30 de abril de 1857, *Parliamentary Papers*, 1857-58, HCC, v. LXI, *AP*, v. XXIX, pp. 111-112. "Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, Acta Provisória", *Diário de Pernambuco*, 13 de maio de 1886.

34. "Trabalhadores asiaticos", *Jornal do Recife*, 13 de fevereiro de 1880. "Trabalhadores aziaticos", *Diário de Pernambuco*, 16 de março de 1880. Os dois artigos criticavam o panfleto sobre os prós e os contras do trabalhador chinês, de Salvador de Mendonça. Milet, *Auxílio à Lavoura e Crédito Real*, p. 35. *Idem.*, *A Lavoura da Canna de Assucar*, p. 15. SAAP, Livro de Atas nº 2, 10 de fevereiro de 1886, também publicado no *Diário de Pernambuco*, 13 de maio de 1886. Mesmo os abolicionistas esgrimiam argumentos racistas contra a imigração chinesa. Toplin, *The Abolition of Slavery in Brazil*, p. 159.

35. As revoluções ocorreram em 1711, 1817, 1824, 1831-1835 e 1848. A historiografia de tais movimentos é bem grande: ver, por exemplo, os artigos relacionados por José Honório Rodrigues, *Índice anotado da Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambuco* (Recife, 1961). Resumos proveitosos são os de Artur Cezar Ferreira Reis, "Inquietações no Norte", in *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo I, V. 2; Quintas, "A agitação republicana no Nordeste" e Quintas, "O Nordeste, 1825-1850".

36. Manoel Correia de Andrade, *Paisagens e Problemas do Brasil* (São Paulo, 1968), p. 126. Mário da Veiga Cabral, *Coreografia do Brasil*, 28ª edição (Rio de Janeiro, 1947), pp. 404, 490. Preston James, *Latin America*, 3ª edição (Nova York, 1959), pp. 471, 475.

37. Charles Waterton, esq., *Wanderings in South America, The North-West of the United States and the Antilles in the Years 1812, 1816, 1820 and 1824*, 2ª edição (Londres, 1828), p. 93. Christopher Columbus Andrews, *Brazil, Its Conditions* (Nova York, 1887), p. 111-112. Hastings Charles Dent, *A Year in Brazil* (Londres, 1886), pp. 246-247. Burke and Staples, Jr., *Business and Pleasure in Brazil*, p. 110. "Report by Consul Atherton on the Commerce of Pernambuco for the Year 1882", U. S. Department of State, *Reports from the Consuls of the United States 1882-83*, v. II, p. 317. Relatório de Edwin N. Gunsaulus, Pernambuco, 28 de setembro de 1900, *ibid.*, v. I, p. 754. No entanto os elogios a Recife não eram unânimes, um visitante inglês observou que "a cidade de Pernambuco tem pouco que a recomende aos que não tenham obrigações a cumprir aí" e um oficial da marinha norte-americana escreveu que a "umidade do clima faz com que a cidade pareça velha, mofada e decadente; as ruas são estreitas, sujas e desagradáveis". George Gardner, *Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*, trad. Albertino Pinheiro (São Paulo, 1942), p.

65. O Tenente-Comandante Henry Honeychurch Gorringe (USN), *The Coast of Brazil*, v. 1, *From Cape Orange to Rio de Janeiro* (Washington, 1873), pp. 158-159.

38. Em 1887 os ventos oceânicos sopraram 93,7% do tempo; os ventos, mais quentes, de terra sopraram 4% do tempo; e a calma predominou somente em 2,3% do tempo. "Regime dos ventos", *Porto do Recife*, Anno I, nº 1 (Agosto de 1933). Cowper a Clarendon, Pernambuco, 30 de abril de 1857, *Parliamentary Papers*, 1857-58, HCC, v. LXI, *AP*, v. XXIX, p. 111. Relatório de W. W. Stapp, Pernambuco, 30 de maio de 1859, in U. S. Congress, *Executive Documents*, Primeira Sessão, 36º Congresso, v. 2, D. 4, p. 432. Stapp tinha razão para queixar-se: mais tarde veio a morrer, enfermo, em Recife, sendo o quarto cônsul norte-americano a sucumbir no posto. Relatório de Henry F. Hitch, Arquivo Nacional dos EUA, Despatches from U. S. Consuls, v. 6. Doyle a Granville, Pernambuco, 31 de outubro de 1870, *Parliamentary Papers*, 1871, HCC, v. LXVIII, *AP*, v. XXXII, p. 106. Relatório de Bonham, Pernambuco, 30 de abril de 1881, *ibid.*, HCC, v. XCI, *AP*, v. XXXV, p. 113. Ver, também, Relatório de Corfield, Pernambuco, 30 de junho de 1875, *ibid.*, 1875, HCC, v. LXXVII, *AP*, v. XXXVI, p. 88. Cônsul Cohen ao Marquês de Salisbury, Pernambuco, 16 de fevereiro de 1892, *ibid.*, 1892, HCC, v. LXXIX, *AP*, v. 7, p. 105. "Report on the trade and commerce of Pernambuco for the Year 1906", *ibid.*, 1908, HCC, v. CIX, *AP*, v. 48, p. 15. "Auxiliadora da Agricultura", *Diário de Pernambuco*, 14 de dezembro de 1894

39. Paes de Andrade, *Questões Econômicas*, pp. 55, 60. "A agricultura do norte e a colonização nacional", *Diário de Pernambuco*, 11 de junho de 1887. Thomas Adamson, Jr. a William H. Seward, Pernambuco, 23 de outubro de 1866, U. S. National Archives, Despatches from U. S. Consuls, v. 8. *Relatório... Antonio Borges Leal Castelo Branco* (1865), p. 60. Sobre as modificações das leis consultar Calógeras, *A formação histórica do Brasil*, pp. 360-361. Burns, *A Documentary History of Brazil*, pp. 288-289.

40. *Falla... Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque... 1 de março de 1871*, p. 39. *Falla... João Pedro Carvalho de Moraes... 1 de março de 1876*, p. 82. Ver, também, *Relatório... ACBP... 6 de agosto de 1875*, artigo XXVI. Quanto às colônias alemãs do Rio Grande do Sul, ver Jean Roche, *La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul* (Paris, 1959). Tereza Schorer Petrone, "Immigração assalariada", in *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, v. 3, pp. 291-293. Michael M. Hall, "The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914", tese de doutorado na Colúmbia University (Nova York, 1969), capítulo IV. *Idem.*, "The Italians in São Paulo, 1880-1920", comunicação apresentada à reunião anual da American Historical Association, Nova York, dezembro de 1971, p. 6.

41. Milet, "A Colonização", *Diário de Pernambuco*, 17 de maio de 1888. Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, pp. 184-185. Celso Furtado também salienta as reduzidas exigências de capital do café, *Formação Econômica do Brasil*, p. 114. Hall, "The Origins of Mass Immigration", pp. 139-149. Outros estudiosos destacaram a mobilidade social dos imigrantes. Ver Dean, *A Industrialização de São Paulo*, pp. 58-59. Thomas H. Holloway, "Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915. Uma análise preliminar", *Revista de Estudos Econômicos*, v. 2, nº 6 (dezembro, 1972), pp. 145-177.

42. Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, pp. 195-196. Quadro 32 do presente livro. Dados salariais de 1883. Tanto os pernambucanos quanto os estrangeiros queixavam-se dos baixos salários. SAAP, *Trabalhos do Congresso Agrícola*, p. 311. "Representação", *Diário de Pernambuco*, 13 de agosto de 1889. Cônsul Cohen a Mr. Wyndham, Pernambuco, 5 de fevereiro de 1892; e Hugh Wyndham ao Marquês de Salisbury, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1892, ambos in *Parliamentary Papers*, 1892, HCC, v. 70,

AP, v. 32, pp. 112-113. Gonçalves de Mello, "Trabalhadores Belgas em Pernambuco" p. 17.

43. Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, p. 460. Genovese, *The World the Slaveholders Made*, pp. 81, 91. Para contribuições recentes a este debate ver Théo Araújo Santiago (editor), *América Colonial. Ensaios* (Rio de Janeiro, 1975) e Florestan Fernandes, *Circuito Fechado* (São Paulo, 1976), capítulo 1.

44. Gilberto Freyre, *Ordem e Progresso*, tomo 2, pp. 399-400.

45. Sérgio Buarque de Holanda, "As colônias de parceria", in *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, v. 3, pp. 245-260. Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, pp. 188-202.

46. *Ibid.*, p. 199. Hall, "The Origins of Mass Immigration in Brazil", pp. 119-123.

47. Tavares de Mello, *O Brasil Agrícola*, Anno IV, nº 23 (25 de agosto de 1866), pp. 360-61. Um agricultor, "O abolicionismo e a lavoura", *Diário de Pernambuco*, 6 de abril de 1884. "Diário de Pernambuco: A Colonisação", *ibid.*, 3 de outubro de 1896. Ver também – Um agricultor, "A crise agricola", *ibid.*, 8 de maio de 1897.

48. *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 6 de agosto de 1868*, citado por Flávio Guerra, "Memórias de uma Associação (História do Comércio de Recife)", manuscrito, 1965, pp. 40-41. "Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco – Acta provisória da sessão extraordinária do conselho administrativo havida no dia 10 de fevereiro de 1886", *Diário de Pernambuco*, 13 de maio de 1886. Semelhantes sentimentos foram manifestados em "Jornal do Recife", *Jornal do Recife*, 2 de dezembro de 1890 ("Colonização entre nós é... despeza e nada mais") e em "Agricultura – A Lavoura e o Projeto nº 7", de Gomes, no *Diário de Pernambuco* de 23 de abril de 1893 (Para Gomes a Colônia Suassuna era "uma fonte de enorme desperdício do suor do povo"). *Mensagem... 1893... Alexandre José Barbosa Lima*, pp. 73-75.

49. Prefácio de Freyre a *Memórias de um Senhor de Engenho*, de Bello. Ver também Jovino da Raiz, "O trabalhador negro do tempo do banguê comparado com o trabalhador negro do tempo das uzinas de assucar", *Estudos Afro-Brasileiros, Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro, reunido no Recife em 1934* (Rio de Janeiro, 1935), pp. 191-194; e Manuel Diégues Júnior, "O Banguê em Pernambuco no século XIX", *Revista do Arquivo Público* (Recife), Anos VII-X, nºs IX-XII (1952-1956), pp 17, 29.

50. Um dos primeiros escritores modernos a chegar a tal conclusão foi Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, p. 138.

9
CONCLUSÕES

No ocaso do século XIX duas crises perturbaram a economia açucareira do Brasil. Uma incidiu no mercado, quando a concorrência do açúcar de beterraba europeu tomou os clientes tradicionais do açúca de cana. Outra foi a grave crise social interna desencadeada quando se procedeu a abolição da escravatura. Os senhores de engenho brasileiros tentaram enfrentar a crise de mercado com melhoramentos de capital e com a reorganização da produção – mas fracassaram. A única solução efetiva teria sido a integração no mercado do hemisfério norte, através da recolonização, mas esta implicaria pesados custos políticos. Os senhores de engenho enfrentaram melhor a crise social. Foram bem sucedidos no transferir as perdas sofridas no mercado exportador para a força de trabalho, assim o fazendo na forma de um achatamento salarial e de mesquinhas condições de trabalho. Seus esforços, auxiliados pelos subsídios governamentais, perpetuaram seu domínio nas áreas açucareiras do Brasil. Portanto, *a modernização* – tomada com o sentido de avanço tecnológico e a abolição do trabalho compulsório – não produziram transformações reais.

A crise de mercado afetou a totalidade dos produtores de açúcar, que foram excluídos de cerca da metade do mercado mundial, no fim do século. O abandono do consumo do açúcar de cana não refletia mudanças de gosto, pois o açúcar de cana e o de beterraba são intercambiáveis, na maior parte dos seus usos. Realmente, o volume da produção mundial de açúcar de cana quintuplicou nesse fim de século. Também, a passagem de um a outro açúcar não indicava um declínio da demanda, pois o consumo anual médio per capita da Inglaterra aumentou de 15 libras (início da década de 1800) para 72 libras (fim da década de 1880).[1] Tal aumento de consumo deveria ter beneficiado os fornecedores. Em geral, os beneficiou, mas não os brasileiros.

A crise manifestou-se, primeiramente, pela queda dos preços do início do século. A receita de exportação de açúcar do Brasil começou a decair gravemente pelas décadas de 1860 e 1870. Embora os volumes

1ª crise

exportados continuassem a aumentar, e o comércio tivesse uma recuperação breve na década de 1880, nos anos seguintes o Brasil sofreu catastróficas quedas, tanto de receitas quanto de volumes.[2]

Embora a concorrência do açúcar de beterraba tivesse afetado a totalidade dos produtores de açúcar de cana, e também declinassem as exportações de Martinica, Guadalupe e das Ilhas Maurício, não se trata de um fenômeno genérico. A bem sucedida experiência cubana demonstra que o Brasil foi vítima de desvantagens mais específicas. Para reformular minha interpretação de tais dificuldades, portanto, compararei sumariamente a economia açucareira cubana com a de Pernambuco, a província nordestina que encabeçava as exportações brasileiras de açúcar no final do século XIX.

Uma visão do mapa logo sugere que a principal vantagem cubana em relação ao Brasil, no que diz respeito a vender a mercados consumidores maiores, era sua posição geográfica, mais próxima dos Estados Unidos. Certamente, a localização da ilha barateava o custo do transporte para os Estados Unidos, em relação ao açúcar embarcado no Brasil ou outro qualquer fornecedor estrangeiro. Como o custo do transporte marítimo caiu abruptamente, no século XIX, devido ao navio a vapor e a outros progressos, a vantagem de Cuba sobre o Brasil tornou-se menos acentuada.[3] Mas o Brasil mesmo assim fracassou na conquista do acesso permanente ao rico mercado norte-americano. Na década de 1880, quando Cuba se recuperava da Guerra dos Dez Anos e os baixos preços do açúcar expulsavam muitos engenhos marginais da atividade produtiva, declinaram as exportações cubanas e o Brasil triplicou seus embarques de açúcar para os Estados Unidos. O êxito despertou esperanças de substituir pelos Estados Unidos o perdido mercado europeu. O otimismo acentuou-se quando os Estados Unidos promulgaram a Lei *McKinley* de tarifas, em 1890, que como o *British Sugar Act* de 1846 reduzia as taxas sobre o açúcar não refinado e o melaço. O Brasil conseguira forte posição no mercado inglês após 1846, de modo que os exportadores de açúcar esperaram conquistar um acesso semelhante no mercado norte-americano a partir de 1890. Em 1891 os Estados Unidos firmaram um tratado de reciprocidade comercial com o Brasil, mas todas as expectativas falharam quando, no mesmo ano, aquele país assinou com a Espanha o tratado *Foster-Canovas*, favorecendo igualmente Cuba e Porto Rico. Depois que tais ilhas se separaram da Espanha, no fim da década de 1890, os Estados Unidos firmaram com elas novos tratados de reciprocidade comercial que ratificaram sua condição de colônias açucareiras norte-americanas.[4]

A proximidade geográfica deu a Cuba uma posição favorecida e os acordos de preferência colonial formalizaram o relacionamento.

Porém, só estes fatores não explicariam o acesso cubano ao mercado norte-americano, em detrimento do Brasil. Considerações econômicas, como a oferta dos fatores de produção – terra, mão-de-obra e capital – são também importantes.

Sidney W. Mintz destacou a fertilidade do solo como o fator determinante do advento em seqüência das colônias açucareiras das Antilhas.[5] Muitos escritores têm comentado a excelência do solo cubano para a cultura canavieira, e sua grande fertilidade certamente contribuiu para o elevado rendimento e para a relativa vantagem de Cuba sobre o Brasil.[6] Os novos canaviais de Cuba produziam 119 toneladas de cana por hectare e as terras médias rendiam, na década de 1870, cerca de 70 toneladas por hectare – enquanto os rendimentos registrados das terras pernambucanas jamais ultrapassaram as 60 toneladas por hectare.[7] Conseqüentemente, Cuba podia produzir mais de um milhão de toneladas de açúcar em cerca de 814 mil hectares de terras de cana, pela década de 1890, enquanto o Brasil não obtinha mais do que 100 mil toneladas de açúcar de 417 mil hectares.[8]

Enquanto as terras férteis eram abundantes em Cuba, a mão-de-obra era relativamente escassa. E contrastando com o Brasil, que exportara açúcar desde o século XVI, Cuba somente começou a produzir em grande escala no início do século XIX, em conseqüência da retirada haitiana dos mercados internacionais. No século XVIII Cuba exportara principalmente fumo, mas em volume que jamais chegara a proporções capazes de provocar a importação em massa de escravos africanos. Em virtude disto, quando os cubanos começaram a dedicar-se ao açúcar os escravos eram poucos e caros.[9] A rápida expansão da produção açucareira cubana superou a importação de escravos da África e na década de 1840 Cuba contratava cules chineses para seus engenhos.[10]

Nas zonas do açúcar do Brasil, entretanto, abundava a mão-de-obra. Enquanto Cuba tinha menos de 300 mil escravos por 1871, o Brasil registrava 1.500 mil em 1873. Naturalmente, todos os escravos do Brasil não trabalhavam na produção de açúcar, mas só em Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia – as principais províncias exportadoras de açúcar do Nordeste – havia 300 mil escravos.[11] Mesmo quando as regiões açucareiras do Brasil passaram do trabalho escravo ao livre, o número de trabalhadores nativos ultrapassava em muito a demanda e os salários reais declinaram, efetivamente, após 1870. Dados salariais comparáveis não tenho para Cuba, mas parece claro que a escassez de mão-de-obra foi situação que perdurou no final do século XIX. Os trabalhadores cubanos começaram a se organizar lá pelo decênio de 1850 e houve greves após a década seguinte, pelo menos 30 anos antes

de atividades trabalhistas comparáveis serem registradas em Pernambuco.[12]

Mas, se a mão-de-obra escasseava em Cuba, o capital era abundante. Capitalistas espanhóis, hispano-americanos e cubanos financiaram as primeiras plantações de cana a taxas mensais de juros superiores a 1,5 por cento. Atraídos pela proximidade da ilha e por suas perspectivas econômicas, capitalistas norte-americanos também desempenharam um papel crescente no financiamento das culturas. Quando houve a crise, na Guerra dos Dez Anos, os capitalistas se transformaram em proprietários dos engenhos, por necessidade e por opção. O interesse cada vez maior dos Estados Unidos também se revestiu com as roupagens de movimentos de anexação, entre as décadas de 1840 e a de 1870.[13]

A feliz conjunção de terras férteis, mão-de-obra escassa e capital disponível deu a Cuba a liderança mundial da modernização da indústria açucareira. Pela década de 1860 já 70% dos 1.350 engenhos cubanos usavam máquinas a vapor, em comparação com apenas 2% dos engenhos pernambucanos; só em 1914 um terço dos engenhos de Pernambuco usavam tais máquinas.[14]

Porém, modernização implica mais do que apenas máquinas a vapor e caldeiras a vácuo de efeito múltiplo. As dimensões crescentes dos engenhos de açúcar estimulavam a divisão do trabalho entre os setores agrícola (produtor de cana) e industrial (fabricante de açúcar) porque os engenhos, simplesmente, necessitavam de mais cana do que uma única plantação poderia fornecer. Além disto, se produtores independentes fornecessem cana, os senhores de engenhos poderiam concentrar a atenção e os investimentos em maquinaria de alto preço. Em Cuba tal reorganização da produção substituiu o engenho tradicional (*ingenios*) por engenhos centrais (*centrales*) de grande capacidade. Os fornecedores de cana, conhecidos sob a denominação de *colonos*, dividiam-se em duas categorias: os cultivadores independentes, que anteriormente podiam ter tido um engenho, mas que agora somente plantavam cana em terras próprias; e os cultivadores dependentes que trabalhavam nas terras do *central*. Inicialmente, os cubanos tentaram o sistema de contratar os preços da cana, mas este se revelou desastroso ao caírem repentinamente os preços do açúcar. Os proprietários dos *centrales*, então passaram a pagar pela cana com base no preço corrente do açúcar, e tal sistema teve sucesso. O crescente interesse dos investidores norte-americanos por Cuba proporcionou grande parte do capital necessário para transformar ou criar os engenhos centrais. No início do século XX, 170 a 180 engenhos *centrales* monopolizavam, totalmente, a produção cubana. A Guerra dos Dez Anos e a Guerra da

Independência (1895-98) apressou muito a depreciação dos *ingenios* mais antigos, assim precipitando o desaparecimento da organização tradicional.[15]

No Brasil o capital privado mostrou-se menos interessado no açúcar e a modernização tecnológica avançou hesitantemente. Para Richard Graham e Eugene Genovese os ingleses parecem ter desempenhado papel semelhante ao dos norte-americanos em Cuba, mas a aparência é enganadora. Os correspondentes brasileiros tomavam empréstimos nos bancos comerciais britânicos de Recife e, com este capital, faziam empréstimos a prazos menores (a 1,5% ao mês ou mais) aos cultivadores, para que cobrissem as despesas operacionais. Porém, as desvantagens comparativas do Brasil na produção de açúcar não atraiam tanto capital estrangeiro quanto o que foi para Cuba. E para transformar engenhos tradicionais em engenhos centrais foram indispensáveis grandes auxílios governamentais.

A ajuda oficial tornou-se acessível pelas décadas de 1880 e 1890 e foi essencial à modernização. Inicialmente, o governo imperial garantia lucros às companhias que construissem engenhos centrais. Tais engenhos não possuiam canaviais e compravam sua matéria-prima de fornecedores independentes. Porém, duas dificuldades acossavam os engenhos centrais subsidiados. A primeira, muitos concessionários estrangeiros praticaram fraudes que indicavam sua pouca fé e interesse no mercado brasileiro de exportação de açúcar; a segunda, os engenhos que chegaram a ser implantados tiveram dificuldades em regular a oferta de cana. Os cultivadores tinham mantido seus próprios engenhos e recusavam-se a fornecer cana caso não lhes agradassem os preços ou as condições; também, desagradava-lhes o fato de terem sido reduzidos ao *status* de parceiros. Nenhuma força exógena, como uma guerra, obrigou os proprietários dos engenhos tradicionais a colaborarem com os novos engenhos centrais.

Os brasileiros superaram tais dificuldades valendo-se quase que exclusivamente dos generosos empréstimos oficiais aos empresários nativos. A proclamação da República, em 1889, permitiu que os estados recolhessem tributos de exportação e, em Pernambuco, esta receita foi usada para financiar hipotecas a longo prazo e baixos juros. Mais ainda, as novas e modernas usinas não só compravam cana dos plantadores independentes como possuíam terras próprias que lhes asseguravam o fornecimento regular e a independência em relação aos ainda poderosos senhores de engenho. Assim, a usina recriou, em grande escala, a organização produtiva do engenho tradicional.

Umas 60 usinas operavam em Pernambuco em 1910, dois terços das quais tinham sido beneficiadas por subsídios. Mas, outros 2 mil engenhos tradicionais continuavam a suprir a demanda local de açúcar não refinado e de aguardente barata. Assim, embora a ajuda governamental tivesse possibilitado a modernização de uma pequena parte dos engenhos, a transformação e reorganização jamais se completou.[16]

Até no Brasil, onde a demanda interna poderia ter compensado parcialmente a perda do mercado estrangeiro, as distâncias e a concorrência doméstica limitavam as possibilidades de mercadização do açúcar nordestino. Os exportadores pernambucanos de açúcar tentaram, na década do século XX, cartelizar o mercado nacional. A tentativa fracassou porque as zonas consumidoras mais densamente povoadas – Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo – tinham suas próprias indústrias açucareiras locais, desde o período colonial, e estas negaram-se a aderir ao cartel. Os refinadores de tais áreas, além disto, gozando de um tácito monopsônio – dada a crise de exportação – jogaram produtor contra produtor e frustraram os esforços do cartel.

Nathaniel Leff argumentou que as dificuldades das zonas produtoras de açúcar ficaram reagravadas, pela presença da economia cafeeira. Como para todos os efeitos práticos as taxas cambiais vigorantes para as duas áreas – a açucareira e a do café – eram idênticas, as grandes receitas de exportação da florescente economia cafeeira mantinham a taxa cambial da receita açucareira acima do nível que ela teria alcançado, não fora isto. Se a taxa cambial tivesse caído mais depressa, como teria ocorrido sem o apoio da economia cafeeira, os exportadores do açúcar teriam, com a moeda estrangeira recebida, podido comprar mais mil-réis e assim amenizar a queda da exportação.[17] Tais efeitos sobre a receita são, no entanto, claramente positivos só quando a inflação não afeta os preços internos para os exportadores e quando sua demanda de bens importados é pequena. Os exportadores de açúcar poderiam ter fugido aos efeitos de uma inflação regional mais intensa, pois as imperfeições do mercado teriam contido a espiral ascencional e a classe trabalhadora não tinha poder de barganha para levantar os salários. Porém, a necessidade de importar caros equipamentos de produção para a modernização teria aumentado a despesa em curto prazo. Tais ganhos não teriam sido suficientes para estimular o crescimento de uma indústria local de bens de capital, como sugeriu Celso Furtado, e assim reduziu a dependência das importações, pois mesmo em São Paulo, onde as condições econômicas eram bem mais propícias uma indústria destas, ela não surgiu até a década de 1930. Esforços anteriores neste sentido dependiam muito mais da legislação

tarifária protetora e dos tratados de comércio do que as taxas cambiais.[18]

As dificuldades dos mercados de exportação de açúcar criaram diferenças regionais internas, no Brasil, e muitos pernambucanos atribuíram seus problemas à discriminação política. Porém, a discriminação política era uma conseqüência, não uma causa das dificuldades pernambucanas. Pernambuco recebeu os maiores subsídios imperiais concedidos às províncias para a construção de engenhos centrais. A imigração européia e a industrialização precoce desfrutadas por São Paulo e Rio de Janeiro resultaram muito mais da força da economia destas regiões do que de subsídios imperiais. E além disto, na República quando os nordestinos, de um modo geral, desapareceram das listas de membros do alto escalão do poder executivo, as queixas contra a discriminação regional prosseguiram, mas sem qualquer justificativa. Os orçamentos estaduais do Nordeste e do Centro-Sul constituíram-se em bases principais dos programas de desenvolvimento econômico, como o das usinas e o da imigração. Pernambuco não podia culpar São Paulo por não ter gasto dinheiro fora de suas fronteiras. Mesmo no século XX, quando as repartições federais como a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco do Nordeste e a Lei 157 estimulam o investimento no Nordeste, os magros resultados provocam queixas repetidas sobre a crescente brecha entre a economia nordestina e a dos resultados do Centro-Sul.[19]

Porém, a falta básica, para usar a expressão de Cassio a Brutus, não está em São Paulo, mas no próprio Nordeste. A colonização interna pode ter agravado as diferenças entre as regiões, como quando os políticos da zona cafeeira excluíram os nordestinos dos postos importantes do governo nacional, segundo observou André Gunder Frank, mas tais diferenças originam-se principalmente naquelas posições tão contrastantes do café e do açúcar, nos mercados mundiais.[20]

Se minha análise for correta, as únicas soluções possíveis para os dirigentes da política econômica em Pernambuco eram a integração em um mercado do hemisfério norte – através da recolonização; o novo emprego dos recursos produtivos aplicados no açúcar; ou continuar mantendo o *status quo* e transferir custo a outros grupos da sociedade brasileira.

Se o Nordeste tivesse se tornado independente do resto do Brasil, conforme a especulação de Nathaniel Leff, e como foi efetivamente tentado em 1824, indiscutívelmente os exportadores de açúcar teriam tido uma taxa cambial mais rapidamente declinante e ganhos a curto prazo. A secessão teria libertado o Nordeste dos efeitos perniciosos da predominância regional do Centro-Sul. Poderia, também, ter inibido

a mobilidade da mão-de-obra e, assim, reduzido o custo do trabalho escravo e livre. Além disto, teria estancado a drenagem de capital para o Sul, sob a forma de tributos imperiais, facilitando os subsídios locais à modernização. Porém, nenhuma destas alterações teria restaurado os mercados de exportação pernambucanos, e a pequena população local não poderia ter absorvido a produção regional.[21]

Apenas se a região açucareira independente se juntasse ao formal Império Britânico, ou ao informal império norte-americano, é que poderia ter sido melhor aquinhoada no mercado internacional. Se o Nordeste independente pudesse ter oferecido condições particularmente favoráveis à atração de capital estrangeiro, o país donde ele se originasse poderia subseqüentemente, estabelecer arranjos comerciais asseguradores de mercado à colônia. Naturalmente, um tal neocolonialismo implicaria altos custos políticos, em termos de perda de soberania, como o demonstra a experiência cubana da primeira metade do século XX: de qualquer modo, os exportadores de açúcar teriam ampliado seus ganhos.[22]

Uma reforma agrária, que redistribuisse os recursos empregados na produção do açúcar, não teria recuperado a economia privada, pois nenhum outro produto agrícola exportável era tão lucrativo quanto o açúcar, em Pernambuco. Houve ocasiões em que o algodão atraiu investimentos das zonas açucareiras; porém, sua posição na lista de exportações brasileiras estava na dependência de se ausentarem temporariamente do mercado os principais produtores mundiais. Quando eles retornavam, como após a Guerra de Independência dos Estados Unidos, as Guerras Napoleônicas e a Guerra Civil Americana, inevitavelmente o Brasil era eliminado dos mercados algodoeiros. O fumo também era cultivado perto da região açucareira, no Recôncavo Baiano, porém como produto exportável nunca foi tão remunerador quanto o açúcar. A pecuária tinha, tradicionalmente, mantido a economia das caatingas pernambucanas, mas a região não tinha boas pastagens e cursos d'água permanentes. Minas Gerais e o Rio Grande do Sul, mais próximos do populoso Centro-Sul e ricos em rebanhos de corte e leiteiros, dominavam o mercado nacional. Por último, o café, o cacau e a borracha natural assumiram importantes posições nas exportações, no final do século XIX, mas não havia em Pernambuco clima e solo propícios para estes produtos. Na falta de qualquer atividade exportadora alternativa que produzisse rendimentos iguais aos do açúcar, torna-se compreensível a concentração dos agricultores na cana e em sua industrialização.

Não constituindo possibilidades reais quer a independência regional quer outra destinação para a terra, não é de surpreender que os produtores de açúcar preferissem enfrentar a crise da exportação com a modernização

como garantiram a reprodução do capital extraindo mais sobretrabalho.

tecnológica. Os subsídios governamentais criaram uma posição competitiva protegida para os proprietários de usinas e estimularam investimentos na lavoura. O fracasso da cartelização do mercado nacional impediu os produtores de se recuperarem das perdas através de preços mais elevados aos consumidores nacionais. Os produtores puderam, entretanto, transferir o custo da perda dos mercados de exportação para os trabalhadores – sob a forma de rebaixamento salarial, desconsideração das condições de trabalho e instabilidade de empregos.

Assim como a concorrência açucareira gerou uma crise nos mercados de exportação do Brasil, no final do século XIX, a abolição da escravatura – começada com o estancamento do tráfico africano, em 1850 – produziu uma crise social. A cronologia da abolição legal foi resultante de pressões políticas mas afetou, diretamente, os custos da produção e a organização da força de trabalho da indústria açucareira. As diversas regiões brasileiras reagiram diversamente à abolição, conforme o valor e a necessidade do trabalho escravo.

Em Pernambuco, o monopólio das terras da zona de açúcar pelos senhores de engenho e a continuada vantagem relativa do açúcar na província, deu-lhes a supremacia política. Este poder permitiu que fizessem a transição do trabalho escravo para o livre com o mínimo de inconveniências e, assim, transferissem grande parte do custo da crise exportadora para os trabalhadores livres, virtualmente privados de qualquer poder de barganha.

Realmente, o número de engenhos cresceu no fim do século XIX. Se não tiver sido um produto da vantagem relativa do açúcar, pode-se atribuir o novo investimento a motivos não econômicos, como o prestígio e a influência política associados às grandes propriedades territoriais. Alguns senhores de engenho, efetivamente, podem ter comprado terras, por estas razões, pois a inexistência de impostos territoriais e de transmissão, faziam com que a posse de terras fosse virtualmente gratuita. Mas a oligarquia açucareira fazia pressões positivas no sentido de modernização que mostravam sua plena capacidade para defesa de seu auto-interesse econômico. O açúcar continuava a ser o investimento preferido – e os novos engenhos eram lucrativos.

Embora os senhores de engenho utilizassem apenas pequenas partes de suas propriedades, o tamanho das mesmas excluia, efetivamente, o desenvolvimento de uma classe de pequenos proprietários que pudesse desafiar sua supremacia. Os senhores de engenho monopolizavam os cargos políticos locais, cujo poder refletia seu monopólio dos meios de produção. Certamente, eles tinham suas divergências e lutavam entre si nos partidos políticos do Império – o Liberal e o Con-

servador – e até nos tribunais. Mas tais conflitos nunca iam ao ponto de por em risco a hegemonia da classe. Mesmo quando elementos populares e grupos urbanos entravam na briga, os senhores de engenho continuavam integrando as duas facções antagônicas – e a derrota de certos indivíduos jamais significava uma derrota da classe. Assim, a supremacia política, desfrutada desde os primeiros dias da etapa colonial, chegou até o século XX. Cargo nem sempre implica poder, mas na zona rural de Pernambuco, pelo menos, os senhores de engenho tanto reinavam como mandavam.

Este poder capacitou os senhores de engenho a se beneficiarem com a transição do trabalho escravo para o livre. Depois de 1850, realmente, extinguiu-se o tráfico de escravos africanos, posto fora-da-lei. Mas a florescente indústria cafeeira do Centro-Sul ainda dependia da mão-de-obra escrava e suas demandas forçaram os preços da mão-de-obra a subir abruptamente. Estes preços em alta, juntamente com o comércio exportador em ritmo lento, tornaram cada vez menos lucrativo o trabalho escravo no setor açucareiro. Até sem detalharem fórmulas de capitalização dos futuros fluxos de renda, realizáveis mediante o emprego do trabalho escravo ou livre, é claro que as altas taxas de juros que prevaleciam e os incertos mercados do açúcar teriam forçado so senhores de engenho a descontar muito os ganhos futuros do trabalho escravo.

De fato, os proprietários de engenho passaram da posição de utilizadores de trabalho predominantemente escravo para a de empregadores de trabalho predominantemente livre, lá por 1872, quando o primeiro censo geral do Império brasileiro revelou a preponderância dos trabalhadores rurais livres em todos os municípios açucareiros de Pernambuco. A passagem para o trabalho livre deu-se de vários modos. A demanda cafeeira de escravos produziu o tráfico interprovincial de cativos, que drenou o elemento servil das áreas açucareiras nordestinas para o Centro-Sul. Parte dos escravos pernambucanos simplesmente desapareceram do registro, por morte. Bom número deles foi emancipado antes do climax da abolição, em 1888, através de medidas legais, da filantropia privada e da alforria.

A lucratividade declinante é responsável pela rápida conversão dos cultivadores de cana-de-açúcar à mão-de-obra livre. Os senhores de engenho, simplesmente, não podiam dar-se ao luxo de comprar escravos, e nem tentarem obter a reprodução dos que já possuiam. A afirmação da existência desta indústria nos Estados Unidos tem sido baseada em dados demográficos e em testemunhos contemporâneos; no Brasil há algumas referências dispersas a tais atividades nas zonas cafeeiras, mas poucos dados apoiam tal afirmativa, em se tratando de

Pernambuco.[23] Há três indícios pernambucanos da existência de uma indústria de criação de escravos mas, ao considerarmos outros fatores, o que resta é pouco convincente.[24] Primeiro, a decrescente proporção homens/mulheres sugere um interesse maior em ventres para fins de reprodução. Mas a tendência é melhor explicada pelo fato de que, após 1850, a ausência de importações de africanos, segundo critérios de seleção sexual, e a venda preferencial de homens para o Centro-Sul, teriam influenciado a proporção homem/mulher no sentido de seu equilíbrio natural. Segundo, a idade média dos escravos em Pernambuco elevou-se, entre 1872 e 1887; esta alteração reflete, provavelmente as vendas nordestinas de adultos jovens para o Centro-Sul, não, necessariamente, a existência de criadouros de escravos para alimentar tal intercâmbio.[25] Por último, a proporção crescente de crianças escravas por 1.000 mulheres em idade fértil também pode refletir a existência de reprodução deliberada. Entretanto, mais parece que o aumento corresponda somente à tendência da população em geral e à melhora dos registros. Quando muito, uma indústria de criação de escravos apenas seria lucrativa para a geração de 1850-1871, quando o tráfico interprovincial alcançou seu apogeu e antes das crianças, filhas de escravos, terem sido declaradas livres.

A transição para a mão-de-obra livre também resultou da necessidade de empregar operários dispostos a trabalhar. Os progressos tecnológicos implicavam, normalmente, maquinaria complicada. E os senhores se negavam a investir na educação dos escravos, para capacitá-los a operar tais máquinas. Temiam, ainda, confiar a escravos equipamento tão caro, dado o fator de ser comum a sabotagem. Por isso, preferiam os trabalhadores livres para a tecnologia nova.

Os senhores de engenho nordestinos tratavam seus escravos como insumo de trabalho. Assim, a afirmativa de que os proprietários rurais, em conjunto, tratavam seus escravos como membros de uma extensa família, ou de um estamento inferior quase feudal, não se aplica a Pernambuco. Gilberto Freyre, mais do que qualquer outro, construiu esta visão do escravista com afeição paternalista por seus escravos, abrandando a escravidão especialmente pela promiscuidade com as escravas domésticas. Como os senhores de engenho, seguidamente, libertavam seus filhos ilegítimos, a passagem para o trabalho livre pode ter resultado de motivos humanitários. Independentemente do quão amplamente tais atitudes eram partilhadas, entretanto, o aumento natural de escravos mulatos nunca correspondeu à demanda de mão-de-obra e mais da metade da força escrava de trabalho de Pernambuco tinha de ser importada da África, antes de 1850. Ademais, no período pós-1850 somente 10% dos escravos tornaram-se trabalha-

dores livres, em Pernambuco, antes de 1888. Os senhores, de um modo geral, provavelmente eram indiferentes ao fato de sua força de trabalho ser constituída de ex-escravos ou de homens nascidos livres: quando libertavam escravos com a condição de que continuassem a trabalhar nos engenhos estavam garantindo sua oferta de trabalho, tanto quanto protegendo a extensa família.

Com o mesmo argumento, os senhores podiam substituir o prestígio e o poder sociais baseados na propriedade de escravos por aqueles baseados na dependência dos livres. Embora tradicionalmente possam ter considerado seus escravos – em primeiro lugar – como um baixo estamento de sociedade semi-feudal, depois de 1850 o valor social da escravidão retrocedeu para o fundo da cena e os senhores de engenho substituiram os escravos por uma população, quase tão subserviente, de moradores, diaristas e parceiros. E, assim, os proprietários protegeram seu *status* enquanto abandonavam o estamento escravista.[26]

A ênfase que dou à economicamente motivada abolição gradual em Pernambuco, contrasta com a afirmativa de Robert B. Toplin de que a escravidão no Brasil só foi abolida após crescente atividade abolicionista e violências desencadeadas pelos próprios escravos. Toplin aceita por seu valor aparente os levantamentos da população escrava do final da década de 1870 e do início do decênio de 1880, cuja suspeição demonstrei e a propósito dos quais o próprio Toplin mostra dúvidas. Contar como escravos 27 mil nascidos livres que viviam em Pernambuco em 1871, como o fez Toplin, pode ser que reflita mais acuradamente a realidade social, mas certamente não espelha a importância econômica da escravidão – pois as mais velhas dessas crianças teriam recém chegado à idade de trabalhar pelo ano de 1888, a data da abolição. A inclusão das crianças elevaria ao total da população escrava de Pernambuco, em 1877, para 70 mil – ainda menos da metade da registrada no ano 1850. Embora o argumento de Toplin possa ter validade para o Centro-Sul, e ele documenta bem a freqüência das fugas em massa em São Paulo, simplesmente não há evidências de que uns 39 mil escravos tenham fugido de seus senhores em Pernambuco, entre 1886 e 1887: há provas de fugas em massa no início de 1888, mas isto nada tem a ver com a diferença entre os números para 1886 e 1887.[27]

A tal ponto a escravidão se tornara não lucrativa que províncias muito pobres, como o Ceará e o Amazonas, chegaram a abolí-la na década de 1880, vários anos antes da abolição nacional. Outras áreas, como Pernambuco, a foram eliminando passo a passo na prática, embora não legalmente. Assim, onde as atividades econômicas que empregavam o trabalho escravo tinham bons mercados – como no Centro-Sul brasileiro ou os estados algodoeiros dos Estados Unidos – a es-

cravidão continuou sendo lucrativa e foi necessário usar a violência para abolí-la. Onde tais atividades não prosperavam a escravidão se tornou uma carga ao ser extinto o tráfico internacional – e os próprios escravistas tomaram a iniciativa de substituí-la pela mão-de-obra livre.[28]

Se os donos de escravos os tratavam como fatores produtivos cujo custo determinava se deviam ser usados ou se era preferível empregar trabalhadores livres, então era uma produção capitalista que usava o braço escravo. Como escreveu Sidney W. Mintz: "a plantação escravista, produzindo certas mercadorias básicas para a metrópole, era uma forma especial, emergente, capitalista, de organização industrial" [29]. Quem negar que o capitalismo possa utilizar o braço escravo pode exagerar a importância da transição para o trabalho livre. Assim, Eugene D. Genovese, para quem o capitalismo é "o modo de produção caracterizado pelo trabalho assalariado e pela separação da força de trabalho dos meios de produção – isto é...a mesma força de trabalho tornando-se mercadoria", vê no Nordeste do Brasil uma transição do escravismo ao feudalismo, com elementos capitalistas representados pela crescente importância do salário e dos trabalhadores assalariados. Porém, a transição em Pernambuco não implicou qualquer mudança mais profunda no relacionamento entre os trabalhadores e os meios de produção, nem – e por isto mesmo – entre os trabalhadores e a distribuição da produção. Os salários rurais significavam pouco mais direitos sobre a terra, o capital ou os frutos da produção do que a ração dos escravos. Quando muito os trabalhadores livres tinham mais direitos sobre a sua própria força de trabalho, desde que podiam recusar-se a vendê-la, mas eventualmente enfrentariam as opções da fome ou do roubo. Meu exame das condições do trabalho livre em Pernambuco, após 1850, deixa claro que a abolição significou bem pouco, afinal de contas.[30]

O trabalho livre nos engenhos e usinas implicava salários, vencimentos, parceria ou a condição de agregado. Os salários aumentaram na zona do açúcar pelo fim do decênio de 1860 e início do seguinte, devido à crescente demanda dos construtores de ferrovias e dos cultivadores de algodão. Mas, pelo último quarto do século o crescente número de homens livres e a deterioração das condições de exportação exerceram forte pressão depressora sobre os salários. Ao mesmo tempo, os preços dos alimentos básicos – farinha de mandioca, feijão e charque – elevaram-se, do que resultou queda ainda mais rápida de renda real do que de salários. Embora alguns trabalhadores pudessem cultivar sua própria mandioca, seu próprio feijão, em lotes de agregados, eram bem poucos os que tinham capacidade para criar gado de corte. Os que dependiam exclusivamente dos salários, além disto,

compravam todos os gêneros de primeira necessidade e sofriam intensa e diretamente a queda da capacidade aquisitiva. Por sua vez, os lavradores demandavam pelo menos ferramentas e animais de tração. Mas a história do êxito de José Marreira – que no romance *Banguê* de José Lins do Rêgo elevou-se de parceiro a senhor de engenho – é atípica. No referente à mão-de-obra obra rural, somente bem poucos indivíduos eram parceiros e menor ainda era o número destes que chegava a acumular capital suficiente para se tornar proprietários de terras.[31]

Nenhuma destas modalidade de trabalho implicava grande poder de barganha. Os senhores de engenho podiam contratar e despedir trabalhadores e agregados à vontade, na economia pernambucana em que a mão-de-obra era abundante, e freqüentemente faziam exigências sociais ou políticas aos trabalhadores e suas famílias, que não podiam recusá-las. Mesmo os lavradores, que devido a sua modesta posse de capital podiam ser considerados como uma espécie de classe média rural, também estavam sujeitos a ser despedidos, literalmente, do dia para a noite pelo senhor de engenho, cujo monopólio de terras assegurava sempre a oferta de muitos trabalhadores sem terra ansiosos por uma parcela da produção açucareira.

Todas as formas de trabalho livre implicavam a liberdade básica de abandonar o emprego, direito negado aos escravos; mas, convém não exagerar tal liberdade. Um trabalhador livre não encontraria empregos alternativos no Nordeste, como os ex-escravos nas plantações antilhanas, após a abolição.[32] Os dados censitários não demonstram qualquer redistribuição da população pernambucana livre, de cor, para o oeste de Pernambuco, onde poderiam ter se dedicado a atividades granjeiras de subsistência devido à grande disponibilidade de terras e à pouca população; também os trabalhadores não saíram das áreas rurais para a capital, Recife. Os dados censitários mostram uma taxa de crescimento bem mais rápida da população nativa nas províncias do Centro-Sul brasileiro do que nas do Nordeste. Este aumento pode refletir condições econômicas superiores operando no sentido do maior crescimento natural, ou podem indicar a migração para o Sul dos trabalhadores de outras regiões e, portanto, mobilidade bem maior da mão-de-obra do que se pensa presentemente. A origem deste crescimento está à espera de estudos mais profundos; de qualquer modo, a maior parte dos ex-escravos ficou em Pernambuco e na zona do açúcar.[33]

A falta de empregos e a falta de atrativos das condições do trabalho livre nos engenhos conduziram à vadiagem permanente. Os vagabundos empregavam-se com pouca freqüência vivendo o resto do tempo ao Deus-dará. Como os senhores de engenho virtualmente monopolizassem as terras, os vagabundos viviam, realmente, do roubo. Mesmo quando os ex-escravos se empregavam, sua anterior experiência de trabalho lhes deixara um travo amargo e os predispunha a valorizarem altamente o lazer. Daí sua curva de oferta dobrar para trás e eles "comprarem" lazer com o sacrifício dos empregos estáveis. Até no Centro-Sul, onde as condições econômicas eram melhores do que as vigorantes em Pernambuco, verificava-se a vagabundagem. A força de trabalho superabundante dava lugar a que os proprietários rurais pudessem rejeitar muitos trabalhadores; mas as precárias condições de trabalho também levavam muitos trabalhadores a recusarem empregos fixos nos engenhos.[34]

Alguns pernambucanos pensaram em melhorar a qualidade do trabalho rural pelo estímulo à imigração européia. Mas os imigrantes europeus não viam porque estabelecerem-se em Pernambuco. O clima quente, a escassez de terras, e especialmente as condições desfavoráveis da indústria açucareira, tudo desencorajava-os. A escravidão e a legislação civil discriminatória não era mais repugnantes aos europeus em Pernambuco do que em São Paulo. Mas o surto da economia cafeeira permitia subsidiar centenas de milhares de europeus e estes recém-chegados assumiam o risco de se estabelecer ali por terem a esperança de melhorar seus lotes, dada a economia em desenvolvimento. Os imigrantes começavam trabalhando no café, mas logo passavam a outras atividades, acumulavam capital e, seguidamente, chegaram a desempenhar importantes papéis na industrialização do Centro-Sul. A inexistência de um grupo assim economicamente ativo, em Pernambuco, pode ter enfraquecido a região, sem esquecer de que as atividades dos imigrantes eram, provavelmente, mais uma função da vigorosa economia cafeeira do que dos talentos inerentes dos recém-vindos.

Assim como um governo diferente podia ter amenizado ou evitado a crise do mercado de exportação, também um governo diferente poderia ter atuado mais positivamente para facilitar a transição do trabalho escravo ao trabalho livre. O governo achou próprio oferecer compensações aos donos de escravos – através de fundos de emancipação – antes de 1888. Embora se negasse a pagar indenizações pela abolição final, o governo não fez qualquer tentativa para auxiliar os ex-escravos. Nos Estados Unidos, uma coalisão de reconstrucionistas moderados e radicais, no Congresso, superou o veto do presidente Andrew Johnson e criou o *Bureau* dos Libertos. Os radicais defendiam a distribuição das terras vagas e confiscadas na guerra, o que levou ao lema "40 acres e uma mula", mas o *Bureau* viveu apenas um ano e pouca reforma agrária teve lugar.[35] No Brasil a abolição não se deu em

meio à destruição de uma guerra civil e o governo brasileiro pôde ignorar completamente os ex-escravos, após 1888. Tal negligência deixou os libertos das plantações nordestinas na mesma situação anterior; no Centro-Sul significou distribuir aos imigrantes europeus os melhores empregos, ficando os libertos na camada inferior da sociedade."[16]

Até uma bem sucedida agência de libertos no Brasil, entretanto, não teria assegurado a melhoria do bem-estar dos trabalhadores, sem um decidido apoio governamental. Mesmo reformas mais liberais, que favorecessem a organização dos trabalhadores em prol de maior poder de barganha, poderiam ter alcançado vantagem a curto prazo mas, afinal, os sindicatos camponeses teriam apenas dividido mais equitativamente as minguadas receitas açucareiras – sem poder tomar providências a longo prazo para o bem-estar geral. Além disso, teriam ficado constantemente submetidos à influência dos proprietários rurais no governo local.[17]

Uma reforma agrária radical, que não só mudasse os produtos cultivados como redistribuísse as terras, poderia ter produzido mais equitativa distribuição da renda e elevado o bem-estar dos trabalhadores – mas não era exequível. Um governo menos submisso ao controle dos produtores de açúcar poderia ter optado pela reforma agrária, conjuntamente com a diversificação, para evitar os efeitos da estagnação açucareira sobre a renda. Cultivando mais ampla variedade de produtos exportáveis, como açúcar, algodão, fumo e outros de consumo regional, os pernambucanos poderiam ter ficado relativamente imunes às violentas mudanças em qualquer dos mercados, podendo também ter satisfeito as necessidades dos importadores em moeda estrangeira. Maior quantidade de terras marginais poderia ter sido usada para a pecuária, a avicultura, ou hortaliças, melhorando o nível nutritivo geral. O governo teria de fornecer o crédito substancial, implícito em tal reforma agrária, sob a forma de diversos pequenos empréstimos, em vez de dar grandes subsídios aos usineiros, que na maior parte, afinal, não foram pagos de forma alguma. A terra necessária teria de ser tomada aos proprietários, assim aumentando ou o número de propriedades sem criar minifúndios, ou o número de proprietários através de cooperativas ou de organizações coletivas. O resultado teria sido uma redução do produto regional bruto e uma distribuição mais igualitária de tal produto. Tal reforma, no Brasil do século XIX, seria politicamente irrealista, é claro, embora não fosse impensável, conforme o testemunham os documentos redigidos em 1847 e 1848 por Antônio Pedro de Figueiredo.

Se este trabalho enfatiza um tema, ele é a modernização que envolvendo capitalização, reorganização e a abolição do trabalho escravo, não trouxe nem melhora econômica nem social. As regiões açucareiras do Nordeste brasileiro fizeram certos ajustamentos necessários, no último quarto do século passado, mas estes serviram só para absorver o impacto de mercados externos desfavoráveis sobre a classe dos produtores de açúcar e para preservar a economia e a estrutura social tradicional. Onde outros grupos de proprietários rurais conseguiram realizar experiências mais bem sucedidas neste período, como em Cuba e São Paulo, o principal fator determinante de tal êxito foi a força de seus mercados externos.

As únicas alternativas à estagnação, em Pernambuco, implicavam uma política de recolonização ou uma reforma estrutural radical – em ambos os casos com os custos assumidos pelos proprietários rurais. Com a reforma agrária, a curto prazo o produto regional poderia ter sido prejudicado, mas a longo prazo a maioria da população poderia ter sido beneficiada. Os proprietários de terra continuaram a dominar politicamente e orientaram-se por seu nítido auto-interesse econômico. Mas o mercado, juntamente com inevitáveis distorções políticas, tornaram impossível um padrão socialmente eficaz de desenvolvimento.

O Brasil dificilmente pode ser tido como a única área colonial ou semi-colonial em que a modernização preservou a estrutura tradicional. Não foi por acidente que Cuba, uma das mais adiantadas colônias açucareiras do hemisfério ocidental, tanto em tecnologia quanto no desenvolvimento de organizações trabalhistas, realizou a primeira experiência, bem sucedida, de revolução socialista. Nenhum montante de investimento capital ou nenhuma revisão dos métodos de trabalho nas economias capitalistas de exportação agrícola podem render benefícios sociais a menos que as mudanças intensifiquem o controle e a participação dos trabalhadores na produção. Cuba deu início a sua revolução em 1959. Pernambuco atravessou diversos reajustamentos, nos últimos vinte e cinco anos do século passado, mas ainda aguarda uma modernização que seja mais benéfica.[18]

Notas

1. Hermann Paasche, *Zuckerindustrie und Zuckerhandel der Welt* (Jena, 1891), pp. 411-412. Calculei a média dos dados do consumo de 1801-05 e 1886-90.

2. A primeira Guerra Mundial interrompeu a produção européia de açúcar de beterraba, estimulando assim aos produtores de açúcar de cana. Passada a guerra, entretanto, os produtores de cana-de-açúcar do hemisfério ocidental sofreram a recessão. Embora Cuba se recuperou pelo fim do decênio de 1920, o Brasil não o conseguiu e na década de 1930 o seu setor açucareiro estava se tornando cada vez mais dependente da ajuda governamental. "O Açúcar na vida econômica do Brasil", pp. 233-235. Cuban Economic Research Project, *A Study on Cuba* (Miami, 1965), p. 235. Barbosa Lima Sobrinho, *Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira*, p. 33. Singer, *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, pp. 324-325.

3. Douglass C. North, *Growth and Welfare in the United States* (Englewood Cliffs, N. J., 1966), pp. 109-110. North demonstra que o índice americano das taxas de frete de exportação proporcional, a grosso modo, aos fretes cobrados por barcos destinados aos Estados Unidos, caiu mais de 75% entre 1815 e 1850, e novamente cerca de 50% entre 1879 e 1908.

4. Hugh Thomas, *Cuba: The Pursuit of Freedom* (Nova York, 1971), pp. 288-289, 290-291, 457, examina os acordos do decênio de 1890. Cuban Economic Research Group, *A Study on Cuba*, pp. 218-219, resume o Tratado de Reciprocidade de 1902.

5. Sidney W. Mintz, "Labor and Sugar in Puerto Rico and Jamaica, 1800-1850", *Comparative Studies in Society and History*, v. I, nº 3 (março de 1959), pp. 273-280., reproduzido por Foner e Genovese, *Slavery in the New World*, pp. 170-177. Mintz parece estar elaborando, como muitos estudiosos da escravidão, teses sugeridas por Eric Williams na sua obra pioneira, *Capitalismo e Escravidão*, trad. Carlos Nayfield (Rio de Janeiro, 1975), especialmente no capítulo 1.

6. Consultar, por exemplo, Robert P.Porter, *Industrial Cuba* (Nova York, 1899), p. 282.

7. Moreno Fraginals, *El Ingenio*, pp. 94-96. Presumo que a *caballeria* cubana, de 33,3 acres, equivalesse a 13,5 hectares, conforme Ely, *Cuando Reinaba Su Majestad El Azúcar*, p. 438.

8. Porter, *Industrial Cuba*, pp. 281-282. Ao deduzir a área cultivada brasileira pressupus o rendimento de 60 toneladas por hectare e não mais de 8% de açúcar extraído da cana. Provavelmente o rendimento mediano da extração era muito menor, o que elevaria a área total cultivada e agravaria o contraste com Cuba.

9. Franklin W. Knight, *Slave Society in Cuba During the Nineteenth Century* (Madison, Wisc., 1970), pp. 4-6, 29.

10. Duvon Clough Corbitt, *A Study of the Chinese in Cuba, 1847-1947* (Wilmore, Kentucky, 1971), pp. 1-26.

11. Knight, *Slave Society in Cuba*, p. 63. Toplin, *The Abolition of Slavery in Brazil*, p. 268.

12. Foner, *A History of Cuba and Its Relations with the United States*, 2 vols. (Nova York, 1962-63), v. 2, pp. 136-148.

13. Ver Ely, *Cuando Reinaba Su Majestad El Azúcar*, pp. 238-415, onde há relações dos capitalistas que financiaram o açúcar cubano; e Thomas, *Cuba*, p. 271, que registra as taxas de juros. Sobre os capitalistas e anexionistas norte-americanos consultar Leland Jenks, *Our Cuban Colony* (Nova York, 1928), pp. 33-35 e Thomas, *Cuba*, pp. 207, 263, 271-275.

14. Deerr, *History of Sugar*, v. 1, p. 130.

15. Jenks, *Our Cuban Colony*, pp. 31-33; Thomas, *Cuba*, pp. 276-277. Cuban Economic Research Group, *A Study on Cuba*, pp. 92, 96, 235. David Albert Denslow, Jr., na sua tese de doutoramento na Yale University, "Sugar Production in Northeastern Brazil and Cuba, 1858-1908" (New Haven, Connecticut, 1974), pp. 60-71, demonstra que a topografia mais plana de Cuba também constituiu uma vantagem importante. Ela facilitou uma maior produtividade de trabalho na cana, um custo menor de transporte da cana e um aumento mais rápido na escala de produção, que atingiu um nível quase dez vezes maior do que a escala de produção no Brasil. As economias decorrentes destas diferenças deixaram uma margem de lucro bem maior para o produtor cubano.

16. Alguns observadores contemporâneos acreditavam que o açúcar brasileiro fosse inferior em qualidade. Não tenho certeza quanto a isto, nem se é verdade nem até que ponto a inferioridade poderia ser responsabilizada pela falta de investimentos de capital para melhorar a cana e sua industrialização. Para uma amostra das críticas ao açúcar pernambucano ver A.F. Howard, "Report for the Year 1896 on the Trade, etc. of the Consular District of Pernambucano, *Parliamentary Papers*, 1897, HCC, v. 79, *AP*, v. 28, p. 10.

17. Nathaniel H. Leff, "Desenvolvimento econômico e desigualdade regional: origens do caso brasileiro", *Revista brasileira de economia* (Rio de Janeiro), 26:1 (janeiro/-março de 1972), pp. 3-21.

18. Nathaniel Leff, *The Brazilian Capital Goods Industry* (Cambridge, Mass., 1968), pp. 8-40. Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, p. 204.

19. Para um estudo otimista e pioneiro de tais programas, consultar Stefan H. Robock, *Desenvolvimento econômico regional; o Nordeste do Brasil*, trad. José C.M. Cavalcante e Fernando B. da Silveira (Rio de Janeiro, 1964). Relatos mais tardios e pessimistas há em Alberto Tamer, *O Mesmo Nordeste* (São Paulo, 1968) e Riordan Roett, *The Politics of Foreign Aid in the Brazilian Northeast* (Nashville, 1972).

20. William Shakespeare, *Júlio César, Antônio e Cleópatra*, trad. Carlos Alberto Nunes (São Paulo, s.d.), p. 25. Gunder Frank, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, p. 170. Gadiel Perruci, "Le Pernambouc (1899-1930)", capítulo 1, destaca a colonização interna.

21. Leff, "Desenvolvimento econômico e desigualdade regional", pp. 18-19.

22. Nathaniel Leff considerou as vantagens do neocolonialismo para o Brasil. "Economic Retardation in Nineteenth Century Brazil", p. 505. Uma outra solução, um forte aumento dos preços no mercado internacional de açúcar, tal como ocorreu no começo da década de 1970, não é considerada relevante nesta análise contra-fatual, porque tal aumento não depende da política dos produtores pernambucanos.

23. Ver Toplin, *The Abolition of Slavery in Brazil*, p. 19, para evidências da existência desta indústria de criação de escravos. Conrad, *Os últimos anos da escravatura*, pp. 43-45, nega que tenha havido tal atividade.

24. Quadro 24 deste livro.

25. O fato, de que a idade média do escravo de Pernambuco aumentou de 24,7 para 32,6 anos entre 1872 e 1887, pode ser comparado com o aumento de 28,1 para 33,4 anos

em São Paulo. *Recenseamento...1872*, v. 13, p. 217; v. 19, p. 433. *Relatório...Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Rodrigo Augusto da Silva* (1888), p. 24. Esta comparação pode sugerir que o grupo mais moço de Pernambuco incluiu proporcionalmente mais escravos novos, criados para vender antes da Lei do Ventre Livre. Mas por outro lado pode também sugerir que o grupo mais velho de São Paulo incluiu escravos mais idosos que foram ainda aproveitados no café, enquanto escravos nas mesmas faixas etárias em Pernambuco já tinham sido libertos, ou já tinham morrido. Assim, estes dados não me permitem chegar a uma conclusão a respeito da criação de escravos em Pernambuco.

26. Exemplo desta abordagem weberiana há em Florestan Fernandes, *Comunidade e Sociedade no Brasil* (São Paulo, 1972), pp. 309-314, 399-404, e Toplin, *The Abolition of Slavery in Brazil*, p. 13. No Rio de Janeiro os fazendeiros, segundo se alegava, conservavam seus escravos por força de hábito, apesar da decrescente lucratividade. Stein, *Grandeza e decadência do café*, pp. 273-275. Eugene Genovese sustentou que os fazendeiros possuiam escravos no sul dos Estados Unidos por uma série de motivos não-econômicos. *The Political Economy of Slavery: Studies in the Economy and Society of the Slave South* (Nova York, 1961), pp. 30, 50. *A economia política da escravidão*, trad. Fanny Wrobel e Maria Cristina Cavalcanti (Rio de Janeiro, 1976), pp. 32-33, 50.

27. Toplin, *The Abolition of Slavery in Brazil*, pp. 20-24, 94, 109, 223.

28. Sobre a lucratividade da escravidão no sul algodoeiro dos EUA ver Robert William Fogel e Stanley L. Engerman, "The Economics of Slavery", in *idem., The Reinterpretation of American Economic History* (Nova York, 1971), pp. 311-341.

29. Sidney W. Mintz, "Review of Stanley M. Elkins' Slavery", *American Anthropologist*, v. LXIII, (junho de 1961), pp. 579-587, reeditado como "Slavery and Emergent Capitalism", in Foner and Genovese, *Slavery in the New World*, pp. 27-37.

30. Genovese, *The World the Slaveholders Made*, pp. 16, 90-91. Marx considerava o trabalho livre como essencial para o capitalismo. Carlos Marx, *El Capital*, 3 vols., trad. Floreal Mazía (Buenos Aires, 1973), v. 1, p. 176. Não acredito que os trabalhadores tenham passado melhor como escravos, como pensa Gilberto Freyre. Certamente, o fato da população livre pernambucana de cor, ter conseguido reproduzir-se e aumentar em número indica que tal liberdade era preferível à escravidão. Mas havia bem poucas diferenças de condições de trabalho. A propósito, concordo com as conclusões de A. J. R. Russell-Wood, "Colonial Brazil", in David Cohen e Jack P. Green, eds., *Neither Slave nor Free* (Baltimore, 1972), p. 132.

31. José Lins do Rego, *Banguê* (Rio de Janeiro, 1934).

32. Gwendolyn Midlo Hall, *Social Control in Slave Plantation Societies: A Comparison of St. Domingue and Cuba* (Baltimore, 1971), pp. 120-121. J.H. Parry e P.M. Sherlock, *A Short History of the West Indies*, 3ª edição (Londres, 1971), pp. 195-196.

33. Nathaniel Leff argumenta que o custo do transporte impedia tal mobilidade dos trabalhadores. "Desenvolvimento econômico e desigualdade regional", p. 14.

34. Toplin, *The Abolition of Slavery in Brazil*, pp. 259-261, sugere o alcance da vagabundagem pós-abolição.

35. Kenneth M. Stampp, *The Era of Reconstruction, 1865-1877* (Nova York, 1965), pp. 112, 125-135.

36. Para uma introdução sobre o drama do negro brasileiro após a abolição, especialmente em São Paulo, ver Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, 2 vols. (São Paulo, 1965), v. 1. p. 124. Visão oposta há em Herbert Klein, "Nineteenth Century Brazil", in Cohen e Greene, *Neither Slave nor Free*, p. 332.

37. Quanto às tentativas das ligas camponesas de enfrentar os usineiros, na década de 1960, consultar Leda Barreto, *Julião-Nordeste-Revolução* (Rio de Janeiro, 1963), e Cynthia N. Hewitt, "The Peasant Movement of Pernambuco, Brazil: 1961-64", in Henry A. Landsberger, ed., *Latin American Peasant Movements* (Ithaca, Nova York, 1969), pp. 374-398 e Clodomir Moraes, "Peasant Leagues in Brazil" in Rodolfo Stavenhagen, ed., *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America* (Garden City: Doubleday and Company, Inc., 1970), pp. 453-501. Em 1964 o golpe de estado de um grupo de militares hostis à mobilização dos trabalhadores esmagou as ligas camponesas. Boa bibliografia sobre os recentes movimentos camponeses do Brasil há nas observações de Shepard Forman, "Disunity and Discotent: A Study of Peasant Political Movements in Brazil", in Chilcote, *Protest and Resistence in Angola and Brazil*, pp. 183-205.

38. Recente testemunho de que a situação descrita para o fim do século XIX não mudou, basicamente, há em Marvine Howe, "Brazil, Peasants Find Their Plight Worsen", *New York Times*, 27 de novembro de 1972, p. 12.

APÊNDICE 1
PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇÚCAR DE BETERRABA
(em toneladas métricas)

Anos	França	Alemanha	Austria-Hungria	Rússia	Holanda
1841-45	33.291	13.181			
1846-50	59.015	35.708			
1851-55	71.535	76.988		17.720	
1856-60	118.929	128.151	74.000	18.440	
1861-65	168.612	154.268	106.400	50.400	
1866-70	239.998	210.553	162.671	108.000	
1871-75	400.584	266.795	273.726	213.125	26.098
1876-80	320.306	420.130	403.464	301.960	24.797 a
1881-85	350.583	894.451	437.600	331.000	
1886-90	501.183	1.111.862	643.493	451.200	
1891-95	584.491	1.460.412	845.434	542.400	72.600
1896-1900	809.082	1.838.806	994.874	751.700	139.298
1901-05	820.704	2.002.415	1.161.681	1.059.601	139.687
1906-10	689.312	2.218.316	1.378.197	1.469.062	179.793

Anos	Bélgica	Itália	Dinamarca	Suécia	EUA
1841-45					
1846-50					
1851-55					
1856-60					
1861-65					
1866-70					
1871-75	96.823				
1876-80	61.879 a				
1881-85	79.694		8.756		
1886-90	122.531		19.636	11.824	1.641
1891-95	196.015	1.706	30.231	44.266	17.700
1896-1900	263.600	20.453	43.688	96.470	51.960
1901-05	252.819	104.752	51.068	102.207	212.720
1906-10	261.564	151.685	69.514	142.154	427.600

a. Não existem dados relativos a 1880.
FONTE: Deerr, *The History of Sugar*, v. II, pp. 490-498. Paasche, *Zuckerindustrie und Zuckerhandel der Welt*, p. 347.

APÊNDICE 2
PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇÚCAR DE CANA
(em toneladas métricas)

Anos	Brasil [a]	Cuba	P. Rico	Guiana Inglesa	Martinica Guadalupe	EUA (Louisiana)	México
1841-45	89.188			32.537	60.260	73.939	
1846-50	118.287			33.478	44.984	109.276	
1851-55	123.409	320.722		44.455	43.467	162.039	
1856-60	106.243	394.200		50.125	55.040	120.150	
1861-65	126.763	534.600		65.449	53.607	67.151	
1866-70	105.939	682.000		74.593	65.537	39.927	
1871-75	170.543	682.200		84.287	80.335	61.108	
1876-80	175.599	568.600		93.010	84.957	95.212	
1881-85	228.302	505.215		110.884	94.559	113.310	
1886-90	155.993	621.696		113.154	82.267	147.957	
1891-95	153.333	933.470	50.625 [b]	107.586	68.390	243.789	
1896-1900	113.908	272.427	52.198	96.828	70.950	256.266	73.367 [c]
1901-05	78.284	943.212	136.957	116.741	68.705	319.466	109.140
1906-10	51.338	1.393.898	255.829	110.809	76.247	316.283	139.400

Anos	Peru	Argentina	Ilhas Maurício	Java	Queensland	Filipinas	Havaí
1841-45			35.238	61.570			
1846-50			59.258	90.392			
1851-55			88.435	104.827		37.720	
1856-60			122.157	126.783		41.400	
1861-65			122.155	138.370		48.660	3.294
1866-70			102.339	157.816		70.584	8.077
1871-75	33.333 [d]		106.739	198.873		98.420	9.976
1876-80	78.820 [e]		119.577	231.571	13.640	137.158	18.058
1881-85	23.050		115.113	321.469	31.627	180.615	57.160
1886-90	49.140		121.267	359.056	52.647	180.430	104.100
1891-95	58.740	76.213	115.705	484.198	67.342	255.800	130.200
1896-1900	98.440	111.526	158.582	670.485	113.853	128.639	228.000
1901-05	137.447	111.947 [f]	169.275	947.975	117.221	136.167	345.600
1906-10	140.502	131.676	204.899	1.209.098	171.561	372.726	436.400

a. Apenas as exportações.
b. Dados de 1891 não disponíveis.
c. Dados de 1896-97 não disponíveis.
d. Dados de 1871-72 não disponíveis.
e. Dados de 1880-81 não disponíveis.
f. Dados de 1904 não disponíveis.

FONTES: "O Açúcar na vida econômica do Brasil", pp. 233-235. H.C. Prinsen Geerligs, *The World's Cane Sugar Industry. Past and Present* (Manchester, 1912), pp. 120-121, 156-157, 176, 242, 262. Paasche, *Zuckerindustrie und Zuckerhandel der Welt*, pp. 348-349. Deer, *The History of Sugar*, v. I, pp. 131, 143, Cuban Economic Research Project, *A Study on Cuba*, p. 83.

APÊNDICE 3
ENGENHOS DE AÇÚCAR DE PERNAMBUCO

Regiões	Anos		Décadas						Ano
	1761-75	1844	1850	1860	1870	1880	1890	1900	1914
1. *Planalto*									4
Recife	10								
Afogados		13	7	10	11	9		7	
Poço da Panella		3	1	1	1			8	
Várzea			11	11	15	12	10	6	9
Olinda	15	3		6	1				
Maranguape	4	6	6		7	3			
Sé						2			
Goiana	24	55	73	91	32	35	86	93	96
N.S. de O				34	37	45	50		
N.S. do Rosário					34				
S. Lourenço de Tejucupapo			12	28	28	9	10	9	
Igarassú	16	34	46	47	47	52	56		52
Itamaracá	9	3	5	5	5	6	10	6	3
Itambé	5		21	24	24	45	50	47	58
TOTAL	83	117	182	257	242	218	272	176	222
2. *Mata Seca*									
Glória do Goitá			15	19	17	19	60	19	16
Nazaré		68	89	114	85	87	256		199
Pau d'Alho		39	38	53	43	45	61	60	50
São Lourenço da Mata	20	28	44	34	28	22	56	59	51
N.S. da Luz			27	30	31	32		33	
Timbauba						27	70	49	75
S. Vicente				40	33	36		33	
Tracunhaém	17		80	97	84	101		56	
TOTAL	54	135	293	387	321	369	523	309	391
3. *Mata Úmida*									
Agua Preta		44	63	97	104	129	140	139	140
Amarají							66	65	60
Barreiros			46	51	53	55	50	53	47
Bonito		3	24	45		96		93	63
Cabo	26	86	62	80	79	79	95	78	73
Escada			103	108	109	120	120	80	84
Gameleira					56	57	67	69	71
Ipojuca	30		54	63	65	66	62		61
Jaboatão	14	34	46	48	48	52	71	71	61
Muribeca	8		18	20	18	20	22		
Palmares					113	99	100	134	112
Rio Formoso		26	42	42	36	36	68	77	73
Sirinhaém	37	66	87	96	73	69	64	56	62
Vitória de Santo Antão	4	85	66	82	45	81	90	78	66
TOTAL	119	344	623	732	799	959	1015	993	973

(continua)

ENGENHOS DE AÇÚCAR DE PERNAMBUCO

Regiões	Anos				Décadas				Ano
	1761-75	1844	1850	1860	1870	1880	1890	1900	1914
4. *Agreste*									
Bezerros			13	8				36	12
Brejo			6	3	4				40
Alagoa de Baixo									5
Cimbres			12	13					4
Caruarú			47						9
Altinho			29						6
Panellas			12						85
Quipapá			24	23					88
Garanhuns		1	16						61
Correntes									142
Ilha das Flores			6	6					
Limoeiro		8	26	12	13	13	15		14
Bom Jardim	1		27	42	30	38	55		51
Taquaratinga				36	5	16	15	16	3
Papacaça			22	31					36
Taquara	7			34					
Una	23	65	30	41	32	41	80		
TOTAL	31	74	258	249	84	108	165	52	556
5. *Sertão*									
Aguas Belas									19
Belmonte									9
Boa Vista									32
Buique									36
Cabrobó									27
Exú									24
Flores				5					76
Floresta									4
Granito									10
Afogados da Ingazeira									65
Leopoldina									8
Pedra									1
Petrolina									12
Salgueiro									54
Tacaratu									150
Espiritu Santo				42					
Triunfo								88	
Vila Bela									31
TOTAL				47					646
TOTAL GERAL	296	670	1.356	1.672	1.446	1.654	1.975	1.530	2.788

(continua)

OBSERVAÇÃO: Para as qualificações destes dados ver o Quadro 21. Os municípios relacionados são os existentes em 1900. Freguesias e subúrbios estão incluídos nos respectivos municípios – por exemplo, Afogados em Recife. Aparições de muitos engenhos em Amaraji e Palmares, refletem a criação de municípios independentes, não uma cornucópia de novos engenhos.

FONTES: *1761:* Carta de Luiz Diogo Lobo da Silva, Recife, 15 de fevereiro de 1761, in Correspondência do Governador de Pernambuco, 1753-1770, Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, lata 1-1-14, fólios 249-260. Cumpre-me agradecer a Herbert Klein uma cópia deste documento.
1775: "Idea da População da Capitania de Pernambuco e das suas annexas, extensão de suas costas, Rios e Povoações notáveis. Agricultura, número dos Engenhos, contractos e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido etc. etc. desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitanias o Governador e Capitam Geral General Jozé Cesar de Menezes", nos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro,* v. 40 (1918), pp. 1-111.
1844: Figueira de Mello, *Ensaio sôbre a Statística,* p. 263. Décadas de *1850, 1860, 1870, 1880, 1890, 1900:* José de Vasconcellos, *Almanack...1860, 1861, 1862.* F.P. do Amaral, *Almanack...1868, 1869, 1870, 1872, 1875, 1876, 1881, 1884, 1885, 1886.* Veríssimo de Toledo, *Almanack...1893, 1894, 1895.* Pires Ferreira, *Almanack...1899, 1900, 1901.*
1914: Peres e Peres, A indústria Assucareira em Pernambuco, pp. 32-33.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Encyclopedia dos Municípios Brasileiros,* 36 v. (Rio de Janeiro, 1957-58), v. XVIII, *Pernambuco.* Sebastião de Vasconcelos Galvão, *Diccionario Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco,* 4 vols. (Rio de Janeiro, 1908-1927).

MEDIDAS

DE PESO

1 arroba	15 quilogramas
1 pão (de açúcar)	63.4 quilogramas
1 saco (de açúcar)	75 quilogramas
1 saco (de algodão)	85 quilogramas
1 barril, barrica, tonel de açúcar	120 quilogramas
1 caixa de açúcar	300 quilogramas
1 tonelada ("long ton")	1.000 quilogramas

DE VOLUME

1 cuia	1.1 litros
1 canàda	2,77 litros
1 alqueire	36,4 litros
1 pipa	485 litros

DE DISTÂNCIA

1 palmo	0,22 metros
1 braça	2,2 metros
1 légua de sesmaria	6,6 quilômetros

DE SUPERFÍCIE

1 braça quadrada	4,84 metros quadrados
1 hectare	10.000 metros quadrados
1 légua	43,56 quilômetros quadrados

MOEDAS

1 mil-réis (1$000)	1.000 réis
1 conto (1:000$000)	1.000 mil-réis
1 libra inglesa	20 shillings de 12 pence cada um

OBSERVAÇÕES: As medidas brasileiras do século XIX variavam amplamente de província para província e até de região para região da mesma província. Esta tabela apresenta aquelas medidas citadas nas fontes pernambucanas. Todos os equivalentes estão no sistema métrico adotado pelo Brasil em 1874.

Os equivalentes monetários são dados em moeda inglesa, que era a moeda estrangeira padrão do século XIX. Quanto aos equivalentes em dólares da moeda brasileira ver Julian Smith Duncan, *Public and Private Operations of Railways in Brazil* (Nova York, 1932), pp. 183-184. Para uma idéia aproximada da taxa cambial do dólar: um mil-réis valia $55 ao câmbio oficial ao par (27 d./1$000) e um conto valia $550.

FONTES: Figueira de Mello, *Ensaio sôbre a Statística. Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 5 de agôsto de 1873* (Recife, 1873). *O Império do Brazil na Exposição Universal de 1873 em Vienna d'Austria* (Rio de Janeiro, 1873), pp. 170-175. SAAP, *Boletim*, nº 3 (setembro de 1822), pp. 53-54. Veríssimo de Toledo *Almanack...1893*, pp.49-54. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, Serviços de Inspecção e Defesa Agrícolas. *Questionarios sobre as condições da agricultura dos 173 municipios do Estado de São Paulo. De abril de 1910 a janeiro de 1912* (Rio de Janeiro, 1913), pp. 549-550.
Medidas

BIBLIOGRAFIA

Esta lista inclui apenas os principais arquivos e bibliografias pesquisados, e as obras citadas nas notas, mas não todas as fontes consultadas.

Arquivos e Bibliotecas Principais

Arquivo Nacional dos Estados Unidos, Washington, D. C. Despatches from United States Consuls in Pernambuco, 1817-1906, Microfilme T344.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Arquivo Público Estadual, Recife. Coleções Câmaras Municipais, Engenhos Centraes, Ministério da Agricultura, Obras Públicas, Portarias, Tesouro do Estado; Registro de Legitimação de Posse de Terras, Registro de Terras Públicas.

Assembléia Legislativa Estadual, Recife.

Associação Comercial Beneficente de Pernambuco, Recife.

Biblioteca Bancroft, University of California, Berkeley. Coleção de Fotografias.

Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, Washington, D. C.

Biblioteca da Faculdade de Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Biblioteca Low de Columbia University, Nova York.

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Biblioteca de Princeton University, Princeton, New Jersey.

Biblioteca Pública do Estado, Recife.

Biblioteca Pública de Nova York.

Biblioteca Sterling Memorial, Yale University, New Haven, Connecticut. Coleção de Mapas.

Cartório Público de Ipojuca, Pernambuco.

Departamento de Obras Públicas, Recife.

Instituto do Açúcar e do Álcool, Rio de Janeiro e Recife.

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife.

Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Rio de Janeiro. Correspondência do Governador de Pernambuco. Coleção de Fotografias.
Museu do Açúcar, Recife. Coleção Francisco Rodrigues de Fotografias.
Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, Recife. Livro de Atas nº 1 (Assemblea Geral). Livro de Atas nº 2 (Conselho Administrativo).
Usina União e Indústria, Recife e Escada.

Trabalhos Manuscritos

Dantas, Bento. "A Agro-Indústria Canavieira de Pernambuco: As Raízes Históricas dos Seus Problemas, Sua Situação Atual e Suas Perspectivas", Mimeografado, 1968.
Denslow Jr., David Albert. "Slave Mortality", Mimeografado, 1969.
__________. "Sugar Production in Northeastern Brazil and Cuba, 1858-1908", tese de doutoramento na Yale University, New Haven, Connecticut, 1974.
Eisenberg, Peter L. "The Sugar Industry of Pernambuco, 1850-1889", tese de doutoramento na Columbia University, Nova York, 1969.
__________. e Michael M. Hall. "Labor Supply and Immigration: A Comparison of Pernambuco and São Paulo", Comunicação apresentada ao 4º Congresso Anual da Latin American Studies Association, Madison, Wisconsin, maio de 1973.
Graham, Douglas H. e Sérgio Buarque de Hollanda Filho. "Migration, Regional and Urban Growth and Development in Brazil: A Selective Analysis of the Historical Record-1872-1970", Mimeografado, 1971.
Guerra, Flávio. "Memórias de uma Associação (História do Comércio do Recife)", Recife, 1965.
Hall, Michael M. "The Italians in São Paulo, 1880-1920", Comunicação apresentada a 86ª Reunião Anual da American Historical Association, Nova York, dezembro de 1971.
__________. "The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914", tese de doutoramento na Columbia University, Nova York, 1969.
Perruci, Gadiel. "Le Pernambouc (1889-1930): Contribution à l'Histoire Quantitative du Brésil", tese de doutoramento na École Pratique des Hautes Études, Paris, 1972.

Jornais e Revistas

Anuário Açucareiro, Rio de Janeiro
O Agricultor Prático, Recife.
Brasil Açucareiro. Rio de Janeiro.

O Brazil Agricola, Industrial, Commercial, Scientifico, Litterario, e Noticioso, Recife.
Diário de Pernambuco, Recife.
A Cidade, Recife.
Correio de Recife.
Commercio de Pernambuco, Recife.
Economia e Agricultura, Rio de Janeiro. Posteriormente entitulada *Brasil Açucareiro*.
A Escada.
O Escadense. Periódico Político.
O Industrial: Revista de Indústrias e Artes. Recife.
Jornal do Recife.
Pernambuco, Recife.
O Progresso, Recife.
A Província, Recife.
Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife.
Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco, *Boletim*. Recife.
Boletim da União dos Sindicatos Agrícolas de Pernambuco.

Artigos em Revistas

"O Açúcar na vida econômica do Brasil", *Annuário Açucareiro para 1938*, pp. 7-288.
Alden, Dauril. "The Population of Brazil in the late Eighteenth Century: A Preliminary Survey", *Hispanic American Historical Review* (Durham, North Carolina), XLIII: 2 (maio de 1963), pp. 173-205.
Barbosa Lima Sobrinho, Alexandre José. "O Governo Barbosa Lima e a Indústria Açucareira de Pernambuco", *Annuário Açucareiro para 1938*, pp. 353-367.
Carneiro Vilela, Joaquim Maria. "O Clube do Cupim", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geographico Pernambucano*, XXVII: 127-130 (1925-26), pp. 417-427.
Cavalcanti, Amaro. "Antecedentes Históricos do Estatuto da Lavoura Canavieira", *Jurídica* (Rio de Janeiro), XXVI: 70 (outubro a dezembro de 1962), pp. 324-332.
Conrad, Robert. "The Contraband Slave Trade to Brazil, 1831-1845", *Hispanic American Historical Review*, XLIX: 4 (novembro de 1969), pp. 617-638.
Costa Filho, Miguel. "Engenhos Centrais e Usinas", *Revista do Livro* (Rio de Janeiro), V: 19 (setembro de 1960), pp. 83-91.
Cruz Gouveia, Fernando da. "Os De Mornay e a Indústria Açucareira em Pernambuco", *Brazil Açucareiro*, XXXV: LXX (agosto de 1967), pp. 78-84.

Dé Carli, Gileno. "Alagôas. Sinópse Histórica do Açúcar", *Annuário Açucareiro para 1935*, pp. 36-39.

_________. "Geografia Económica e Social da Canna de Açúcar no Brasil", *Brasil Açucareiro*, X: 2 (outubro de 1937), pp. 200-226.

Dean, Warren. "Latifundia and Land Policy in Nineteenth-Century Brazil", *Hispanic American Historical Review*, 51: 4 (novembro de 1971), pp. 606-625.

Degler, Carl N. "Slavery in Brazil and the United States: an Essay in Comparative History", *American Historical Review* (Washington, D. C.), LXXV: 4 (abril de 1970), pp. 1.004-1.028.

Diégues Júnior, Manuel. "O Banguê em Pernambuco no Século XIX", *Revista do Arquivo Público* (Recife), VII-X: IX-XII (1952-1956), pp. 15-30.

Eisenberg, Peter L. "A Abolição da Escravatura: O Processo nas Fazendas de Açúcar em Pernambuco", *Revista de Estudos Econômicos* (São Paulo), 2: 6 (dezembro de 1972), pp. 181-203.

_________."Abolishing Slavery. The Process on Pernambuco's Sugar Plantations", *Hispanic American Historical Review*, 52:4 (novembro de 1972), pp. 580-597.

_________. "Falta de Imigrantes. Um aspecto do Atraso Nordestino", *Revista de História* (São Paulo), nº 94 (janeiro-março de 1973), pp. 583-601.

Galloway, J.H. "The Last Years of Slavery on the Sugar Plantations of Northeastern Brazil", *Hispanic American Historical Review*, 51:4 (novembro de 1971), pp. 586-605.

_________. "The Sugar Industry of Pernambuco During the Nineteenth Century", *Annals of the Association of American Geographers*, LVIII:2 (junho de 1968), pp. 285-303.

Gonsalves de Mello (Neto), José Antonio, "Trabalhadores Belgas em Pernambuco (1859-1863)", *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais* (Recife), 8 (1959), pp. 13-37.

Graham, Richard. "Brazilian Slavery Reconsidered", *Journal of Social History* (New Brunswick, New Jersey), 3:4 (verão de 1970), pp. 431-453.

_________. "Landowners and the Overthrow of the Empire, *"Luso-Brazilian Review* (Madison, Wisconsin), VII:2 (dezembro de 1970), pp. 44-56.

Guerra, Flávio. "A arte de amealhar dinheiro", *Diário de Pernambuco*, 7 de maio de 1967, caderno V., pp. 10-11.

Holloway, Thomas. "Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915. Uma análise preliminar", *Revista de Estudos Econômicos*, 2:6 (dezembro de 1972), pp. 145-177.

"Idéa da População da Capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas Costas, Rios e Povoações notaveis, Agricultura, numero dos Engenhos, contractos e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido etc., desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitanias o Governador e Capitam Geral General Jozé Cesar de Menezes", *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 40 (1918), pp. 1-111.

Klein, Herbert S. "The Internal Slave Trade in Nineteenth-Century Brazil: A Study of Slave Importations into Rio de Janeiro in 1852", *Hispanic American Historical Review*, 51:4 (novembro de 1971), pp. 567-585.

Leff, Nathaniel H. "Desenvolvimento econômico e desigualdade regional: origens do caso brasileiro", *Revista brasileira de economia* (Rio de Janeiro), 26:1 (janeiro-março de 1972), pp. 3-21.

_________. "Economic Retardation in Nineteenth-Century Brazil", *Economic History Review* (Cambridge, Inglaterra), segunda série, XXV:3 (agosto de 1972), pp. 489-507.

Mintz, Sidney W. "Labor and Sugar in Puerto Rico and Jamaica, 1800-1850", *Comparative Studies in Society and History*, (Cambridge, Inglaterra), I:3 (março de 1959), pp. 273-280, reeditado in Laura Foner e Eugene D. Genovese (editores), *Slavery in the New World: A Reader in Comparative History*, Englewood Cliffs, New Jersey, 1969, pp. 170-177.

_________. "Review of Stanley M. Elkins' Slavery", *American Anthropologist*, (Washington, D.C.), LXIII (junho de 1961), pp. 579-587, reeditado com o título "Slavery and Emergent Capitalism" in Foner e Genovese, *Slavery in the New World*, pp. 27-37.

Pádua, Ciro T. de. "Um Capítulo da História Econômica do Brasil", *Revista do Arquivo Municipal* (São Paulo), XI:C (janeiro-fevereiro de 1945), pp. 135-190.

Paes Barreto, Carlos Xavier. "A estirpe dos Lins", *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, XLVI, (1961), pp. 209-215.

Pereira da Costa, F.A. "Origens historicas do Municipio da Escada", *A Escada*, 7 de abril de 1904.

"Regime dos Ventos", *Porto do Recife*, 1:1 (agosto de 1933).

Rodrigues, José Honório. "A Literatura Brasileira sobre Açúcar no Século XIX", *Brasil Açucareiro*, XIX:5 (maio de 1942), pp. 16-38.

_________. "A Revolução Industrial Açucareira. Os Engenhos Centrais", *Brasil Açucareiro*, XXVII:2-4 (fevereiro, abril de 1946), pp. 179-182, 229-233, 392-397.

Salles, Alinio de. "O Verdadeiro Responsável pela Introdução da 'Cana Caiana' em nosso País", *Brasil Açucareiro* LXXIII: 4 (outubro de 1968), pp. 46-48.

Santos Dias Filho, Manoel Antônio dos. "Indústria Assucareira", *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio* (Rio de Janeiro) I:5 (1913), pp. 59-63.

Simonsen, Roberto. "As conseqüências econômicas da abolição," *Jornal do Comercio* (São Paulo) 8 de maio de 1938, reeditado na *Revista do Arquivo Municipal* (São Paulo) IV:XLVII (maio de 1938), pp. 257-268, e em *Ibid., Evolução industrial do Brasil e outros estudos* (São Paulo, Companhia Editora Nacional/Universidade de São Paulo, 1973), pp. 254-269.

Tischendorf, Alfred. "The Recife and San Francisco Railway Company, 1854-1860", *Inter-American Economic Affairs* (Washington, D.C.) XIII: 4 (primavera de 1960), pp. 87-94.

Toplin, Robert Brent. "Upheaval, Violence and the Abolition of Slavery in Brazil: The Case of São Paulo", *Hispanic American Historical Review*, XLIX:4 (novembro de 1969), pp. 639-655.

Vilela Luz, Nícia. "O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano", *Revista de História*, XV:XXVIII (1964), pp. 13-27.

Viveiros, Jeronimo de. "O Açúcar através do periódico 'O Auxiliador da Industria Nacional", *Brasil Açucareiro*, XXVII: 4 (abril de 1946), pp. 116-118.

Watts, Alfredo J. "A Colônia Inglêsa em Pernambuco", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano;* XXXIX (1944), pp. 163-170.

Wiederspahn, Henrique Oscar. "Dos Lins de Ulm e Augsburgo aos Lins de Pernambuco", *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, XLVI (1961), pp. 7-98.

Livros

Additamento às Informações sobre o Estado de Lavoura, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1874.

Agarwala, A.N. e S.P. Singh. *A Economia do Subdesenvolvimento*, tradução de Maria Celina Whately, Rio de Janeiro e São Paulo, Companhia Editora Forense, 1969. Originalmente publicado em 1958.

Alves Martins, Francisco. "Antônio Silvino e o Negro Currupião", s. e., s. d.

Amaral, F.P. do. *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1868, 1869, 1872, 1873, 1875, 1876, 1881, 1884, 1885, 1886*, Recife, várias editoras. 1868-1886.

Amaral, Luis. *História Geral da Agricultura Brasileira no Tríplice Aspecto Político Socio-Econômico*, 2ª edição, 2 volumes, São Paulo Companhia Editora Nacional, 1958. Originalmente publicado em 1940-41.

Andrews, Christopher Columbus. *Brazil, Its Conditions*, Nova York, D. Appleton and Co., 1887.

Annaes da Assembléa Provincial de Pernambuco, Recife, várias editoras, 1862-1889.

Annaes do Senado do Estado de Pernambuco, Recife, Typografia de Manoel Figueiroa Faria e Filhos, 1896-1898.

Annuário Commercial Pernambuco, Parahyba, Alagôas, Bahia, 1902-03, Recife, Imprensa Industrial, 1903.

Araujo Santiago, Théo (editor) *América Colonial. Ensaios*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975.

Arriaga, Eduardo E. *New Life Tables for Latin American Populations in the Nineteenth and Twentieth Centuries*, Berkeley, Institute of International Studies, University of California, 1968.

Arruda Beltrão, Antonio Carlos de. *A Lavoura da Canna e a Indústria Assucareira Nacional*, Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1918.

Associação Comercial Beneficente de Pernambuco, *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma*. Recife, várias editoras, 1857-1909.

Auler, Guilherme. *Os Utinga, Filhos, Netos, e Bisnetos do Senhor do Engenho Matapiruma*, Recife, Museu do Açúcar, 1963.

Azevedo, Fernando de. *Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Álcool, 1948.

Baer, Werner. *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*, tradução de Wando Pereira Borges, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

Banco de Crédito Real de Pernambuco, *Relatório do Banco de Crédito Real de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral dos accionistas em 23 de março de 1889*. Recife, Jornal do Recife, 1889.

————. *Relatório apresentado à Assembléa Geral dos Accionistas em 29 de maio de 1912*, Recife, Imprensa Industrial, 1912.

Baptista, Francisco das Chagas. "A politica de Antonio Silvino", Recife, Imprensa Industrial, 1908.

Barbosa Lima, Alexandre José. *Discursos Parlamentares*, 2 volumes, Brasília, Diretoria de Docmentação e Publicidade, Câmara dos Deputados, 1963-68.

————. *Mensagens apresentadas ao Congresso Legislativo do Estado em 1893, 1895, e 1896 pelo Dr. Alexandre José Barbosa Lima*,

quando Governador de Pernambuco, Recife, Imprensa Official, 1931.

Barbosa Lima Sobrinho, Alexandre José. *Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Zelio Valverde, 1943.

__________. *A Revolução Praieira*, Recife, Imprensa Official, 1949.

Barrata Góes, Manoel. *Nucleo Colonial Suassuna, O Delegado da Inspectoria Geral das Terras e Colonisação ao Excm. Sr. Governador do Estado e ao Público*, Recife, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1894.

Barreto, Leda. *Julião – Nordeste – Revolução*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1963.

Bello, José Maria. *Memórias*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.

Bello, Júlio, *Memórias de um Senhor de Engenho*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

Beiguelman, Paula. "O encaminhamento político do problema da escravidão no império", in Sérgio Buarque de Holanda (editor), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 2, vol. 3, *Reações e Transações*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, pp. 189-201.

__________. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968.

Benévolo, Ademar. *Introdução à História Ferroviária do Brasil: Estudo social, político e histórico*, Recife, Folha da Manhã, 1953.

Bennett, Frank. *Forty Years in Brazil*, Londres, Mills and Boon, Ltd., 1914.

Bethell, Leslie. *A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil. A Grã-Bretanha, o Brasil e a Questão do Tráfico de Escravos, 1807-1869*, tradução de Vera Neves Pedroso, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura/Universidade de São Paulo, 1976. Originalmente publicado em 1970.

Boxer, C.R. *A Idade de Ouro do Brasil. (Dores de crescimento de uma sociedade colonial)*, tradução de Nair de Lacerda, 2ª edição (revista), São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969. Originalmente publicado em 1962.

Brandão Sobrinho, Júlio. *A Lavoura da Canna e a Indústria Assucareira dos Estados Paulistas e Fluminense. Campos e Macahé em confronto com S. Paulo. Relatório apresentado ao Illmo. e Exm. Sr. Dr. Antônio de Pádua Salles*, São Paulo, Typographia Brazil de Rothschild e Cia., 1912.

Brazil. Congresso. Camara dos Deputados. *Reforma Hypothecaria*, Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1856.

Buescu, Mircea. *História Econômica do Brasil. Pesquisas e Análises*, Rio de Janeiro, APEC, 1970.

__________ e Vicente Tapajós. *História do Desenvolvimento Econômico do Brasil*, Rio de Janeiro, Edições "A Casa do Livro Ltda.", s.d.

Burke, Ulick Ralph, e Robert Staples, Jr. *Business and Pleasure in Brazil*, London, Field and Tuer, ye Teadenhalle Presse, 1884.

Burlamaque, F.L.C. *Monographia da Canna d'Assucar*, Rio de Janeiro, Typ. de N.C. Vianna e Filhos, 1862.

Burns, E. Bradford. *A History of Brazil*, Nova York Columbia University Press, 1971.

__________. *The Unwritten Alliance. Rio Branco and Brazilian-American Relations*, Nova York, Columbia University Press, 1966.

Caldas Lins, Rachael e Gilberto Osório de Andrade. *As Grandes Divisões da Zona da Mata Pernambucana*, Recife, Grupo de Estudos do Açúcar, 1964.

Calógeras, João Pandiá. *A formação histórica do Brasil*, 4ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1945. Originalmente publicado em 1930.

__________. *A Política Monetária do Brasil*, tradução de Thomaz Newlands Neto, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960.

Camilo, Manoel. "O Grande e Verdadeiro Romance de Antônio Silvino", Campina Grande, Paraíba, A "Estrella" da Poesia, s.d.

Canabrava, Alice P. "A Grande Lavoura", in Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos (editores), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 2, vol. 4, *Declínio e Queda do Império*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971, pp. 85-137.

__________. "A Grande Propriedade Rural", in *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 1, vol. 2, *Administração. Economia. Sociedade*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960, pp. 192-217.

Cardoso, Vicente. *À margem da história do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

Carneiro, Edison. *A Insurreição Praieira, 1848-1849*, Rio de Janeiro, Conquista, 1960.

Carneiro Rodrigues Campello, Samuel. *Escada e Jaboatão: Memória apresentada ao VI Congresso de Geographia Brasileiro*, Recife, Imprensa Oficial, 1937.

Carvalho Paes de Andrade, Luiz de. *Questões Econômicas em Relação à Província de Pernambuco*, Recife, Jornal do Recife, 1864.

Castro, Josué de. *Documentário do Nordeste*, 3ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1965. Originalmente publicado em 1937.

__________. *Geografia da Fome (O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço)*, 9ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1965. Originalmente publicado em 1946.
Catálogo da Exposição realizada no Teatro Santa Izabel de 13 a 31 de Maio de 1938, Recife, Imprensa Oficial, 1939.
Colleção de Leis Estaduais de Pernambuco, Recife, Typ. de Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1890-95.
Colleção de Leis do Império do Brazil, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1875-89.
Colleção de Leis Provinciais de Pernambuco, Recife, Typ. de Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1875-89.
Comissões da Fazenda e Especial. *Parecer e Projecto sobre a Creação de Bancos de Crédito Territorial e Fábricas Centraes de Assucar apresentados à Câmara dos Srs. Deputados na Sessão de 20 de Julho de 1875*, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1875.
Conrad, Alfred H. e John R. Meyer. *The Economics of Slavery and other Studies in Econometric History*, Chicago, Aldine, 1964.
Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, tradução de Fernando de Castro Ferro, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1975. Originalmente publicado em 1972.
Corbitt, Duvon Clough. *A Study of the Chinese in Cuba, 1847-1947* Wilmore, Kentucky, 1971.
Correia de Andrade, Manuel. *Paisagens e Problemas do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1968.
__________. *A Terra e o Homem do Nordeste*, 2ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1964. Originalmente publicado em 1963.
Correia Lopes, Edmundo. *A Escravatura (subsídios para a sua história)*, Lisboa, Ministério das Colônias, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1944.
Costa Filho, Miguel. *A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Álcool, 1963.
Costa Porto. *Estudos sôbre o Sistema Sesmarial*, Recife, Imprensa Universitária, 1965.
Cuban Economic Research Project. *A Study on Cuba*, Coral Gables, Flórida, University of Miami Press, 1965.
Curtin, Philip D. *The Atlantic Slave Trade. A Census*, Madison, University of Wisconsin Press, 1969.
Davis, David Brion. *The Problem of Slavery in Western Culture*, Ithaca, Cornell University Press, 1966.
Dé Carli, Gileno. *Aspectos Açucareiros de Pernambuco*, Rio de Janeiro, Leuzinger, 1940.
__________. *Aspectos da Economia Açucareira*, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, Editores, 1942.

__________. *Evolução do problema canavieiro fluminense*, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, Editores, 1942.
__________. *Gênese e evolução da indústria açucareira paulista*, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, Editores, 1943.
__________. *O Processo Histórico da Usina em Pernambuco*, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, Editores, 1942.
Dean, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*, tradução de Octávio Mendes Cajado, São Paulo, Difusão Européia do Livro/Universidade de São Paulo, 1971. Originalmente publicado em 1969.
__________. *Rio Claro: A Brazilian Plantation System, 1820-1920*, Stanford, Stanford University Press, 1976.
Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890-91.
Deerr, Noel. *Cane Sugar: A Textbook on the Agriculture of the Sugar Cane, the Manufacture of Cane Sugar, and the Analysis of Sugar House Products*, 2ª edição, Londres, Norman Roger, 1921.
__________. *The History of Sugar*, 2 volumes, Londres, Chapman and Hall, Ltd., 1949-50.
Degler, Carl N. *Nem Preto nem Branco. Escravidão e Relações Raciais no Brasil e nos E.U.A.*, tradução de Fanny Wrobel, Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil, 1976. Originalmente publicado em 1971.
Della Cava, Ralph. *Miracle at Joazeiro*, Nova York, Columbia University Press, 1970.
Denis, Pierre. *O Brazil no Século XX*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand-José Bastos e Cia., s.d.
Dent, Hastings Charles. *A Year in Brazil*, Londres, Kegan Paul, Trench and Co., 1886.
Diégues Júnior, Manuel. *O Bangüê nas Alagôas, Traços da Influência do Sistema Econômico do Engenho de Açúcar na Vida e na Cultura Regional*, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Álcool, 1949.
__________. *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*, São Paulo, Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Alimentação, 1954.
Direction Générale de Statistique. *Annuaire Statistique du Brésil, 1ère année (1908-1912)*, 2 volumes, Brésil, Imprimerie de la Statistique, 1917.
Directoria Geral de Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil, Anno I (1908-1912)*, 2 volumes, Rio de Janeiro, 1916.
__________. *Idades da População Recenseada em 31 de dezembro de 1890*, Rio de Janeiro, Officina da Estatística, 1901.
__________. *Indústria Assucareira. Usinas e Engenhos Centraes*, Rio de Janeiro, Officinas da Directoria Geral de Estatística, 1910.

______. "Recenseamento da população em 31 de Dezembro de 1900", *Relatório apresentado ao Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas pelo Dr. José Luiz S. de Bulhões Carvalho,* Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1908.
______. *Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920,* 5 volumes, Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1922-30.
______. *Relação dos proprietários dos Estabelecimentos Ruraes Recenseados no Estado de Pernambuco,* Rio de Janeiro, 1925.
______. *Relatório e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Leoncio de Carvalho Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império pelo Director Geral Conselheiro Manoel Francisco Correia em 20 de Novembro de 1878,* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1879.
______. *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analphabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890,* Rio de Janeiro, Officina da Estatística, 1898.
Duncan, Julian Smith. *Public and Private Operations of Railways in Brazil,* Nova York, Columbia University Press, 1932.
Dunshee de Abranches. *Governos e Congressos da Republica, 1889-1917,* 2 volumes, Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918.
Eichner, Alfred S. *The Emergence of Oligopoly. Sugar Refining as a Case Study,* Baltimore, Johns Hopkins Press, 1969.
Eisenstadt, S.M. *Modernização: Protesto e Mudança,* tradução de José Gurjão Neto, Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
Elkins, Stanley. *Slavery. A Problem in American Institutional and Intellectual Life,* Chicago, University of Chicago Press. 1959.
Ely, Roland T. *Cuando Reinaba Su Majestade El Azúcar,* Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1963.
Engenhos Centrais no Brasil, tradução de Pereira Lima, Rio de Janeiro, Typografia Universal, 1877.
Estatutos do Syndicato Agricola Regional de Gamelleira, Amaragy, Bonito e Escada, Pernambuco, A Provincia, 1905.
Estatuto da União dos Syndicatos Agricolas de Pernambuco approvado em Assembléia Geral dos Syndicatos a 6 de março de 1906, Recife, Imprensa Industrial, 1906.
Facó, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos,* 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.
Fairbanks, George Eduardo. *Observações sôbre o Commércio de Assucar, e o Estado presente desta Industria, acompanhadas de Instrucções práticas sobre a Cultura da Cana e fabrico dos seus productos.* Bahia, Typ. do C. Mercantil de R. Lessa e Cia., 1847.

Fairrie, Geoffrey. *Sugar,* Liverpool, Fairrie e Cia., Ltd., 1925.
Faoro, Raimundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro,* Porto Alegre, Editora Globo, 1958.
Fernandes, Florestan. *Circuito Fechado,* São Paulo, Hucitec, 1976
______. *Comunidade e Sociedade no Brasil,* São Paulo, Companhia Editora Nacional/Universidade de São Paulo, 1972.
______. *A integração do negro na sociedade de classes,* 2 volumes São Paulo, Dominus/Universidade de São Paulo, 1965.
Fernandes Gama, José Bernardo. *Memórias Históricas da Provincia de Pernambuco,* 2 volumes, Pernambuco, Typ. de Manoel Figueiroa de Faria, 1844.
Fernandes Lopes, João. *Colônias Industriaes Destinadas à Disciplinas, correcção e educação dos vagabundos regenerados pela hospitalidade e trabalho ou Exemplos fecundos das medidas preventivas contra a mendicidade e vagabundagem empregada na França, Suissa, Allemanha, Hollanda, Inglaterra e Estados Unidos por meio de regulamentos até 1889,* Pernambuco, Typ. d'A Provincia, 1890.
Ferreira Lima, Heitor. *História Político-Econômica e Industrial do Brasil,* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970.
Ferreira Reis, Artur Cezar. "Inquietações do Norte", in *História Geral da Civilização Brasileira,* tomo 1, vol. 2, pp. 380-393.
Ferreira Soares, Sebastião. *Notas Estatísticas sôbre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil,* Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1860.
Ferrez, Gilberto. *Velhas Fotografias Pernambucanas, 1841-1900.* Recife, Prefeitura Municipal, Departamento de Documentação e Cultura, s.d.
Fialho, Anfrisio. *Dom Pedro II. Empereur du Bresil. Notice Biographique,* Bruxelas, Typographie de Mlle. Weissenbruch, 1876.
______. *Impending Catastrophe. The C-S-F-of B-, ltd.,* Londres, 1884.
______. *Um Terço de Século (1852-1885). Recordações,* Rio de Janeiro, Typ. do Constituinte, 1885.
Figueira de Mello, Jerônymo Martiniano. *Ensaio sôbre a Statística Civil e Política da Provincia de Pernambuco,* Recife, Typ. de Manoel Figueiroa de Faria, 1852.
Fogel, Robert William, e Stanley L. Engerman. "The Economics of Slavery", in *Idem., The Reinterpretation of American Economic History,* Nova York, Harper and Row, 1971, pp. 311-341.
Foner, Philip S. *A History of Cuba and Its Relations with the United States,* 2 volumes, Nova York, International Publishers, 1962-63

Fonseca Hermes Júnior, João Severiano da. *O Assucar como factor importante da riqueza pública do Brasil,* Rio de Janeiro, Jornal do Commércio, 1922.

Forman, Shepard. "Disunity and Discontent: A Study of Peasant Political Movements in Brazil", in Ronald H. Chilcote (editor), *Protest and Resistence in Angola and Brazil. Comparative Studies,* Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1972, pp. 183-205.

Freire Aquino Fonseca, Célia. "Rotas, Portos. Comércio e a Formação do Complexo Açucareiro em Pernambuco", in *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Portos, Rotas e Comércio,* 2 volumes, São Paulo, *Revista de História,* 1971, vol. 1, pp. 345-365.

Freitas, Octavio de. *O Clima e a Mortalidade da Cidade do Recife,* Recife, Imprensa Industrial, 1905.

Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal,* 2 volumes, 13ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio, 1966. Originalmente publicado em 1933.

__________. *Um Engenheiro Francês no Brasil.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.

__________. *O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do Século XIX,* Recife, Imprensa Universitária, 1963.

__________. *Inglêses no Brasil. Aspectos da influência britânica sôbre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1948.

__________. *The Masters and the Slaves (Casa Grande e Senzala). A Study in the Development of Brazilian Civilization,* tradução de Samuel Putnam, 2ª edição revisada, Nova York, Alfred A. Knopf, 1956.

__________. *Nordeste. Aspectos da Influência da Cana sôbre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil,* 4ª edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967. Originalmente publicado em 1937

__________. *Ordem e Progresso. Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semi-Patriarcal no Brasil sob o Regime de Trabalho Livre: Aspectos de um Quase Meio Século de Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre, e da Monarquia para a República,* 2ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio, 1962. Originalmente publicado em 1957.

__________. *Sobrados e Mocambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano,* 3ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio, 1961. Originalmente publicado em 1936.

__________. *Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX,* tradução de Waldemar Valente, Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964. Originalmente publicado em 1922.

Furtado, Celso. *Formação Econômica da América Latina,* 2ª edição, Rio de Janeiro, Lia Editora S.A., 1970. Originalmente publicado em 1969.

__________. *Formação Econômica do Brasil,* 13ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1975. Originalmente publicado em 1959.

Gardner, George. *Viagens no Brasil principalmente nas provincias do norte e nos distritos de ouro e do diamante durante os annos de 1836-1841,* tradução de Albertino Pinheiro, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943. Originalmente publicado em 1846.

Genovese, Eugene D. *A economia política da escravidão,* Rio de Janeiro, Pallas, 1976. Originalmente publicado em 1967.

__________. *The World the Slaveholders Made: Two Essays in Interpretation,* Nova York, Random House, 1969.

Góes, Raul de. *Um Sueco Emigra para o Nordeste,* 2ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.

Gomes de Mattos, Antonio. *Os Engenhos Centraes e o Sr. A.G. de Mattos. Colleção de artigos publicados no Jornal de Commércio de julho à agôsto de 1882,* Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C., 1882.

__________. *Esboço de um Manual para os Fazendeiros de Assucar no Brazil,* Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1882.

Gonçalves e Silva. *O Assucar e o Algodão em Pernambuco,* Recife, 1929.

Gonsalves de Mello, José Antonio. *Ingleses em Pernambuco.* Recife Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1972.

Gorringe (USN), Lieutenant Commander Henry Honeychurch. *The Coast of Brazil,* vol. 1, *From Cape Orange to Rio de Janeiro,* Washington, D.C., Government Printing Office, 1875.

Goulart, José Alípio. *Transportes nos Engenhos de Açúcar,* Rio de Janeiro, Imp. Gráfica Taveira, 1959.

Goulart, Mauricio. *Escravidão Africana no Brasil (Das origens à extinção do tráfico),* São Paulo, Livraria Martins Editora, 1949.

Governador do Estado de Pernambuco. *Relatórios, Falas, Mensagens,* Recife, várias editoras, 1890-1910.

Graham, Richard. *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil, 1850-1914,* tradução de Roberto Machado de Almeida, São Paulo, Brasiliense, 1973. Originalmente publicado em 1968.

Great Britain, Parliament. *Parliamentary Papers.* House of Commons by. Command. *Accounts and Papers,* Londres, 1844-1914.
Great Western of Brazil Railway Company, Limited. *Report of the Directors and Statement of Accounts... to be Submitted to the Shareholders at the Annual General Meeting,* Londres, 1886-1909.
Guerra, Flávio. *História de Pernambuco,* 2 volumes, Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1966.
———. *Idos do Velho Açúcar,* Recife, Coleção Concórdia, 1966.
Gunder Frank, Andre. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil,* Nova York, Monthly Review Press, 1967.
Hadfield, William. *Brazil, the River Plate, and the Falkland Islands,* Londres, Longman, Brown, Greene and Longman's, 1854.
Hall, Gwendolyn Midlo. *Social Control in Slave Plantation Societies. A Comparison of St. Domingue and Cuba,* Baltimore, Johns Hopkins Press, 1971.
Haring, C.H. *Empire in Brazil: A New World Experiment with Monarchy,* Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1958.
Henderson, James. *A History of the Brazil. Comprising its Geography, Commerce, Colonization, Aboriginal Inhabitants, etc., etc., etc.,* Londres, Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1821.
Hewitt, Cynthia N. "The Peasant Movement of Pernambuco, Brasil: 1961-1964", in Henry A. Landsberger (editor) *Latin American Peasant Movements,* Ithaca, Cornell University Press, 1969, pp. 374-398.
Hobsbawm, Eric J. *Bandidos,* tradução de D.M. Garschagen, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975. Originalmente publicado em 1969.
Iglésias, Francisco. "Vida Política, 1848-1868", in *História Geral da Civilização Brasileira,* tomo II, v. 3, *Reações e Transações,* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, pp. 9-112.
Imlah, Albert. *Economic Elements in the Pax Brittanica. Studies in British Foreign Trade in the Nineteenth Century,* Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1958.
Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Vienna d'Austria Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1873.
Informações sobre o Estado de Lavoura, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1874.
Instituto do Açúcar e do Álcool. *Congressos Açucareiros no Brasil,* Rio de Janeiro, 1949.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento Estadual de Estatística, *Anuário Estatístico de Pernambuco,* ano IV (1930), ano XI (1942), ano XII (1946), ano XIX (1964), Recife, 1930-64

Instituto Brasileiro da Geografia e Estatística, *Encyclopedia dos Municipios Brasileiros,* 36 volumes, Rio de Janeiro, 1957-58.
Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil,* Ano III-1937, Rio de Janeiro, 1937.
Jaguaribe, Hélio. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político. Uma abordagem Teórica e um Estudo do Caso Brasileiro,* 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969. Originalmente publicado em 1968.
James, Preston. *Latin America,* 3ª edição, Nova York, Odyssey, 1959. Originalmente publicado em 1942.
Jenks, Leland. *Our Cuban Colony; A Study in Sugar,* Nova York, Vanguard, 1928.
Kidder, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil (Províncias do Norte). Compreendendo Notícias Históricas e Geográficas do Império e das Diversas Províncias,* tradução de Moacir N. Vasconcelos, São Paulo, Livraria Martins Editora/Universidade de São Paulo, 1972. Originalmente publicado em 1845.
Klein, Herbert S. "Nineteenth Century Brazil", in David W. Cohen e Jack P. Greene (editores), *Neither Slave nor Free: the Freedman of African Descent in the Slave Societies of the New World,* Baltimore, Johns Hopkins Press, 1972, pp. 309-334.
Knight, Franklin W. *Slave Society in Cuba during the Nineteenth Century,* Madison, University of Wisconsin Press, 1970.
Koster, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil,* tradução e notas de Luiz da Camara Cascudo, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942. Originalmente publicado em 1816.
Leff, Nathaniel. *The Brazilian Capital Goods Industry,* Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1968.
Lei e Regulamento da Reforma Hypothecaria estabelecendo as bases das Sociedades de Crédito Real, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865.
Lima, Hermes. *Tobias Barreto (A Época e o Homem),* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.
Lins do Rego, José. *Banguê,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1934.
Lira, Luis de. "As Bravuras de Antonio Silvino em honra de um velho amigo" s.e., s.d.
Manchester, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil,* tradução de Janaina Amado, São Paulo, Brasiliense, 1973. Originalmente publicado em 1933.
Mansfield, Charles Blachford. *Paraguay, Brazil, and the River Plate. Letters Written in 1852-1853,* Cambridge, Inglaterra, Macmillan, 1856.

Marc, Alfred. *Le Brésil. Excursion à Travers des 20 Provinces*, 2 volumes, Paris, M.J.-G. D'Argollo-Furão, 1890.

Marx, Carlos. *El Capital*, 3 volumes, tradução de Floreal Mazía. Buenos Aires, Editorial Cartago SRL, 1973. Originalmente publicado em 1867.

Mathieson, William Law. *Great Britain and the Slave Trade, 1839-1865*, Londres, Longmans, Green, 1929.

Medeiros, Coriolano de. "O Movimento da Abolição no Nordeste", in *Livro do Nordeste Commemorativo do Primeiro Centenário do Diário de Pernambuco 1825-1925*, Recife, Diário de Pernambuco, 1925, pp. 92-96.

Medeiros de Sant'Ana, Moacyr. *Contribuição à História do Açúcar em Alagoas*, Recife, Museu do Açúcar, 1970.

Melo, Mario. *Pau d'Alho: Geographia Physica e Política*, Recife, Imprensa Official, 1918.

__________. *Síntese Cronológica de Pernambuco*, Recife, Imprensa Oficial, 1942.

Melo Meneses, Diogo de, e Gilberto Freyre (editores), *O Velho Felix e suas "Memórias de um Cavalcanti"*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.

Milet, Henrique Augusto. *Auxilio à Lavoura e Crédito Real*, Recife, Jornal do Recife, 1876.

__________. *A Lavoura da Canna de Assucar*. Recife, Jornal do Recife, 1881.

__________. *Os Quebra Kilos e a Crise da Lavoura*, Recife, Jornal do Recife, 1876.

Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, Serviços de Inspecção e Defesa Agricolas. *Questionários sôbre as condições da agricultura dos 173 municipios do Estdo de São Paulo. De abril de 1910 a janeiro de 1912*. Rio de Janeiro, Typ. do Serviço de Estatística, 1913.

Ministério da Fazenda. *Proposta e Relatório apresentados à Assembléa Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Interino da Fazenda Barão de Cotegipe*, Rio de Janeiro, 1877.

Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Relatórios apresentados ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893-96.

Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Commércio e Obras Públicas. *Relatórios apresentados à Assembléa Geral*, Rio de Janeiro, várias editoras, 1861-92.

Mont'Alegre, Omer. *Tobias Barreto*, Rio de Janeiro, Casa Editora Vecchi Ltda., 1939.

Moraes, Clodomir. "Peasant Leagues in Brazil", in Rodolfo Stavenhagen, (editor), *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*, Garden City, Nova York, Doubleday, 1970, pp. 453-501.

Moraes, Evaristo de. *A campanha abolicionista, 1879-1888*, Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, Bastos, Spicer, 1924.

Moreno Fraginals, Manuel. *El Ingenio: El Complejo Económico Social Cubano del Azúcar*, Tomo 1 (*1760-1860*), La Habana, Comisión Nacional Cubana de la UNESCO, 1964.

Mota, Leandro. *Violeiros do Norte, Poesia e Linguagem do Sertão Nordestino*, 3ª edição, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

Nabuco, Joaquim. *O Abolicionismo. Conferências e Discursos Abolicionistas*, São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1949. Originalmente publicado em 1883.

__________. *Minha Formação*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1957. Originalmente publicado em 1883.

Netto Campello. *História Parlamentar de Pernambuco*, Recife, Imprensa Industrial, 1923.

North, Douglass C. *Growth and Welfare in the American Past. A New Economic History*, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1966.

Noticia acerca da Industria Assucareira no Brazil, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1877.

Novais, Fernando A. "O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial", in Carlos Guilherme Mota, *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, pp. 47-63.

Noya Pinto, Virgilio. "Balanço das Transformações Econômicas no Século XIX", in Mota, *Brasil em Perspectiva*, pp. 126-145.

Oliveira Lima. *Memórias (Estas minhas reminiscências...)*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.

Oliveira Torres, João Camillo de. *Os Construtores do Império. Ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.

__________. *A democracia coroada: teoria política do império do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.

Oliveira Vianna, F. J. "Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários Realizados no Brazil", in Directoria Geral da Estatística, *Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920*, vol. 1, pp. 404-483.

Onody, Oliver. *A Inflação Brasileira (1820-1958)*, Rio de Janeiro, 1960.

Osório de Cerqueira, José. *La Province de Pernambuco*, Pernambuco, Typ. G. Laporte et Cie., 1888.

Paasche, Hermann. *Zuckerindustrie und Zuckerhandel der Welt*, Jena, Verlag von Gustav Fischer, 1891.
Parry, J. H. e P.M. Sherlock. *A Short History of the West Indies*, 3ª edição, Londres, Macmillan, 1971. Originalmente publicado em 1956.
Pereira da Costa, F.A. *Anais Pernambucanos*, 10 volumes, Recife, Arquivo Público Estadual, 1949-66.
_________. "Notícia sôbre as instituições de crédito bancário em Pernambuco, offerecida à Benemerita Associação Commercial e Beneficente", in *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 10 de agôsto de 1898*, Recife, 1898, pp. 95-112.
_________. "Origens Históricas da Industria Assucareira em Pernambuco", in *Trabalhos da Conferência Assucareira do Recife (2º do Brasil)*, Recife, Diário de Pernambuco, 1905, pp. i-xlix. Reeditado em Prefeitura Municipal do Recife, *Arquivos*, nºs 7-20 (1945-51), pp. 257-329.
Peres, Apollonio e Manuel Machado Cavalcanti. *Industrias de Pernambuco*, Recife, Imprensa Industrial, 1935.
Peres, Gaspar, e Apollonio Peres. *A Industria Assucareira em Pernambuco*, Recife, Imprensa Industrial, 1915.
Pernambuco. Secretaria de Educação e Cultura, Biblioteca Pública. *Documentação Histórica Pernambucana. Sesmarias*, 3 volumes. Recife, 1954-59.
Picanço Francisco. *Diccionario de Estradas de Ferro*, 2 volumes, Rio de Janeiro Imprensa a Vapor H. Lombaerts e Comp., 1891-92.
Pinto, Adelia. *Um livro sem título (Memórias de uma Provinciana)*, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1962.
Pinto, Estevão. *A Associação Comercial de Pernambuco. Livro Comemorativo de seu primeiro centenário (1839-1939)*, Recife, Jornal do Commércio, 1940.
_________. *História de Uma Estrada-de-Ferro do Nordeste*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1949.
Pires Ferreira, Júlio. *Almanack de Pernambuco para o anno de 1899, 1900, 1901*. Recife, 1899-1901.
Poppino, Rollie. *Brazil, the Land and the People*, Nova York, Oxford University Press, 1968.
Porter, Robert P. *Industrial Cuba. Being a Study of Present Commercial and Industrial Conditions*. Nova York, G. P. Putnam's Sons, 1899.
Prado, Eduardo. *A Illusão Americana*, 3ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1961. Originalmente publicado em 1893.

Prado Junior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. 5ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1957. Originalmente publicado em 1942.
_________. *História Econômica do Brasil*, 11ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1969. Originalmente publicado em 1945.
Presidentes da Provincia de Pernambuco. *Relatórios, Fallas, Mensagens*, Recife, várias editoras, 1844-1889.
Prinsen Geerligs, H.C. *The World's Cane Sugar Industry. Past and Present*, Manchester, Norman Rodger, 1912.
Projecto de Receita Provincial organizado por ordem do Excm. Desembargador José Manoel de Freitas, Dignissimo Presidente desta Província, pelo Administrador do Consulado Provincial Bacharel Francisco Amynthas de Carvalho Moura, Pernambuco, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1884.
Quintas, Amaro. "A agitação republicana no Nordeste", in *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 2, vol. 1, *O Processo de Emancipação*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962, pp. 207-237.
_________. "O Nordeste, 1825-1850", in *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 2, vol. 2, pp. 193-311.
_________. *O Sentido Social da Revolução Praieira*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1967.
Raffard, Henri. *O Centro da Indústria e Commércio de Assucar no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Companhia Typographica do Brasil, 1892.
Raiz, Jovino da. "O trabalhador negro no tempo do banguê comparado com o trabalhador negro no tempo das uzinas de assucar", in *Estudos Afro-Brasileiros. Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro, reunido no Recife em 1934*, vol. 1, Rio de Janeiro, Ariel, 1935, pp. 191-194.
Recenseamento da População do Império do Brasil a que se procedeu no Dia 1 de Agôsto de 1872. Quadros Estatísticos, 23 volumes, Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger e Filhos, 1873-76.
Recife and San Francisco Railway Company (Limited). *Report of the Proceedings at the Ninth ... Seventy-Ninth Half Yearly Ordinary General Meeting of the Shareholders*, Londres, 1860-94.
Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Antonio Gonçalves Ferreira, Governador do Estado, pelo Secretário da Indústria, Obras Públicas, Agricultura, Commercio e Hygiene, Recife, 1902.
Relatório da Comissão Central de Socorros aos indigentes victimas da secca, Pernambuco, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1878.

Relatório da Comissão dirigida por Joaquim d'Aquino Fonseca, apresentado ao Excellentissimo Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha Figueiredo no 10 de janeiro de 1856, Pernambuco, Typ. de Manoel Figueiroa de Faria, 1856.

Relatório do Inspector da Fazenda Provincial de Pernambuco José Pedro da Silva, apresentado no 3º de Fevereiro de 1852 ao Excellentissimo Sr. Victor de Oliveira, presidente da mesma provincia, Pernambuco, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria, 1852.

Ribeiro Lamego, Alberto. *O Homem e o Brejo*, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1945.

Ribeiro Pessôa Junior, Cyro Dioclesiano. *Estudo Descriptivo das Estradas de Ferro do Brazil Precedido da Respectiva Legislação*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886.

Robock, Stefan H. *Desenvolvimento econômico regional; o Nordeste do Brasil*, tradução de José C.M. Cavalcante e Fernando B. da Silveira, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964. Originalmente publicado em 1963.

Roche, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, tradução de Emery Ruas, 2 volumes, Porto Alegre, Globo, 1965. Originalmente publicado com o título *La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul*, Paris, 1959.

Rodrigues, José Honorio. *Índice anotado da Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1961. Separata da *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. XLIV, (1954-59).

Roett, Riordan. *The Politics of Foreign Aid in the Brazilian Northeast*, Nashville, Vanderbilt University Press, 1972.

Rosa e Silva Neto, J. M. *Contribuição ao Estudo da Zona da Mata em Pernambuco*, Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1966.

Russell-Wood, A.J.R. "Colonial Brazil", in Cohen e Greene, *Neither Slave nor Free*, pp. 84-133.

Sagra, Ramon de la. *Cuba 1860. Selección de artículos sobre agricultura cubana*, La Habana, Comissión Nacional Cubana de la UNESCO, 1963.

Schorer Petrone, Maria Teresa. "Imigração assalariada", in *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 2, vol. 3. *Reações e Transações*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, pp. 274-296.

__________. *A lavoura canavieira em São Paulo*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

Sette, Mário. *Arruar. História Pitoresca do Recife Antigo*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, s.d. Originalmente publicado em 1948.

Shakespeare, William. *Júlio Cesar. Antônio e Cleópatra*, tradução de Carlos Alberto Nunes, São Paulo, Edições Melhoramentos, s.d.

Simonsen, Roberto. *História Econômica do Brasil, 1500-1820*, 4ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1962. Originalmente publicado em 1937.

Singer, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, São Paulo, Companhia Editora Nacional/Universidade de São Paulo, 1968.

Sitterson, J. Carlyle. *Sugar Country: The Cane Industry in the South, 1753-1950*, Lexington, Kentucky, University of Kentucky Press, 1953.

Smith, Herbert H. *Brazil: The Amazons and the Coast*. Nova York, Charles Scribner's Sons, 1879.

Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. *Acta da Sessão da Assembléa Geral de 23 de abril de 1877 e Relatório Annual do Gerente o Senhor Ignácio de Barros Barreto*, Recife, Jornal do Recife, 1877.

__________. *Acta da Sessão Solene da Assembléa Geral de 28 de setembro de 1882 e Relatório Annual do Gerente Ignácio de Barros Barreto*, Recife, Typographia Central, 1882.

__________. *Estatutos para o Banco Auxiliador d'Agricultura, Instituição de Crédito Real e Agrícola*, Recife, Typ. Central, 1883.

__________. *Relatório apresentado na sessão de 4 de julho de 1878 da Assembléa Geral pelo Gerente Ignácio de Barros Barreto e a Acta da mesma sessão*, Recife, Jornal do Recife, 1878.

__________. *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife em outubro de 1878*, Recife, Typ. de Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1879.

Sociedade Nacional da Agricultura. *Legislação Agrícola do Brasil. Primeiro Período. Império (1808-1889)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910.

Souto Maior, Mario. *Antônio Silvino, Capitão do Trabuco*, Rio de Janeiro, Edições Arquimedes, 1971.

Souza, Amaury de. "The *Cangaço* and the Politics of Violence in Northeast Brazil", in Chilcote, *Protest and Resistance in Angola and Brazil*, pp. 109-131.

Souza, Eusebio de. "O Quadro Histórico", in Raimundo Girao, *A abolição no Ceará*, Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1956.

Souza Gomes, Luiz. *Dicionário Econômico e Financeiro*, 8ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.

Souza Leão Pinto, Eudes de. *Cana-de-Açúcar*, Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, 1965.

Souza e Silva, Joaquim Norberto. "Investigações sobre os Recenseamentos de População Geral do Império e de Cada Província de per si tentados desde os Tempos Coloniais até hoje", *in Relatório apresentado à Assembléa Geral na segunda sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Paulino José Soares de Souza.* Appendice D. Rio de Janeiro, 1870. Reeditado pelo Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, *Documentos Censitários,* Série B, nº 1, Rio de Janeiro, 1951.

Stampp, Kenneth, M. *The Era of Reconstruction, 1865-1877,* Nova York, Random House, 1965.

Stein, Stanley J. *The Brazilian Cotton Manufacture. Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950,* Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1957.

__________. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba,* tradução de Edgar Magalhães, São Paulo, Brasiliense, 1961. Originalmente publicado em 1957.

__________. e Barbara H. Stein. *A Herança Colonial da América Latina. Ensaios de Dependência Econômica,* tradução de José Fernandes Dias, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. Originalmente publicado em 1970.

Stonier, Alfred W. e Douglas C. Hague. *Teoria Econômica,* tradução de Cassio Fonseca, 6ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1970. Originalmente publicado em 1953.

Suzannet, Conde de. *O Brasil em 1845 (Semelhanças e Diferenças após um século),* tradução de Marcia de Moura Castro, Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1957.

Tamer, Alberto. *O Mesmo Nordeste,* São Paulo, Herder, 1968.

Tannenbaum, Frank. *Slave and Citizen, The Negro in the Americas,* Nova York, Random House, 1946.

Taunay, Affonso de Escragnolle. *História do Café no Brasil,* 15 volumes, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939-43.

__________. *Pequena História do Café no Brasil (1727-1937),* Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945.

Thomas, Hugh. *Cuba, The Pursuit of Freedom,* Londres, Eyre and Spottiswoode, 1971.

Tollenare, L.F. *Notas Dominicais, tomadas durante uma residência em Portugal e no Brazil nos annos de 1816,1817 e 1818. Parte relativa a Pernambuco,* tradução de Alfredo de Carvalho, Salvador, Livraria Progresso, Editora, 1956. Originalmente publicado em português em 1904.

Toplin, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil.* Nova York, Athenum, 1972.

Trabalhos da Conferência Assucareira do Recife (2º do Brasil), Recife, Diário de Pernambuco, 1905.

U.S. Congress, House of Representatives. *Executive Documents,* Washington, D.C., 1850-89.

__________. *Reports for the Year...on the Trade of the Consular District of Pernambuco,* Washington, D.C., 1857-96.

U.S. Department of State. *Reports from the Consuls of the United States on the Commerce, Manufactures, etc., of Their Consular Districts,* Washington, D.C., 1880-1910.

Vasconcellos, José de. *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco para o Anno de 1860, 1861, 1862.* Pernambuco, Typographia Commercial de Geraldo H. de Mira e C., 1860-62.

Vasconcellos Galvão, Sebastião. *Diccionário Chorográphico, Histórico e Estatístico de Pernambuco,* 4 volumes, várias edições, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908-1927.

Vasconcelos Sobrinho. *As Regiões Naturais de Pernambuco, O Meio e a Civilização,* Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1949.

Vasconcellos Torres. *Condições de vida do trabalhador no agroindústria do açúcar,* Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Álcool, 1945.

Veiga, Luiz Francisco da. *Livro do Estado Servil e Respectiva Libertação contendo a Lei de 28 de Setembro de 1871 e os decretos e avisos expedidos pelos Ministros da Agricultura, Fazenda, Justiça, Império e Guerra desde aquella data até 31 de Dezembro de 1875.* Rio de Janeiro, 1876.

Veiga Cabral, Mário da. *Coreografia do Brazil,* 28ª edição, Rio de Janeiro, Editora A Noite, 1947. Originalmente publicado em 1916.

Veríssimo de Toledo. *Almanack Administrativo, Mercantil, Agrícola, e Industrial do Estado de Pernambuco para 1893, 1894, 1895,* Recife, A Província, 1893-95.

Vilela Luz, Nicia. *A Luta pela Industrialização do Brasil (1808 à 1930),* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961.

Viotti da Costa, Emilia. *Da Senzala à Colônia,* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

__________. "O escravo na grande lavoura", in *História Geral da Civilização Brasileira,* tomo 2, vol. 3, pp. 135-188.

Walle, Paul. *Au Brésil du Rio São Francisco à l'Amazone,* Nova edição revista, Paris, Librarie Orientale et Americaine, 1912.

Waterton esq., Charles. *Wanderings in South America, the Northwest of the United States, and the Antilles, in the Years 1812, 1816, 1820, and 1824,* 2ª edição, Londres, B. Fellowes, 1828.

Wanderley de Araújo Pinho, José. *História de um Engenho do Recôncavo. Matoim-Novo Caboto Freguezia, 1522-1944*, Rio de Janeiro, Livraria Editôra, 1946.

Wells, James W. *Exploring and Travelling Three Thousand Miles Through Brazil From Rio de Janeiro to Maranhão*, 2 volumes, Londres, Sampson Low, Marston, Searle e Irvington, 1886.

Werneck Sodré, Nelson. *História da Burguesia Brasileira*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1967.

__________. *As Razões da Independência*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1969. Originalmente publicado em 1965.

Williams. Eric. *Capitalismo e Escravidão*, tradução de Carlos Nayfield, Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1975.

"The World's Sugar Production and Consumption", in United States Treasury Department, Bureau of Statistics, *Summary of Commerce and Finance for November 1902*. Washington, D.C., 1902.